

SIMONE AZEVEDO FLORUPI

**ESTUDO DA VARIAÇÃO DO DETERMINANTE EM
SINTAGMAS NOMINAIS POSSESSIVOS NA HISTÓRIA DO
PORTUGUÊS**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da
Universidade Estadual de Campinas para obtenção do
Título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof^a. Dr^a Charlotte M. Chambelland Galves

CAMPINAS

2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL – Unicamp.

F664e	<p>Floripi, Simone. Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do Português / Simone Azevedo Floripi. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.</p> <p>Orientador : Charlotte Marie Chambelland Galves. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Mudança lingüística. 2. Sintagma nominal possessivo. 3. Determinante (Lingüística). 4. Pronome possessivo. 5. Sintaxe (Gramática). I. Galves, Charlotte Marie Chambelland. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">oe/iel</p>
-------	---

Título em inglês: Study of determiner variation in possessive nominal phrases on Portuguese history.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Linguistic change; Possessive nominal phrase; Determiner (Linguistics); Possessive pronoun; Syntax (Grammar).

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Doutor em Lingüística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Charlotte M. Chambelland Galves (orientador), Prof. Dr. João Costa, Profa. Dra. Cristina Schmitt, Profa. Dra. Heloísa Salles e Profa. Dra. Sonia Maria Lazzarini Cyrino.

Data da defesa: 26/02/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA

Cristina Schmitt

Heloísa Salles

João Costa

Sônia Cyrino

SUPLENTE

Juanito Avelar

Maria Clara Paixão de Sousa

Silvia Cavalcante

Charlotte C. Galves, orientadora

*Ao meu pai
que com carinho
me fez descobrir o
mundo maravilhoso
guardado pelas letras...*

AGRADECIMENTOS

Durante todo percurso para a realização do meu doutorado muitas pessoas queridas fizeram parte da minha vida. Muitas entraram outras saíram, fazendo com que esse tempo tenha sido marcado por emoções e conquistas. Tenho muito que agradecer a Deus pelas pessoas maravilhosas que contribuíram de forma direta ou indireta para minha pesquisa e também para meu crescimento de vida. O meu obrigado vai:

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que deu suporte financeiro para esta pesquisa de doutorado (FAPESP 05/54895-2).

À minha orientadora, Charlotte Galves, que com sua doçura, atenção e paciência me ajudou a compreender os mecanismos de uma pesquisa histórica, a desvendar os inúmeros dados obtidos e alcançar a defesa.

Ao meu orientador estrangeiro, João Costa, que com dedicação e seriedade me ajudou a desvendar a sintaxe dos artigos e possessivos, disponibilizando todos subsídios necessários para juntar as peças do quebra-cabeça junto a Universidade Nova de Lisboa.

À professora Cristina Schmitt, uma pessoa maravilhosa capaz de dar lições enriquecedoras que vão muito além da lingüística e dar suporte psicológico no momento que mais precisava fora de casa.

À professora e querida amiga Maria Clara Paixão de Sousa que desde o início me ajudou até nos mínimos detalhes para desenvolver a pesquisa. Obrigado pelas dicas, pelas discussões e pelo carinho.

Aos professores, principalmente do IEL, que muitas vezes eram laçados por mim pelos corredores do IEL e que, às vezes, com um pequeno comentário seu trazia luz à mente confusa de uma doutoranda frente a tantos dados. Obrigado Jairo Nunes, Mary Kato,

Filomena Sândalo, Izete Coelho, Heloísa Salles, Sônia Cyrino, Ruth Lopes, Ilza Ribeiro, Anthony Kroch, Beatrice Santorini e Ian Roberts

Aos professores da Universidade Nova de Lisboa e também da Universidade de Lisboa pela atenção e interesse em discutir os assuntos relevantes para minha pesquisa. Em especial à professora Ana Castro que disponibilizou muito de sua atenção ao ensinar-me sobre os sintagmas nominais do Português. Obrigado Maria Lobo, Maria do Céu Caetano, Ana Maria Martins e Rita Marquilhas.

Aos meus queridos amigos da sintaxe com quem pude compartilhar momentos inesquecíveis seja em sala de aula, na arcádia ou no café. Obrigado Juanito Avelar, Cristina Saenger, Jéssica Arroteia, Telma Magalhães, Alba Gibrail, Sílvia Cavalcante, Flaviane Rodrigues, Adriana Lessa, Marina Augusto, Aroldo Andrade, Cândida Mara, Ana Luísa, Aline Barros.

Às minhas queridas amigas brasileiras que fizeram nossa estada em Portugal muito mais divertida ao som do fado, dos passeios no bairro alto, do gostinho de bacalhau e do cheirinho de livros antigos nas bibliotecas. Obrigado Ângela Kajita, Cristiane Namiuti e Mirian Cerqueira pela companhia e por me darem apoio em tanta coisa que a vida nos traz.

Aos amigos de curso que ajudaram a preencher minha vida, marcando esse período com boas lembranças e deixando saudade. Obrigado Valderes Rinaldi, Marcela Fossey e Daniel Nascimento.

Agradeço à minha família. Ao meu querido pai que por pouco não chegou a ver a nova doutora, à minha mãe com seus sábios conselhos e à Denise com sua alegria. E preciso agradecer por ter feito doutorado, pois assim pude conhecer na Unicamp um doutor especial, meu querido Márcio Gomes que faz a minha vida muito mais feliz.



JORGE CHAM ©THE STANFORD DAILY

title: "Grad student etiquette" - originally published 2/27/1998

RESUMO

Esta tese tem por objetivo descrever e analisar, dentro de uma perspectiva diacrônica, a variação do uso do determinante em estruturas com sintagmas nominais (DP) possessivos em 23 textos de autores portugueses nascidos desde o século 16 ao século 19. No período investigado, o emprego do artigo mostrava-se variável, passando, no decorrer dos séculos, para uma obrigatoriedade que se manifesta nos dias de hoje nesse contexto. Esta pesquisa, buscará determinar os contextos afetados pela mudança e delinear uma análise para os fenômenos envolvidos. Como arcabouço teórico utilizaremos uma abordagem minimalista (Chomsky (1995), Kayne (1994) e Schoorlemmer (1998)), tendo como pressupostos teóricos o Modelo de Princípios e Parâmetros. Sobre as características do Português Europeu moderno, período final da mudança investigada, utilizaremos as investigações de Castro (2001, 2006), Castro e Costa (2002), Miguel (2002, 2004) e Brito (2001, 2007) sobre o sintagma possessivo.

Os textos utilizados como base de investigação para esta pesquisa diacrônica foram selecionados do *Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe* que se encontram disponíveis na internet no site: www.ime.usp.br/~tycho/corpus. Para o levantamento de dados serão utilizados os textos disponíveis do Corpus Tycho Brahe, pois, assim, poderemos tratar quantitativamente de objetos mais complexos, tanto do ponto de vista do fenômeno envolvido quanto do período considerado; e, com base nesse tratamento quantitativo, faremos uma análise qualitativa sustentável.

Palavras-chave: Mudança Lingüística, Sintagma Nominal, DP, Determinante, Artigo, Pronome Possessivo, Sintaxe (Gramática), Gramática Gerativa, Lingüística Histórica.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to describe and investigate, within a diachronic perspective, the use of the determiner in possessive noun phrases in 23 Portuguese authors born between the 16th and the 19th century. During the period considered, the use of the article was variable, becoming obligatory at some point, as it can be observed nowadays in European Portuguese. This research will try to verify the contexts affected by the change and to propose an analysis for the observed facts.

We adopt a minimalist approach based on Chomsky (1995), Kayne (1994) and Schoorlemmer (1998) within the Principles and Parameters Model. In order to explore the modern European Portuguese characteristics, corresponding to the last stage of the change investigated, we use the analyses by Castro (2001, 2006), Castro e Costa (2002), Miguel (2002, 2004) and Brito (2001, 2007).

For our description and analysis, we use literary texts drawn from the *Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe*, which are freely available at www.ime.usp.br/~tycho/corpus.

Key words: Linguistic Change, Nominal Phrase, DP, Determiner, Article, Possessive Pronoun, Syntax (Grammar), Generative Grammar, Historical Linguistics.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	5
1.1 A abordagem diacrônica para investigação das mudanças nas línguas	5
1.2 A mudança nas línguas – gramaticalização	9
1.3 A mudança nas línguas – competição de gramáticas	12
1.4 A mudança no sintagma nominal	15
1.5 Gramaticalização do artigo definido segundo Lyons (1999) e Giusti (2001)	16
1.6 O possessivo dentro do sintagma nominal	21
Sumário	26
CAPÍTULO 2 – O SINTAGMA NOMINAL	27
2.1 A estrutura do DP	28
2.2 Os DPs argumentos – uma proposta de Longobardi	32
2.3 Argumentos como nomes nus para o Italiano	39
Recapitulando...	42
2.4 O emprego do artigo nas línguas	44
2.5 O artigo no sintagma nominal no Português Brasileiro	48
2.6 O uso do artigo no Português Europeu	53
2.7 Emprego de artigos junto aos núcleos do DP – nomes próprios, nomes comuns e nomes relacionais	55
Conclusão do capítulo	59

CAPÍTULO 3 – O DP POSSESSIVO	61
3.1 O pronome possessivo	61
3.2 Delimitação do contexto possessivo em investigação	62
3.3 Posições de licenciamento do possessivo no sintagma nominal	68
3.4 Para uma tipologia dos pronomes possessivos – proposta de Schoorlemmer (1998)	71
3.5 O papel da definitude nas línguas	74
3.6 Sumário sobre a investigação de Schoorlemmer	76
3.7 A estrutura possessiva do Português	78
3.8 A proposta de Castro (2006) para os possessivos no Português	80
3.9 Posição do possessivo acarreta a definitude da leitura	88
3.9.1 <i>Considerações sobre a tipologia do possessivo no Português</i>	91
3.10 A categoria sintática do Possessivo – duas abordagens	93
3.11 Pronome possessivo pré-nominal – hipótese de núcleo	93
3.12 Características do Possessivo – núcleo <i>versus</i> categoria máxima	96
3.13 Discussão sobre as propostas de Castro e Costa (2002) e Miguel (2002)	103
Resumo das propostas	108
CAPÍTULO 4 – OS DADOS	111
4.1 Apresentação do capítulo	111
4.2 Diretrizes da pesquisa	112
4.3 Pesquisa de Iraneide Costa (2002) – o DP possessivo no Português Arcaico	112
4.4 O tipo de sintagma utilizado	113
4.5 O DP possessivo no Português Brasileiro	116
4.6 Magalhães (2002)	118
4.7 A sintaxe gerativa como base teórica para uma análise diacrônica	120
4.8 Apresentação do <i>corpus</i> utilizado	122
4.9 Levantamento dos dados e procedimentos	124
4.10 Os contextos investigados	125
4.11 Os fatores de classificação dos dados	128
4.12 Os resultados encontrados na primeira busca no <i>corpus</i>	130

4.13 Casos desconsiderados na pesquisa	132
4.13.1 <i>Pronomes de tratamento</i>	132
4.13.2 <i>Expressões cristalizadas</i>	133
4.13.3 <i>Impossibilidade de revelar o sentido do possessivo</i>	134
4.13.4 <i>Os vocativos</i>	135
Considerações sobre os dados desclassificados	135
4.14 Os resultados da pesquisa	137
4.14.1 <i>A posição de licenciamento do DP possessivo</i>	142
4.14.2 <i>O número do possessivo</i>	146
4.14.3 <i>Pessoa do pronome possessivo</i>	147
4.14.4 <i>O gênero do possessivo</i>	153
4.14.5 <i>Tamanho do DP possessivo</i>	155
4.14.6 <i>Elemento antecedente ao DP possessivo</i>	157
4.15 Núcleo do sintagma nominal	160
4.16 O nome próprio nos dados do Português Clássico	160
4.17 O nome comum no Português Clássico	163
4.18 O nome comum no Português Clássico - função sintática	169
4.19 O sintagma preposicionado	176
4.20 Um olhar para os dados do Português Clássico	176
4.21 O papel da preposição	177
4.22 O comportamento da preposição em DPs possessivos	179
 Recapitulando ...	 183
 CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS DADOS	 185
5.1 Apresentação do capítulo	185
5.2 Retomada – Propostas de análise do sistema possessivo do Português Moderno	186
5.3 O sistema possessivo envolvido	188
5.4 Datação da mudança do PC para o PE	192
5.5 A questão da preposição	197
5.6 Contração da preposição com o determinante – PP como projeção estendida	199
5.7 Relações locais à longa distância	203

5.8 Projeções estendidas	203
5.9 De volta ao PC: Duas fontes de variação para o uso do determinante	207
5.10 A influência do traço de definitude para o licenciamento do artigo	212
5.11 A mudança para o PE	217
Conclusão	220
CAPÍTULO 6	221
6.1 Contribuições suplementares para a pesquisa	221
6.2 Operações morfológicas no sintagma possessivo	225
6.3 Morfologia de plural nos DPs do Português	225
6.4 Morfologia de plural em constituintes preposicionados	229
6.5 O enfraquecimento da concordância no Português Brasileiro	235
FINAL	239
BIBLIOGRAFIA	241
Apêndice	252

APRESENTAÇÃO

Esta tese aborda a mudança sintática que ocorreu nos padrões de aplicação do determinante em sintagmas nominais possessivos do Português no período de 1600 a 1850. Verificamos que nesse período, denominado por nós como Português Clássico, o emprego do artigo era variável, mas que paulatinamente aumentou seu uso, passando para uma obrigatoriedade notada nos dias de hoje.

O objeto de análise é a variação na utilização do determinante em sintagmas nominais possessivos pré-nominais do Português Clássico, como exemplificado abaixo.

O meu livro novo chegou	Português Clássico
Meu livro novo chegou	

O meu livro novo chegou	Português Europeu Moderno
* Meu livro novo chegou	

Para realizar esta pesquisa utilizamos como corpus de análise 23 textos de autores portugueses nascidos no período de investigação. Como metodologia realizamos uma recolha dos dados, sua classificação, sua quantificação e posterior análise no intuito de determinar a mudança sintática no Português Clássico.

Em decorrência da delimitação deste objeto de pesquisa, sob uma abordagem diacrônica de investigação sintática, verificamos que no período investigado compreendido entre 1500 a 1800 dois sistemas gramaticais possessivos co-ocorriam na língua, possibilitando essa variação no emprego do artigo. Assumimos que havia duas gramáticas distintas co-existindo, uma com a obrigatoriedade no uso do artigo e outra em que o mesmo não era realizado. Devido ao processo de licenciamento dos artigos que já vinha ocorrendo desde períodos anteriores ao investigado, passou-se a uma

obrigatoriedade na realização aberta do artigo nos sintagmas possessivos, contribuindo para a mudança verificada.

O panorama de variação no emprego do artigo decorrente da co-ocorrência de duas gramáticas localiza-se entre os séculos 16 e 18. Nesse momento, as duas gramáticas realizavam suas respectivas estruturas possessivas, mas a periodização da mudança em si tomou forma a partir da segunda metade do século 17 aumentando o uso do artigo nesse contexto em decorrência da mudança sintática que ocorreu na língua. Uma das gramáticas existentes foi reanalisada acarretando a generalização do emprego do artigo na língua portuguesa a partir de então.

É interessante mencionar que outras mudanças sintáticas também vinham ocorrendo na mesma época como apresentado pelos trabalhos de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2003), Paixão de Sousa (2004) e Namiuti (2008), entre outros. Dessa maneira, o período de investigação contemplado nesta pesquisa corrobora investigações anteriores ao trazer evidências para uma periodização na mudança da gramática do Português Clássico.

A organização da tese está feita da seguinte maneira: No primeiro capítulo procuramos contextualizar a área de investigação utilizada nesta pesquisa, por se tratar de uma investigação diacrônica. Nesse momento, traremos à discussão os conceitos adotados pela área para compreender os mecanismos da mudança gramatical que ocorre nas línguas. Ainda no primeiro capítulo retomaremos a evolução no desenvolvimento do artigo do Latim para as línguas românicas e como exemplo de mudança posterior a este período discutiremos a evolução do sistema nominal na passagem do Espanhol Antigo para o Espanhol Moderno.

No segundo capítulo abordaremos as características do sintagma nominal envolvido por meio de discussões teóricas sobre sua estrutura sintática e especificidades quanto ao emprego e leitura de um artigo definido no sintagma nominal.

No terceiro capítulo será discutido o sintagma nominal possessivo com o intuito de determinarmos as características desse DP nos dados do Português Clássico. Para isso, utilizaremos a proposta de Schoorlemmer (1998) que faz uma divisão tipológica das línguas em geral, assim como os trabalhos de Castro (2001, 2006), Castro e Costa

(2002), Miguel (2002, 2004) e Brito (2001, 2007) sobre as características do sistema possessivo do Português Europeu atual.

No quarto capítulo apresentaremos os nossos dados obtidos, juntamente com a descrição da metodologia empregada e com a discussão de pesquisas anteriores realizadas sob uma abordagem diacrônica sobre o mesmo ponto de investigação.

No quinto capítulo discutiremos os dados quantificados no intuito de formularmos uma hipótese para descrever os processos envolvidos na mudança sintática que verificamos no Português Clássico. Discutiremos a hipótese de haver duas gramáticas co-existindo nesse período numa situação de competição de gramáticas que acarreta a mudança no sistema do Português Europeu com a obrigatoriedade do uso do artigo.

Ainda por fim, traremos uma discussão sobressalente sobre as características do sistema possessivo do Português Brasileiro que se assemelha de certa maneira, ao comportamento do Português Clássico por permitir um emprego variável do artigo definido em sintagmas nominais possessivos. Sobre este respeito, confrontaremos a proposta de investigação de Costa e Figueiredo Silva (2006) sobre a morfologia do Português Brasileiro com dados de uma gramática não padrão da língua capaz de revelar um perfil de enfraquecimento da categoria funcional de concordância dentro do sintagma nominal possessivo.

Dessa maneira, este trabalho buscará trazer um maior embasamento para a compreensão dos processos morfológicos e sintáticos que são afetados pelo sintagma nominal possessivo no Português.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

1.1 A abordagem diacrônica para investigação das mudanças nas línguas

A pesquisa gerativista tem como foco de investigação a descrição da língua como objeto internalizado, mental e individual. Seu objetivo é trazer informações sobre a gramática internalizada do falante capaz de revelar a capacidade de gerar enunciados, a faculdade da linguagem, conforme apontam Chomsky e Lasnik (1995).

Dentro do quadro teórico da gramática gerativa, as pesquisas diacrônicas objetivam explicitar os padrões de mudança gramatical da língua por meio de textos escritos, mas sem se esquecer do foco central de análise de trazer subsídios para descrever a capacidade inata dos seres humanos de falarem uma língua, i.e., alcançar a Gramática Universal.

O material de investigação utilizado para a pesquisa no campo da linguística histórica trabalha com amostras da Língua-Externa correspondente às realizações superficiais da língua de uma dada época a partir de textos escritos. A partir destas realizações, procuramos desvendar a Língua-Interna dos falantes, assumindo, por extensão, que em um dado período de tempo os demais falantes de uma mesma comunidade compartilhavam a mesma Língua-I. Ao recolher um montante de textos de uma determinada época, buscamos alcançar a gramática internalizada dos falantes daquele período investigado.

Uma abordagem metodológica que considera os dados históricos de uma língua é distinta de um estudo linguístico sincrônico. Ambos tem como objetivo delinear a faculdade da linguagem, no entanto, o estudo sincrônico utiliza-se de testes empíricos de julgamento de aceitabilidade enquanto que o estudo diacrônico observa a mudança gramatical verificada nas línguas por meio dos padrões lingüísticos averiguados nos textos.

Um problema enfrentado para este tipo de pesquisa é a escassez de dados e também a impossibilidade de realização de julgamentos de aceitabilidade capazes de revelar a intuição dos falantes sobre dados aceitáveis e não aceitáveis. Ou seja, este tipo de pesquisa não conta com evidências negativas, elemento central para uma investigação seguindo os padrões gerativistas. Contudo, são feitas adaptações da metodologia sincrônica para a investigação diacrônica. A abordagem gerativista para pesquisas diacrônicas considera que os casos em que não há evidências de um determinado fato no texto podem corresponder a evidências negativas para o fenômeno investigado. Portanto, para que se configure adequadamente uma pesquisa diacrônica, a quantidade de textos para a montagem do *corpus* de análise é um fator extremamente relevante. Ao tomar como base um universo lingüístico representativo, a ausência de dados sobre uma determinada construção pode ter um peso semelhante ao julgamento de sua inaceitabilidade por um falante da língua.

A pesquisa histórica tem sua relevância na medida em que evidencia a trajetória das mudanças no tempo, uma vez que podemos verificar a progressão dinâmica dos padrões lingüísticos na dimensão temporal de acordo com Kroch (1989:5).

Ainda Paixão de Sousa (2004:23) salienta a importância de investigações que utilizam esta abordagem:

“A investigação da linguística histórica é portanto relevante teoricamente não enquanto estudo sincrônico “adaptado”, mas sim ao abordar a dimensão dinâmica da língua – ou seja, muito simplesmente, a mudança”.

Como mencionado, os estudos históricos buscam identificar as mudanças gramaticais atendo-se à documentação escrita do período investigado. As oscilações na aplicação de um fenômeno mapeado são capazes de trazer subsídios para atestar um

parâmetro de gramática em mudança. Todavia, as evidências que podemos trabalhar para desvendar o processo de mudança são indiretas, reveladas por meio dos textos escritos deixados pelos falantes da época.

Ao tratar dos textos escritos, principalmente no período clássico, podemos reconstruir a trajetória entre as diferentes etapas gramaticais que explicariam o quadro atual da Língua Portuguesa nos estudos gerativistas. Uma ferramenta utilizada na pesquisa diacrônica é a comparação de estados passados da língua com os fatos encontrados na língua atual, permitindo a elaboração de hipóteses sobre as mudanças encontradas. Assim, tomamos como base de comparação os estudos sobre o Português Europeu Moderno, período que corresponde ao quadro “final” (ou mais atual) das mudanças nessa língua para confrontar com os dados históricos de épocas passadas, no intuito de hipotetizarmos sobre o caminho tomado pela mudança.

Kroch (1989) toma como base as oscilações encontradas nos padrões de aplicação de um fenômeno investigado como evidências para retratar os reflexos da mudança gramatical. O autor aponta para as possibilidades de realizações de um mesmo fenômeno que a língua é capaz de apresentar, como evidenciado a seguir:

It is obvious that if we conceive grammar in the standard way, as we have above, the process of language change is not a fact of grammar but a fact of language use and so must be studied with tools appropriate to that domain. The study of language use is the study of choices that people make among alternative forms in their repertoire of grammar knowledge in formulation utterances.

Segundo Kroch (1989) os falantes da língua convivem com casos de diglossia, em que as pessoas estão aptas para fazer escolhas entre mais de um sistema gramatical. As variações na ocorrência de uma determinada forma podem revelar um quadro de competição de gramáticas co-ocorrentes ou podem ser o efeito de variações dentro de uma mesma gramática.

A abordagem desenvolvida por Kroch trata das variações encontradas em uma língua que venham corresponder à realização superficial de duas gramáticas distintas, produzindo línguas distintas. A co-ocorrência de duas gramáticas se dará em um

determinado período de tempo, pois uma gramática por si só não deverá produzir estruturas em variação por motivos de economia. Uma situação em que podemos notar a variação estrutural em uma mesma língua em um mesmo período, é vista por Kroch (1989) como um panorama de *competição de gramáticas*, como apontado a seguir.

We will see that the set of contexts that change together is not defined by the sharing of a surface property, like the appearance of a particular word or morpheme, but rather by a shared syntactic structure, whose existence can only be the product of an abstract grammatical analysis on the part of speakers. Indeed, ..., the competition reflected in the changes under study occurs between entire grammatical subsystems.

Assim, quando em um determinado período constatamos diferenças de realização do mesmo fenômeno, estes resultados podem corresponder a indícios de realizações provenientes de gramáticas distintas, devido a estruturas em competição, segundo a perspectiva de Kroch (1989, 2001). Já sob uma outra abordagem diacrônica, as variações na ocorrência de um dado fenômeno podem ser decorrentes de uma mudança realizada em uma mesma gramática, por meio de processos de gramaticalização, conforme propõe Roberts e Roussou (2003). Dessa maneira, para o estabelecimento de uma pesquisa diacrônica é necessário fazer um mapeamento dos tipos de ocorrência e também de sua evolução no tempo para adequar melhor a análise a ser empregada aos dados: seja por meio de uma abordagem de competição de gramáticas ou de ocorrência de processos de gramaticalização.

Vale ressaltar aqui que a proposta de análise para a mudança nos padrões de aplicação do artigo nos DPs possessivos no Português Clássico para o Português Europeu a ser feita nesta tese irá defender um processo de competição entre gramáticas, com base na proposta de Kroch (1989). Entretanto, somente para fins de esclarecimento, apresentaremos na próxima seção os conceitos do processo de mudança lingüística sob uma perspectiva de gramaticalização, segundo Roberts e Roussou (2003). Passemos brevemente para a discussão desta outra forma de estudo.

1.2 A mudança nas línguas - gramaticalização

Há abordagens que afirmam que os processos de mudança que ocorrem nas línguas são decorrentes da aplicação de um mecanismo natural, a simplificação nas escolhas das estruturas sintáticas, gerando um processo de gramaticalização, um tipo de propagação natural de mudança. Roberts e Roussou (2003:02) trazem uma análise geral sobre um fenômeno diacrônico, a gramaticalização.

Para os autores a gramaticalização é um processo bastante comum porque representa uma forma natural de mudança endógena, mas que segue um padrão na mudança lingüística, expresso como uma tendência para a mudança. A gramaticalização envolve a criação de novo material funcional decorrente da reanálise dos materiais funcionais existentes ou por meio da reanálise de material lexical. Este fenômeno freqüente nas línguas pode ser visto como o resultado de uma reanálise que afeta uma subclasse de itens lexicais sempre envolvendo simplificação estrutural.

Segundo Lightfoot (1998) não há um padrão na mudança diacrônica. E em consonância com seu, trabalho Roberts e Roussou (2003:04) também acreditam não haver um padrão ou uma tendência natural na mudança sintática aplicada igualmente a todas as línguas. No entanto, a gramaticalização traz muitas evidências de que estes padrões ou tendências são capazes de fazer com que a mudança sintática possua um comportamento não aleatório¹.

O início da mudança na língua se dá no período de aquisição no processo de marcação de parâmetros. Para Lightfoot (1979, 1991, 1998) a mudança é iniciada quando a gramática de uma população de aprendizes converge em um sistema gramatical que seja diferente da gramática da população falante em pelo menos um

¹ É evidente que este posicionamento em relação à mudança nas línguas faz emergir um paradoxo: por um lado assume-se que as mudanças nos parâmetros não seguem padrões, mas ao mesmo tempo considera-se que a gramaticalização é um processo que segue alguns padrões causadores de mudança sintática.

No intuito de encontrar uma explicação para este aparente paradoxo, os autores trazem evidências para caracterização dos padrões de mudança por meio do processo de gramaticalização, buscando relacioná-las aos mecanismos de mudança paramétrica. Assim, ao propor a teoria de parâmetro menos marcado são capazes de explicar a noção de mudança paramétrica ao mesmo tempo em que trazem evidências de que as mudanças tendem a acontecer naturalmente em certas direções e não em outras.

valor do parâmetro, ou seja, segundo a perspectiva de Lightfoot a mudança na língua é assumida em termos do estabelecimento de parâmetros diferentes daqueles utilizados pelos falantes adultos.

O conceito padrão de aquisição da linguagem não é compatível com a observação do fato de que os sistemas gramaticais mudam ao passar do tempo, pois se assume que as crianças adquirem a linguagem sem erro algum. Mas se isso realmente fosse correto não haveria como as línguas mudarem, uma vez que a transmissão das informações durante gerações seria sempre perfeita (cf. Clark e Roberts 1994).

O problema lógico da mudança na linguagem interage com o problema lógico da aquisição da linguagem. Para isso, questiona-se como a criança tem sucesso no estabelecimento correto dos parâmetros com base no *input* que ela recebe, uma vez que este *input* pode ser insuficiente ou estar de certa forma “incorreto”. Assume-se como *input* correto aquele em que há uma correspondência completa da marcação dos parâmetros que o adulto possui, o que permite fixar um valor consistente com aquele desencadeado no *input*.

Com respeito a essa noção de fixação de parâmetros pelo aprendiz, Roberts e Roussou (2003:14) asseguram o seguinte:

According to current assumptions in the Principles and Parameters framework, parameters are lexical; it is also generally accepted that the lexicon has to be learnt, as it is language specific. (...) If parameters are linked to a subclass of lexical items, that is, functional elements, which also have to be learnt, then it follows that the same device is also responsible for setting parameters.

Dessa forma uma mudança ocorre quando há certa ambigüidade ou obscuridade apresentado pelo *input* o que acarreta no estabelecimento de outro parâmetro. Nesse caso, os aprendizes da língua acabam partindo para a escolha de outra opção de parâmetro, desencadeando a mudança no sistema. Portanto, o momento crucial capaz de criar uma mudança na gramática de uma língua está no período de aquisição onde se pode apresentar ambigüidade ou obscuridade sobre o *input* que a criança recebe:

If parameter expression is robust enough, it will lead to the correct parameter setting. If, however, the parameter expression is ambiguous, then there must be some ‘safety mechanism’ in the learning device which leads to the assignment of value – weak determinism requires this. This value will still be compatible with the input, but – again due to weak determinism – may differ from the target grammar, thus yielding a change. (Roberts e Roussou 2003:15).

Este “mecanismo de segurança” na aprendizagem é de certa forma computacionalmente conservador, ou seja, quando a criança se depara com qualquer ambigüidade para a marcação de um parâmetro que está adquirindo ela sempre irá procurar escolher a opção mais simples.

Um exemplo deste procedimento pode ser feito por meio de uma comparação entre estruturas sintáticas. Em face de uma estrutura criada por adjunção e outra por movimento, a realização de um movimento sempre irá criar representações mais complexas segundo Kayne (1994). E uma vez que a criança parte para a escolha de opções mais simples, a perda do movimento trará uma redução na complexidade de uma dada estrutura. Ou seja, se os aprendizes, em face de uma ambigüidade no *input* derem preferência a uma estrutura sem movimento isso desencadeará uma mudança na língua. Para que uma representação com movimento seja gerada é preciso haver um *input* bastante robusto para que não haja ambigüidade na marcação deste parâmetro.

Uma noção importante de simplicidade defendida por Longobardi (2001:294) assume o seguinte:

A structural representation R for a substring of input text S is simpler than an alternative representation R’ iff R contains fewer formal feature syncretism than R’.

Essa noção de sincretismo de traços pode ser definida como a presença de mais do que um traço formal em uma posição estrutural. A estrutura com menos ocorrências de traços em uma única posição é tida como a mais simples. Ao considerar essa noção de simplicidade, Roberts e Roussou (2003) levantam a seguinte questão: Porque então

as gramáticas não tendem a um estado máximo de simplicidade em que em última instância é totalmente livre de operações de movimento?

Sabemos que isso não acontece porque há mecanismos que preservam a língua de sofrer tantas simplificações e mudanças. Vários estudos diacrônicos sobre este ponto revelam que os efeitos de simplificação decorrentes de mudanças são sempre locais e, além disso, uma simplificação em certo ponto da estrutura é capaz de aumentar a complexidade em outro ponto do sistema.

Mas porque, então, percebemos sucessivas mudanças em uma determinada estrutura ao longo dos séculos? Por exemplo, sabemos que o sintagma nominal sofreu uma mudança do Latim para as línguas românicas num primeiro momento, onde até então, temos registros desse fenômeno. Procuraremos apresentar os dados encontrados do sintagma nominal no período de 1600 a 1900. Entretanto, antes de iniciarmos nossa discussão sobre esta evolução observada no DP possessivo vale apresentar resumidamente a proposta de Kroch.

Como mencionado acima, a proposta deste autor explica a variação na aplicação de padrões linguísticos por meio de um processo de competição de gramáticas. Sua aplicação nos nossos dados justifica-se na medida em que iremos defender que a mudança que constatamos no Português Clássico tenha sido proveniente de um quadro de variação entre gramáticas distintas. Vejamos, portanto, a proposta de Kroch (1989, 2001) a seguir.

1.3 A mudança nas línguas – competição de gramáticas

Trataremos do conceito de ‘competição de gramáticas’ formulado por Kroch (1989, 1994, 1999, 2001) que traz explicações sobre a noção de competição entre formas e sobre a relação entre competição e mudança nas línguas. Quando verificamos o comportamento de uma mudança sintática numa língua em uma situação de competição de gramáticas verificamos que a substituição de uma gramática antiga pela nova não é abrupta, mas bastante gradual sendo refletida por meio da variação de resultados obtidos no decorrer do tempo. Tal variação ocorre porque numa situação de mudança como esta há um período em que as duas gramáticas ainda co-ocorrem na língua, realizadas por gerações distintas de falantes.

Mas por outro lado, a mudança paramétrica é um processo abrupto em que a criança em face de uma situação de ambigüidade acaba estabelecendo um parâmetro distinto para a sua gramática. Assim, conforme afirma Kroch (1994) a marcação do parâmetro é abrupto, pois faz referência à mudança ao nível do indivíduo, ou seja, refere-se a uma gramática individual (interna do falante) e não toma por base a gramática de toda uma comunidade linguística, mas a mudança da língua é gradual, conforme observamos pelos dados recolhidos durante um determinado período de tempo².

Procuraremos discutir a gramática sob uma visão que engloba toda uma comunidade linguística no intuito de verificar sua evolução gradual nessa comunidade, pois esta não ocorre de forma homogênea em cada um dos indivíduos que adquiriu uma nova gramática. Portanto, quando investigamos um período de mudança na língua é possível estarmos tratando de um contexto em que há várias gramáticas co-ocorrendo em uma mesma comunidade linguística, conforme aponta Lightfoot (1999:92)

Proponents of the biological view of grammars often write as if individuals have only one grammar. However, Kroch (...) have argued for coexisting grammars. They postulate that speakers may operate with more than one grammar, in a kind of 'internalized diglossia'. This work enriches grammatical analyses by seeking to describe the variability of individual texts and the spread of a grammatical change through a population. Learners have two or more grammars when their triggering experience leads to incompatible analyses.

Seguindo, portanto, a proposta de Kroch (1989, 1994) o processo de mudança sintática é gradual, decorrente da competição de duas ou mais opções gramaticais que co-ocorrem até o ponto de uma vencer a outra. Portanto, este processo vai gradualmente sendo aplicado na língua em que o decréscimo de uma forma antes utilizada passa ser proporcional ao aumento do número de ocorrências da outra gramática que irá permanecer.

² Se a mudança for focalizada em termos individuais com respeito a gramática de cada indivíduo, em particular, é possível pensar que a mudança seja um processo repentino ou abrupto produzido como resultado do processo de aquisição, em que é fixada uma gramática diferente daquela produzida pelos falantes da geração anterior.

O processo de mudança nas línguas pode ser não tão drástico, pois segundo Kroch (1994) há casos em que a co-ocorrência de duas formas em uma comunidade lingüística pode ainda permanecer, não sendo necessário que uma delas saia vencedora e a outra desapareça. Nesses casos, a permanência de duas formas só é possível quando uma delas passa a se especificar, alterando-se de certa maneira, o que também implica em uma mudança para a gramática da língua.

Com relação às mudanças ocorridas do Português Clássico para o Português Europeu Moderno, objetivamos tratar do aumento do emprego do artigo no sintagma nominal possessivo. Mais especificamente investigaremos as mudanças ocorridas no sintagma nominal possessivo no Português Clássico, nomenclatura que assumimos para designar o período entre os séculos 16 e 18, aproximadamente, em que a linguagem dos textos, embora distinta da linguagem escrita na Idade Média, não é ainda a mesma dos textos modernos, conforme aponta Paixão de Sousa (2004:7).

Percebemos por meio dos textos analisados, que o DP possessivo no Português Europeu passou por um processo de mudança na utilização do determinante que se mostrava variável e em número reduzido no início do século 16 (cf. Matos e Silva, 2002) para um uso obrigatório a partir do século 19 (cf. Castro, 2000). As variações com relação à utilização do artigo neste contexto levantaram interesse para a realização de um mapeamento do período que teve início tal aumento no uso dos artigos e quando se passou a um uso generalizado (cf. Magalhães 2002).

Assim, ao dar continuidade a tais pesquisas, procuraremos delinear o comportamento do determinante no decorrer do século 16 ao 19, atendo-nos a dados de autores portugueses do *Corpus Anotado do Português Tycho Brahe* (ou Tycho Brahe). Com esse intuito este trabalho ainda traz fatos importantes que corroboram a hipótese de Galves (1998, 2001, 2004) de ter havido um estágio gramatical intermediário entre o PA e o PE, assumido aqui como Português Clássico. Dessa maneira, este trabalho trará subsídios para assegurar que o Português Clássico, corresponde ao período de uma gramática intermediária entre o Português Antigo e o Português Moderno³.

Uma vez que procuramos discutir as mudanças ocorridas no DP possessivo do Português Clássico para o Português Moderno, vale a pena recuar um pouco mais na

³ Vale ressaltar que tomamos aqui Português Clássico como o período investigado e não como uma gramática.

história dessa língua, remetendo aos processos de mudança lingüística que ocorreram do Latim para o Português Antigo.

1.4 A mudança no sintagma nominal

Um processo importante de mudança que ocorreu dentro dos sintagmas nominais é a evolução do artigo das línguas românicas proveniente do Latim na função de pronome demonstrativo *ille* (cf. Harris 1978, 1980, Lyons 1999:331, Vincent 1997). Resumidamente esta mudança envolve uma redução morfo-fonológica (*ille* > *le*), uma perda de propriedades semânticas, uma mudança na categoria (demonstrativo > artigo) e a perda de um movimento no DP. Passemos, brevemente à discussão sobre os processos de mudança aplicados no sintagma nominal do Latim.

Como se sabe, uma das características mais salientes do Latim é a capacidade desta língua de não apresentar artigos, como visualizado em (1).

- (1) Regina rosas amat
‘A Rainha ama rosas’

Mas mesmo não havendo artigos definido no Latim, esta língua possuía um sistema organizado e tripartido dos pronomes demonstrativos correspondente às três pessoas gramaticais utilizadas, conforme apresentado em (2).

(2)	Pessoa	Pessoal	Demonstrativo
	1 ^a .	ego	hic, haec, hoc
	2 ^a .	tu	iste, ista, istud
	3 ^a .	ille	ille, illa, illud

Mais especificamente, o pronome demonstrativo inicial de terceira pessoa, *ille*, acaba por tomar formas distintas em várias línguas românicas, como notamos em (3) (cf. Vincent 1997:151).

(3)

	Masculino	Feminino	Neutro
Latin:			
(Nom)	<i>ille/illi</i>	<i>illa/illae</i>	<i>illud/illa</i>
(Acus)	<i>illum/illos</i>	<i>illam/illas</i>	<i>illud/illa</i>
Francês:	<i>le/les</i>	<i>la/les</i>	
Italiano:	<i>il/i</i>	<i>la/le</i>	
Português:	<i>o/os</i>	<i>a/as</i>	

Esse processo que ocorreu do Latim para as línguas românicas é considerado uma mudança natural das línguas, uma evolução. Dois estudos relevantes sobre este processo de mudança foram propostos por Lyons (1999) e Giusti (2001). Dessa forma, apresentamos as propostas de investigação da mudança do sintagma nominal de Lyons (1999) e Giusti (2001) nas seções subsequentes.

1.5 Gramaticalização do artigo definido segundo Lyons (1999) e Giusti (2001)

Primeiramente remetemos à discussão de Lyons (1999) sobre a mudança de pronomes demonstrativos no Latim que posteriormente veio a se tornar um artigo definido. Segundo Lyons a especificação do traço de [+definitude] poderia ser adquirida estruturalmente por meio de um alçamento do item lexical até D para a checagem desse traço. Assim, o autor aponta para a necessidade dos demonstrativos moverem-se para a posição de D para checar o traço de definitude, sendo este contínuo processo de alçamento do demonstrativo o passo inicial para a mudança no Latim. O pronome demonstrativo em si não tem um traço definido, mas pode mover-se para uma posição definida para obter estes traços.

Para Lyons (1999:302) o item lexical pode ser localizado em Spec,DP onde é capaz de sustentar artigos definidos independentes ou se localizarem em D, local de

sustentação dos artigos afixados. Já os demonstrativos ocorrem em uma posição inferior a dos artigos definidos⁴.

A mudança dos demonstrativos para os artigos definidos é o resultado de uma interação entre especificações lexicais e estruturas sintáticas. Para o autor, mais precisamente a perda do traço [+demonstrativo] que pode remeter à referência do elemento mencionado, é o responsável pelo desenvolvimento do artigo definido. Além desta perda, o item lexical relevante passa a ser realizado em D ou em Spec,DP por meio de um alçamento do demonstrativo. Em outras palavras, a reanálise do sistema demonstrativo para o artigo definido não é somente morfológica, mas é preciso alcançar uma posição estrutural.

Segundo o autor o processo de gramaticalização do demonstrativo inicialmente começou em algumas situações onde era opcional, mas logo depois que este elemento passou a associar-se às posições de Spec,DP ou ao núcleo D por meio de movimento, ele passou a sofrer uma exigência sintática, cobrando sua presença. A questão que se coloca é saber como o demonstrativo passou a ser associado a uma posição de definitude (em D, acima de Dem).

Esta associação não pode ser atribuída simplesmente à perda dos traços de [+demonstrativo] que já seria um possível fator desencadeador de uma reanálise estrutural, mas a mudança teria ocorrido também devido à perda da realização de um movimento na estrutura do DP. Em resumo, a mudança em questão deve-se a processos morfológicos e sintáticos.

Com relação ao mesmo fenômeno, Giusti (2001) investiga as mudanças ocorridas no demonstrativo para um artigo definido desde o Latim até sua passagem para as línguas românicas. A autora considera haver uma diferenciação na especificação dos traços entre os artigos definidos e os demonstrativos e pronomes, mas que todos os três podem checar o traço [+definitude]. Para a autora, o artigo definido não possui especificações de definitude tampouco as de pessoa, enquanto que os demonstrativos e pronomes possuem tais especificações.

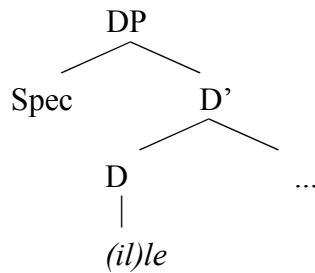
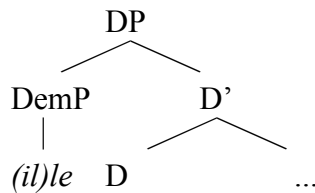
⁴ Tal posição é justificada na estrutura sintática porque os traços [+demonstrativo] implicam na identificação de referentes pelo ouvinte e isto está subjacente à falta de definitude.

Giusti (2001:159) afirma que os demonstrativos ocorrem em uma posição mais baixa do que os artigos definidos e que deste local normalmente se movem para Spec,DP, conforme sua representação em (4).

(4) [DP { DemP/DP_{pron} } [D Article] [...t_{Dem/DP} ...]]

O processo de mudança passa a ocorrer enquanto os demonstrativos e os pronomes começam a sofrer influências na estrutura nominal e se moverem para Spec, DP. Neste momento o artigo definido passa a ser concatenado diretamente em D, fazendo com que a única forma dos demonstrativos e dos pronomes serem relacionados à D seja via movimento. A explicação para a reanálise do demonstrativo *ille* como um artigo definido ocorre justamente neste ponto do processo em que *ille* passa a ser reanalisado como um núcleo de D, conforme propõe Giusti (2001) em (5).

(5) a.



Até que a queda da primeira sílaba aconteça, as duas estruturas acima eram possíveis. Postula-se que o desencadeador da mudança para a reanálise em (5b) foi o enfraquecimento fonológico de *ille*, juntamente com a perda de sua morfologia de Caso. Os traços de Caso estariam alocados em D, exigindo a necessidade de movimento de N para D, mas como o Latim era uma língua rica em Caso estes traços estariam visíveis em PF, possibilitando que esse movimento de N para D pudesse ser procrastinado.

Segue abaixo alguns exemplos de Giusti (2001:168) em (6).

- (6) a. vir ille fortissimus
Man-sg-nom that-sg-nom very-strong-sg-nom
'That very strong man'.
- b. ultimam illam faciem rerum
last-sg-acc that-sg-acc aspect-sg-acc thing-sg-gen
'That last aspect of things'.
- c. ultima filii oscula
last-pl-acc song-sg-gen kiss-pl-acc
'The son's last kisses'.

Em (6a) o nome precede o demonstrativo e o adjetivo, em (6b) o nome os segue, mas precede o genitivo e em (6c) está em posição final, seguindo o genitivo.

De acordo com os exemplos acima, identificamos as possíveis posições do nome na estrutura do DP, sendo que os nomes em Latim podem estar em uma posição mais baixa, se mover para um núcleo intermediário (uma posição de Agr) ou se mover para uma posição mais alta.

A autora afirma que as diferentes posições do nome refletem diferentes partes da derivação, sendo cada uma referente a diferentes posições onde ocorre Spell-out, dado que a morfologia é forte suficiente para fazer com que a cadeia entre N para D seja visível mesmo sem movimento. Contudo, quando essa morfologia é enfraquecida, uma forma alternativa para manter essa cadeia visível é por meio da concatenação de um artigo.

Uma vez que a morfologia de Caso é enfraquecida, o movimento de N passa a ser mais restrito fazendo com que o movimento de Dem passe a ocorrer. Depois que este movimento é estabelecido pelo sistema, o próximo passo envolve a concatenação do demonstrativo em D.

Vale notar que devido à reanálise de movimento para concatenação de D o item lexical em D não abrigaria mais os traços associados a Dem (como os traços de

demonstrativo, dêitico ou alguns traços locativos). Assim, como resultado, a identificação é feita somente com os traços provenientes de D, assumindo Lyons (1999) ao afirmar que os demonstrativos são inerentemente definidos.

Em resumo, as duas propostas, de Lyons (1999) e de Giusti (2001), têm questões em comum ao atestar que o desenvolvimento do artigo definido não é independente da estrutura sintática em que ele ocorre. Lyons (1999) afirma que o traço [+demonstrativo] foi perdido enquanto que Giusti (2001) não assume um traço demonstrativo em específico, mas argumenta que a diferença entre os demonstrativos e os artigos definidos corresponda à presença *versus* a ausência de traços [+dêiticos] ou [+definidos].

Mesmo com as diferenças existentes nos dois trabalhos, o limiar da questão trata da perda de traços relevantes para o sistema pronominal do Latim em termos de estrutura ou da perda de traços morfológicos do pronome. Ainda assim, os dois trabalhos assumem que há uma dependência formada entre os demonstrativos que ocupam uma posição mais baixa na estrutura do DP e o núcleo de D e que tal relação é mediada por movimento sintático.

Ressaltamos aqui que as duas análises acima são exemplos de gramaticalização para Roberts e Roussou (2003), pois estes casos trazem evidências de uma reanálise estrutural da língua em que ocorreu uma mudança categorial do demonstrativo, sendo um tipo de processo de mudança recorrente nas línguas. Nesta discussão, conclui-se que se o demonstrativo *ille* é alçado para D proveniente da posição de Dem e a reanálise deste como um artigo definido implica na perda do movimento de Dem para D. Com isso ocorre uma mudança na escolha de opções sintáticas onde a operação de movimento deixa de ser escolhida, passando-se para a opção de concatenação⁵. Portanto a explicação para a mudança é a perda de movimento junto com uma análise categorial, pois o demonstrativo podia ser movido para Spec,DP ou para o núcleo de D, permanecendo apenas a opção de núcleo.

Apresentamos agora um exemplo de mudança operada na passagem do Português Antigo para o Português Clássico no que se trata do sistema nominal possessivo.

⁵ Esta mudança nas escolhas talvez seja decorrente da perda de morfologia de Caso, como assume Giusti (2001)

1.6 O possessivo dentro do sistema nominal

Um outro elemento alçado para a posição de D para checar traços de definitude neste núcleo é o pronome possessivo. Como iremos discutir mais a fundo no decorrer desta investigação, uma propriedade capaz de distinguir padrões lingüísticos entre as línguas é justamente esta propriedade de movimento do possessivo da posição de Poss para D.

Como exemplificação, vejamos os dados do Espanhol a seguir.

- (7) a. los libros de novelas **mios**
b. *los libros **mis**
c. **mis** otros libros

Segundo Brito (2001:14) em casos como (7a) não ocorre operações de movimento do possessivo, pois o possessivo é gerado numa posição pós-nominal, de adjunção ao sintagma nominal. Entretanto, se fosse gerada a forma fraca *mis*, como em (7b), a construção seria inaceitável. Já nos casos com a mesma forma fraca, mas em posição pré-nominal a frase é aceitável como em (7c). Portanto, para (7a) não ocorreu movimento, em contraparte, para (7c) o movimento da forma fraca para D é obrigatório desde uma posição interna ao NP⁶.

No sistema possessivo do Português Antigo co-existiam as formas *minha, tua, sua* com as formas *ma, ta, sa* sendo estas últimas formas fracas que posteriormente vieram a desaparecer da gramática do Português, não sendo mais encontradas nos dados do início do século 16, conforme verificamos nos textos investigados.

De acordo com Muidine (2000:161) o sistema dos pronomes possessivos no Português Antigo corresponde ao quadro abaixo.

⁶ O mesmo acontece em outras línguas que têm uma clara distinção entre formas fracas e fortes, entre formas de D e formas pronominais, como o Inglês e o Francês.

	Masculino	Feminino	
		Formas fortes (antes ou depois do nome)	Formas fracas (só antes do nome)
Singular	Meu	mãa / minha	mia (= mha) / ma
Plural	Meus	mias, mãas, minas, (= minhas)	mias (= mhas) / mas
Singular	Teu	Tua	ta
Plural	Teus	Tuas	tas
Singular	Seu	Sua	sa
Plural	Seus	Suas	sas
Singular	Nosso	Nossa	-
Plural	Nossos	Nossas	-
Singular	Vosso	Vossa	-
Plural	Vossos	Vossas	-

Fonte: Muidine (2000:161)

Muidine assegura que as formas fracas do Português Antigo eram utilizadas sempre antes do nome, mas estas formas só existiam no feminino dado que o paradigma masculino permanece igual ao sistema de possessivo do Português Europeu.

No Português Europeu Moderno o sistema de possessivos apresenta apenas formas fortes que podem ser colocadas antes ou depois do substantivo, como vemos abaixo.

- (8) Esta é a **minha** caneta
 Esta caneta é a **minha**
 Esta caneta é **minha**

No Português Antigo havia uma assimetria entre as formas do feminino e do masculino, pois apenas no feminino as formas fracas tinham variantes que ocorriam em posição pré-nominal. No caso das formas fortes, estas ocorriam em posição pós-nominal e também quando isoladas.

De acordo com os dados obtidos pela autora, as formas fortes e fracas co-existiram até meados do século 15, mas mesmo assim, conforme afirma Mattos e Silva (1989, 1994), estava ocorrendo um processo de desaparecimento destas formas fracas, pois o Português Antigo não apresentava uma distribuição regular das formas tônicas e átonas dos pronomes neste período. Portanto, a perda das formas fracas no sistema possessivo do Português já se configurou como um processo de mudança sintática anterior ao período investigado por nós. Este fato pode ter influenciado no processo de mudança no sintagma possessivo que ocorreu no Português Clássico que nos propomos discutir aqui.

Como método de comparação, tomemos o Espanhol, uma língua derivada do Latim para identificar as características do sintagma nominal possessivo. Como podemos perceber no quadro abaixo, retirado do *Esbozo de una Nueva Gramática de la Lengua Española*, o sistema possessivo do Espanhol, diferentemente do que verificamos para o Português, sempre apresentou formas fortes e fracas de possessivos no masculino e feminino.

		Formas acentuadas	Formas inacentuadas
1ª. Persona	un poseedor	mío, mía, mios, mías	mi mis
	varios poseedores	nuestro, nuestra nuestros, nuestras	
2ª. Persona	un poseedor	tuyo, tuya tuyos, tuyas	tu tus
	varios poseedores	vuestro, vuestra vuestros, vuestras	
3ª. Persona	uno e varios poseedores	suyo, suya suyos, suya	su sus

O Espanhol utiliza até hoje as formas não acentuadas *mi, mis, tu, tus, su, sus*, trazendo divergências em relação ao comportamento que o Português apresenta. As formas não acentuadas ocorrem em posição pré-nominal enquanto que as acentuadas são pós-nominais. Quando um possessivo ocorre antes do nome no Espanhol este é uma

forma átona, como em (9a), mas quando este ocorre depois do nome temos uma forma tônica, podendo co-ocorrer com o artigo, como em (9b).

- (9) a. mi libro
b. el libro mio

Na proposta de Cardinaletti (1998) de que os possessivos deficientes se dividem em formas clíticas e fracas, os clíticos ocorrem em adjunção ao núcleo de DP e os pronomes fracos ocorrem em posição de Spec,D. No Espanhol os possessivos em posição pré-nominal são pronomes fracos (não podem ser modificados, coordenados ou focalizados) e os possessivos pós-nominais já podem ser modificados, coordenados e focalizados.

Entretanto não seria o caso de afirmar que os possessivos átonos do Espanhol seriam pronomes fracos, pois segundo Cardinaletti (1998:21) os possessivos pré-nominais do castelhano encontram-se adjuntos ao núcleo D. Portanto são núcleos e consequentemente seriam clíticos. A justificativa apresentada pela autora valeu-se do comportamento sintático das formas pré-nominais que não co-ocorrem com o artigo ou demonstrativo, como em (10).

- (10) a. *la **mi** casa / **mi** casa Espanhol Moderno
b. * este **mi** libro / este libro **mío**

Considerando o fato de não ser possível a co-ocorrência destes possessivos com os determinantes, poderíamos afirmar que estes são clíticos e núcleos, pois ocupam a mesma posição sintática que o artigo ocuparia. Dessa forma, remetemos à hipótese de Muidine (2000:166) de ‘ter havido tanto no Português como no castelhano um processo generalizado de eliminação de pronomes fracos, visto que os possessivos átonos do castelhano são sintaticamente, clíticos e não pronomes fracos’.

As evidências para esta hipótese é que no Espanhol Antigo era possível tal co-ocorrência, conforme exemplos de Cardinaletti (1998:23) em (11)⁷.

⁷ Também Costa Olid (1981, apud Muidine 2001) aponta que no Espanhol Antigo o possessivo em posição pré-nominal era realizado juntamente com o artigo, diferentemente do que notamos no Espanhol atual, com pequenas exceções dialetais.

- (11) a. la **mi** casa
b. este **mi** libro

Espanhol Antigo

Ao contrastar o Espanhol moderno com o Espanho Antigo percebemos que hoje em dia uma forma fraca não co-existe com o determinante como acontecia no Espanhol Antigo. Esta seria uma evidência para a proposta de Cardinaletti de que o pronome no Espanhol moderno não seja um pronome fraco, mas um clítico. Assim, em *la mi casa*, *mi* seria um pronome fraco em posição prénominal.

Assumida a classificação tripartida dos pronomes possessivos, Muidine afirma que os possessivos pré-nominais da língua antiga eram pronomes fracos que teriam sofrido um processo de mudança que se traduziu na sua reanálise como clíticos. Mas porque o Espanhol e o Português divergiram na forma de eliminação dos possessivos fracos da língua?

O Português passou a gerar um aumento no uso do artigo diante do possessivo em posição pré-nominal, enquanto que o Espanhol inibiu completamente o uso deste artigo no mesmo contexto. Portanto, os caminhos distintos de cada uma das línguas estão relacionados às diferenças que se encontravam no sistema possessivo destas línguas. Sobre este ponto de vista, Muidine (2000:169) assevera que:

“o Português perdeu suas formas átonas (ma, ta, sa) porque sua permanência implicava a existência de um sistema desequilibrado, com uma má integração no sistema dessas formas (...) Por sua vez, o castelhano, por possuir um sistema mais equilibrado, seguiu uma direção de mudança com permanência dos possessivos fracos no sistema respectivo. Assim, os pronomes possessivos fracos (não clíticos) não desapareceram, mas mudaram de estatuto, tornando-se clíticos.”

Muidine (2000:178) conclui que as formas átonas do possessivo (*ma, ta, sa*) existente no Português Antigo desapareceram por serem pronomes fracos e por, além disso, desequilibrarem o sistema de pronomes possessivos, pois só o feminino possuía variantes átonas. No que diz respeito à língua castelhana, verificamos que as formas

átonas (pré-nominais), existentes até hoje, eram pronomes possessivos fracos no castelhano antigo, mas que sofreram um processo de mudança, tendo sido reanalisados como determinantes. Isto é, deixaram de ser pronomes fracos e passaram a ser clíticos.

Sumário

Abordamos, neste capítulo, algumas propostas de investigação para os fenômenos de mudança que ocorrem nas línguas. Em um primeiro momento discorreremos sobre uma visão gerativista para uma abordagem diacrônica dos processos verificados nas línguas capazes de acarretar em mudança de gramática. Apontamos para dois tipos de processo: a gramaticalização e a competição de gramáticas, sendo que este último será utilizado para nossa análise dos resultados.

Tendo em vista o sintagma nominal, objeto de nosso estudo, discutimos os processos sintáticos que acarretaram em mudança gramatical do artigo definido desde o Latim para as línguas românicas contemplados nos trabalhos de Lyons (1999) e Giusti (2001).

E por fim, trouxemos à discussão o sistema possessivo do Português que sofreu uma mudança na passagem do Português Antigo para o Português Clássico com a perda de formas possessivas femininas, como apontado por Muidine (2000). Para isso, comparou-se o quadro do sistema possessivo do Português com o do Espanhol.

No próximo capítulo trataremos em mais detalhes, propostas de análise sobre a configuração do sintagma nominal.

CAPÍTULO 2 – O SINTAGMA NOMINAL

“Eles [os artigos definidos, indefinidos ou partitivos] eram muito menos usuais no Português antigo do que no moderno, e ainda hoje empregamos muitas vezes substantivos não acompanhados de tais partículas, sobretudo (...) fora da função de sujeito, quando se trata de substâncias ou entidades psíquicas, ou de relações freqüentes e há muito estereotipadas no idioma (...)

(Gramática Simbólica do Português: 97).

Conforme atestam Mattos e Silva (2002), Costa (2002), Magalhães (2002) entre outros, a Língua Portuguesa sofreu uma mudança na sua gramática quanto a aplicação do artigo em DPs possessivos. Portanto, a partir da presente pesquisa, almejamos delinear os contextos afetados por essa mudança, capazes de revelar como os sintagmas nominais possessivos comportaram-se na história do Português.

Num primeiro momento, discutiremos as considerações teóricas relativas à configuração do sintagma nominal nas línguas, juntamente com a formalização a respeito das características do determinante.

Assim, neste capítulo serão abordadas questões referentes à formalização da estrutura do constituinte nominal nas línguas. Em um primeiro momento trataremos da hipótese inicial do DP em que foi possível perceber o sintagma nominal como uma estrutura paralela à estrutura da sentença, capaz de apresentar comportamentos sintáticos semelhantes.

Ao adotar a proposta da hipótese de DP, trabalharemos mais atentamente a sua configuração estrutural, discorrendo sobre sua estrutura interna onde há (ou não) a necessidade da realização de movimentos para a checagem de alguns traços na estrutura. Tais movimentos seriam legitimados se pensarmos que a estrutura do DP se comporta da mesma forma que a da frase, em que é preciso haver movimentos para a checagem de traços como de Caso e de EPP, por exemplo.

Com relação ao determinante, traremos algumas discussões a respeito do seu emprego juntamente com um nome próprio e que juntos poderão trazer evidências sobre o seu *status* no constituinte nominal. Neste contexto discutiremos a proposta de Longobardi (1994) de que todo sintagma nominal em posição de argumento licencia obrigatoriamente um DP, sendo tal núcleo preenchido pelo artigo ou pelo alçamento do nome próprio.

Também será abordada a variação no uso do determinante no sintagma nominal possessivo no Português Clássico, sendo necessário atentar para os mecanismos que regem o DP possessivo e delinear seus elementos constituintes.

2.1 A estrutura do DP

Em meados da década de oitenta, grandes desenvolvimentos teóricos ocorreram baseados na formalização da teoria X-barras, no que diz respeito aos elementos sentenciais (cf. Chomsky, 1986). Estes avanços permitiram estender o esquema da teoria X-barras à representação sintática dos constituintes nominais, o que acarretou no desenvolvimento de uma estruturação mais sofisticada, capaz de abrigar adequadamente a posição do determinante, por exemplo.

Ao tratar da configuração dos constituintes nominais, vários trabalhos passaram a esquematizar a proposta conhecida como *Hipótese de DP* ao assumir que o sintagma nominal dispõe de uma hierarquia paralela a de uma sentença e que qualquer sintagma nominal referencial contém duas partes, uma lexical e outra funcional. Ainda por meio desta hipótese é possível acondicionar adequadamente a posição do determinante, um núcleo funcional que anteriormente estava na posição de especificador e que não era

projetado (cf. Szabolcsi (1983, 1987), Fukui e Speas (1986), Horrocks e Stavrou (1987) e Abney (1987) entre outros).

Seguindo as concepções de Princípios e Parâmetros, Abney (1987) propõe uma análise para que os determinantes (artigos e demonstrativos) fossem definidos como categorias funcionais nucleares que selecionam um elemento lexical – o sintagma nominal. Assim, passou-se a definir como novo sintagma, o DP, considerado como sendo a projeção máxima da categoria de determinante. Ao dar continuidade à proposta do modelo X-barras de Chomsky, (1980), Abney (1987:351) propõe o seguinte:

“(...) The DP-analysis permits us to preserve the same restrictive characterization of X-bar theory which motivates the IP-analysis of the sentence (...)”

Na primeira formulação da teoria X-barras, o determinante ocupava a posição de especificador do sintagma nominal, sendo o nome (N) analisado como núcleo deste sintagma. Portanto, a introdução da noção de DP permite a criação de um espaço mais amplo no qual se configura a representação sintática de todos os elementos da estrutura do constituinte nominal, sejam eles nominais ou funcionais. Como consequência a essa visão, Abney (1987: 25-26) delinea um paralelismo entre a estrutura sintática da frase em relação à estrutura sintática do constituinte nominal, conforme assinalado a seguir:

“(..) The solution I have proposed is, in effect, to assign a more sentence-like structure to the (...) noun phrase than is commonly assumed. This is attractive for conceptual reasons, in addition to the empirical advantages it provides. Verb versus noun is the most fundamental opposition in grammar, and it is appealing to be able to assign the phrases built on them – sentence and noun phrase, respectively – parallel structure (...).

Assim, o autor percebe a simetria existente entre os sintagmas nominais e as sentenças, uma vez que em algumas línguas o “sujeito” ao nível do DP apresenta um comportamento semelhante ao sujeito ao nível da sentença⁸.

A proposta assegura que da mesma maneira que uma projeção verbal contém um VP dominado por projeções funcionais, como AgrP e IP, as projeções nominais também poderiam ser tidas como uma projeção do núcleo N dominada por projeções funcionais, como D e AgrP e que se comportam semelhantemente à frase. A partir desta estrutura hierárquica, pensou-se os constituintes nominais como DPs que abrigam sintagmas nominais, i.e. os DPs seriam projeções máximas dos NPs, e as categorias funcionais internas ao DP passam a ter melhor sustentação na explicação de sua configuração estrutural.

Posteriormente à investigação de Abney, várias pesquisas trouxeram suporte empírico para sua hipótese, conforme trabalhos de Ritter (1987), Delsing (1988), Ouhalla (1988) e Taraldsen (1990). E ainda outras pesquisas puderam identificar outras projeções funcionais, como Ritter (1991) que contribui trazendo argumentos para a existência de uma projeção funcional NumP e ainda Rouveret (1991) que propôs que os pronomes seriam NumPs, entre outros⁹.

Os trabalhos de Szabolcsi (1987), Stowell (1992) e Longobardi (1994) perseguem esta idéia de que DP é a projeção máxima dos constituintes nominais e que a categoria D é capaz de identificar a referencialidade do sintagma nominal. O constituinte D apresenta um comportamento paralelo ao Complementizador de uma

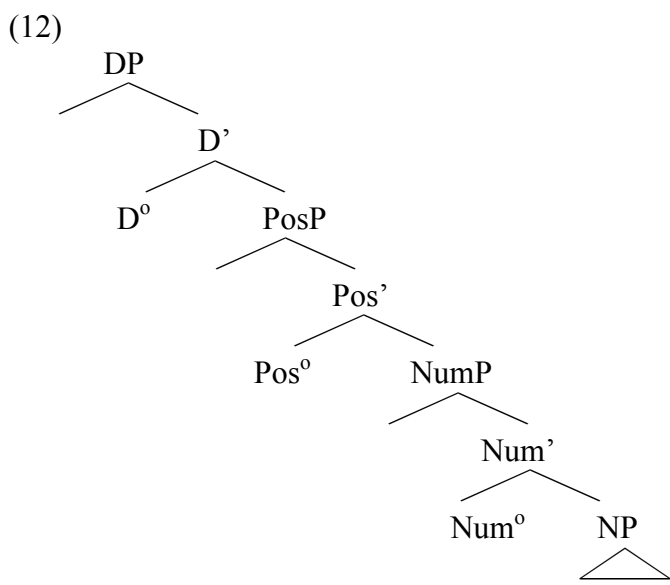
⁸ Alguns dados empíricos que corroboraram com a *Hipótese de DP* baseiam-se no Húngaro em que o elemento possessivo apresenta marcas semelhantes às aquelas em que teria o nome no nível da frase. Segue alguns exemplos do Húngaro.

- (i) a. az en- \emptyset vendeg – e – m
o eu-Nom convidado- Poss-1sg
“o meu convidado”
b. a te- \emptyset vendeg – e – d
o tu-Nom convidado-Poss-2sg
“o teu convidado”
c. (a) Mari- \emptyset vendeg – e – \emptyset
a Mari-Nom convidado-Poss-3sg
“o convidado da Mari”

⁹ Cinque (1994), Giusti (1997) e para o Português Martinho (1998) procuraram acomodar na estrutura do sintagma nominal os adjetivos qualificativos, os possessivos, quantificadores e numerais e para tal feito propuseram a existência de categorias funcionais intermediárias que abrigassem estes elementos, pensando posteriormente na realização de movimento do nome para categorias funcionais.

sentença ao tomar como complemento uma expressão que pode aparecer numa posição argumental (NP e IP). Assim, ao utilizarmos a hipótese de DP é possível acomodar melhor os núcles funcionais entre os núcles de D e NP que podem tomar certos constituintes nos seus especificadores.

Conseqüentemente, a estrutura de um DP passa a ser capaz de abrigar várias projeções funcionais para checagem de certos traços como de possuidor, número e definitude, posicionadas entre o núcleo nominal (N^o) e o núcleo determinante (D^o), conforme visualizado a seguir.



Dessa maneira, a *Hipótese de DP* contribuiu para uma análise sintática e semântica dos constituintes nominais ao abrir caminho para a realização de diversas investigações sobre a tipologia lingüística do uso de determinantes nos sintagmas possessivos, sobre a relação morfossintática entre os clíticos e os determinantes e sobre o *status* da expressão nominal, entre outras tantas análises.

Longobardi (1994) baseia-se na estrutura do DP proposta por Abney (1987), entre outros, em que haveria a mesma configuração de um CP para investigar o sistema do Italiano. O autor encontra evidências de haver um movimento da posição do nome para a posição de determinante para a checagem de traços. Assim, investiga o constituinte nominal do Italiano, comparando-o com dados do Inglês e, como resultado

No caso de línguas como o Inglês, os nomes próprios apresentam outro comportamento. Funcionam como nomes nus (*bare nouns*), como exemplificado em (16). E mesmo os casos de orações interpretadas com uma leitura genérica também não permitem o uso do artigo em Inglês como em (17).

- (16) a. **John** call me yesterday
b. * **The John** call me yesterday

- (17) a. **Elephants** are big animals
b. ***The elephants** are big animals

A este respeito, Longobardi (1994) afirma que todo sintagma nominal em posição de argumento é um DP, mesmo aqueles em que não ocorre o artigo, como nos exemplos discutidos acima. Nesses casos, ocorre uma formação de cadeia entre a posição do nome e do determinante licenciando um movimento de N para a posição de D. Tal movimento não é universal para todas as línguas, mas segundo o autor há uma diferença paramétrica na aplicação do princípio apresentado abaixo que se aplica em algumas línguas. Assim, a explicação para a variação no uso do artigo diante de nomes próprios entre as línguas apresentadas por Longobardi (1994:641) é a seguinte.

N raises to D (by substitution in the Syntax in Italian but not in English)

Portanto a diferença no comportamento de sintagmas nominais com nomes próprios entre o Italiano e o Inglês, de acordo com a proposta de Longobardi (1994), ocorre em decorrência do licenciamento do movimento do nome que é gerado em núcleo de N, para o núcleo de D no Italiano, diferentemente do que ocorre no Inglês.

Segundo o autor, todos os argumentos requerem um DP licenciado. A leitura de definitude quando em casos sem o artigo junto a nomes próprios só é possível devido ao movimento de N para D em algum nível de representação, deixando a posição inicial do

movimento sem interpretação, em específico núcleo de N. Isso quer dizer que para a gramática do Italiano a posição de D não pode ficar vazia.

O autor propõe que nos casos de plurais nus (*bare plurals*) do Italiano, o movimento de N para D ocorre em sintaxe aberta devido à exigência da checagem de um traço forte de referencialidade em D¹⁰. Longobardi (1994:621) argumenta ainda que para o Italiano, quando em predicado, mesmo quando há dois nomes coordenados com determinantes realizados, a concordância não é obrigatória. Isto mostra que há realmente uma distinção entre a posição de argumento *versus* predicado, corroborando posteriormente para assumir a sua hipótese de que é preciso ter um D preenchido nos argumentos.

A contribuição trazida pelo estudo de Longobardi (1994), ao revelar uma variação paramétrica entre as línguas, ressalta a importância e necessidade do licenciamento de uma categoria D na estrutura do sintagma nominal quando em posição de argumento.

A natureza crucial da categoria D para os argumentos se manifesta independentemente pelo fato de que algumas propriedades típicas destes argumentos como o número gramatical, estão marcadas justamente na posição de D. O uso de um D vazio ou não especializado para número não pode acarretar em indeterminação semântica entre singular e plural, como em (18).

(18) a. La mia segretaria e tua collaboratrice sta / *stanno uscendo. (Longobardi 1994:620)

The my secretary and your collaborator is/ are going out

b. La mia segretaria e la tua collaboratrice stanno / *sta uscendo

The my secretary and the your collaborator are / is going out.

¹⁰ Nos casos dos nomes nus (*bare nouns*), de acordo com a língua utilizada, o processo de cadeia ocorre apenas em LF.

Em (18a) o determinante foi realizado em apenas um dos nomes, em decorrência disso, todo sujeito acaba sendo entendido como apenas um indivíduo, ou seja, o uso do artigo só em um sintagma nominal gera a interpretação de que “secretária” e “colaboradora” são a mesma pessoa. Interpretação marcada pela concordância do verbo no singular (sta/ is).

Em (18b) os determinantes ocorrem nos dois nomes coordenados, fazendo com que estes argumentos sejam interpretados obrigatoriamente como plural, trazendo a interpretação de que há “uma secretária” e também uma “colaboradora” que correspondem a duas pessoas distintas. Tal interpretação é marcada pela concordância do verbo no plural (stanno / are).

De acordo com os exemplos utilizados no Italiano, foi indicado que apenas o determinante singular é suficiente para impor designação de singular para toda a expressão nominal, enquanto que dois determinantes no singular automaticamente impõem designação de plural. Note que este comportamento da língua é distinto do Português Europeu, conforme exemplos recolhidos por esta pesquisa junto a falantes nativos de PE, como verificamos abaixo.

Os exemplos que se seguem são frases que foram elicitadas junto a falantes nativos do Português Europeu para verificar se a diferenciação no tipo de nome empregado pudesse acarretar em diferentes interpretações semânticas, conseqüentemente que viessem a ter diferentes julgamentos de aceitabilidade.

- (19) a. A minha secretária e a tua colaboradora saíram cedo
b. * A minha secretária e tua colaboradora saíram cedo
c. * A minha secretária e tua colaboradora saiu cedo
d. * A minha secretária e a tua colaboradora saiu cedo

Diferentemente do Italiano, sempre que temos um possessivo com nomes comuns utiliza-se o artigo, i.e., não é possível omitir o artigo no segundo DP

coordenado¹¹. Além dessa distinção com relação ao Italiano, percebemos que no PE a realização dos dois artigos junto ao DP possessivo acarreta numa leitura de plural. Ou seja, se o PE se comportasse nos mesmos padrões que o Italiano era possível haver diferentes interpretações semânticas de número quanto a coordenação dos DPs, mas no PE só podemos ter uma interpretação de plural nesses casos. Podíamos imaginar que (19d) fosse possível, pois também licencia um artigo, mas os falantes julgam estranha a frase.

Portanto, com estes dados percebemos que no PE o emprego do determinante não está relacionado à marcação de número para a toda a frase assim como ocorre no Italiano. Mesmo quando há dois DPs coordenados com artigos realizados a determinação de plural destes dois nomes não é transferida para a atribuição de uma leitura de plural por toda frase, mas é marcada por meio da concordância verbal.

Ainda ao fazer os testes de elicitación de julgamento junto a falantes do Português Europeu, selecionamos nomes comuns, nomes próprios e nomes próprios de conhecimento geral para verificar se haveria diferentes resultados no emprego do artigo no DP possessivo. Os exemplos a seguir reforçam o comportamento notado no exemplo (19). Nesses casos utilizamos um nome próprio e percebemos que não há variação na aceitabilidade com este outro tipo de nome.

- (20) a. O João e a Maria estão de férias
b. * João e Maria estão de férias
c. O meu João e a minha Maria estão de férias
d. * Meu João e minha Maria estão de férias
- (21) a. A minha Manoela e a tua Maria foram passear
b. *A minha Manoela e tua Maria foram passear
c. * minha Manoela e a tua Maria foram passear
d. * minha Manoela e tua Maria foram passear

¹¹ Seria possível se estivermos tratando da coordenação de dois elementos como em (i) a seguir.
(i) A minha secretária_k e tua colaboradora saiu_k cedo (leitura única)

- (22) a. A minha Madona e a minha Liza Minelli não sabem dançar
b. *A minha Madona e minha Liza Minelli não sabem dançar
c. * minha Madona e a minha Liza Minelli não sabem dançar
d. * minha Madona e minha Liza Minelli não sabem dançar
- (23) a. O meu Machado de Assis e o teu Camões são figuras memoráveis
b. *O meu Machado de Assis e teu Camões são figuras memoráveis
c. * meu Machado de Assis e o teu Camões são figuras memoráveis
d. * meu Machado de Assis e teu Camões são figuras memoráveis
- (24) a. O meu Salazar e o teu Pinochet deveriam ser esquecidos
b. *O meu Salazar e teu Pinochet deveriam ser esquecidos
c. * meu Salazar e o teu Pinochet deveriam ser esquecidos
d. * meu Salazar e teu Pinochet deveriam ser esquecidos

Verificamos que mesmo com a coordenação de dois DPs possessivos o uso do artigo é obrigatório nas duas posições sem exceção.

E no que se refere aos dados de nomes próprios dentro de DPs possessivos no Português Clássico, assinalamos que até a presente investigação não há maiores informações sobre este contexto. Reconhecemos que Magalhães (2002) e Costa (2002) tratam de sintagmas nominais com nomes próprios, contudo as autoras o fazem sem remeter aos casos de DPs possessivos. No trabalho de Magalhães (2002) constatou-se que “o uso de artigo definido diante de nomes próprios era variável no século XVI e vai diminuindo ao longo dos séculos até ficar bem reduzido no século XIX”. Entretanto este resultado não condiz com o comportamento atual do PE em que há grande aplicação de artigos em nomes próprios em sintagmas nominais possessivos ou não possessivos, ou seja, não era de se esperar uma diminuição no uso do artigo nestes contextos conforme afirma Magalhães (2002). No capítulo 4, dos dados, apresentaremos os resultados

encontrados na presente investigação que poderão visualizar a semelhança entre o perfil da mudança do DP possessivo junto a nomes próprios se comparados com a evolução no uso do artigo nos DPs possessivos junto a nomes comuns na gramática do Português Europeu.

Tendo em mente a proposta de Longobardi de que todo sintagma nominal em função de argumento exige o licenciamento e o preenchimento do núcleo funcional D, fazemos as seguintes considerações com relação ao contexto de pronomes possessivos: O Português Clássico, assim como o PB, apresenta variação no uso do artigo, passando para um padrão no PE que, de certa forma, se assemelha ao do Italiano em que o uso do artigo é obrigatório. Dessa forma, é possível pensar que o DP possessivo do PE comporta-se assim como o Italiano, diferenciando-se do Espanhol? Em qual tipo de língua o sistema possessivo do Português Europeu mais se enquadra?

E se retomarmos a possibilidade de variação no uso do artigo no PC, como poderíamos tratar o DP possessivo com base na hipótese de Longobardi que afirma que todo DP argumento precisa ter a posição de D preenchida? Seria o caso de dizer que existia um padrão misto de realizações do DP; um sistema com artigo realizado obrigatoriamente como no Italiano co-ocorrendo com outro sistema sem artigo como o Espanhol ou Inglês, por exemplo? Essa co-ocorrência de dois padrões para realização do artigo no DP possessivo pode ser descrita como um fator de competição de dois sistemas gramaticais distintos?

Talvez não tenhamos respostas para todos estes questionamentos, mas a discussão proposta na seção na seção 5.11 apresenta-se como uma tentativa de desvendar o comportamento do sistema possessivo do Português.

Entretanto, neste momento, tratemos ainda de um outro fenômeno descrito por Longobardi sobre o licenciamento de um DP no Italiano.

2.3 Argumentos como nomes nus para o Italiano

Notamos que no Italiano um nome singular contável em posição de argumento precisa vir acompanhado de artigo (posição de sujeito, objeto direto, etc), como é possível visualizar nos exemplos de Longobardi (1994:612) a seguir.

- (25) a. * (Un/Il) grande amico di Maria mi ha telefonato
(a/the) great friend of Maria called me up
- b. Ho incontrato *(un/il) grande amico di Maria ieri
I met (a/the) great friend of Maria yesterday
- c. Ho parlato con *(un/il) grande amico di Maria ieri
I spoke with (a/the) great friend of Maria yesterday
- d. Ha telefonato / É venuto *(un/il) grande amico di Maria
called up/ came (a/the) great friend of Maria

No Italiano exige-se a presença de um elemento na posição de núcleo de D quando o sintagma nominal for um argumento. Assim, Longobardi (1994:613) propõe o seguinte princípio, com base nessas observações da gramática do Italiano.

(26) *A nominal expression is an argument only if it is introduced by a lexically filled D position*¹².

¹² As línguas admitem uma variedade de expressões nominais em combinações diferentes entre possessivos, núcleos nominais e determinantes, entre outros. Considerando as possíveis variações no uso do artigo nas línguas, Longobardi (1994:610) nota que há vários tipos semânticos de

Contudo há casos no Italiano em que um argumento é realizado sem o seu determinante, como os nomes nus (*bare nouns*). Vejamos os exemplos de Longobardi (1994:615)

(27) a. Ogni giorno mangia \emptyset patate

every day he eats potatoes

b. Ogni giorno mangia alcune/delle patate

every day he eats some/PARTIT ART potatoes

Nos nomes nus (*bare nouns*) pode não haver uma quantificação ou determinação dos elementos, uma vez que estes são expressões nominais não referenciais que ocupam uma posição argumental (argumento externo ou interno do núcleo nominal) com interpretação genérica (28) ou existencial (29) conforme descrito por Longobardi (1994:630).

Italiano / Inglês

(28) a. *Castori costruiscono dighe. (leitura genérica)

b. Beavers build dams.

constituintes nominais sem artigos, tais como nomes próprios, existenciais, genéricos indefinidos e orações nominais não argumentais que podem ser distinguidas pelo seu comportamento sintático em PF e LF.

Baseado na hipótese do DP, Longobardi (1994:641) trata de algumas diferenças do constituinte nominal entre Línguas Germânicas e Línguas Românicas e propõe os seguintes princípios universais:

[_D^e] = interpretação existencial padrão

Um núcleo vazio precisa ser lexicalmente regido

O autor formula tais princípios, pois é necessária uma posição de determinante lexicalmente preenchida para que uma expressão nominal seja interpretada como argumento. Ou seja, se a posição de D estiver vazia isso implica em uma leitura existencial *default* e não de argumento.

- (29) a. *Cani stavano seduti sul mio prato (leitura existencial)
b. Dogs were sitting on my lawn.

Uma observação feita pelo autor é que os quantificadores existenciais podem ser expressos por (*bare nouns*), mas sob algumas condições especiais. A distribuição dos nomes nus nas línguas românicas parece estar sujeita a um tipo de requerimento de regência lexical parecido com as categorias vazias. Apresentamos os exemplos do Italiano que revelam a característica desses nomes em (30).

- (30) a. *Acqua viene giù dalle colline
‘Water comes down from the hills’
b. Viene giù acqua dale colline
‘comes down water from the hills’
c. Ho preso acqua dalla sorgente
‘I took water from the spring’

Os nomes nus das línguas românicas normalmente não ocorrem em posição de sujeito pré-verbal, mas podem ocorrer em posições de argumento interno e também em sujeitos invertidos de predicado inergativo.

- (31) a. *In questo ufficio marocchini telefonano sempre
‘In this office Moroccans always call up’
b. In questo ufficio telefonano sempre marochini
‘in this office always call up Moroccans’

c. In questo ufficio incontro sempre marocchini

‘in this office I always meet Moroccans’

Nestes casos, nota-se que no Italiano é possível nomes nus com leitura existencial, mas não com leitura genérica, pois o nome recebe a interpretação [+definido].

Vejam os seguintes exemplos correspondentes em (32) e (33).

(32) a. *The beavers are mammals.

b. *the wine is made of grapes.

(33) a. Os castores são mamíferos.

b. O castor é um mamífero.

c. O vinho é feito de uvas

Ao compararmos com as traduções destas frases para o Português Europeu percebemos que o comportamento da língua é distinto do Inglês, por exemplo. Enquanto o Inglês (32) não permite artigo, o Português Europeu (33) exige obrigatoriamente a realização deste elemento para a aceitabilidade da frase.

Recapitulando ...

Como vimos, a estrutura do sintagma nominal nas línguas pode ser equiparada com a estrutura das sentenças pelo fato de nomes e verbos apresentarem comportamentos semelhantes, como a seleção de argumentos. Dessa forma, as investigações de Longobardi (1994) foram importantes para determinar os padrões de aplicação do sintagma nominal em línguas românicas em comparação às demais

línguas. Procurou-se investigar o posicionamento do nome na árvore sintática e do seu licenciamento formal, dada uma necessidade de movimento que se aplica universalmente aos argumentos.

Assim, o autor apresenta contextos em que é possível verificar o reflexo deste movimento como nos nomes nus, plurais nus e nos nomes próprios. Portanto, o trabalho de Longobardi aponta para uma diferença paramétrica entre as línguas no que se refere ao mecanismo de licenciamento do DP e, por conseguinte, vem reforçar a hipótese de DP, ressaltando a importância do determinante como fator evidenciador de argumentos. Ainda faremos maiores considerações sobre o mecanismo de licenciamento de nomes comuns e nomes próprios em DPs possessivos do Português Clássico.

Uma vez tratado de aspectos estruturais do sintagma nominal nas línguas Românicas, passemos para a discussão sobre as características dos artigos no intuito de mapearmos a estrutura do DP possessivo sob uma abordagem diacrônica.

2.4 O emprego do artigo nas línguas

“(...) Nos possessivos, o processo dêitico associa-se à função de genitivo (posse); a determinação do nome é dada pelo artigo ou demonstrativo que os precede obrigatoriamente. (...)”

(Gramática da Língua Portuguesa, João de Barros [1510] 1971:191).

É preciso salientar a importância do artigo como um dos objetos centrais da análise deste trabalho, dado que seu emprego foi capaz de tornar visível a mudança sintática observada no decorrer dos séculos do Português Clássico. O uso variável do determinante em DPs possessivos no PC, passando à sua total obrigatoriedade nos dias de hoje no Português Europeu indica um contexto de mudança gramatical que merece maior atenção quanto às suas características formais. Partindo disto, cabe perguntar qual seria o estatuto deste determinante no DP possessivo. O determinante neste contexto comporta-se da mesma maneira que nos demais sintagmas nominais da língua ou tem um comportamento peculiar?

Parece simples determinar como empregar o artigo em sintagmas nominais hoje em dia conforme mencionado nas gramáticas da Língua Portuguesa, sabendo que todas as frases da língua possuem argumentos. Aparentemente seu uso é tido como um elemento extra, funcionando como um apoio que contribui para maiores informações do sintagma nominal, entretanto, há particularidades que, ao serem exploradas, revelam comportamentos interessantes dos determinantes.

Passemos então para as discussões sobre um de nossos protagonistas: o artigo.

Segundo algumas gramáticas da Língua Portuguesa, encontramos explicações que buscam justificar a ausência do artigo por razões de tradição, ou por razões estilísticas. Por exemplo, na Gramática da Língua Portuguesa, de autoria de João de

Barros ([1570] 1971:185) são salientados os casos em que não se usa o artigo no século XVI.

“Muitas vezes, em o primeiro caso [nominativo] nam poemas artigo por[eu] a ordem da constuiçam ô declára quando a pe[s]soa é autor da cousa do qual módo também usam os Hebreos. (...) Todo nome próprio se rége sem artigo, e o caso genitivo muitas vezes se rege desta preposiçam de .”

As regras do emprego do artigo na Língua Portuguesa, apresentadas pelas gramáticas normativas não mencionam informações de valor referencial dos sintagmas nominais. Pelo contrário, as determinações de uso ou não do artigo são superficiais para compreendermos o funcionamento da língua com relação a este respeito. Na mesma gramática, acima citada, notamos a seguinte afirmação.

“o artigo definido é (...) um mero designativo (...) limita sempre a noção expressa pelo substantivo. (...) O artigo indefinido (...) serve principalmente para a apresentação de um ser ou de um objeto ainda não conhecido do ouvinte ou do leitor (...).” João de Barros ([1570] 1971:214, 237 e 239)

De acordo com a Nova Gramática do Português Contemporâneo ([1984] 1995:207-8):

“Dá-se o nome de artigo às palavras o (...) e um (...), que se antepõem aos substantivos para indicar:

a) que se trata de um ser já conhecido do leitor ou ouvinte [artigo definido];

b) que se trata de um simples representante de uma dada espécie ao qual não se fez menção anterior [artigo indefinido] (...) e que o artigo é (...) um signo dependente [pertencendo] ao tipo de signos que se agrupam em paradigmas ou inventários (...) fechados (...). E,

“São especificadores no interior do SN todos os elementos que se encontram à esquerda do núcleo e não funcionam como complementos (...) o artigo definido ocorre indiferentemente no SN sujeito e no SN objeto direto (...). Em [O professor chegou atrasado] o especificador (artigo) tem apenas a função de individualização. (...)” (Gramática da Língua Portuguesa 1989: 189-190).

As duas últimas definições referidas acima, embora assentando em bases teóricas diferentes, definem os artigos a partir de uma proposta morfo-sintática, tendo em conta a posição dos artigos e os valores de individualização ou quantificação.

Na Nova Gramática do Português Contemporâneo (1995: 237-238) os casos de ausência do artigo nos sintagmas nominais são apenas enumerados como casos especiais. Resumidamente eis as considerações que ditam os casos em que o uso do artigo deve ser evitado:

- Quando o gênero e número do substantivo estão evidenciados por outras classes de palavra, como os pronomes demonstrativos, numerais, entre outros;
- Quando se intenta evidenciar a noção expressa pelo substantivo de um modo geral;
- Quando em casos que ocorrem enumerações e pretende-se atingir um efeito de acumulação ou de dispersão;
- Quando no emprego de vocativos;
- Quando no emprego de apostos que indicam simples apreciação;
- Quando ocorre antes de algumas palavras como *tempo, ocasião, motivo, permissão, força, valor, ânimo* (para alguma coisa), complementos dos verbos

ter, dar, pedir e seus sinônimos (...);

- Quando há existência de outro elemento determinativo anteposto ao nome como (...) uma forma de identidade ou de comparação (...);
- Quando o substantivo for empregado no singular para exprimir a não idéia de unidade, mas uma noção primitiva, ou para designar toda a espécie ou categoria a que pertence (...)

Assim, nas gramáticas é feita uma tentativa de descrição dos contextos de emprego do artigo, mas conforme salientado por Correia (2002), ao investigar o estatuto do artigo no Português, não há uma sistematização dos casos em que não existe determinante, como não se evidencia, para além de razões baseadas na vontade dos falantes, quaisquer critérios que estabilizem essa ‘vontade’.

Na *Grammaire du Français Contemporain* (Chevalier, J.-C. et al. 1964:220), verificamos que um determinante vazio - \emptyset - faz parte do quadro dos artigos disponíveis em Francês, sendo caracterizado como uma ausência de artigo:

“L’ancien français possède une opposition vivante; l’article actualise replace le nom dans une situation réelle et concrète; l’absence d’article le marque comme virtuel (...) Mais le français moderne, qui a besoin d’un déterminant pour marquer le genre et le nombre des substantifs, a laissé effacer cette utile distinction (...).

Com relação a este determinante, Anscombe (1990 :273) também aponta para o fato de que o Francês é capaz de licenciar um artigo zero.

“il y a en français contemporain un article zéro (...) Selon cette hypothèse, il doit être ajouté à liste traditionnelle des déterminants. De plus, cela signifie que le français a toujours eu un article zéro : cependant, si l’on se réfère aux étapes antérieures du français, la fonction de cet article zéro a varié

diachroniquement parlant. Cet article zéro se manifeste par une absence de déterminant en surface ; c'est un tel article qui est en particulier présent dans les 'locution verbales (comme faire allusion, donner ordre, obtenir réparation, prendre congé ...] "

O ponto importante da visão de Ascombe deve-se a impossibilidade de distinguir com certeza quando ocorre tal determinante \emptyset e ausência do artigo. Mas de qualquer maneira, verificamos que o Francês, em alguns contextos, é uma língua que permite a não utilização de artigo, distinguindo-se de línguas em que seu emprego é obrigatório.

Já na Gramática Simbólica do Português há algumas propostas que pretendem justificar a ausência de determinantes nos DPs do Português tendo em conta as características dos nominais presentes no sintagma nominal e os valores de quantificação presentes nos enunciados, contudo esta é uma abordagem que enfatiza os elementos do discurso, estando fora do escopo deste trabalho. Mesmo assim, este tipo de análise seria interessante para ser realizada, pois de acordo com nossos resultados, o tipo de nome empregado no DP possessivo no Português Clássico traz influências para o licenciamento ou não do artigo como veremos mais adiante no capítulo 4 da apresentação dos dados.

2.5 O artigo no sintagma nominal do Português Brasileiro

Para introduzir a discussão sobre as diferentes interpretações obtidas com o uso ou não do artigo em contextos de DPs possessivos, serão apresentadas as considerações feitas por Borges Neto (1978) a respeito do Português Brasileiro. O autor discorre sobre as várias formas de utilização da estrutura possessiva na estrutura do constituinte nominal no PB, considerando que a variação no uso do artigo diante do possessivo implica em leituras distintas.

Borges Neto ao investigar as realizações de estruturas possessivas revela que no contexto em que há descrições definidas sem o uso do pronome possessivo,

eventualmente é possível a omissão do artigo definido, sem causar alteração na leitura da frase. Entretanto quando há descrições definidas obtidas com os pronomes possessivos tal omissão é possível, mas acarreta na diferença de significação da frase, pois conforme Reichenbach (1974:258) assegura, somente *'In exceptional cases, the definite article can be omitted'*.

Os exemplos discutidos por Borges Neto (1978:64) podem ser visualizados a seguir.

- (34) a. O livro de Pedro é encadernado
b. Livro de Pedro é encadernado

- (35) a. O meu livro é encadernado
b. Meu livro é encadernado
c. Livro meu é encadernado

- (36) a. Espero tua carta.
b. Espero carta tua.

Os exemplos em (34) revelam uma generalização e nesse caso, a ausência ou a presença do artigo é significativa, trazendo diferentes leituras. Em (35c) com a ausência do artigo e o uso do possessivo pós-nominal há uma generalização a respeito dos referentes em que podemos dizer que o falante tem todos seus livros encadernados.

Nos exemplos em (35a) e (35b) ocorre uma descrição definida, pois se fala de um livro em específico em que o significado parece ser o mesmo, com ou sem artigo. Isso mostra que a ausência ou a presença do artigo em casos como estes não é significativa para os falantes de Português Brasileiro que não exigem o uso obrigatório do artigo nesta posição.

E com relação ao exemplo (36), o ponto de partida é a diferença de significado apresentado entre as sentenças no que diz respeito à posição de ocorrência do possessivo na frase. Sobre isso, Borges Neto (1978:64) afirma que “a posição do possessivo, antecedendo o nome nas descrições definidas, por ser características destas, é boa indicadora da natureza da descrição como o artigo definido”. O autor afirma que nestes contextos o artigo pode ser omitido e o seu papel na descrição será revelado de acordo com a posição do possessivo do Português Brasileiro: nos casos de possessivos quando seguem um nome, temos uma classe não contextual (que pode ser quantificada) e quando o possessivo antecede um nome, temos uma classe contextual (classe de um único elemento).

Uma forma de ressaltar a definitude de um elemento seria através da posição do possessivo em relação ao nome. Se este estiver anteposto ao nome, ele teria um valor delimitativo, como os artigos, os quantificadores e os demonstrativos. E quando os possessivos estiverem pospostos ao nome seria um caso de licenciar um predicado, não sendo possível atribuir um valor delimitativo ao nome¹³.

No PE, o possessivo pré-nominal normalmente é usado juntamente com um artigo definido como em (37a). E o pós-nominal usado com indefinidos (37b) (cf. Brito 1984, 2001; Castro 2006).

- (37) a. o meu livro
b. um livro meu

Seria possível fazer uma relação entre definitude com possessivos pré-nominais e indefinitude com os pós-nominais. Mas para alguns falantes do PE é aceitável um possessivo pré-nominal junto com um indefinido como em (38) (cf. Brito 2001:560, 2003:509; Miguel 2002s:294).

¹³ O autor afirma ainda que o artigo definido é um dos meios que temos de individualizar objetos, mas não desconsidera os outros elementos capazes de exercer um papel na determinação das descrições definidas. No caso, os pronomes demonstrativos, por exemplo, que são capazes de determinar um único indivíduo e revelar uma descrição definida.

(38) uma minha amiga saiu

Isto revela que há variação na sintaxe do possessivo pré-nominal no PE, pois nessa língua existe uma gramática que parece ser mais conservadora (cf. Miguel 2002 a, b, c, 2004). Esta gramática conservadora exhibe uma ordem encontrada em textos medievais, como em (39) (*apud* Mattos e Silva 1989:183).

(39) hũũ nosso menino

Ao fazermos uma busca nos textos do Português Clássico com relação a este tipo de dado verificamos que esta construção é de certa forma recorrente. Elencamos abaixo alguns dados obtidos:

(40)

a. E o dia que havia de ser, mandou ElRei **um seu sobrinho**, que era herdeiro do Reino, pera ficar na fortaleza em refens; (C-007,128.1104).

b. Artaxerxes, rei, sentiu com tal extremo a morte **de um seu amigo** que pretendeu ressuscitá-lo,

c. A fazenda de Deus lhe ensacou **um seu inimigo** e lha remeteu a bom recado. (B-003,69.960).

d. Em Vitas Patrum se conta que um santo monge ancião, vendo **a um seu discípulo** gravemente tentado contra a castidade (que é matéria bem arriscada, sendo o inimigo tão doméstico), lhe disse, compassivo: (B-003,97.1363).

e. Porque não atinarei eu a dizer a Vossa Mercê o que me avisam, remeto êsse papel **de um meu parente**, que, tendo o meu nome, tem tudo o mais muito melhor. (M-003,155.2096).

Dados como estes reforçam a ideia apresentada por Miguel (2004) e Brito (2007) de que há uma segunda gramática minoritária e mais conservadora. Esta gramática presente nos dias de hoje seria decorrente da gramática que utilizava este tipo de construção, conforme iremos defender no capítulo 5.

Dessa maneira, Brito (2007:31) afirma que construções deste tipo que ainda pode ser verificada na gramática não padrão do Português Europeu pode estar associada a diferenças semânticas, pois Miguel (2002c:236-7) explica que a possibilidade de ocorrência de possessivos pré-nominais com artigos indefinidos é limitada a leituras específicas, como em (41a) e não pode ocorrer em contextos opacos e com negação, como em (41b).

(41) a. Um meu amigo trouxe-me uma prenda de Paris.

b. *? Um meu amigo não diria isso.

Enquanto que os possessivos pós-nominais aceitam as duas leituras, como em (42).

(42) a. Um amigo meu trouxe-me uma prenda de Paris

b. Um amigo meu não diria isso.

Portanto, com base nos exemplos apresentados, Brito (2007:32) assegura haver pelo menos duas gramáticas de possessivos pré-nominais. A gramática não dominante permite que os possessivos pré-nominais ocorram com indefinidos (embora limitados por uma leitura específica). E a gramática dominante somente aceita os possessivos pré-nominais com definidos e os pós-nominais com indefinidos¹⁴.

Conforme delineado acima, as possibilidades de uso do artigo diante de possessivo pré-nominal no Português Brasileiro revelam diferenças com relação ao

¹⁴ Maiores detalhes sobre as descrições das gramáticas do sistema possessivo do PE serão apresentados no capítulo 3 e também no capítulo 5.

mesmo contexto utilizado para os falantes do Português Europeu. Vejamos ainda outras características do Português Europeu, uma vez que o presente estudo contempla uma averiguação histórica da Língua Portuguesa.

2.6 O uso do artigo no Português Europeu

Na análise da distribuição dos determinantes nominais em Português Europeu, segundo Correia (2002:134) verifica-se que, ‘à semelhança do que acontece nomeadamente com a generalidade das línguas românicas, os determinantes se agrupam em classes morfológicas definidas tradicionalmente como artigos definidos, indefinidos, numerais, demonstrativos, possessivos, existindo ainda o determinante vazio que tem valores próprios’.

Portanto, para a autora, as relações que estes marcadores mantêm nos enunciados com os outros elementos levam-nos a constatar que, em Português Europeu “o determinante vazio”, denominado assim por Correia (2002), pode co-ocorrer em sintagmas nominais pré- e pós-verbais com nomes próprios e nomes comuns.

Entretanto, a não utilização de um determinante no sintagma nominal é possível apenas em condições especiais, conforme exemplificado em (43).

(43) Fernando Pessoa marcou a poesia portuguesa

*Livro está em cima da mesa

? Luis chegou a casa e...

* Avião chegou

Chegam aviões a toda hora

Leio Fernando Pessoa com prazer

Comi bolo ao almoço

Comi bolos ao almoço

*Perdi livro

Perdi livros pelo caminho

Conforme evidenciado pelos exemplos acima, os casos em que não se emprega o artigo são aqueles com leitura genérica ou com a especificação do objeto descrito.

E ainda no Português Europeu, tanto nos enunciados genéricos, quanto nos enunciados específicos notam-se, como elementos marcadores, o artigo definido *o*, o artigo indefinido *um* ou um “determinante vazio”, conforme apresentado nos exemplos abaixo em (44).

- (44) Um homem não chora
O homem chegou à lua
Vi um homem no jardim
Vi o homem no jardim
Vi homens no jardim
Homens são homens
Homem é homem

No que diz respeito aos pronomes possessivos utilizados no Português Europeu, Correia (2002) assegura que estes ocorrem sempre com os demonstrativos e com os artigos definidos. Apenas os pronomes possessivos podem co-ocorrer com o determinante demonstrativo, por exemplo. São exceções apenas os casos de enunciados com sintagmas nominais vocativos em que os possessivos podem ocorrer sem qualquer outro determinante, conforme apresentado nos exemplos abaixo em (45).

- (45) a. Ouvi teu cão ladrar
b. Esta tua proposta é um desastre
c. Meu filho!

Como evidenciado pelos diversos exemplos apresentados acima, o Português Europeu costuma empregar o determinante na grande maioria dos casos, fora as construções com leitura genérica e o vocativo. Passemos, então, a tratar de casos mais específicos de uso do artigo como os núcleos do sintagma nominal.

2.7 Emprego de artigos junto aos núcleos do DP – nomes próprios e nomes comuns

Dada à classificação dos dados em que buscamos mapear o tipo de núcleo realizado no sintagma nominal, foi possível descrever o comportamento dos DPs possessivos quando ocorrem com nomes próprios, nomes comuns e com nomes relacionais (*kinship*). Assim, nesta seção, serão abordados os diferentes comportamentos do núcleo do DP possessivo com base em discussões teóricas sobre as propriedades destes sintagmas nominais.

Investigações sobre a ausência de artigos definidos em nomes comuns em comparação aos casos de ausência de artigos definidos em nomes próprios foram motivo de discussões abordadas por Castro (2001, 2006), Correia (2002), Gary-Prier (1980) e Lopes (1980), entre outros. Sob uma perspectiva histórica, algumas considerações a este respeito foram complementadas pelo trabalho de Costa (2002) e Magalhães (2004) que em particular corrobora a análise sincrônica de Castro (2006) sobre os possessivos no PE moderno.

Diferentemente das variedades do Português Brasileiro em que o nome próprio com ou sem pronome possessivo apresenta uma opcionalidade no uso do artigo, no Português Europeu é obrigatório o uso de artigos junto a nomes próprios, conforme afirma Castro (2006:235). Vejamos os exemplos da autora em (46).

- (46) a. ***Joaquinita** fazia anos amanhã.
b. **A Joaquinita** fazia anos amanhã.

Correia (2002:117) ao investigar as operações de determinação em sintagmas nominais verifica que os nomes próprios se distinguem dos nomes comuns por uma série de características. A saber: i) não admitem variação de número, ii) não possuem

complementos de valor restritivo e iii) tampouco podem ser objetos de operações de determinação nominal¹⁵.

Segundo a investigação de Correia (2002), os dados do Português Europeu revelam um comportamento contrário daquele definido pela literatura da área com relação ao nome próprio:

i) os nomes próprios podem co-ocorrer com determinantes diferentes (artigos definidos, indefinidos, determinante vazio, demonstrativos e possessivos), admitindo igualmente a variação de número;

ii) os nomes próprios podem definir relações com um ou mais referentes;

iii) os nomes próprios podem ocorrer não isolados, permitindo a existência de adjetivos ou orações relativas que os diferenciam.

Além desses comportamentos, percebe-se que a definição de um nome próprio como objeto singular não é suficiente para determinar as características deste elemento, pois é possível termos dois objetos distintos, mas que apresentam o mesmo nome próprio. Segue em (47) os exemplos de Gary Prier (1980) a esse respeito.

(47) Aristóteles foi um filósofo grego.

Se Aristóteles continuar a perseguir o gato, fecho-o na casota.

¹⁵ Há análises que definem um nome próprio com base morfológica, inserindo-o na classe específica de substantivos, há outras que se baseiam nas propriedades das entidades que referem um objeto singular, mas estes dois pontos de vista deixam fora de discussão a relação que os nomes próprios têm com os nomes comuns, assumindo valores diferentes sob o ponto de vista semântico. Para propor uma tipologia dos determinantes, Correia (2002) busca fazer essa relação entre os nomes próprios com as marcas de determinação nominal.

Assim, a partir da caracterização de nomes próprios proposta por Gary-Prieur (1980) juntamente com a distribuição destes sob uma ótica semântica, Correia (2002:124) afirma que a “diferença entre um nome como ‘livro’ de um nome como ‘água’, ou ‘paciência’ com relação a nomes como ‘João’, ou ‘Lisboa’, se deve aos diferentes comportamentos que esses nomes assumem num determinado domínio nocional que os delimita em relação aos outros nomes”.

Ao consultarmos a literatura que discute as particularidades dos nomes próprios, percebemos que esta considera estes nomes como objetos lingüísticos dotados de características diferentes daquelas exercidas pelos nomes comuns. Todavia, algumas análises levantam questões para refutar tal idéia, pois quando o nome próprio é realizado junto a um determinante, seu comportamento é bastante semelhante ao dos nomes comuns.

A esse respeito, Correia (2002:121) aponta que diferentemente do que a Gramática da Língua Portuguesa assevera, os nomes próprios podem ter variação de número e serem marcados com determinantes diferentes, conforme apresentado nos exemplos em (48).

- (48) Os Silvas vieram jantar cá a casa.
Os Camilos e os Eças não abundam atualmente.
Um Sampaio não é um Soares.
Este Eça é verdadeiramente surpreendente!
O meu João chegou agora.

Estes exemplos aumentam a abrangência do nome próprio, não tendo apenas um referente único, não pluralizável e determinado. Nesse caso, estes nomes podem ser utilizados com interpretações predicativas ou identificadoras não denominativas.

Nos casos em que o nome próprio tem uma interpretação identificadora, normalmente é antecedido por um determinante definido como em (49). Quando possui uma interpretação denominativa ‘pura’ aparece normalmente com um determinante vazio, como em (50), de acordo com Correia (2002).

- (49) a. O professor de música do Miguel é o João.
b. Este é o João.

- (50) Ela chama-se Ø Inês.

Assim, constantemente é afirmado que o artigo definido garante a noção de unicidade, formada pelo reconhecimento de um determinado ser já de conhecimento pelo falante quando ocorre juntamente com o nome próprio, como em (51)¹⁶.

(51) La Callas / la Deneuve

Nestes exemplos o uso do artigo dá ao nome próprio uma interpretação capaz de identificar aquele ser em especial. O que leva Gary-Prieur (1980) a defender que os nomes próprios precedidos de artigo definido lexical constituem os verdadeiros nomes próprios, i.e., aqueles em que não é possível detectar qualquer ambigüidade referencial¹⁷.

Por outro lado, Correia (2002:123) levanta indícios de que o Português Europeu parece ter um comportamento oposto às demais línguas e defende que no “Português Europeu os artigos vazios precedem os nomes próprios quando não há, ou supõe-se que não haja qualquer ambigüidade referencial. E o artigo definido neste contexto aparece quando há reenvio, num determinado enunciado, a um referente pressuposto e validado no ato de enunciação”.

Ainda em relação ao Português Europeu, Lopes (1980) aproxima o comportamento dos nomes comuns aos dos nomes próprios e justifica essa aproximação pela existência de uma identidade dos nomes próprios, antecidos por determinante, com os nomes comuns quantificados, considerados, na literatura, como tendo um comportamento massivo:

¹⁶ Unicidade aqui é tomada no sentido de representar um referente único no mundo.

¹⁷ Gary-Prieur (1980:228) justifica para o francês os casos em que há a co-ocorrência do definido com o nome próprio, levantando dois casos paradigmáticos de co-ocorrência, sendo válido também para o português.

i) há artigo definido lexical com nomes próprios com referentes de natureza homogênea, como os nomes de países, de rios, de regiões. Nestes casos o referente inicial destes nomes próprios está pré-definido, não se atualizando em cada ocorrência. Os nomes geográficos constituem uma localização fechada e fixa. Este artigo está associado ao sistema lingüístico e não ao enunciativo.

ii) o artigo definido pode ainda preceder nomes próprios de pessoas que se transformaram em paradigmas conhecidos anterior ao ato de enunciação.

‘(...) os nomes próprios são nomes comuns singulares indicados, e só diferem das descrições definidas com artigo definido singular porque estas têm um caráter contextual mais ad hoc: são nomes próprios em contexto limitado (...).’ (Lopes 1980:10)

Como vimos, várias abordagens sob uma perspectiva semântica foram feitas no intuito de determinar o comportamento dos nomes próprios no Português Europeu. Com relação às discussões apresentadas, por um lado, há trabalhos que trazem evidências de que em alguns aspectos o nome próprio comporta-se de forma semelhante aos nomes comuns e por outro lado, há trabalhos que asseguram haver um comportamento distinto entre o nome próprio e o nome comum. E de acordo com os dados recolhidos pela presente pesquisa, foi possível notar que há diferenças na quantidade de aplicações de artigo quando em nomes próprios e nomes comuns, por exemplo. Remetemos ao capítulo 4 para maiores esclarecimentos a este respeito.

Conclusão do capítulo

Buscamos neste capítulo fazer uma introdução de vários pontos importantes para descrição do sintagma nominal nas línguas. Discutimos primeiramente a hipótese de DP apresentada por Abney (1987) que propôs uma visão do sintagma nominal correspondendo à configuração do CP.

Com relação a configuração do sintagma nominal discutimos também a abordagem de Longobardi (1994) que explica parametricamente a possibilidade de variação no licenciamento do núcleo de D nas línguas.

Ainda trouxemos à discussão, casos de aplicação do artigo no sintagma nominal nas línguas com base no sistema gramatical do Francês, do Italiano, do Português Europeu e Português Brasileiro. E por último discutimos as particularidades que o nome próprio exerce no sintagma nominal nas línguas em relação aos nomes comuns.

CAPÍTULO 3 – O DP POSSESSIVO

“[Ele] pediu um banho, tomou chá, e recolheu-se ao seu quarto.

- Ao meu?

- Não senhor, ao dele”

(Camilo, Memórias do Cárcere)

3.1 O pronome possessivo

Daremos continuidade à investigação da estrutura do sintagma nominal possessivo, ao considerar o segundo elemento relevante para determinar a variação no uso do artigo no Português: o pronome possessivo, pois é com o uso deste pronome que podemos especificar o contexto em que a mudança sintática ocorreu no Português Europeu.

Digamos que o possessivo no Português possa ter sido afetado por mudanças que viessem a influir nas suas configurações estruturais, acarretando em uma mudança gramatical da língua. Isso implica na importância de tratarmos mais em específico a estrutura do elemento possessivo e mapearmos os seus padrões de comportamento no Português Europeu como forma de resgatarmos as características operadas pelo sistema do Português Clássico.

Neste capítulo serão apresentados alguns estudos que centralizam a discussão sobre o possessivo como o trabalho de Schoorlemmer (1998), Castro (2006), Castro e Costa (2002) e Miguel (2002), entre outros. Pretendemos apresentar um panorama geral do comportamento e características dos pronomes possessivos nas línguas assim como determinarmos o comportamento que o sistema possessivo do Português exerce hoje em

dia. Para tanto, serão apresentadas algumas investigações sobre a tipologia dos sistemas possessivos entre as línguas em que será possível verificar as particularidades que o Português apresenta. E ao atentarmos para estas características da língua ainda será possível perceber as diferenças existentes entre o sistema possessivo do Português Europeu e Português Brasileiro.

Assim consideraremos a investigação realizada por Castro (2006) no intuito de encontrarmos um enquadramento para o sistema possessivo do Português. Posteriormente discutiremos a configuração sintática dessa língua capaz de expressar a posição que o pronome possessivo ocupa na árvore sintática. Com isso, procuraremos encontrar uma explicação para a mudança da gramática do Português Clássico no que diz respeito a utilização de um artigo diante do pronome possessivo. Portanto, daremos início à nossa investigação na próxima seção.

3.2 Delimitação do contexto possessivo em investigação

Mais especificamente na Língua Portuguesa, o mecanismo de marcação de posse pode vir evidenciado por formas distintas, manifestando-se através de uma modificação do sintagma nominal ou através de uma predicação construída com os verbos *ter* e *ser*¹⁸, ou ainda pela utilização de um pronome possessivo, conforme exemplos a seguir em (52).

- (52) O livro do Pedro tem a capa rasgada
O meu livro tem a capa rasgada
Tenho um livro que tem a capa rasgada
Este livro é do Pedro / o livro é meu.

¹⁸ A razão para uma aproximação entre os valores de *ter* e *ser* como denotadores de posse encontra-se explicitada por Lopes (1972:132): “(...) os verbos cujo significado se aproxima do verbo ‘ter’ são relativamente tardios na história das línguas indo-européias e surgem mais ou menos em sincronia com o direito civil de propriedade individual alienável. No grego e no latim mais antigos, em vez de algo como ‘tenho isto’ usavam-se construções cujo significado literal se aproxima de ‘isto existe para mim’ (para meu proveito ou agrado) (...)”. Remetemos às investigações de Avelar (2004, 2006) sobre estruturas de posse utilizando o verbo *ter*.

Com relação às construções que evidenciam a marcação de posse por meio do uso de um pronome possessivo, algumas considerações foram feitas na *Gramática Simbólica do Português* apontando para os contrastes existentes entre configurações possessivas a depender da posição que o possessivo ocupa na frase. A disposição do possessivo é importante, uma vez que desencadeia distintas implicações semânticas acarretadas pelo uso ou não de um artigo, conforme exemplificado em (53) abaixo.

- (53) a. Este livro é o meu
b. Este livro é meu
- (54) a. Ele perdeu o meu livro
b. Ele perdeu um livro meu

Percebemos que nos casos em que o possessivo é realizado em posição pós verbal em construções predicativas como em (53) o emprego ou não de um artigo definido implica em diferentes interpretações da frase. O mesmo ocorre com relação às posições de licenciamento do pronome possessivo internamente ao DP, exemplificado em (54).

O comportamento do sintagma nominal permite leituras diferentes de acordo com os elementos licenciados nele. Vejamos por exemplo que a obrigatoriedade ou não de um artigo depende do tipo de sintagma nominal realizado como apresentado a seguir.

- (55) a. Os meus livros
b. Meus livros (*PE) (ok PB)
- (56) a. Os lindos livros de música chegaram ontem
b. ? lindos livros de música chegaram ontem
- (57) a. Os três pratos quebraram-se (PE)
b. três pratos quebraram-se
- (58) a. Esta pesquisa é importante
b. pesquisa é importante

Para os falantes do Português Europeu, quando o determinante não ocorre no DP possessivo como em (55) a frase torna-se inaceitável, diferentemente do que ocorre no

Português Brasileiro em que é possível tal realização. Contudo, quando o mesmo se passa com um adjetivo, como em (56), com um numeral, como em (57) ou com um demonstrativo, como em (58), por exemplo, o uso ou não do artigo implica a mudança de significado das frases.

A ausência do determinante em alguns casos não torna a leitura inaceitável como ocorre tão categoricamente nos contextos de DP possessivo como em (55), pois este é um contexto que parece diferenciar-se dos demais sintagmas nominais. Nos outros exemplos o significado da sentença é modificado dependendo da ausência ou presença de um artigo em cada um dos contextos, ou seja, nestes casos o emprego do artigo não é categórico.

Por exemplo, em (56b) é preciso ter o artigo, pois este é necessário para determinar o referente que está sendo tratado. Com relação à frase em (57) percebemos que é permitido o emprego ou não de um determinante, mas estas duas possibilidades implicam certa variação semântica para a marcação do referente no discurso. Já nos exemplos em (58) os falantes do Português Europeu interpretam a frase sem determinante, mas afirmam que esta só é possível com uma entoação muito particular e em contexto específico¹⁹.

Diante dos exemplos acima, percebemos que o pronome possessivo revela um comportamento particularizado com relação a outros tipos de sintagmas nominais comuns. Para evidenciar este tipo de comportamento, elaboramos algumas frases, testadas junto a falantes de Português Europeu para verificar o comportamento do uso do artigo em DPs comuns e em DPs possessivo. Vejamos os casos de uso do artigo com nomes próprios em (59).

- (59) a. O Camões e o Vieira foram ilustres escritores portugueses.
b. Camões e Vieira foram ilustres escritores portugueses.

Nos exemplos em (59), conferimos que as duas possibilidades de realização do DP, com ou sem artigo são aceitas em PE, mesmo sabendo que o emprego do artigo é obrigatório na língua. Isso se dá devido a características intrínsecas do nome próprio

¹⁹ Para compreender melhor as sutilezas na interpretação de frases com ou sem artigo no Português Europeu remetemos aos apontamentos feitos por Correia (2002).

que permite a omissão do artigo em casos como estes²⁰. Percebemos, portanto, que os nomes próprios se comportam diferentemente dos nomes comuns como em (59) acima. Entretanto, o mesmo não se aplica em contextos em que o nome próprio é realizado em um DP possessivo como podemos visualizar em (60).

- (60) a O meu Camões e o meu Vieira foram ilustres escritores portugueses.
b. * Meu Camões e meu Vieira foram ilustres escritores portugueses
- (61) a. O meu Pelé e o teu Maradona marcaram a história do futebol.
b. * Meu Pelé e teu Maradona marcaram a história do futebol.

A comparação entre (59) e (60) põe em evidência uma particularidade do possessivo, pois este contexto tem um comportamento distinto em relação aos demais tipos de sintagmas nominais. Nesta comparação foi possível mostrar que, diferentemente dos sintagmas nominais com nomes próprios em que é possível omitir o artigo, nos DPs possessivos o mesmo não se aplica, sendo obrigatório o seu emprego como podemos verificar em (60b) e (61b). Em outras palavras, podemos dizer que o contexto relevante não é o tipo de nome envolvido, mas o tipo de sintagma nominal envolvido, no caso o DP possessivo apresenta características intrínsecas.

Brito (2001:7) descreve as propriedades principais características dos pronomes possessivos no Português Europeu e no Português Brasileiro, apresentadas resumidamente a seguir.

A – Os pronomes possessivos possuem uma ligação estrita com a expressão das pessoas gramaticais, exercendo uma função dêitica e anafórica, pois estabelecem um mecanismo de localização que toma como ponto de referência as pessoas da enunciação e um valor intra-textual.

²⁰ Maiores considerações sobre as características dos DPs com nomes próprios serão apresentadas no capítulo 3

B – Os possessivos têm valor lexical desempenhando papéis de Possuidor (Poss), Tema, Agente ou outros (...); Ainda têm valor funcional já que possuem traços de número e gênero.

C – Os possessivos têm caso genitivo inerente.

D – No caso do Português, diferentemente do que ocorre em outras línguas, não há formas diferenciadas quando são elementos adjetivos (os meus livros) ou quando são elementos pronominais (os meus). Talvez essa característica torne sem sentido a oposição do caráter forte vs. fraco.

E – Os possessivos podem ocupar posições pré- e pós-nominal.

F – Os possessivos não têm valor intrínseco de definitude. Isso permite que tanto no PB quanto no PE ele combine-se com artigos definidos ou indefinidos.

G – Os possessivos, quando em posição pré-nominal, podem variar a sua posição relativamente a outros especificadores nominais.

Como vimos, Brito apresenta uma série de características que os pronomes possessivos podem assumir no Português, enumeradas acima. Por exemplo, o fato de o pronome possessivo nesta língua apresentar sempre uma homofonia na sua realização, não sendo modificado quando em posição pré ou pós-nominal, dificulta a visualização de diferenças inerentes ao possessivo se este se comportar como um elemento adjetivo ou elemento pronominal.

Com relação aos dados do Português Brasileiro, Castro (2006:72) mostra que nesta língua o artigo pode não ser realizado junto ao pronome possessivo em alguns casos como em (62).

- (62)
- a. Vi meu livro em cima da mesa
 - b. Vi todos meus livros em cima da mesa
 - c. Vi um de meus livros em cima da mesa
 - d. Vi meus dois livros em cima da mesa
 - e. Vi meus outros livros em cima da mesa

f. Vi meus primeiros livros em cima da mesa

Nestes exemplos o artigo definido não é utilizado junto ao pronome possessivo e todas as frases são perfeitas no Português Brasileiro, diferenciando-se do Português Europeu. Nos exemplos em (62), a possibilidade do pronome vir sem o artigo é decorrente da capacidade do mesmo de induzir uma interpretação definida mesmo junto a um possessivo pós-nominal, como vemos a seguir em (63).

(63) a. *Vi livro dele em cima da mesa

b. Vi o livro dele em cima da mesa

(64) a. Vi dois livros dele em cima da mesa

b. Vi outros livros dele em cima da mesa

Em (63a) quando o artigo não ocorre, a frase não apresenta uma leitura definida em relação a um livro em específico como podemos depreender em (63b). Já nos exemplos (64) o numeral e um quantificador não licenciam a interpretação de definitude da mesma maneira que temos com o artigo em (63b) acima. Dessa forma, Castro explica a aceitabilidade de frases como em (62) acima em que não há o artigo junto ao possessivo devido a capacidade do próprio pronome de induzir a interpretação de definitude destes DPs no PB.

Assim, para Castro (2006) quando o sintagma nominal definido é licenciado em posição argumental, o pronome possessivo simples é sempre pré-nominal. Nestes casos o artigo definido pode ser realizado foneticamente ou não no PB e quando o artigo é realizado há sempre uma exigência de que o pronome possessivo e o artigo estejam em posição de adjacência.

Casos como acima mencionados permitem-nos afirmar que em alguns contextos, o uso ou não do artigo no Português traz diferentes leituras das frases em alguns contextos. Isto porque o Português Brasileiro apresenta peculiaridades diferentes daquelas descritas pelo Português Europeu em que o uso do artigo é mais categórico em quase todos os contextos de pronomes possessivos. E mesmo nos casos em que há a possibilidade de omissão do artigo, como quando junto a nomes próprios, quando estes ocorrem junto a DPs possessivos, a obrigatoriedade no uso do artigo impõe-se para o

PE. Dessa forma, averiguamos que o emprego do artigo na língua portuguesa indica um campo vasto de pesquisa que remete a investigações dos padrões de aplicação desse elemento precisamente quando um pronome possessivo é licenciado no DP.

Diante da possibilidade de licenciamento de várias configurações para a marcação de posse e devido às particularidades encontradas nos DPs possessivos foi necessário delimitar o objeto de análise no quadro do sistema possessivo no Português Clássico a ser investigado. Assim, este estudo contempla apenas os contextos em que o pronome possessivo se encontra em posição pré-nominal antecedido ou não por determinantes, sendo em sua massiva maioria artigos definidos. A escolha deste contexto deve-se ao fato de o pronome pré-nominal apresentar um comportamento mais neutro em comparação ao possessivo pós-nominal²¹.

Procuraremos determinar como o DP possessivo se comportava com relação ao uso ou não do artigo de meados do século 16 até o Português do século 19, dado que este contexto apresentou uma mudança na gramática da língua. Neste período, o Português Clássico sofreu uma mudança no uso do determinante junto ao DP possessivo em que passou de um emprego variável para uma obrigatoriedade no uso do artigo em todos os contextos, conforme pode ser notado nos textos atuais do Português Europeu Moderno.

Considerando o fato de termos delimitado o presente trabalho para a investigação sobre o contexto de uso do artigo no Português Clássico, estudaremos apenas os casos de DPs possessivos em posição pré-nominal que ocorrem na língua. O próximo passo é trazeremos subsídios capazes de determinar o comportamento do sistema possessivo. Vejamos as principais discussões sobre este tema nas próximas seções.

3.3 Posições de licenciamento do possessivo no sintagma nominal

Uma comparação sobre comportamento dos sistemas possessivos entre as línguas, baseada em uma análise tipológica, pode ser encontrada em propostas

²¹ O que assumimos como neutro está relacionado ao fato de que em *Português Brasileiro* o pronome possessivo em posição pré-nominal não apresentar diferença semântica atrelada à presença ou ausência do determinante, salvo alguns dialetos do PB em que, quando não é utilizado o artigo, há certas implicações na interpretação da frase.

partilhadas por alguns autores, como Lyons (1985), Giorgi & Longobardi (1991) e Schoorlemmer (1998). Ao fazer tal comparação sob uma perspectiva sintática é possível distinguir línguas com dois tipos de possessivo:

- i) há aqueles que se comportam como determinante e;
- ii) há aqueles que se comportam como adjetivo.

Como forma de determinar o tipo de língua com relação ao sistema possessivo, a principal evidência é o fato destes elementos co-ocorrerem ou não com artigos definidos. Se um possessivo co-ocorre com um determinante em uma dada língua ele não pode ser, ele mesmo, um determinante, pois não poderia ocupar a mesma posição que aquela do determinante, comportando-se, portanto, como um adjetivo. Entretanto, se o pronome estiver em uma distribuição complementar com o determinante, nessa língua ele exerce o comportamento de um determinante, pois pode ocupar a posição de D.

Ao compararmos o comportamento dos pronomes possessivos nas línguas, percebemos que este comportamento difere de uma língua para outra. O sistema dos possessivos do Francês não revela o mesmo comportamento dentro do sintagma nominal que o sistema do Italiano, por exemplo. Em línguas como o Francês, o possessivo *mon* comporta-se como um determinante, ocupando a posição de D^o, pois como podemos verificar é regra no Francês que este pronome nunca co-ocorra com um artigo em posição pré-nominal, como em (65).

(65) Francês

- a. *mon* ami
- b. **le/un/ce mon* ami
- c. *le mien*

O mesmo ocorre em outras línguas como o Inglês e o Holandês, conforme exemplos em (66).

(66) Holandês

- a. (* Het) mijn boek
- b. Er lag een boek / mijn boek

- (67) Inglês
a. *The my book
b. My book

Mas há línguas em que o possessivo pode ocorrer livremente junto a um artigo como em Russo, Búlgaro, Italiano e também no Português, conforme os dados abaixo em (68), (69) e (70). E, nesses casos, ele se comporta como um adjetivo.

- (68) Português Europeu
a. *o meu* amigo
b. *um/o/ este meu* amigo
c. * *meu* amigo

- (69) Italiano
a. *il mio* libro
b. *un/questo/ mio* libro
c. **mio* amico

- (70) Russo
Éta moja kniga
'This my book'

Os dados acima do Português Europeu e do Italiano nos levam a pensar que estas duas línguas têm o mesmo tipo de comportamento e que poderiam ser agrupadas, distinguindo-se do Francês e Inglês, por contraparte.

Ainda assim, o Português Brasileiro, diferentemente do Português Europeu, traz certos problemas para uma classificação desse tipo do sistema possessivo. Isto porque, além da possibilidade de ser realizado junto com o determinante (71a), o possessivo pré-nominal no PB também pode ocorrer sem a presença deste elemento, conforme evidenciado pelos exemplos a seguir.

- (71) Português Brasileiro
a. *o meu* livro
b. *meu* livro
c. *este/ um* livro meu
d. o livro **meu**

Antes de discutir em detalhes estes problemas de classificação encontrados nos dados do Português iremos tratar mais a fundo a análise tipológica de Schoorlemmer (1998).

Iniciemos nossa investigação ao discutir a proposta de Schoorlemmer (1998) que procura encontrar uma explicação para o distinto comportamento dos possessivos nas línguas. A autora baseia-se em um estudo tipológico em que é possível comparar os diferentes usos do possessivo em Italiano, Búlgaro e Russo e em línguas como o Francês, o Alemão, o Inglês e o Holandês, por exemplo.

3.4 Para uma tipologia dos pronomes possessivos – proposta de Schoorlemmer (1998)

Schoorlemmer (1998) expõe as propriedades distribucionais, morfológicas e semânticas do possessivo em posição pré-nominal, pós-nominal e em contextos de elipse e predicação numa tentativa de determinar os padrões de realização do sistema possessivo nas línguas.

A autora compara o comportamento do possessivo em línguas românicas e em línguas eslavas e sugere uma divisão em dois tipos de línguas, apresentado em (74).

(72) Línguas do tipo 1: Italiano, Búlgaro e Russo.

Línguas do tipo 2: Inglês, Alemão, Francês e Holandês.

Enquadram-se como línguas do tipo 1 aquelas que apresentam apenas uma forma do possessivo (considerando a mesma pessoa e número) para todas as posições de possessivo na sentença, i.e. nos contextos de co-ocorrência com o artigo e no contexto de elipse, conforme apresentado a seguir (cf. Schoorlemmer 1998).

Italiano

(73) a. La **loro** casa
The their house

b. La **mia** casa e bella, la **loro** no
the my house is nice, the theirs no

- c. Um **suo** amico
a/one his friend

Russo

- (74) a. Éta **moja** kniga
This my book: this book of mine
- b. Odná / takaja **moja** kniga
one/ such my book
- c. Éto tvoja kniga, ne **moja**
this (is) your book, not mine

Búlgaro

- (75) a. Edin **negov** prijatel
a/one his friend
- (76) b. **Tvojata** kniga
Your-the book
- (77) c. “ Čija tetradka šte vzemeš ? ” “ **Tvojata** ”
Whose notebook will-you take-2sg? Your-the

As línguas de tipo 2 apresentam duas formas diferentes para o possessivo, a depender do contexto: uma para contextos definidos e outra para contextos de elipse.

Inglês

- (78) a. **my** book
b. your book, not **mine**

Alemão

- (79) a. **Mein** Buch
My book
- b. dein Buch, nicht meins/ das **meinige**
Your book, not mine

Francês

- (80) a. **mon** livre
My book
- b. ton livre à toi, pas le **mien**

your book, not mine

Holandês

- (81) a. **Mijn** boek
My book
- b. Jouwn boek, niet **mijnes**
your book, not mine

O licenciamento das diferentes realizações dos pronomes possessivos seria resultado da combinação de três propriedades que um DP pode exercer nas línguas, capazes de determinar o seu parâmetro no desempenho do possessivo. Portanto, a distinção entre as línguas de tipo 1 e do tipo 2 seriam explicadas por três propriedades essenciais. Confira o esquema proposto por Schoorlemmer (1998:62) a este respeito.

	Tipo 1	Tipo 2
i. artigo em construções possessivas	+	-
ii. um possessivo definido ocorre em DPs indefinidos	+	-
iii. forma elíptica especial do possessivo	-	+

Com base em uma análise tipológica, Schoorlemmer (1998:62) propõe a seguinte generalização²²:

²² Estamos adotando a versão que Castro (2006) apresenta onde se corrige o erro original de Schoorlemmer, conforme confirmado com a própria autora. A formulação apresentada em Schoorlemmer (1998:62) está literalmente transcrita a seguir:

No language combines properties a and b:

a. possessors freely co-occur with overt articles

b. a possessive construction with a definite possessor may be indefinite

c. a special form of the possessor is used in elliptical DPs

Aqui é feita uma correção do texto de Schoorlemmer (1998:62), pois conforme notado por Castro (2006:198) houve um erro de digitação no texto com respeito à combinação dos fatores. No texto original, Schoorlemmer afirma que em nenhuma língua haveria uma combinação entre as propriedades a e b, sendo que isso não faria sentido com relação à sua argumentação.

Segundo Castro (2006:199) a propriedade em b, da maneira original apresentada por Schoorlemmer continha uma contradição e era melhor explicada se afirmar haver um possessivo pré-nominal ao invés de um possuidor definido.

Nenhuma língua combina as propriedades a e c

- a. os possessivos co-ocorrem livremente com artigos morfologicamente realizados.
- b. uma construção possessiva com um possessivo pré-nominal pode ser indefinida.
- c. uma forma especial do possuidor é realizada nos DPs elípticos.

As três propriedades representadas no quadro acima retratariam o comportamento das diferentes línguas com relação à utilização do possessivo com ou sem determinante

3.5 O papel da definitude nas línguas

A explicação que Schoorlemmer (1998) apresenta para o fato de haver co-ocorrência de um determinante com um possessivo em certas línguas e da impossibilidade disso ocorrer em outras deve-se a propriedades inerentes à língua (se essa apresenta traços de definitude que podem ser checados em Spec,PossP).

A idéia apresentada pela autora é que os traços de um elemento sintático possam ser variáveis ou fixos (equivalente a traços opcionais e obrigatórios). Os traços variáveis precisam receber um valor por associação com um traço fixado do mesmo tipo. Por exemplo, o traço fixado [concordância] de um verbo é alçado para T para fixar o valor do traço variável [concordância] de I. Assim, Schoorlemmer (1998:70) propõe que os traços serão variáveis, se e somente se, houver uma estrutura funcional que permita que estes traços fixem seus valores (o que significa que a instanciação mais alta de um traço em específico deve ter seu valor fixado).

A autora assume que como argumentos dos nomes, os possessivos são gerados na base dentro do NP e podem ser alçados para o especificador de uma projeção funcional PossP, imediatamente dominada por DP para seu licenciamento formal. Esta seria uma posição equivalente àquela em que os sujeitos são formalmente licenciados nas sentenças (Spec,IP), ou seja, a forma possessiva é tida como o reflexo desse

licenciamento formal do argumento do nome e serviria para os mesmos propósitos que o Caso estrutural.

Para o domínio nominal, a autora propõe que o sistema faz com que N^0 carregue traços fixos para gênero, massa/contável e a possibilidade de leitura genérica. Assim, este núcleo nominal conteria os traços variáveis de [\sim número], [\sim definitude], assim como os traços do núcleo D, capaz de licenciar seus argumentos. E, além disso, o núcleo da projeção funcional PossP teria um traço fixo de posse [+posse] e N teria um traço variável [\sim posse].

Schoorlemmer (1998:73) propõe que nas línguas românicas, o traço [\sim posse] em N é forte, desencadeando movimento visível para Poss. Como resultado, nessas línguas, os nomes precedem os adjetivos, mas não possessivos.

Ainda assume que se o nome é um elemento lexical ele subirá até Num^o em sintaxe visível e o núcleo de PossP ocorrerá em concordância de núcleo especificador com o argumento possessivo, atribuindo a este último os traços-D.

Com relação às línguas do tipo 2, o núcleo de PossP possui os traços [+posse] e também os traços variáveis de [\sim definitude] que são traços fortes. Para checar tais traços, o possessivo precisa ser alçado para D que contém um traço fixado de [definitude] de acordo com a estrutura delineada por Schoorlemmer (1998:73) e visualizada em (82).

(82) [_{DP} POS+D [_{PosP} DP_i ^tPOS [_{NumP} N+Num [_{NP} ^tDP_i ^tN]]]]

Schoorlemmer (1998) propõe que a diferença entre os dois tipos de língua existentes se deve à característica de haver ou não um traço variável [\sim defitude] no núcleo de DP. E que a necessidade do movimento de Poss para D só ocorre em estruturas sem artigos²³.

A diferença crucial entre as línguas deve-se à possível opção paramétrica de licenciamento do traço de definitude no DP dado que a distinção está na posição de licenciamento deste traço: em Poss (para línguas como o Italiano) ou em D (para línguas como o Inglês).

²³ Vale notar que com a proposta de Schoorlemmer (1998), assume-se que algum traço precisa ser checado na posição de D. Isto é suficiente para determinar se estes traços seriam provenientes de um elemento lexical ou de apenas um expletivo? Discutiremos mais sobre isso no decorrer do texto.

A falta do artigo na estrutura possessiva que ocorre em línguas do tipo 2, como o Inglês, Francês e Holandês é, portanto, explicada com a proposta de que nessas línguas os nomes realizam um movimento de Poss para a posição de especificador de D para fixar os traços fortes de definitude [\sim definitude], armazenados em D.

Se o DP for projetado por um artigo definido, por exemplo, um núcleo mais baixo não pode ser alçado para D da mesma maneira que um verbo não pode ser alçado para I quando este contém um auxiliar. E como resultado, a estrutura vai fracassar (*crash*) devido a um traço forte não checado. Mas se nenhum artigo for inserido, o movimento de Poss para D pode ocorrer, como requerido pelo sistema.

3.6 Sumário sobre a investigação de Schoorlemmer

Resumidamente podemos dizer que Schoorlemmer (1998) se propôs a explicar o comportamento distinto das línguas com relação ao uso de determinantes em sintagmas possessivos, ao assumir diferenças tipológicas existentes entre elas.

A autora assume primeiramente que os DPs contêm uma projeção PossP equivalente a IP nas orações e que o núcleo do DP possessivo pode ter traços fortes variáveis de definitude. Ainda propõe que a obrigatoriedade da checagem destes traços de definitude é exigida para o bloqueio da realização de um artigo, o que força a construção possessiva ser definida. Portanto na falta do traço [definitude] em Poss, o movimento para D não ocorre e nenhum dos mecanismos obtém a definitude.

Nas línguas como o Búlgaro e o Italiano, em que o possessivo co-ocorre livremente com o determinante, não é preciso haver movimento de Poss para D. Isto se explica pelo fato dos traços de definitude não serem fortes em D. Assim, segundo Schoorlemmer (1998), o local de licenciamento do possessivo não é em D ou em Spec,DP, mas em Poss. E uma vez que o possessivo não será alçado para tal posição para checagem de traços, um artigo é inserido em D²⁴.

²⁴ Entretanto, Castro (2006) considera apenas parte das considerações feitas por Schoorlemmer (1998) a esse respeito, pois vai assumir que o possessivo no Português Europeu é licenciado diretamente em D.

Para Giorgi e Longobardi (1991:155) também os elementos possessivos são sintaticamente especificados para serem realizados na superfície como adjetivos (no caso do Italiano) ou como determinantes (no caso do Inglês e do Francês).

Com base nas afirmações de Schoorlemmer (1998) podemos dizer que haveria uma distinção paramétrica em que a projeção funcional PossP não atribuiria os traços de definitude em algumas línguas, uma vez que esta seria a posição que licencia o possuidor, forçando o elemento a ser alçado até o especificador de D para checar esses traços de definitude.

É preciso ressaltar aqui que o foco da diferenciação do comportamento das línguas com relação ao uso do possessivo está nas características paramétricas de cada uma. Isso quer dizer que diante da abordagem teórica usada em Schoorlemmer (1998) o sistema possessivo das línguas difere apenas devido ao traço de definitude que desencadeia diferentes configurações. E dada a necessidade de o possessivo checar os traços de definitude, a marcação paramétrica da língua determinará onde estes traços devem ser checados, o que subsequentemente acarreta em sistemas possessivos distintos²⁵.

No que concerne ao sistema possessivo da Língua Portuguesa, verificamos particularidades que buscaremos especificar no decorrer desta investigação. Primeiramente, passaremos a discutir mais em pormenor as características do sistema possessivo atendo-se sempre à uma comparação com os dados do Português.

²⁵ A necessidade de investigar o comportamento interno da estrutura do DP explica-se uma vez que o pronome possessivo deve ser adequadamente abrigado nesta estrutura de forma a manter suas relações temáticas com o nome no sintagma nominal. Ainda assim, é preciso determinar a posição que o possessivo vai ocupar na estrutura sintática quando este co-ocorre ou não com um determinante na sentença.

A partir do comportamento do pronome possessivo no Português, Borges Neto (1978:67) afirma haver a possibilidade de distinguir dois papéis semânticos diferenciados para a utilização do possessivo: quando exerce um papel predicativo assemelha-se a um adjetivo e ao exercer um papel delimitativo assemelha-se a um artigo definido. Ainda sob uma perspectiva semântica, é característico ao possessivo sua capacidade de exercer uma dupla relação: i) uma relação com as três pessoas do discurso, desempenhando a função de pronomes pessoais com uma dimensão claramente dêitica e ii) também permite que este relacione pessoas no discurso com entidades designadas pelo nome. Assume-se, de uma forma geral, que os pronomes possessivos recebem os seguintes traços abstratos: [+Nome], [+pessoa], [+número] (relacionado a pessoas gramaticais). E com relação aos seus traços semânticos estes são [+específicos] sendo que em algumas línguas o possessivo pré-nominal expressa um valor definido (como no Francês, Espanhol e Inglês) e não especificados em outras. Vale ressaltar que no Português Europeu parece ser justamente este traço de definitude que diferencia esta língua das demais como o Italiano e o Francês.

3.7 A estrutura possessiva do Português

Ao retomarmos as possibilidades de ocorrência de um possessivo juntamente com um determinante na estrutura do DP, vemos que no Inglês, Holandês e Francês isso não acontece, mas no Português o determinante pode co-ocorrer com possessivo conforme apresentado nos exemplos a seguir.

- | | | |
|------|---------------------|-----------|
| (83) | a. (*The) my book | Inglês |
| | b. (*Het) mijn boek | Holandês |
| | c. (*Le) mon livre | Francês |
| | d. O meu livro | Português |
| | ‘o meu livro’ | |

Um aspecto importante para determinar o sistema de possessivos numa determinada língua é a ocorrência de possessivo pronominal junto ao artigo indefinido. Por exemplo, em línguas do tipo 1 como o Búlgaro, Italiano e Russo quando o artigo indefinido é realizado junto ao pronome possessivo a leitura é indefinida como verificamos com os exemplos de Schoorlemmer (1998:59) em (84).

- | | | |
|------|-------------------------------|--|
| (84) | a. Edin negov prijatel | |
| | ‘um seu amigo’ | |
| | b. Un suo amico | |
| | ‘um seu amigo’ | |
| | c. Takie ego vypadki | |
| | ‘algumas travessuras dele’ | |

Nas línguas do tipo 2 como o Inglês, Holandês e Francês se um pronome possessivo ocorre numa construção indefinida não se obtém uma leitura indefinida, como apresentado em (85).

- | | | |
|------|---|--|
| (85) | a. *There were my books on the table | |
| | b. * Er lagen mijn boeken op tafel | |
| | c. * Il y avait mes livres sur la table | |

‘há meus livros sobre a mesa’

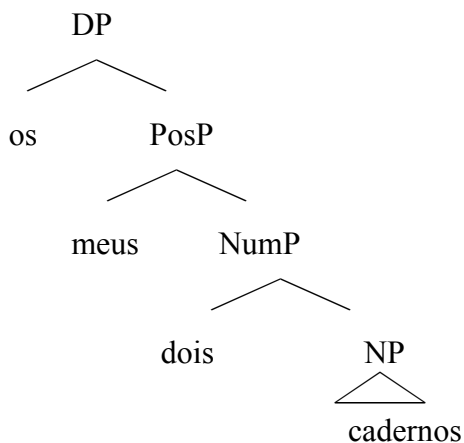
d. Es war einmal ein kleiner Junge. Der Junge hieß Peter.
‘existiu um pequeno garoto. O garoto era chamado Peter’

e. * Und es war einmal Peters Buch
‘era uma vez o livro do Peter’

De acordo com este comportamento, os pronomes possessivos pré-nominais de línguas do tipo 1 podem ser classificados como elemento definido não inerentemente, justamente pelo fato de ser possível a co-ocorrência de possessivos com artigos definidos. E com relação às línguas do tipo 2 em que o possessivo não co-ocorre com o artigo definido, o possessivo pode ser classificado como elemento definido inerentemente, pois este é capaz de abrigar as marcas de definitude necessárias.

Tomando por base a configuração estrutural dos DPs possessivos proposta por Schoorlemmer (1998) seria possível alojar todos os elementos do Português Europeu Contemporâneo em uma estrutura similar àquela do Italiano, conforme representado por meio da configuração sintática em (86).

(86) os meus dois cadernos



De acordo com a descrição do comportamento das demais línguas apresentadas acima, uma possível classificação para o sistema possessivo do Português Europeu Contemporâneo seria como uma língua do tipo 1, com as mesmas características do Italiano já que obrigatoriamente co-ocorre com um artigo.

Nada é descrito sobre o comportamento da Língua Portuguesa por

Schoorlemmer (1998), mas podemos verificar que o PE se comporta de forma diferente das línguas do tipo 1, como ressaltado por Castro (2006). O fato de no Português Europeu o possessivo co-ocorrer com um artigo definido faz com que esta língua se assemelhe ao Italiano, mas nos contextos de artigos indefinidos o comportamento das duas línguas não é igual como podemos verificar nos exemplos em (87a) e (87b).

- | | | |
|------|-----------------------------------|---------------------------------|
| (87) | a. Un suo amico
‘um seu amigo’ | Italiano |
| | b. * um seu amigo | Português Europeu ²⁶ |

Conforme identificado pelos testes de Castro (2006), o Português não poderia ser classificado como uma língua do tipo do Italiano tampouco como uma língua do tipo do Francês, gerando um problema para descrever a tipologia desta língua.

Dessa forma, uma possibilidade para descrição dos padrões de ocorrência do possessivo no Português seria afirmar que este ora se comporta como as línguas do tipo 1, ora como línguas do tipo 2, considerando a nomenclatura utilizada em Schoorlemmer (1998).

Fez-se necessária, portanto, uma investigação mais detalhada sobre as formas de realização do possessivo do PE para compará-las com as outras línguas estudadas por Schoorlemmer (1998). Apresentamos na próxima seção o estudo de Castro (2006), que procurou explicar os comportamentos encontrados no Português Europeu e Português Brasileiro que se diferenciam das demais línguas.

3.8 A proposta de Castro (2006) para os possessivos no Português

No que diz respeito aos estudos do sintagma possessivo, Castro (2006) interessou-se em explicar os distintos comportamentos encontrados no Português Brasileiro e no Português Europeu que diferenciam-se das demais línguas.

Conforme a divisão tipológica do sistema possessivo nas línguas proposta por Schoorlemmer (1998) podemos dividi-las em dois grupos: i) línguas como o Inglês e Francês com pelo menos duas formas possessivas – uma para contextos definidos, em

²⁶ Vale apontar para o fato de que esta frase é possível em dialetos não padrão do Português.

que o pronome comporta-se como determinante e outra forma para contextos indefinidos, em elipse e predicativos, em que o pronome é classificado como adjetivo e, ii) línguas como o Italiano com apenas uma forma de possessivo usado em contextos definidos, indefinidos, em elipse e predicativo, em que o pronome é classificado como adjetivo.

Com base nessas características das línguas, Castro (2006) procurou aplicar os testes propostos por Schoorlemmer (1998) em dados da língua portuguesa no intuito de determinar o padrão de comportamento desta língua.

Ao considerarmos a posição em que o pronome possessivo pode ocorrer no DP, em Português Europeu os resultados assemelham-se ao das línguas como o Catalão, o Galego e o Italiano, em que os possessivos são considerados adjetivos, conforme exemplos abaixo.

(88) Catalão

- a. El meu llibre
- b. un llibre meu
- c. el teu llibre i el meu
- d. aquest llibre és meu

(89) Italiano

- a. Il mio libro
- b. un libro mio
- c. il tuo libro e il mio
- d. questo libro è mio

(90) Português

- a. o meu livro
- b. um livro meu
- c. o teu livro e o meu
- d. este livro é meu

Segundo a divisão proposta por Schoorlemmer (1998) sobre os possessivos, o Português se enquadraria como uma língua de tipo 1, uma vez que o pronome possessivo apresenta o comportamento de um adjetivo, pois co-ocorre com um determinante. Assim, como o Italiano, o possessivo no Português Europeu apresenta a mesma forma também em contexto de elipse.

Se o possessivo no Português Brasileiro fosse semelhante ao comportamento de línguas como o Inglês e Francês, era esperado que apresentasse uma forma possessiva diferente da utilizada normalmente quando em contexto de elipse nominal, mas isso não ocorre como evidenciado em (90) acima. A explicação para tal fato é dada por Castro (2006:203-204) ao afirmar que o Português Moderno exibe apenas uma forma morfológica de possessivos simples para cada combinação de traços de pessoa-número e que estes elementos podem se combinar com o determinante e ocorrer em contextos isolados.

Os possessivos em sintagmas nominais definidos só podem ocorrer pronominalmente nas línguas do tipo 1, assim como em Português, como verificamos a seguir em (91).

- (91) a. o meu livro
b. il mio libro
c. el meu llibre

Castro (2006:209) aponta para o fato de que o possessivo no Português não se comporta como o Italiano e o Catalão quando em contexto de focalização conforme os exemplos abaixo.

- | | | |
|------|--|-----------|
| (92) | Pedi-te o MEU livro, não o TEU. | Português |
| (93) | a. Ti ho chiesto il libro MIO, non il TUO. | Italiano |
| | b. T'he demanat el llibre MEU, no pás el TEU | Catalão |

Vemos que a posição do pronome possessivo em relação ao nome em contexto de focalização no Português como em (92) diferencia-se daquele apresentado pelo Italiano e Catalão em (93). Entretanto, o Português assemelha-se ao comportamento do Inglês, como em (94).

- (94) a. I've asked you MY book, not YOURS
b. * I've asked you the book of mine, not yours

O diferente posicionamento do pronome possessivo sugere que as formas pronominais em foco contrastivo não estão relacionadas às propriedades dos possessivos

serem pré- ou pós-nominais, mas que isto se deve a diferentes estratégias utilizadas para focalização. Mas ainda assim, também o exemplo do Português distingue-se do Inglês com relação a utilização de um artigo junto ao DP possessivo.

Com relação a segunda propriedade apontada por Schoorlemmer (1998) de que os possessivos pré-nominais não podem co-ocorrer com um determinante indefinido, o Português apresenta comportamento diferente do Italiano e do Catalão, como evidenciado nos exemplos de Castro (2006:211) a seguir.

- | | | |
|------|---|-----------|
| (95) | a. *Fui tomar café com um meu amigo ontem
b. Fui tomar café com um amigo meu ontem | Português |
| (96) | a. Sono andato a prendere un caffè con un mio amico ieri
b. Sono andato a prendere un caffè con un amico mio ieri. | Italiano |
| (97) | a. Vaig anar a fer un café am un meu amic ahir
b. Vaig anar a fer un café amb un amic meu ahir | Catalão |

Como percebemos, para o Português há uma rigidez no licenciamento do possessivo de acordo com a posição. Ocorre em contextos definidos quando pré-nominal e em contextos indefinidos, pós-nominalmente. Assim, mais uma vez o Português não apresenta o mesmo comportamento que aquele apresentado em outras línguas que deveriam ser enquadradas como sendo do mesmo tipo.

Consequentemente podemos afirmar com Castro (2006) que o sistema possessivo do Português não se enquadra na tipologia apresentada por Schoorlemmer (1998), pois não há homogeneidade no seu comportamento assemelhando-se nem a línguas como o Italiano e o Catalão por exemplo, nem como o Francês e Inglês.

Dessa forma, Castro (2006:202-203) apresenta resumidamente quatro pontos divergentes do comportamento do Português (Brasileiro e Europeu) em relação à tipologia apresentada:

1. O Português Brasileiro possui possessivos pré-nominais que ocorrem sem artigo definido (...). Entretanto, a mesma forma ocorre em contexto de elipse o que torna o Português Brasileiro uma exceção para a generalização de Schoorlemmer (1998).

2. *Os dialetos do Sul do Português Europeu, como o falado em Pádua, também são uma exceção para a generalização dos possessivos uma vez que eles co-ocorrem com artigos, mas uma forma diferente de possessivo é utilizada em contextos isolados (de elipse).*

3. *Os possessivos focalizados em sintagmas nominais definidos não podem ser pós-nominais em Português, enquanto que em Italiano e no Catalão isto é possível.*

4. *Os possessivos pré-nominais no Português não são permitidos em sintagmas nominais indefinidos, diferentemente do que ocorre no Italiano e no Catalão.*

Castro (2006) ao investigar a gramática dos possessivos simples e preposicionados mostra que o Português é uma língua que não se comporta segundo a divisão entre os tipos de pronome de acordo com a proposta de Lyons (1999) e Giorgi & Longobardi (1991) (cf. capítulo 1) e tão pouco se enquadra na divisão entre pronomes fraco/ forte proposta por Cardinaletti (1998). Ainda de acordo com as afirmações 1 e 2 de Castro (2006:203-204) as duas variedades do Português (PE e PB) seriam exemplos de línguas que não se encaixam em nenhuma generalização de tipos de possessivos discutida por Schoorlemmer (1998). Já as afirmações 3 e 4 revelam que o Português Europeu também não se comportaria da mesma maneira que o Italiano e Catalão, em específico, línguas que deveriam corresponder ao mesmo padrão de ordenação dos constituintes nominais possessivos.

E no que concerne ao comportamento sintático do sistema possessivo do Português, Castro (2001, 2006) e Castro e Costa (2002) ao considerar as propriedades sintáticas do possessivo discutidas na investigação de Cardinaletti (1998), evidenciam que o possessivo pré-nominal também se comporta como uma forma fraca, dado que não pode ser modificado por advérbios (98), pode referir-se a entidade [- humana] (99),

pode ser reduzido foneticamente em alguns dialetos, sendo que o mesmo comportamento não ocorre com os possessivos pós-nominais (100)²⁷.

- (98) a. *O só meu problema é que não percebo nada disto
b. O problema só meu é que não percebo nada disto
- (99) A sua_i tampa é muito prática _i= Joaquinita/ tampa de panela
Encontrei uma tampa sua_i _i= Joaquinita/ *tampa de panela
- (100) O [me] livro
Um livro *[me]/[mew]

Com base nesses contrastes Castro (2006:251) assume que os possessivos pré-nominais são núcleos e não categorias máximas em Português e, portanto, ocupam a posição de núcleo de D. E a justificativa para assumir que o possessivo no Português é um núcleo deve-se às seguintes particularidades apresentadas pelo sistema possessivo da língua, assumidas por Castro (2006:250) e esboçadas abaixo.

- (i) *os possessivos podem ser modificados por advérbios fracos, mas não por advérbios XP (em uma configuração de adjunção a núcleo);*
- (ii) *os possessivos só podem ser focalizados in situ através de estratégia de acentuação (única disponível para núcleos);*
- (iii) *os possessivos são responsáveis pela interpretação definida dos sintagmas nominais, portanto, eles devem permanecer em D quando o sintagma nominal for definido;*
- (iv) *sendo elementos deficientes, eles podem ser reduzidos foneticamente.*

Além disso, com base nos testes realizados, Castro (2006:206) apresenta uma proposta para explicar as diferenças entre o Português Europeu e o Português Brasileiro. A autora afirma que a gramática dos possessivos funciona da mesma forma tanto para PB quanto para o PE, sendo que a explicação para as diferenças encontradas nessas duas variedades estaria fora do sistema possessivo. O constituinte responsável pelo distinto comportamento do PB e do PE seria na verdade o sistema do determinante.

²⁷ Mais adiante retomaremos estes mesmos exemplos para discutir em pormenor o comportamento categorial do pronome possessivo no Português Europeu ao tratarmos da investigação de Castro e Costa (2002), Miguel Sarmiento (2002) e Brito (2007).

A autora assume a existência de um artigo definido expletivo (semanticamente vazio), foneticamente realizado em PE e nulo no PB, assim como os sujeitos expletivos. E baseia sua hipótese no fato do artigo definido não ter conteúdo semântico já que em constituintes nominais com nomes próprios e com possessivos genéricos e pré-nominais a interpretação do NP não depende apenas do determinante. Ao fazer isto, Castro apresenta uma explicação mais enxuta ao tratar as diferenças entre o PB e PE considerando que as duas línguas possuem um mesmo sistema possessivo, mas que divergem apenas na realização fonética do artigo expletivo²⁸.

Portanto a grande diferenciação que Castro (2006) faz com relação ao comportamento dos possessivos é sobre a sua realização pré- e pós-nominal. A autora assume que o possessivo pré-nominal é um núcleo e ocupa a posição de D^o e o possessivo pós-nominal é um XP que ocupa a posição de complemento.

Com relação a esta diferenciação entre pronomes pré- e pós-nominais, Castro (2006) ainda aponta para o fato de que o traço de definitude está associado à posição do possessivo, fazendo uma correlação entre a característica [+definido] ou [-definido] do possessivo com a sua posição de ocorrência. Resumidamente, sua hipótese assume que:

- No NP definido o possessivo é pré-nominal.
- No NP não definido o possessivo é pós-nominal.

Portanto, verificamos que a parametrização de um sistema possessivo tem como base os traços de definitude capazes de licenciar ou não DPs possessivos. Em outras palavras, o traço de definitude influi no sistema possessivo.

Com base no comportamento do PB e PE, Castro (2006) propõe que nessas línguas o possessivo é gerado no próprio núcleo D e o determinante está em adjunção a D, pois de acordo com os testes aplicados o possessivo comporta-se como um núcleo. Nesse caso, a autora propõe, então, que o determinante é apenas um expletivo sem

²⁸ Para explicar a diferença entre o PE e o PB Castro (2000) adota a análise de Zribi-Hertz (1998) para as duas variantes dos possessivos do Francês *mon* e *le mien* baseada no Modelo de Morfologia Distribuída de Hale e Marantz (1993). Castro propõe que o traço [+definido], situado em D, atrai o traço de pessoa, um seu correlato, e, então, dá-se uma de duas hipóteses: ou o D se funde com o traço de pessoa (como em *mon* ‘meu’), ou fica adjacente (como em *le mienne* ‘o meu’ em *o meu livro* no PE).

função semântica, gerado em adjunção a D^{o29}. O possessivo é gerado numa base meramente funcional no núcleo de D e nessa posição é capaz de manter relações temáticas com o seu complemento e com o seu especificador.

²⁹ Uma maneira eficaz de averiguar o comportamento distinto entre determinantes definidos e expletivos seria investigar os passos de aquisição destes por crianças falantes do Português, pois em línguas que asseguradamente possuem determinantes expletivos, como o grego, experimentos sobre o processo de aquisição do sistema de determinantes foram realizados (cf. Marinis (1998)). Os resultados atestam que as crianças desta língua não adquirem todas as palavras da classe dos determinantes de forma simultânea. No grego, o artigo definido expletivo não se comporta da mesma maneira que os dialetos do norte da Alemanha e de Berna (Suíça) dado que não há diferença morfológica para a distinção semântica do artigo realizado ou do artigo definido expletivo. Entretanto, a língua grega determina alguns contextos obrigatórios para a realização dos expletivos e outros mais opcionais.

No Grego o artigo é obrigatório juntamente com nomes próprios como em (i) e com demonstrativos em posição de sujeito e objeto em (ii).

- (i) **O Nikos** agapai **ti Maria**.
The Nikos loves **the Mary**
 ‘Nikos loves Mary.’
- (ii) **Afto *(to) vivlio** ine poli endiaferon.
This the book is very interesting
 ‘This book is very interesting.’

O artigo definido expletivo pode ocorrer opcionalmente mais de uma vez no mesmo DP, como em (iii), fenômeno denominado como Espalhamento do Determinante (cf. Androutsopoulou, 1994). Considerando a Proposta de Projeção Estendida vale ressaltar que em línguas com marcadores de plural espalhados, ou no caso do grego, de determinante espalhado tal fenômeno é explicado como uma função de projeção de traços através de uma projeção estendida, sendo tais traços restritos à oração. Ou seja, os traços de plural ou de determinante não se espalham para uma projeção mais alta ou mais baixa que não faça parte da projeção estendida. (cf. Grimshaw 2005:21)

- (iii) Agorasa **to kokkino (to) kineziko (to) vazó**
 Bought **the red the Chinese the vase**
 ‘I bought the red Chinese vase.’

Segundo a reprodução do quadro de Marinis (1998:04) abaixo, percebe-se que os demonstrativos, os artigos definidos e os artigos expletivos, mesmo sendo elementos funcionais, pertencentes à categoria D, mas não contêm os mesmos traços. Este quadro divide a categoria lexical e funcional com relação ao tipo de conteúdo: os elementos lexicais têm contextos mais descritivos e os elementos funcionais têm os mínimos contextos descritivos.

Traços de demonstrativos, artigo definido e expletivo definido			
+ conteúdo descritivo		- conteúdo descritivo	
Categorias lexicais		Categorias funcionais	
-----	-----	-----	-----
Nomes	Demonstrativos	Artigos definidos	Artigos def. expletivos
Verbos	[dêiticos]	----	----
	[definido]	[definido]	----
	([gênero])	([gênero])	([gênero])
	([número])	([número])	([número])
	([Caso])	([Caso])	([Caso])

O autor estendeu a idéia para a análise dos determinantes ao verificar que as palavras funcionais com mais conteúdo sintático são adquiridas antes de palavras com menos conteúdo sintático. Portanto, é esperado que crianças falantes de línguas com artigo expletivo, como o Grego, o Alto Alemão e o dialeto de Berna (Suíça) adquiram primeiramente os demonstrativos pertencentes à categoria dêiticos (com mais traços [dêitico]), em seguida os artigos definidos que contribuem à definitude do DP (possuidores do traço [definido]) para em último passo, adquirirem o artigo expletivo semanticamente vazio.

Assim, a marcação do parâmetro depende de como a informação do *trigger* é codificada no *input* da criança e pela acessibilidade do *trigger*. De acordo com Weissenborn & Penner (1996) a canonicidade dos *triggers* aumenta se ele for codificado com um expletivo do que como um núcleo substantivo devido

3.9 Posição do possessivo acarreta a definitude da leitura

A explicação para as diferenças de posicionamento que o pronome possessivo ocupa na estrutura sintática está estritamente relacionada à noção de definitude, ou seja, ao licenciamento deste traço de definitude pela língua conforme Schoorlemmer (1998) aponta. Normalmente os possessivos em posição pré-nominal estão associados à definitude e a explicação para a não ocorrência do artigo junto ao possessivo no Francês, por exemplo, deve-se a propriedade da língua em licenciar um traço de definitude em D que permite que o possessivo se mova até o núcleo D para checar este traço, inibindo a inserção de um artigo nesta posição.

Portanto um fator de extrema importância no licenciamento do DP, também salientado por Lyons (1999:130), é a noção de definitude. O autor assegura ser o traço de definitude/referencialidade o elemento crucial capaz de distinguir os diferentes tipos de línguas, pois esta propriedade permite que o possessivo tenha ou não o efeito de induzir uma interpretação definida no sintagma nominal que ele irá modificar. Ou seja, para termos uma leitura definida no sintagma nominal em línguas como o Italiano é necessário que um artigo seja realizado junto ao pronome possessivo, mas em línguas como o Inglês não é preciso, pois o próprio pronome é capaz de marcar uma leitura definida

Como observado por Lyons os possessivos, diferentemente dos demonstrativos, não são inerentemente definidos ou semanticamente incompatíveis com a indefinidade no sintagma nominal que estão sendo realizados. Exemplificamos este apontamento de Lyons (1999) com uma comparação entre DPs, mais abaixo.

Nesse caso, uma informação interessante reside nas propriedades dos DPs comuns (sem pronomes possessivos), pois estes possuem as noções de especificidade e

ao fato de que os símbolos semanticamente interpretáveis são ilícitos em LF (no sentido de Chomsky 1993). Ou seja, os *triggers* para a inserção do definido expletivo que estão em um *input* de caráter contrastivo (como entre elementos vocativos/ não vocativos) são mais canônicos, sendo então, mais acessíveis às crianças do que os *triggers* que não aparecem num contexto contrastivo. Portanto, os núcleos expletivos do Grego devem ser identificados pelas crianças falantes do grego, como uma marca de uma posição sintática não vazia.

Dessa maneira, Marinis (1997) apresenta um mapeamento do processo de aquisição dos determinantes, confirmando a hipótese de que os elementos com maior conteúdo lexical são adquiridos primeiro. Seria interessante para futuras pesquisas aplicar os mesmos experimentos de aquisição de determinantes em crianças falantes do Português para verificar quais elementos são adquiridos primeiro que outros e consequentemente teríamos indícios para afirmar ou não se o Português Europeu ou Brasileiro possui um determinante expletivo nos DPs possessivos, conforme assumido por Castro (2006).

artigos indefinidos não há tal familiaridade, pois a noção de definitude é associada às noções de familiaridade, de unicidade, inclusividade e identidade.

Vejamos um exemplo apresentado por Lyons (1999:4).

(104) a. **An old man**, two women and several children were already there when I arrived.

b. Did you recognize **the old man**?

Em (104a) utiliza-se o artigo indefinido para introduzir um novo referente no discurso *an old man*, e uma vez que os falantes encontram-se familiarizados com os elementos a maneira utilizada para retomá-los é feita por meio do o artigo definido em (104b).

Entretanto um dado interessante que contradiz a correlação entre o artigo definido e familiaridade pode ser encontrado no dialeto baiano no Português Brasileiro, pois para os falantes destes dialetos o licenciamento ou não do artigo não é realizado de maneira aleatória, mas traz maiores informações discursivas. Vejamos os exemplos abaixo.

(105) a. Ele já conversou com **a Denise** hoje?

b. Ele já conversou com **Denise** hoje?

(106) a. Todos nós já ouvimos falar **da Dona Armínia**

b. Todos nós já ouvimos falar **de Dona Armínia**

A diferença no emprego ou não do artigo é decorrente da noção de familiaridade que os falantes possuem em relação à pessoa referida no discurso. Nas frases (105a) e (106a), a utilização do artigo serve para marcar que `Denise` e `Eva` são pessoas que não fazem parte do conjunto de pessoas conhecidas pelos interlocutores. Por contraparte, nas frases (106b) e (106b) o artigo é omitido quando os interlocutores já conhecem as pessoas a que estão se referindo, sendo esta forma utilizada normalmente na língua. Portanto, estes dados trazem evidências de que o uso ou não do artigo nesses dialetos depende da noção de familiaridade dos referentes do discurso.

De acordo com o que Lyons apresenta, é possível afirmar que a noção de familiaridade está relacionada ao emprego de um artigo definido nas línguas.

Entretanto, os dialetos do Português Brasileiro que não utilizam o artigo apresentam justamente um comportamento contrário ao apresentado por Lyons uma vez que a opção para marcar a familiaridade é a não utilização do artigo como opção *default* da língua. E somente nos casos em que é preciso marcar a `não-familiaridade` que utilizam o artigo definido.

Portanto, o Português Brasileiro, pelo menos nestes dialetos, apresenta sutilezas capazes de enquadrar a língua como uma exceção com relação as demais investigadas por Lyons (1999). Alternativamente isto podia ser uma evidência de que o artigo definido nessas construções não é portador de nenhum traço de definitude.

3.9.1 Considerações sobre a tipologia do possessivo no Português

Para que seja possível analisar o comportamento do sistema possessivo do Português Clássico é preciso fazer alguns apontamentos com relação às propostas de investigação sobre a estrutura do DP possessivo entre as línguas. Conforme discutido nas seções anteriores, há variações entre as línguas no que concerne ao tipo de sistema possessivo empregado, podendo estas serem divididas em dois tipos.

A investigação de Castro (2006) ao aplicar os mesmos testes levantados por Schoorlemmer (1998), evidencia que o Português Europeu não se comporta como o Italiano apesar da co-ocorrência do artigo com o possessivo. Em decorrência das suas investigações sobre o comportamento categorial do pronome Castro (2001, 2006) e Castro e Costa (2002) apontam para o fato de que as duas variedades do Português em estudo possuem pronomes possessivos que se comportam como elementos nucleares. A hipótese levantada por Castro (2006) afirma que o PB e o PE possuem um mesmo sistema de possessivos, diferenciando-se apenas quanto à realização ou não do artigo, assumido como um elemento expletivo para as duas línguas.

Uma vez que os testes indicam que o possessivo no Português comporta-se como um elemento nuclear, Castro (2006) argumenta que o possessivo é gerado diretamente na posição de núcleo do sintagma determinante juntamente com o artigo definido, sendo este um mero expletivo fonologicamente realizado no PE e que pode ser omitido no PB. Ao assumir tal configuração, os artigos expletivos do Português são acomodados na estrutura do DP por meio de uma adjunção ao núcleo D.

Assim, no intuito de apresentarmos maiores evidências para o comportamento categorial do pronome possessivo no Português Europeu, passemos à discussão de Castro e Costa (2002), Miguel (2002) e Brito (2007), pois estes trabalhos discutem mais a fundo as propriedades sintáticas do possessivo no Português apresentando conclusões complementares que nos ajudarão a trazer maiores esclarecimentos para o processo de mudança sintática operado no sistema possessivo do Português Clássico para o Português Europeu.

3.10 A categoria sintática do Possessivo – duas abordagens

Com relação ao padrão de realização dos possessivos no DP, é importante determinarmos as propriedades categoriais que o possessivo possui no Português. Para tanto, pretendemos discutir os resultados de duas investigações que trabalham a configuração do sintagma nominal possessivo no Português. Dessa forma apresentaremos primeiramente a análise de Castro e Costa (2002) sobre os possessivos pré-nominais em que foram aplicados testes semânticos para a determinação do tipo de pronome licenciado nesta posição³⁰.

Posteriormente apresentaremos o trabalho de Miguel (2002) sobre o mesmo tópico de estudo, mas que se baseia em dados diacrônicos e sincrônicos, levantando uma hipótese, complementar à de Castro e Costa (2002).

Para concluir propomos uma comparação entre os dois trabalhos, discutindo a estrutura do DP possessivo juntamente com as considerações feitas por Brito (2007) com relação a estes dois estudos sobre o *status* categorial do possessivo no Português.

Dessa maneira as hipóteses que adotaremos nas seções subseqüentes se baseiam no comportamento sintático dos possessivos no Português, com a finalidade de determinar as informações categoriais desses elementos na estrutura frasal. A descrição sobre a categoria dos possessivos que nos propomos realizar permite-nos fazer o mapeamento da mudança no sistema possessivo do Português. Buscamos, portanto, desvendar a alteração verificada nos padrões de aplicação do artigo em DPs possessivos observada no Português Europeu.

3.11 Pronome possessivo pré-nominal – hipótese de núcleo

Na investigação de Castro e Costa (2002) é feita uma associação entre a posição do constituinte nominal e a noção de definitude, capaz de caracterizar tal elemento

³⁰ Na discussão da investigação de Castro e Costa (2002) serão retomados alguns pontos já apresentados que tratava da hipótese de Castro sobre o sistema possessivo do Português. No entanto, a discussão dos autores realizada na presente seção servirá para comparação com proposta de Miguel (2002) sobre o mesmo assunto.

como um núcleo nominal (X^0) ou uma categoria máxima (XP). Os autores defendem a hipótese de que o possessivo pré-nominal e os advérbios fracos são núcleos. E para fundamentar tal proposta, acrescentam à tipologia das formas pronominais de Cardinaletti & Starke (1994) a informação de que as formas fracas de possessivo também se comportam como núcleos no Português Europeu.

Baseados na proposta de Cardinaletti & Starke (1994), Castro e Costa (2002:101-2) propõem as seguintes propriedades distintivas entre as formas pronominais fracas e os clíticos, apresentadas resumidamente a seguir.

A distinção proposta entre formas fracas e clíticos baseia-se nas seguintes diferenças:

As formas fracas:

- Podem ocorrer em posição inicial (alemão) e em posição não adjacente ao verbo (italiano);
- São formas tônicas;
- São XP, mas projetam uma estrutura mais reduzida que a estrutura das projeções máximas plenas.

Os clíticos

- Não podem ocorrer em posição inicial;
- Ocorrem em posição adjacente ao verbo;
- São formas átonas;
- São X^0 .

Assim, Castro e Costa (2002) propõem um quadro para averiguar o comportamento dos possessivos pré-nominais e de alguns advérbios do Português Europeu. E nos testes aplicados (cf. Cardinaletti 1998) verificaram que as propriedades dos possessivos com relação às formas fortes, fracas e clíticas variam conforme a posição no NP³¹.

³¹Cardinaletti (1998) utiliza alguns testes de focalização, contraste, coordenação, modificação, referencialidade e introdução de elementos no discurso para evidenciar a posição dos possessivos.

*Os possessivos pré-nominais são formas fracas ou clíticos e;
Os possessivos pós-nominais são formas fortes.*

Contudo, o Português Europeu não se comporta como o Italiano na questão de realização de formas forte *versus* forma fraca, mesmo tendo uma relação semelhante com relação à posição do artigo definido no DP possessivo³². Os possessivos pré-nominais no PE ocorrem em contextos definidos enquanto os pós nominais ocorrem em contextos indefinidos (cf. Brito 2001, Castro 2001).

Apesar de haver esta relação com a definitude, é possível mostrar que o seu estatuto enquanto formas forte e fraca não é idêntico na posição pré- e pós-nominal, embora não seja possível estabelecer um claro paralelo com os dados do Italiano. Assim, Castro e Costa (2002:104) apresentam exemplos para revelar que os possessivos pré-nominais do PE comportam-se como formas fortes, podendo ser focalizados (107), ser contrastados (108), coordenados (109) e introduzir um novo referente no discurso (110) conforme exemplificado a seguir.

- (109) a. O MEU problema é que não percebo nada disto.
b. * O problema meu é que não percebo nada disto.
- (108) a. Esse é o MEU problema, não o teu.
b. * Esse é o problema meu, não o teu.
- (109) a. O meu e o VOSSO problema é que vocês não estudam.
b. ?? O problema meu e VOSSO é que vocês não estudam.
- (110) a. O carro de quem é que está mal estacionado?
b. * O carro teu.

Entretanto tais possessivos pré-nominais também se comportam como formas fracas (111) e podendo referir a entidades com traço [-humano] (112).

- (111) a. * O só meu problema é que não percebo nada disto.
b. Um problema só meu é que não percebo nada disto.

³² Os autores perceberam que a maior parte dos testes que caracterizam as formas fracas são típicas de elementos X⁰ e não de XP.

- (112) a. A sua_i tampa é muito prática. i = Maria/panela
b. Encontrei uma tampa sua_i . i = Maria/*panela

O fato de os possessivos pós-nominais exibirem propriedades semelhantes às do Italiano permite assumir que em Português estas formas também têm comportamento de formas fortes. Deste modo, Castro e Costa (2002:108) afirmam que '*No sistema de possessivos, a posição pós-nominal é típica de XP. A posição pré-nominal não é clítica, mas não apresenta propriedades típicas de XP, pelo menos não uniformemente*'. Assim, os autores sugerem que os possessivos pré-nominais no PE são núcleos, X⁰, mas mesmo assim estas formas fracas também não se comportam da mesma forma que os clíticos.

De acordo com a proposta dos autores, permitiu-se explicar a assimetria do comportamento entre os possessivos pré- e pós-nominais e ainda discutiu-se o fato de as formas fracas apresentarem propriedades sintáticas mais próximas de diagnósticos para identificação de núcleos do que para a identificação de XPs (cf. Brito 2000).

3.12 Características do Possessivo – núcleo *versus* categoria máxima

Além da proposta de análise sobre o comportamento dos possessivos pré-nominais de Castro e Costa (2002), apresentamos também a discussão de Miguel (2002) sobre o mesmo assunto referido na seção anterior ao apresentar uma análise sobre a tipologia dos possessivos no Português Europeu. Para tanto a autora baseia-se em dados diacrônicos além dos dados sincrônicos obtidos para propor uma análise sobre o possessivo pré-nominal.

Vejamos alguns exemplos de Miguel (2002) do Espanhol (113a), Francês (113b) e Italiano (113c) e (113d) respectivamente apresentados abaixo.

- (113) a. Mi ordenador y el tuyo están estropeados (Picallo & Rigau 1992:992)
b. Mes amis viennent ce soir.
c. Un mio libro (Giorgi & Longobardi 1991:154)
d. Alcuni miei libri.

Com base nos dados das línguas acima, Miguel (2002:288) formula a seguinte generalização:

- *Se o possessivo pré-nominal co-ocorre com um determinante, então, nessa mesma posição, o possessivo pode ocorrer num DP [-definido] (exemplos do Italiano em (c-d)).*

- *Se o possessivo pré-nominal não ocorre com determinante, então é responsável pelo valor referencial do DP, [+definido] (exemplos do Castelhana em (a) e do Francês em (b)).*

As considerações feitas pela autora tomam como base o papel de definitude do determinante quando este pode co-ocorrer com o possessivo, além do seu posicionamento na estrutura do DP. Quando Miguel (2002) se firma em dados históricos sugere que está ocorrendo um fenômeno de reanálise no sistema dos possessivos no Português, pois o PE está perdendo sua capacidade de gerar DPs indefinidos com possessivos em posição pré-nominal. Ao retomar o quadro dos pronomes possessivos no Português Antigo apresentados por Mattos e Silva (1989:174) nota-se a diferença entre o quadro atual, conforme verificamos nos exemplos abaixo.

(114) a. E o enmigo da fe deceu de **seu** cavalo e britou em si toda as sobérvia e toda as felonia. (Mattos e Silva 1989:181, 2.31.16)

b. E non ouves o rogo que ti fez **teu** padre espiritual (Mattos e Silva 1989:178, 1.28.23)

(115) a. [...] mais morou con muitas monjas e foi **seu** abade **delas**.

b. E hũa **sa** ama **delas** que as criara [...]. (Mattos e Silva 1989:177, 1.5.56 & 2.23.15)

(116) a. E maravilhando-se Juiãõ, mandadeiro do papa, porque o **seu** homen tanto tardara, alçou os **seus** ombros e vio póla carreira com hũa cárrega de feo sobre seo colo.

(Mattos e Silva 1989:181, 1.8.19)

(117) a. Os meus costumes non conviinhm con os *vossos*.

b. A terra muito alongada da *sua*.

(Mattos e Silva 1989:179, 2.3.179 e p. 180, 2.3.26)

De acordo com os dados do Português Antigo a grande maioria dos pronomes possessivos na sua forma átona não se combina com o artigo definido, ocorrendo sempre em posição pré-nominal (114) e aceita redobro (115). E ainda há uma outra forma átona de possessivo que também ocorre em posição pré-nominal, mas diferentemente desta primeira, co-ocorre com os artigos (116) e é realizado em contexto de elipse (117).

De acordo com as investigações sobre o Português Antigo, Mattos e Silva (1989:184-5) chega às seguintes observações:

(i) *“enquanto as formas do masculino coincidem com as do Português atual, as formas do feminino freqüentes no corpus são as que vieram a desaparecer (mha, ta, sa)”*.

(ii) *“Há uma preferência bem marcada pelo uso do possessivo seguido do nome substantivo em detrimento do possessivo posposto ao nome [...]”*.

(iii) *“Há também a preferência pelo uso do possessivo sem artigo.”*

Dessa forma, Miguel (2002:290) procura comparar as realizações do possessivo do PA e do PE moderno e percebe que os dados do PA comprovam a existência de um sistema com formas ‘clíticas’ (contextos pré-nominais sem artigo), formas fracas (contextos pré-nominais com artigos e elipse) e formas fortes (contextos pós-nominais e predicativos).

No entanto, com relação aos dados do PE moderno, verifica-se que houve uma uniformização do sistema quando no feminino, uma vez que foram perdidas as formas clíticas (sem artigo como *mha, ta, sa*) conforme mencionado na seção 1.6 do capítulo 1 com o estudo de Muidine (2000). Verifica-se também a co-ocorrência de um artigo definido e do possessivo em posição pré-nominal evidenciando um quadro com

homofonia entre as formas possessivas nas suas diferentes posições (pré e pós-nominais). Portanto, a perda das formas possessivas femininas assim como a homofonia encontrada nas formas masculinas acabam por dificultar o reconhecimento do comportamento do sistema possessivo do Português.

Assim, se a morfologia do PE moderno é opaca, realizando uma forma homófona em todos os contextos, ainda é possível distinguir entre formas pronominais clítica, fraca e forte ou manteve-se apenas a forma forte? Ainda outra questão: Será possível afirmar que a redução no sistema possessivo evidenciada no Português é decorrente de um processo de reanálise por parte dos falantes?

Para responder estas questões, Miguel (2002) procura aplicar os mesmos testes de Cardinaletti & Starke (1994) e Cardinaletti (1998) capazes de determinar o comportamento dos possessivos no PE com relação a dois dialetos encontrados atualmente: o primeiro (D1) denominado dialeto padrão que aceita as realizações (118) e o segundo, denominado dialeto 2, não padrão (D2) que aceita as formas em (118) assim como as de (119).

- (118) a. **Os meus** dias são melhores que as vossas noites.
b. **Essas vossas** gracinhas não tem piada nenhuma.

- (119) a. **Um teu** discurso é sempre um acontecimento
b. **Algumas minhas** amigas foram ver a exposição
c. Encontrei **dois teus** primos na praia.
d. Aquele simpático **teu amigo** de Paris vem cá este ano?

Ao aplicar os testes de Cardinaletti (1998) nos dados do PE, Miguel (2002:293-4) verifica que em posição pós-nominal, os possessivos podem ser focalizados (120a), coordenados (122b) e modificados (120c).

- (120) a. Uma casa **MINHA**, isso queria eu!
b. Ter uma casa minha e da minha família, era bom!
c. Uma casa muito minha, isso queria eu!

Em construção de elipse indefinida (posição pós-nominal) o possessivo comporta-se como quando combinado com um nome com matriz fonológica (120) e (121). Ocorrem ainda em contextos isolados (122a) e predicativos (122b), identificados como formas fortes.

- (121) a. Uma MINHA? Isso queria eu!
b. Uma minha e dos meus amigos.
c. Uma muito minha, dava-me muito jeito.

- (122) a. Bem, para ser franca, exclusivamente meu, só tenho um cão.
b. O livro é (muito exclusivamente) meu e da Maria.

Com base em dados de falantes de Português Europeu, Miguel (2002) afirma que o PE também possui possessivo com formas fortes (XP) e não só com formas fracas (X°) como afirmam Castro e Costa (2002).

Já com relação às formas fracas, os falantes do dialeto 2 (D2) aceitam o possessivo em posição pré-nominal, combinado com indefinidos, com uma leitura de indefinido específico (123a). O possessivo também pode ocorrer em posição não adjacente ao artigo definido (124), modificado (124a, b e c) ou coordenado.

- (123) a. **Um meu amigo** vai oferecer-me um quadro antigo que lhe pedi.
b. **Aquele meu amigo** vai oferecer-me um quadro antigo que lhe pedi.

- (124) a. **O muito meu amigo** Pedro preparou-me uma surpresa.
b. Não faças isso! **Uma tão pouco tua atitude** poderia chocar algumas pessoas.
c. Francamente, não gostei nada de **algumas tão pouco tuas cenas**.
d. **O muito meu e muito teu amigo** de Paris chega amanhã.

Portanto, com relação à aceitabilidade das realizações dos possessivos nos exemplos acima, Miguel (2002:294) formula a seguinte hipótese a ser aplicada ao dialeto 2, não padrão.

- a. Para estes falantes, o possessivo projeta uma categoria máxima (XP). Essa categoria subiu para [Spec, AgrsNP], como em Cardinaletti (1998).
- b. Como categoria máxima, pode ela própria conter material lexical na posição de [Spec].
- c. Neste dialeto, o possessivo pré-nominal pode ocorrer em DPs [+/- definidos], como no Italiano.

Mas especificamente as propriedades da gramática do dialeto 2, não padrão, são:

- (i) o possessivo pré-nominal é um XP,
- (ii) pode ser modificado e coordenado,
- (iii) ocorre em [Spec] de uma projeção funcional.

E essa projeção pode ser:

- (a) Ou [Spec, AgrsNP] imediatamente dominada por D^0 (+/- definido) ou Q^0 , onde se encontram os traços pertinentes para a sua interpretação [+/- definido], [+/- específico]. A verificação de traços semânticos tem lugar na sintaxe explícita.
- (b) Ou [Spec, NumP], caso em que a verificação de traços semânticos tem lugar na Forma Lógica.

Para Miguel (2002) conforme os resultados apresentados no dialeto 2 - não padrão, o possessivo não está especificado para o traço [+/- definido]; Nesse dialeto o possessivo é uma forma fraca no sentido em que não pode ser legitimado numa posição tematicamente marcada; tem de ser legitimado em [Spec,AgrsNP] e por c-comando local do núcleo D^0/Q^0 , ou numa relação especificador-núcleo, em [NumP].

Já no dialeto 1 - padrão, outros fenômenos ocorrem conforme assinalado a seguir por Miguel (2002:297).

- (i) *O requisito de adjacência entre o artigo definido e o possessivo é um requisito de adjacência restrita.*
- (ii) *O possessivo não aceita modificação nem coordenação, mas aceita redução fonética.*
- (iii) *Dispõe de traços [+definido] e [+específico].*
- (iv) *Só é legitimado numa posição de adjacência a D^0 , sob o escopo do artigo definido, de onde recebe a sua interpretação [+definida] – i.e., o traço definido do artigo ‘propagou-se’ ao possessivo.*

Simplificando, estamos diante de duas análises sobre o sistema possessivo do Português Europeu que apresentam informações complementares. Por um lado Castro e Costa (2002, 2003) e Castro (2006) assumem que o possessivo pré-nominal do dialeto padrão da língua é uma forma fraca situada na posição de núcleo – X^0 – enquanto que os pós-nominais são formas fortes, comportando-se como projeções máximas.

Por outro lado Miguel (2002:297-8) também assume que em posição pré-nominal, no dialeto 1, padrão, (a) o possessivo é um núcleo, (b) adquiriu um traço [+definido] e em construções de elipse definida, quando co-ocorre com o artigo definido, tem as propriedades (a) e (b). Mas ainda apresenta dados legitimando um segundo dialeto, não padrão em que (a) o possessivo é uma categoria máxima (XP), (b) não está especificado para o traço [+/- definido] e em construções de elipse definida e indefinida tem as propriedades (a) e (b).

Consideramos os trabalhos de Castro e Costa (2002) e Miguel (2002) que trazem hipóteses complementares sobre a configuração do DP possessivo no Português e como vimos o possessivo no PE tem formas similares para a posição pré-nominal e pós-nominal. Contudo, as investigações de Castro e Costa (2002, 2003), Castro (2006) e Miguel (2002a, b, c, 2004) baseadas em Cardinaletti (1998) demonstram que mesmo possuindo morfologias semelhantes o possessivo em diversos dialetos no PE difere em vários aspectos.

Vale agora fazermos um paralelo entre as duas análises tratadas acima sobre a estrutura possessiva do Português Europeu para discutirmos os pontos principais.

3.13 Discussão sobre as propostas de Castro e Costa (2002) e Miguel (2002)

Esta seção servirá para fazer uma comparação entre a categoria dos possessivos com relação à sua natureza X^o ou XP no Português Europeu onde apresentaremos as considerações de Brito (2007) que discute as duas análises supracitadas.

Como vimos no decorrer deste trabalho, as investigações sobre o sistema possessivo no Português não conseguem trazer evidências categóricas que determinem o comportamento do possessivo nesta língua, assemelhando-se a línguas do tipo Italiano ou línguas do tipo Francês. Diante desta falta de posicionamento, Brito (2007) procurou trazer evidências para categorizar a gramática do PE moderno baseando-se no comportamento do possessivo nas variedades padrão e não padrão desta língua propostas pelos trabalhos de Castro e Costa (2002) e Miguel (2002).

Brito (2001) já verifica que no Português Moderno as formas de possessivos são idênticas quando usadas como pronomes ou como adjetivos. De acordo com os dados do Português Moderno, apesar de existirem algumas restrições quanto ao uso dos possessivos e também de parecerem ser formas fortes de uma maneira geral, Brito (2001:8) afirma que ‘não faz sentido falar em formas fortes e fracas. Do ponto de vista categorial, o que parece é que são sintagmas nominais em projeções máximas e não núcleos’.

A gramática não dominante descrita por Brito (2001, 2003) e Miguel (2002 a, b, c e 2004) permite a realização do possessivo pré-nominal com indefinidos. E nessa gramática é possível a coordenação e a focalização do possessivo pré-nominal, evidenciando que estes elementos são categorias máximas - XP (cf. Miguel 2004:402).

Conforme descrito na gramática dominante de Castro e Costa (2002, 2003) e Castro (2006) existem requerimentos de adjacência entre o possessivo e o determinante, sendo que os possessivos pré-nominais são usados exclusivamente com o artigo definido. Este comportamento apontado pelos autores revela que os possessivos pré-nominais são preferencialmente núcleos – X^o. Entretanto, Brito (2007:40) afirma haver casos na gramática dominante em que é possível a coordenação de possessivos pré-nominais associados à focalização. Casos como estes trazem indicações de que os falantes desta gramática produzem algumas ocorrências de possessivos pré-nominais

como XP dado que não é possível haver coordenação de núcleos conforme exemplificado em (125).

- (125) a. O muito meu e muito teu amigo de Paris chega amanhã
b. Aqui tens uma obra muito minha

Brito (2007:41) também apresenta alguns exemplos de línguas românicas em que se nota haver variação da presença e ausência do artigo junto a possessivos pronominais entre as línguas e por vezes dentro de uma mesma língua, conforme exemplos a seguir.

- (126) a. Il suo padre Italiano Padrão
 O seu pai
b. el me libro Dialeto de Pádua
 o meu (reduzido) livro
c. so pare de Toni Dialeto de Pádua
 seu pai de Toni (redobro)
- (127) a. Mi casa Espanhol Padrão
 Minha casa
b. la mi casa Dialeto de Astúrias
 a minha casa
- (128) a. El teu germà Catalão
 O teu irmão
b. frade duo Sardenho
 irmão teu
c. fratuta Salentino
 irmão-seu
- (129) a. A minha mãe saiu Português Europeu
b. Minha mãe saiu

(130) a. Minha carteira sumiu Português Brasileiro

b. A minha carteira sumiu

Para Brito (2007) 'os dados evidenciam que os possessivos pré-nominais não só variam entre sua natureza determinante e adjetival entre as línguas, mas também em uma mesma língua há competições de gramáticas'. A natureza desta variação pode ser explicada em termos de diferentes atribuições de traços e de categorias funcionais. Assim, para a autora, assim como afirma Castro (2006) a variação no sistema possessivo do Português não é decorrente do próprio possessivo, mas da natureza dos traços de D. Ou seja, a variação está dependendo dos traços a serem checados em D como definitude, Caso, número e pessoa, por exemplo, que podem gerar diferentes procedimentos para o sistema computacional da língua, acarretando em variação e posteriormente em mudança sintática.

Com base na hipótese de DP e da idéia de que entre o DP e o NP há uma categoria funcional capaz de checar os traços de concordância, como pessoa e número, Brito (2007:43) propõe que dentro do DP há categorias funcionais para a checagem de traços phi em AgrP e NumP, além de mais uma categoria funcional requerida.

Uma vez que os possessivos não mantêm uma relação semântica uniforme com os nomes, Brito assume que a sua derivação seguiria os seguintes passos:

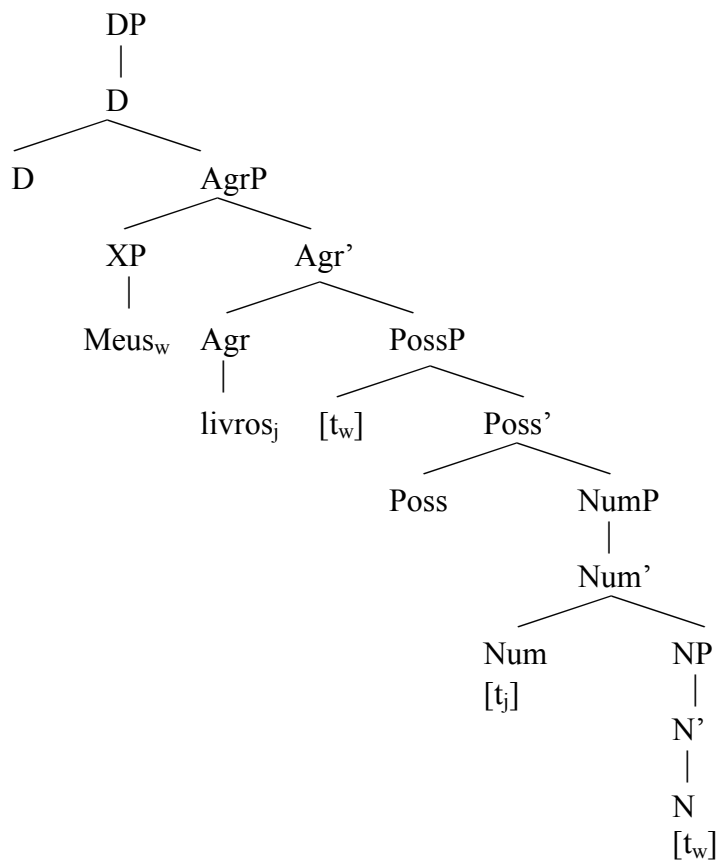
Os possessivos são concatenados e checam seu papel temático com o nome dentro do NP para depois moverem-se para Spec de NumP e para Spec de AgrP. Enquanto N é alçado para Num e Agr, os traços de concordância com o possessivo são checados e a ordem correta é obtida.

Portanto, a explicação encontrada para determinar a motivação do movimento do possessivo na gramática não dominante é a atração pelos traços de Pessoa em AgrP e Número quando os possessivos pré-nominais não são caracterizados com o traço [+definido] e quando estes possessivos ocorrem com o artigo indefinido (cf. Zribi-Herts 1999; Brito 2001, 2003).

A estrutura abaixo representa a sintaxe do DP contendo um possessivo pré-nominal na gramática não dominante do PE conforme proposto por Brito (2007:44), denominada aqui como estrutura A em (131).

Estrutura A

(131)

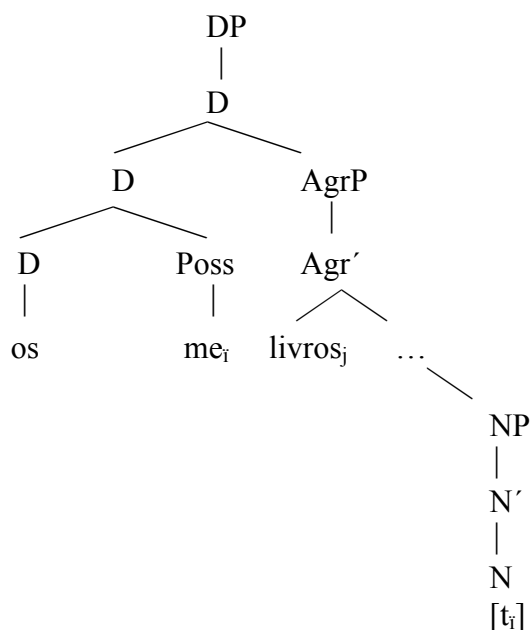


O possessivo ao ocupar a posição de Spec de uma categoria funcional, como acima, deixa livre não só a posição de D para o determinante poder ser inserido como também outras posições capazes de abrigar adjetivos ou quantificadores. Ainda permite que os possessivos permaneçam *in situ* para a checagem de traços de número, conforme exemplo abaixo.

- (132) a. a minha linda viagem
 b. os meus outros/muitos livros
 c. os outros meus livros

A configuração proposta para o sistema possessivo da gramática não padrão do Português pode ser esboçada, conforme a proposta de Brito (2007:45) denominada aqui como estrutura B em (133).

(133) Estrutura B



E no que diz respeito a gramática padrão proposta por Castro e Costa (2002), Brito questiona qual seria a posição em que o possessivo estaria sendo alocado na estrutura: se ocupa a posição de adjunção a D, como em (133) acima, ou se estaria em uma posição de especificador de uma categoria funcional, como em (131).

Portanto, um apontamento crucial do sistema possessivo do Português é a não homogeneidade das estruturas. Isto se deve à mistura que ocorre entre duas gramáticas que co-ocorrem ainda hoje no Português Europeu. A gramática padrão também pode comportar-se como a gramática não dominante, representada pela estrutura em (133) em que o possessivo pré-nominal está em D, sendo que este possessivo é intrinsecamente definido e precisa aparecer em posição adjacente a D. Mas há também uma outra gramática não dominante representada em (131) em que pode ocorrer interpolação de advérbios aspectuais/temporais, a coordenação e focalização de pronomes possessivos pré-nominais, mostrando que os possessivos pré-nominais são na verdade XPs que se comportam como adjetivos que ocupam posições diferentes daquelas ocupadas pelos artigos definidos.

Assim, assumir que o Português Europeu, mesmo na gramática padrão analisada por Castro e Costa (2002) e Castro (2006), possui um padrão não homogêneo, podendo ora licenciar uma configuração possessiva como (131) ora como (133), é uma saída para

os casos que pareciam ser uma evidência contrária à hipótese de Castro (2006) como a interpolação de advérbios. Como mesmo salienta a autora, os advérbios como *já* e *ainda* podem ser realizados entre o artigo definido e o possessivo

- (134) a. *a já noiva do João
b. ?? a já noiva dele

- (134) a. A ainda noiva do João
b. a ainda noiva dele
c. o ainda Presidente
d. a ainda minha mulher

Uma vez que a frase em (134a) com o advérbio *ainda* é aceitável, a relação entre o possessivo e o advérbio parece não ser a mesma que com o advérbio *já*. Isso revela que *ainda* deve ser realizado em uma posição diferente daquela ocupada pelo possessivo, não sendo óbvio que na sequência *a ainda minha mulher* em (134d) o artigo e o possessivo estejam no mesmo núcleo D, conforme assume Castro (2006).

Resumo das propostas

Foram discutidas as propostas de Castro e Costa (2002) e Miguel (2002) com relação às diferenças existentes entre as estruturas do possessivo pré- e pós-nominal. Os trabalhos dos autores tomam como ponto central a configuração de possessivo pré-nominal e apresentam propostas complementares de análise desta estrutura com base em dados distintos do Português Europeu.

Cada um dos trabalhos apresentados acima busca evidências para uma tipologia dos possessivos em posição pré-nominal, afirmando tratar de configurações em que o possessivo é uma categoria nuclear (X^0) para Castro e Costa (2002) e Castro (2006). Por outro lado para Miguel (2002) alguns dialetos não padrão do PE trazem subsídios para assegurar que nestes casos o possessivo funciona como uma categoria máxima (XP).

Ao fazer uma comparação entre as propostas acima, Brito (2007) traz evidências de que o sistema possessivo no PE não é homogêneo, mas apresenta três sistemas que

co-ocorrem ainda hoje. Resumidamente assume-se a existência de duas gramáticas não padrão; na primeira o possessivo comporta-se como um determinante, localizando-se em adjunção a D e na segunda o possessivo comporta-se como um adjetivo, localizando-se em Spec, AgrP. Haveria também uma terceira gramática, considerada padrão que se assemelha aos moldes propostos por Castro e Costa (2002). Esse sistema possessivo apresenta um padrão misto que se comporta como um adjetivo e na medida em que passa a codificar o traço de definitude, gradualmente manifesta um comportamento de determinante.

Assim, Brito (2007) considera a discussão de Castro e Costa (2002, 2003) e Miguel (2002) em que procuraram mapear as características do pronome possessivo do Português Europeu. Ao retomar as duas propostas apresentadas salienta o fato de que mesmo nos dias de hoje ainda há uma variação de gramáticas no comportamento do sistema possessivo uma vez que há a possibilidade de configurações que revelam um comportamento do possessivo como elemento XP assim como outras com comportamento de elemento X°.

Passemos, então, a tratar dos resultados obtidos por meio da classificação dos sintagmas possessivos nos textos do Português Clássico.

CAPÍTULO 4 – OS DADOS

4.1 Apresentação do capítulo

Neste capítulo vamos apresentar os resultados que obtivemos na busca e classificação dos dados dos séculos 16 a 19. Mas antes de darmos início à discussão dos dados vamos relatar alguns trabalhos que abordaram a mesma questão.

Posteriormente a isso traremos maiores informações sobre os procedimentos empregados para a realização desta pesquisa, tais como a metodologia, informações sobre o *corpus* investigado e os fatores de classificação e análise empregados. Na primeira parte deste capítulo apresentaremos os contextos utilizados para a recolha dos dados e as possibilidades de realizações encontradas nas frases de DPs possessivos. E devido à impossibilidade de variação no uso do artigo, alguns contextos foram descartados para a análise, sendo, no entanto, elencados aqui.

Após a apresentação dos textos utilizados como base para a montagem dos fatores a serem investigados, passaremos a tratar os resultados obtidos e classificados nesta pesquisa.

São inúmeras as questões que se colocam sobre o assunto e talvez não seja possível responder a todas, mas procuraremos fazer um mapeamento dos contextos em que a mudança pode ser refletida, assim como contribuir para uma melhor explicação do processo de mudança da gramática do Português Clássico para o Português Europeu.

4.2 Diretrizes da pesquisa

Nesta pesquisa investigamos a mudança do português clássico para o português europeu moderno no que diz respeito aos padrões de aplicação do artigo em sintagmas nominais definidos. O uso do artigo diante de pronome possessivo era variável no período clássico, como afirma Matos e Silva (2002), mais especificamente no início do século 15; contudo, segundo Said Ali (1964), teria se generalizado a partir do século 19.

Ribeiro (1931:28) *apud* Silva (1982:265) observou que, mesmo em documentos escritos datados do século 12, encontramos tal variação. Segue um exemplo relevante sobre este fenômeno:

*Hec est noticia de partiçon de devisaõ que fazemos entre nos dos erdamentus, e dus Contus, e das Onrras e dous Padruadigos das Eygreygas, qua forum **do nosso padre**, e **de nossa madre**, en esta maneira.*

Dessa maneira, antes de tratarmos mais especificamente dos contextos de análise e dos dados obtidos por esta investigação, seria interessante conhecer o comportamento do sistema possessivo em um período anterior ao investigado. Passemos então aos resultados obtidos por Costa (2002) sobre o uso do artigo diante de pronomes possessivos no Português Antigo.

4.3 Pesquisa de Iraneide Costa (2002) – o DP possessivo no Português Arcaico

Costa (2002) faz uma análise dos fatores morfossintáticos que favoreciam a presença ou a ausência do artigo definido em DPs possessivos e diante de nome próprio de pessoa. A autora investiga os DPs possessivos em quatro textos escritos do século 13 ao século 16, cobrindo o período do Português Arcaico.

De acordo com os resultados obtidos, a autora faz um mapeamento do comportamento do artigo diante de DPs possessivos nesta época do Português, sendo que o total de ocorrências de DPs possessivos encontrados nos quatro textos foi de 1419 casos. Os contextos investigados contemplaram:

- i. o tipo do possessivo;
- ii. número;
- iii. tipo do sintagma;
- iv. formas como a preposição se apresenta e
- v. função sintática do sintagma nominal.

Apresentamos resumidamente os principais resultados da pesquisa de Costa (2002) que revelam interesse para um mapeamento do Português Arcaico. Talvez seja possível delinear um padrão de realização do artigo em DPs possessivos ao longo da história do Português, utilizando alguns dados de Costa (2002).

Abaixo encontram-se a quantificação dos resultados com relação aos textos investigados (TCM 1281 a 1484, CDP 1418 a 1454, DVV e DLNL de autoria de João de Barros) que segundo a autora, correspondem às datas de publicação dos textos, respectivamente.

Quadro 1 – A ocorrência de artigos diante de possessivos no Português Arcaico.

	TCM	CDP	DVV	DLNL
Poss. c/ art.	54	53	52	25
%	0,13	0,07	0,29	0,38
Poss. s/ art.	340	689	130	41
%	0,80	0,93	0,71	0,62
Art. + det. + poss	33	2	0	0
%	0,08	0,00	0,00	0,00
Total	427	744	182	66

Fonte: Costa 2002 p.289.

Ao comentar estes resultados, nos textos escritos entre 1281 a 1484 há cerca de 10% no número de ocorrências de artigos, mas nos textos DVV e DLNL de João de Barros o número de ocorrências sobe para 38%.

4.4 O tipo de sintagma utilizado

Com relação ao comportamento dos artigos diante das preposições, Costa (2002:293) parece ter se equivocado com relação à interpretação dos dados ao investigar

os casos de sintagma preposicionado com relação aos sintagmas nominais comuns. Vejamos os resultados visualizados por meio do quadro abaixo.

Quadro 2 - A ‘ocorrência possessivo com artigo em SNs e SPreps’.

	TCM	CDP	DVV	DLNL	TOTAL
Preposicionado	43	34	30	15	122
%	0,80	0,64	0,58	0,60	0,66
Nominal	11	19	22	10	62
%	0,20	0,36	0,42	0,40	0,34

Fonte: Costa 2002 p.289

Costa (2002:293) afirma que o quadro 2 acima e o gráfico 2 ‘indicam que a proeminência do sintagma preposicionado nas ocorrências de possessivo com artigo é irrefutável em todos os contextos analisados. Reforça-se assim a idéia de que a preposição vem a ser estímulo do artigo definido’.

Afirmamos que a autora deva ter se equivocado, pois estes resultados seriam surpreendentes se comparados com aqueles encontrados na nossa pesquisa do Português Clássico, uma vez que seriam totalmente inversos. Mas o erro é retificado ao fazermos uma leitura mais atenta das informações nas legendas do quadro e da planilha. Assim, verificamos que os dados correspondem à quantificação do total de ocorrências de DPs preposicionados ou não, considerando sempre a presença do artigo, ou seja, estes resultados não contemplam a variação no uso do artigo, mas a possibilidade do DP possessivo vir precedido por uma preposição ou não.

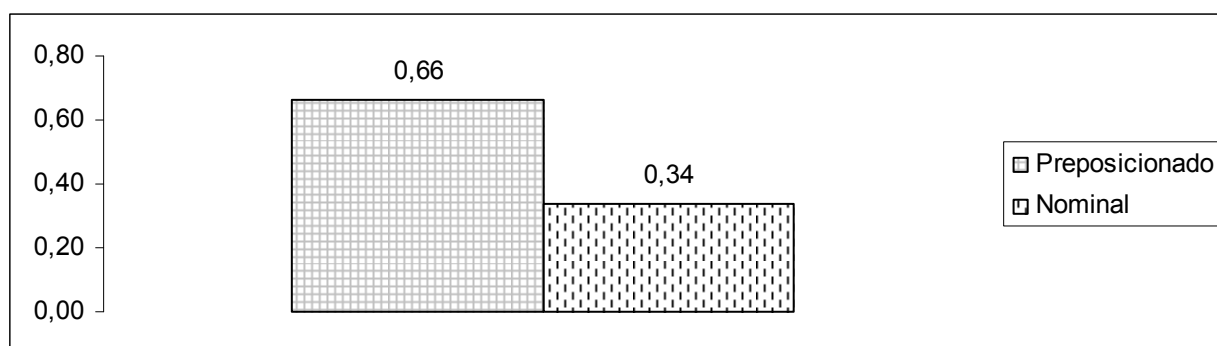


Gráfico 1 - A ‘ocorrência de possessivo com artigo em SNs e SPreps’.

Fonte: Costa 2002 p.293

Há vários outros contextos investigados por Costa (2002), mas que não se mostram relevantes para a presente análise uma vez que em todos os casos não há variação no uso do artigo definido. Para estes resultados a autora apenas classificou os casos em que o artigo estavam presentes o que inviabiliza uma comparação com nossos dados. Portanto, a forma que seus resultados se apresenta impossibilita um possível mapeamento de como o Português Arcaico se comportava no uso do artigo nos DPs possessivos.

Vejamos um gráfico que seria possível comparar com nossos dados se não fosse pelo fato do número reduzido de dados.

Quadro 3: Ocorrências de determinantes em sintagmas nominais com nomes próprios.

	TCM	CDP	DVV	DLNL	TOTAL
NPP c/ art.	0	0	1	1	2
%	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00
NPP s/ art.	488	727	199	50	1464
%	0,85	1,00	0,99	0,98	0,94
Art. + det. + NPP	84	2	1	0	87
%	0,15	0,00	0,00	0,00	0,06

Os números de ocorrências de uso do artigo junto a nomes próprios são ínfimos com relação aos casos em que não há o artigo. Isso confirma, um comportamento diferenciado dos nomes próprios com relação aos demais sintagmas nominais, uma vez que os traços marcados pelo nome próprio seriam suficientes para marcar a definitude, gênero e número do núcleo do sintagma nominal.

Os dados do Português Antigo apresentados por Costa (2002) reforçam o estabelecimento dos padrões de realização de DPs possessivos da língua portuguesa, uma vez que o PC apresenta um comportamento de certa forma semelhante. Os dados apresentados pelo quadro acima ilustram claramente o aumento no uso do artigo que vinha ocorrendo em períodos anteriores aos por nós investigados. Os resultados de Costa (2002) mostram que uma mudança nos padrões de aplicação do artigo na língua já estava tomando forma antes do século 16.

4.5 O DP possessivo no Português Brasileiro

Ao investigar o uso do artigo diante de possessivos em dados sincrônicos e diacrônicos do Português Brasileiro e dados diacrônicos do Português Europeu, Silva (1982) elege como questão central de seu estudo a regra de generalização do artigo frente ao possessivo, levando em conta o fato de haver mais artigos no PE que no PB.

De acordo com a autora, o PB possui características peculiares com respeito ao emprego do uso do artigo, diferenciando-se das demais línguas românicas, pois pode manifestar a realização ou não do artigo diante de possessivo sem que isso implique necessariamente em uma diferença semântica, conforme apresentado no exemplo a seguir³³.

(135) *O que é que você ganha com isso na hora de vender seu imóvel? (...) Na hora de vender o seu imóvel entregue-o a (...)* (Silva, 1982:266)

Silva (1982) considera um grupo de fatores que pode determinar um favorecimento do uso do artigo diante de possessivo para poder confirmar se o artigo definido mantém seu papel de atribuidor de especificidade mesmo estando junto a um pronome possessivo. Os fatores utilizados pela autora para a recolha e classificação dos dados são os seguintes:

³³ Nos casos em que o possessivo é realizado pós-nominalmente seria possível duas realizações: ele ocorre sempre junto ao artigo, sem haver variação como em (i) retirado de Silva (1982:271).

i) 'Esta é (a) minha filha, onde está a sua?'

Ou é possível que o uso do artigo seja variável o que implica na mudança de significado como em (ii).

ii) a. 'Este livro é meu'

b. 'Este livro é o meu'

No caso em que há variação no uso em possessivos pós-nominais notamos uma variação no sentido da frase, conforme apontado por Silva (1982:272). Segundo a autora a frase em (iia) responderia a uma pergunta do tipo 'de quem é este livro?' equivalendo a 'este livro é de mim', 'este livro pertence ao conjunto de meus livros', podendo ser traduzido em Francês por 'ce livre est à moi'.

A frase em (iib) responderia uma pergunta do tipo 'este livro é seu ou é meu?' em que se pressupõe outro conjunto de livros além daqueles 'meus livros', equivalendo a afirmação 'este livro é o meu' traduzida em Francês por 'c'est le mien'.

Apontamos para as possibilidades de interpretação de possessivos pós-nominais. Entretanto esta pesquisa não contempla a investigação destes contextos possessivos devido a outras implicações que não serão abordadas aqui.

1. Maior ou menor grau de especificidade do possuído – Específico, Não Específico;
2. Noção de parentesco (*kinship*);
3. Número e
4. Variável Sintática.

O primeiro fator, correspondente ao grau de especificidade do possuído, é utilizado por Silva (1982) com o intuito de verificar se a função do artigo continua a ser a mesma ou não, quando este se junta ao possuído³⁴. É utilizado como segundo fator a noção de parentesco, pois segundo vários autores, dentre eles Méier (1948, 1973), a relação de parentesco tem alta relevância para a ausência do artigo devido ao seu valor de definitude³⁵. No que se refere ao fator de número do DP possessivo, a hipótese de Silva (1982) é de que se o uso do artigo ocorre para determinar maior ou menor especificidade do DP, o plural deveria ter menos necessidade da presença do artigo que o singular. E o último fator correspondente à variável sintática do DP possessivo é utilizado na suspeita de que haveria um condicionamento sintático na presença ou ausência do artigo frente ao possessivo. Após realizada a busca dos dados observando estes contextos, de maneira geral, a pesquisa de Silva (1982) revelou que o uso do artigo diante do possessivo sobe significativamente nos dados do PE ao longo dos anos estudados.³⁶

No entanto, o corpus utilizado como a própria autora menciona é uma seleção de textos escolhidos aleatoriamente, desconsiderando haver uma seqüência cronológica capaz de sustentar um estudo diacrônico mais detalhado e representativo de cada século. A pesquisa de Silva deixa assim lacunas para serem preenchidas em trabalhos

³⁴ Como fator marcado como “específico”, Silva (1982) considera que o possuído fazia parte de um conjunto já determinado pelo contexto ou como um conjunto unitário conforme em (i). Já como fator marcado como “não específico” seria o caso de o possuído pertencer a um determinado conjunto, mas que não recebe nenhum realce, como em (ii).

(i) a. Você acredita que sou sua melhor amiga.

b. Estou esperando meu noivo

(Silva, 1982, p.289)

(ii) Coitado do meu amigo!!

(Silva, 1982, p.289)

³⁵ No final deste capítulo serão apresentados os resultados obtidos nesta pesquisa que dizem respeito ao uso do artigo diante de DPs possessivos com nomes relacionais.

³⁶ Silva (1982) investiga as diferenças entre os sintagmas explicativos e não explicativos marcados com uma preposição ou não. Seus resultados mostram que o sintagma preposicionado era regularmente favorecido para o uso do artigo definido. E atribui-se a tal resultado a possibilidade de contração entre as preposições e os artigos.

posteriores³⁷.

Dada à necessidade de se obterem resultados mais completos sobre as estruturas possessivas, estudos mais abrangentes e que realizassem uma investigação século por século, mostraram-se indispensáveis. Portanto, partindo do trabalho inicial apresentado por Silva, alguns estudos buscaram complementar a análise diacrônica dos dados do Português Europeu em DPs possessivos.

Logo, a investigação de Magalhães (2002) assim como esta pesquisa buscam uma análise mais criteriosa para um estudo diacrônico do fenômeno.

4.6 Magalhães (2002)

Partindo do estudo realizado por Silva (1982), ao comparar o uso do artigo em pronomes possessivos no Português Brasileiro e no Português Europeu, Magalhães (2002), sob uma perspectiva diacrônica, procurou compreender como evoluiu o uso do artigo diante de pronomes possessivos assim como diante de nomes próprios em textos do Português Clássico³⁸.

A autora utilizou 12 textos de autores portugueses do *Corpus Tycho Brahe* e para a elaboração da quantificação das ocorrências do pronome possessivo, com ou sem artigo foram considerados os seguintes contextos:

- a. O possessivo era acompanhado de um artigo (D+Poss)
- b. O possessivo ocorria sem um artigo (Poss)
- c. O possessivo era acompanhado de artigo e de uma preposição (P+D+Poss)
- d. O possessivo era acompanhado apenas de uma preposição (P+Poss)
- e. O possessivo era precedido por algum outro elemento que não o artigo ou a preposição (X+Poss)

³⁷ A pesquisa da autora tem um enfoque sociolinguístico.

³⁸ Sua investigação inclui contextos com nomes próprios em posição argumental, uma vez que esta posição também tem a obrigatoriedade do uso de artigo definido no português moderno (cf. Castro 2000).

Segundo Magalhães (2002:16) na comparação entre os resultados destes contextos foi possível descobrir que ‘houve dois momentos na história do uso do artigo diante de possessivo em PE:

(i) para sintagmas não preposicionados a variação já existia no século 16 e findou no século 18; e

(ii) para os sintagmas preposicionados a variação começou em meados de século 17 e continuou no século 19’.

Magalhães (2002:16) assume, seguindo Longobardi (1994) e Schoorlemmer (1998) ‘que no PE até o final do século XVIII, os pronomes possessivos assim como os nomes próprios podiam mover-se para D, nos casos em que eles eram usados sem o artigo, ou, opcionalmente, permanecer na sua posição de base em Pos ou N quando eram usados com artigo’.

Para a autora, assim como afirma Castro (2000), o artigo era um expletivo e apenas a realização fonológica do traço de definitude era realizada em D, sendo que a presença do expletivo era uma exigência do componente Fonológico. Esta seria a explicação para os casos quando o possessivo, precedido pela preposição, podia dispensar o artigo. Magalhães (2002) considera a hipótese de Schoorlemmer (1998) e explica que a variação encontrada no uso do artigo nos textos investigados é decorrente de um processo de competição de ‘duas gramáticas, uma em que Pos tinha um traço de definitude variável, por isso ele precisava subir para D, o que ocasionava a ausência do artigo diante do possessivo. E a outra em que Pos não tinha o traço de definitude variável, não precisava subir para D e o artigo podia co-ocorrer livremente com o possessivo’. Entretanto seu trabalho não traz maiores explicações sobre o processo de mudança que foi aplicado na gramática do Português Clássico para o Português Europeu. A autora não aponta para os elementos e mecanismos que acarretaram na mudança gramatical desta língua.

Portanto, conforme salientado anteriormente, um número razoável de pesquisas (Harri Méier (1973), Silva (1982), Castro (2000) e Magalhães (2002)) sobre o uso do

artigo em sintagmas possessivos preposicionados apontam para a necessidade de estudos mais aprofundados sobre este fenômeno. Isto requer investigações mais minuciosas sobre o comportamento do artigo, por ser este um fenômeno que, se melhor estudado, pode revelar variação de gramáticas do Português ao longo dos séculos. Logo, a proposta central desta pesquisa é analisar mais atentamente os DPs com pronomes possessivos com a finalidade de explicitar a estrutura sintática do possessivo e como se dá a variação do uso do determinante neste contexto no PE sob uma perspectiva histórica. Procuramos, portanto, corroborar ou não a hipótese de haver duas gramáticas em competição no Português Clássico e averiguar a hipótese de pesquisa levantada por Magalhães (2002).

4.7 A sintaxe gerativa como base teórica para uma análise diacrônica

Como já mencionado no capítulo de introdução, a pesquisa que propomos insere-se na área da Linguística Histórica, tendo como arcabouço teórico o *Programa de Investigação da Gramática Gerativa*, tomando por base mais especificamente a Teoria de Princípios e Parâmetros. Isso pressupõe uma metodologia que faz uso tanto de dados quantitativos de vários estágios de uma língua quanto de predições e julgamentos de falantes nativos para descrever a gramática internalizada dessa língua.

A princípio, pode parecer incongruente a associação de pressupostos teóricos da Teoria Gerativa – que pressupõe a descrição de uma gramática mental internalizada – com dados históricos que sobreviveram ao tempo. De fato, procuramos, com base numa descrição detalhada e quantificada dos DPs possessivos, analisar a alternância do uso do artigo diante de possessivo em diversas fases do Português ibérico: como era e como está agora. Isso significa que partindo de dados diacrônicos é possível descobrir propriedades gerais da gramática do Português uma vez que não há mais a possibilidade de acesso aos falantes de séculos passados, mas os registros escritos podem revelar tais propriedades.

Como se vê, esse tipo de metodologia faz uso de dados quantitativos capazes de explorar e compreender uma mudança gradual da língua (ou das gramáticas da língua). Como decorrência da utilização deste tipo de metodologia, pôde ser iniciado um amplo programa de pesquisa que trabalha no curso do tempo da mudança sintática, utilizando-

se da quantificação dos dados históricos como uma evidência para atingir as gramáticas subjacentes dos usuários da língua, mesmo se tratando de línguas mortas.

Mais especificamente, a pesquisa relatada aqui integra-se num conjunto de trabalhos sobre a mudança no Português Clássico para o o Português Europeu Moderno baseados no corpus Tycho Brahe que apresentaremos na próxima seção. Como exemplo, podemos citar as pesquisas de Galves (2004), Paixão de Sousa (2004), Namiuti (2008) e Cavalcante (2004)³⁹.

A possibilidade de trabalhar com grandes *corpora* como o *Tycho Brahe* é assegurada pela facilidade e agilidade na busca dos dados por meio de ferramentas automáticas disponíveis, como por exemplo, a etiquetagem morfológica e sintática. Esta agilidade ocorre tanto no que diz respeito à quantidade de dados a serem obtidos, quanto no espaço temporal decorrente dos vários séculos de pesquisa da história de uma língua.

Com respeito ao volume de dados, os resultados obtidos nesta pesquisa são bastante expressivos uma vez que as construções possessivas são muito comuns nas línguas⁴⁰. E no que concerne ao período na história investigado, esta pesquisa abrange quatro séculos (desde o século 16 ao século 19) que parecem ser cruciais para mudanças em vários fenômenos da gramática do Português Europeu.

Nas próximas seções serão trazidas maiores informações quanto ao *corpus* de investigação, à metodologia empregada e sobre os resultados obtidos nesta pesquisa. Assim, com a finalidade de iniciarmos uma discussão sobre a mudança da gramática do Português Europeu, passaremos, na seção seguinte, à exposição do material de estudo utilizado na busca e análise dos dados.

³⁹ Estas são pesquisas inseridas no Projeto Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística no Brasil (FAPESP/Unicamp).

⁴⁰ Maiores esclarecimentos a respeito da quantificação dos resultados serão apresentados no decorrer deste capítulo.

4.8 Apresentação do Corpus utilizado

O corpus estudado compreende 23 textos ortograficamente transcritos e morfologicamente etiquetados de autores portugueses pertencentes ao *Corpus Tycho Brahe*, conforme listado a seguir.

Século 16

- Fernão Mendes Pinto (1510-1583) *Perigração* (52.555 palavras).
- Francisco de Holanda (1517-1584) *Da Pintura Antiga* (52.538 palavras).
- Diogo do Couto (1542 - 1606) *Décadas* (selecção, prefácio e notas de Antônio Baião) (47.448 palavras).
- Luis de Sousa (1556 - 1632) *A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires* (52.928 palavras).
- F. Rodrigues Lobo (1579 - 1621) *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno* (52.429 palavras).

Século 17

- Manuel da Costa (1601 - 1667) *Arte de Furtar* (52.867 palavras).
- António Vieira (1608 - 1697) *Sermões* (53.855 palavras).
- António Vieira (1608 – 1697) *Cartas* (57.088 palavras).
- F. Manuel de Melo (1608 - 1666) *Cartas* (58.070 palavras).
- António das Chagas (1631-1682) *Cartas Espirituais* (54.445 palavras).
- Manuel Bernardes (1644 - 1710) *Nova Floresta* (52.374 palavras).
- J. Cunha Brochado (1651 - 1735) *Cartas* (35.058 palavras).
- Maria do Céu (1658-1753) *Rellacao da Vida e Morte da Serva de Deos a Veneravel Madre Elenna da Crus* (27.410 palavras).
- André de Barros (1675-1754) *A Vida do Padre António Vieira* (52.055 palavras).
- Alexandre de Gusmão (1675-?) *Cartas* (32.433 palavras).

Século 18

- Cavaleiro de Oliveira (1702 – 1783) *Cartas* (51.080 palavras).
- Matias Aires (1705 - 1763) *Reflexão sobre a Vaidade dos Homens e Cartas sobre a Fortuna* (56.479 palavras).
- Luís António Verney (1713-1792) *Verdadeiro Método de Estudar* (49.335 palavras).
- Antonio da Costa (1714-?) *Cartas do Abade Antonio da Costa* (27.096 palavras).
- Correia Garção (1724 - 1772) *Obras Completas* (24.924 palavras).
- Marquesa D'Alorna (1750-1839) *Cartas e outros Escritos* (49.512 palavras).
- Almeida Garrett (1799-1854) *Viagens na minha terra* (51.784 palavras).

Século 19

- Ramalho Ortigão (1836 - 1915) *Cartas a Emilia* (32.441 palavras).

O *Corpus Tycho Brahe* foi tratado computacionalmente, seguindo os mesmos moldes que o *Corpus* do Inglês médio (*Penn-Helsinki Parsed Corpus of Middle English*, (PPCME)), encontrando-se atualmente inserido no projeto temático “Padrões Rítmicos e Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística” Fase I e Fase II⁴¹. Como ferramenta para a busca de dados desta pesquisa foi possível contar com a etiquetagem morfológica dos 23 textos acima mencionados, facilitando no momento da obtenção dos resultados do fenômeno de pesquisa.

Ao lidar com este tipo de *corpus* é possível descrever e analisar um fator de pesquisa em uma velocidade bastante rápida se comparado ao modo tradicional em que a busca é feita manualmente através da leitura do texto. Com a utilização do *corpus* etiquetado temos uma recuperação instantânea dos resultados, proporcionando às pesquisas históricas um grande avanço, pois facilita ao investigador a análise de um período maior no tempo, assim como trabalhar com um volume maior de dados, como os de nossa pesquisa. De outro modo, sem a utilização da busca automatizada esta

⁴¹ Este *corpus* contém textos em prosa escritos em português por falantes nativos do PE, nascidos entre 1380 a 1850 com acesso a todos os pesquisadores interessados, disponibilizado no seguinte endereço: <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>.

pesquisa não poderia ter sido realizada devido ao excedente montante de dados para o contexto de pesquisa que chegam a cerca de 14.000 dados obtidos e cerca de 11.000 dados efetivamente utilizados para a análise.

4.9 Levantamento dos dados e procedimentos

Ao dar seguimento aos trabalhos de Silva (1982, 1984), Costa (2002) e Magalhães (2002) sobre o uso do artigo em DPs possessivos, fez-se necessário um levantamento e análise de forma mais abrangente e robusta dos dados. Buscamos estudar um número mais amplo de realizações do artigo diante de DPs possessivos no Português de séculos passados com a utilização de um montante razoável de textos, perfazendo um total de 23 textos.

Como primeira etapa de pesquisa, foi realizado um levantamento automatizado de dados, utilizando as ferramentas computacionais de busca nos textos escritos do século 16 ao século 19 no intuito de mapear os resultados e visualizar os ambientes de variação do determinante em DPs possessivos. Ao trabalhar com textos já morfológicamente etiquetados, foi possível selecionar alguns contextos capazes de trazer um panorama geral do comportamento do determinante de DPs possessivos nas frases.

E como primeira etapa de trabalho, a realização dos possessivos foi quantificada em dez tipos de contextos que dependiam de três fatores principais:

- (i) da presença ou ausência do artigo;
- (ii) da posição na oração do sintagma contendo o possessivo (se em posição inicial de frase ou se localizado dentro de uma oração) e;
- (iii) da presença ou ausência de uma preposição que antecede o DP contendo o possessivo.

A partir destes três fatores principais, foram delineadas as variações de realização do DP possessivo nos textos que se constituíram em dez situações diferentes.

Assim, a escolha dos dez contextos apresentados a seguir se justifica na medida em que abriga as possibilidades de realização do determinante em várias posições da oração e também da realização ou não de uma preposição junto ao DP possessivo. A importância da preposição frente ao DP possessivo tinha sido ressaltada em pesquisas anteriores (cf. Silva (1982) e Magalhães (2002)), que afirmam que preposição exerce algum tipo de influência nestas estruturas e por isso requer maiores investigações.

A seleção destes contextos de ocorrência dos DPs possessivos foi feita, portanto, na tentativa de esboçar as variações de posições em que o sintagma possessivo pode ser licenciado e discriminar melhor sua quantidade de ocorrências, descrevendo as suas realizações no texto. Apresentamos, na próxima seção, os dez contextos investigados, juntamente sentenças exemplificando cada contexto.

4.10 Os contextos investigados

Buscamos variados contextos em que o possessivo poderia ser encontrado, contemplando os três elementos discutidos na seção anterior. Assim, o mapeamento de ocorrências resultou em 10 diferentes possibilidades de busca⁴². Os exemplos dos contextos utilizados para a busca inicial dos dados no *corpus* anotado podem ser visualizados a seguir.

Com relação a posição do DP possessivo em posição inicial absoluta foram buscados seguintes contextos:

- Sintagma possessivo em posição inicial absoluta na oração (rotulado como 0 – poss);

(136) **Seu** corpo foi enterrado o mais solenemente que pôde ser, com grande dor, e sentimento de todos, de que era muito amado, como era razão o fosse um Rei.

(Couto, 1542)

⁴² Resumidamente, os 10 contextos foram rotulados de: i) 0-poss; ii) 0-D-poss; iii) 0-P-D-poss; iv) 0-PD-poss quando em posição inicial e v) D-poss; vi) P-poss; vii) P-D-poss; viii) PD-poss e ix) X-poss quando em posição interna à oração.

- Sintagma possessivo em posição inicial absoluta na oração + determinante (rotulado como 0 – D – poss);

(137) **O seu** pintar é trapos, maçonarias, verduras de campos, sombras de árvores, e rios e pontes, a que chamam paisagens, e muitas feaduras para cá e muitas para acolá.

(Holanda, 1517)

- Sintagma possessivo em posição inicial absoluta na oração + preposição (rotulado como 0 – P – poss);

(138) **De sua** dificultosa conquista, a redução à Fé, empresa digna do grande coração de VIEIRA, e uma de suas maiores façanhas, demos já em separada obra completa relação.

(Barros, 1675)

- Sintagma possessivo em posição inicial absoluta na oração antecedido por uma preposição + determinante (rotulado como 0 – P – D-poss);

(139) **Contra o nosso** parecer, nunca achamos dívida bastante, contra o dos outros sim.

(Aires, 1705)

- Sintagma possessivo em posição inicial absoluta na oração antecedido pela contração de uma preposição com um determinante (rotulado como 0 – PD – poss);

(140) **No nosso** Evangelho diz o mesmo Senhor: Tunc videbunt: então verão: E aquelle então é agora: aquelle tunc é nunc: Tunc videbunt, et nunc est.

(Sermões, Vieira, 1608)

E com relação à posição do DP possessivo em posição Interna à oração foram buscados os seguintes contextos:

- Sintagma possessivo interno a uma oração e precedido por um determinante (rotulado como D – poss);

(141) *São Paulo descrevendo este mundo, para nos desaffeioar de suas vaidades, diz que é como um teatro, em que as figuras cada uma entra a **representar o seu** papel, e passa: Præterit enim figura hujus mundi.* (Sermões, Vieira, 1608)

- Sintagma possessivo interno a uma oração e precedido por uma preposição (rotulado como (P- poss));

(142) *Nem cuideis, que vos conheço, quem quer que sois, nem que ponho o dedo **em vossas** couzas em particular: o meu zelo bate só no commum.* (Manuel Antônio da Costa, 1601)

- Sintagma possessivo interno a uma oração e precedido por uma preposição + determinante (rotulado como P – D -poss);

(143) *Porém, quanto a mi, o que da tenção destes autores convém mais **com o nosso** modo de fala, sal quer dizer graça, que é o contrário da frieza e sensaboria.* (Lobo, 1579)

- Sintagma possessivo interno a uma oração e precedido pela contração de uma preposição com um determinante (rotulado como PD – poss) e;

(144) *No mês de Maio dos anos do Senhor de mil e quinhentos e catorze, reinando em Portugal el-Rei Dom Manuel, único deste nome, e presidindo na Igreja de Deus o Papa Leão X, pariu Maria Correa um filho, que **bautizaram na sua** igreja e freguesia e chamaram Bertolameu.* (Souza, 1556)

- Sintagma possessivo interno a uma oração precedido por outro elemento qualquer que não um determinante ou uma preposição (rotulado como X– poss).

(145) *Mas como não é Vossa Mercê que me informa dessas circunstâncias, é força **que minha** amizade penda mais para o pesar que para o gôsto.* (Brochado, 1651)

Como já dito buscamos todos os sintagmas nominais possessivos em posição pré-nominal, sendo que a busca realizada para a obtenção dos dados contemplou três elementos centrais que parecem ser relevantes para a estrutura do DP possessivo; a posição do DP na sentença, o uso do artigo e o emprego de uma preposição. No decorrer deste trabalho discutiremos em pormenor a relevância destes elementos na estrutura do DP.

4.11 Os fatores de classificação dos dados

Como etapa seguinte, após feita a busca destes dez contextos provenientes dos 23 textos do *corpus Tycho Brahe*, passamos à fase de classificação destas ocorrências. Para tanto, foi necessário classificar todos os elementos encontrados pertencentes a cada um dos 10 contextos. Foram considerados 18 fatores para a classificação de cada um dos DPs possessivos encontrados.

Apresentaremos aqui a sequência utilizada para a classificação dos elementos de cada dado levantado em que foi possível identificar as possibilidades de ocorrências antes do DP, além i) das informações sobre o emprego da preposição quando fosse o caso, ii) sobre uso do artigo, iii) sobre o nome utilizado, iv) sobre o tipo de pronome possessivo empregado e v) sobre o contexto sintático.

Como forma de visualizar melhor como foi realizada a classificação dos dados diacrônicos, encontra-se, em anexo, o quadro com os 18 itens utilizados para a classificação dos dados encontrados na busca e as respectivas variantes de ocorrências em cada um deles. Portanto, quando no momento de classificação passamos a determinar sequencialmente os seguintes elementos⁴³:

- 1) A posição do possessivo na sentença;
- 2) O elemento anterior ao pronome possessivo;
- 3) A presença ou ausência do determinante;
- 4) Os tipos de preposição encontrados;

⁴³ Vale ressaltar aqui que a variável independente da busca foi a presença ou ausência do artigo, elencada como 3º elemento desta lista. No entanto, para facilitar a classificação dos dados, optamos por classificar os elementos seguindo a ordem de colocação nas frases. Posteriormente na contagem dos dados ressaltamos a variável independente.

- 5) A ocorrência ou não da contração da preposição com o determinante;
- 6) A definitude do determinante;
- 7) O gênero do pronome possessivo;
- 8) O número do pronome possessivo;
- 9) A pessoa do pronome possessivo;
- 10) O tipo de possessivo encontrado;
- 11) O elemento posterior ao pronome possessivo;
- 12) O tipo de núcleo do sintagma nominal;
- 13) O tamanho do sintagma nominal possessivo;
- 14) Os traços semânticos do núcleo do DP possessivo;
- 15) A função sintática do sintagma nominal possessivo;
- 16) O gênero textual em que o referido dado encontrava-se;
- 17) O período em que o referido dado encontrava-se e, por último;
- 18) O texto em que o referido dado encontrava-se⁴⁴.

Considerando estes 18 fatores para a classificação de cada dado encontrado buscamos detalhar ao máximo não apenas se havia ou não o uso de um artigo ou de uma preposição diante do pronome possessivo, mas também descrever todas as informações apresentadas no sintagma possessivo. Vale ressaltar, que para uma análise completa dos dados também seria necessário fazer uma classificação semântica do uso dos possessivos. Contudo estes aspectos não foram contemplados nesta pesquisa por requerer uma leitura atenta de todos os textos e também devido ao fato da busca automática não manter uma ordem capaz de recuperar os fatores discursivos da frase em que se encontra o dado com relação ao texto todo. E como já mencionamos acima, sem a busca automática seria impossível recuperarmos todos os dados, pois demandaria um volume de trabalho muito grande, extrapolando assim os objetivos da presente investigação.

Depois de realizada a classificação das realizações, o próximo passo na pesquisa foi dar início à quantificação das frequências destas construções. E como o montante de

⁴⁴ Com relação aos fatores 16 e 18 apontados, foi feita uma distinção entre gênero textual utilizado pelo autor com o texto em si, pois o primeiro marca o “tipo de texto” empregado, como uma carta, narrativa, etc e o segundo fator aponta para o texto em si, cada um daqueles 23 textos utilizados como *corpora* para esta pesquisa.

dados que trabalhamos é elevado, o sistema logístico *GoldVarb* (2001), versão mais atual do *Varbrul*, foi utilizado para a obtenção da quantificação dos dados e, ainda pela possibilidade de fazermos o cruzamento entre as diversas variáveis que encontramos⁴⁵.

A discussão sobre a quantificação dos resultados, considerando os fatores de classificação que se mostraram mais relevantes para a análise será esboçada no decorrer deste capítulo, junto com a descrição dos mesmos. Entretanto, antes de tratarmos dos dados analisados, vale a pena apresentar resumidamente os contextos que foram excluídos da quantificação e análise.

4.12 Os resultados encontrados na primeira busca no *corpus*

Foi feita a busca inicial em cada um dos 23 textos de autores portugueses, considerando as 10 possibilidades de contextos de ocorrência em que o DP possessivo podia ser empregado. Assim, o número inicial de ocorrências de DPs possessivo que foi disponibilizado por meio da busca automática dos textos pode ser visualizado no quadro a seguir.

⁴⁵ Os resultados fornecidos pelo programa são frequências de probabilidades (pesos relativos) de aplicação da regra da variável analisada (ou das suas variantes) segundo as variáveis independentes, sociais e linguísticas. Contudo o programa *GoldVarb* foi utilizado nesta pesquisa apenas como uma ferramenta capaz de quantificar o número de ocorrências e poder fazer o cruzamento dos 18 fatores classificados e suas respectivas variantes. Ou seja, não utilizamos os resultados de peso relativo fornecidos pelo programa.

	0-poss	0-D-poss	0-P-poss	0-P-D-poss	0-PD-poss	P-D-poss	P-poss	D-poss	PD-poss	Poss	Soma Parcial
Mendes Pinto	0	2	0	0	3	14	239	79	162	19	518
Holanda	1	3	1	0	0	21	188	92	153	13	472
Couto	1	4	2	0	0	31	249	58	91	18	454
Sousa	3	1	2	0	0	3	93	38	92	29	261
Lobo	2	1	0	0	0	28	373	122	203	17	746
M Costa	0	4	0	0	0	8	326	51	104	35	528
Melo	71	15	6	0	2	12	5	109	117	39	376
Vieira S.	0	4	4	0	1	28	159	102	160	18	476
Vieira C.	21	6	5	0	6	14	689	104	123	48	1016
Chagas	60	5	40	0	3	35	574	116	168	60	1061
Bernardes	2	3	1	0	0	27	268	127	190	19	637
Brochado	61	1	2	0	1	30	460	150	267	33	1005
M. Céu	1	1	0	0	0	27	21	88	177	10	325
Aba	2	0	1	0	0	30	161	74	169	15	452
Gusmão	22	4	25	0	1	32	414	84	221	39	842
Cavaleiro	22	26	1	1	7	41	210	373	398	36	1115
Aires	1	17	3	1	0	15	29	162	192	5	425
Verney	8	7	3	0	2	18	68	79	121	6	312
A.Costa	2	0	0	30	5	16	110	68	134	38	403
Garção	2	2	1	0	0	14	174	115	131	14	453
Alorna	64	28	19	1	0	39	416	296	378	71	1312
Garret	12	16	1	0	3	41	140	164	237	19	633
Ortigão	23	19	0	0	3	30	20	98	148	2	343
Soma Parcial	381	169	117	33	37	554	5386	2749	4136	603	
Soma Total	14165										

Quadro 4: Total de ocorrências de determinante.

Com os 14.165 dados recolhidos pela busca automática em mãos foi preciso dar início ao processo de refinamento destes resultados, razão pela qual foi necessário excluir aqueles dados que não cabiam nesta pesquisa.

Levando em conta que o objetivo principal da presente investigação consiste em analisar a variação no uso do artigo diante de DPs possessivos, foram desconsiderados os casos em que o uso do artigo não apresenta tal variação.

4.13 Casos desconsiderados na pesquisa

4.13.1 Pronomes de tratamento

O primeiro contexto descartado corresponde aos pronomes possessivos de tratamento, como *Vossa Excelência*, *Vossa Alteza*, *Sua Santidade*, *Vossa Reverência*, *Vossa Paternidade* etc, que ocorriam com grande frequência nos gêneros epistolares, por exemplo. Além destes, também foram desconsiderados os casos de nomeação (em especial de santos), como *Nossa Senhora*, *Nosso Senhor*, etc, conforme ilustram os exemplos que seguem.

(145) [0014,0-poss-viec] Dado: **Sua Majestade** no Brasil é senhor dos dízimos, os quais costuma arrendar todos os anos.

[0017,0-poss-viec] Dado: **Vossa Excelência** está hoje com o mesmo jôgo com que entrou em França o Monteiro-mór, e porventura avantajado, e já me tem contentíssimo a esperança com que fico de que agora nos há Vossa Excelência de ganhar o que então perdemos.

[0025,0-poss-viec] Dado: **Vossa Mercê** vá por diante com esta empresa, e diga a El-rei nosso senhor o que sente, pois Vossa Mercê sabe que conhece Sua Majestade a verdade e inteireza do zêlo e justiça de Vossa Mercê, e quão livre é de todos os outros respeitos mais que o de seu maior serviço, que por esta via se adiantaria com grandíssimas vantagens;

[027,P-poss-sou] Dado: Do meio das estantes pendia um pequeno retábulo **de Nossa Senhora do Rosário**.

[551,X-poss-sou] Dado: E, ultimamente, sorrindo-se, disse: - E estes duzentos mil réis, nosso Padre Provincial, se os houveramos de empregar em mais pajens e mais mulas, donde se pudera acudir a uma cousa tão necessária e tanto do serviço de Deus, **como Vossa Paternidade** me confessa que esta é?

[0031,0-poss-cha] Dado: **Nosso Senhor** vai continuando por estas partes os maravilhosos efeitos de sua misericórdia; e assim era necessário, porque tôdas estas terras estavam metidas no Inferno com estupendos casos e vícios, que se sabem pelos escândalos, primeiro que pelo arrendimento.

[0034,0-poss-cha] Dado: **Sua Divina Majestade** guarde a Vossa Mercê como eu lhe peço, e peça-lhe que a mim me guarde.

4.13.2 Expressões Cristalizadas

Ainda foram desconsiderados os casos em que há expressões cristalizadas uma vez que nestes também nunca ocorre o artigo, como em (146).

(146) [075,P-poss-mco] Dado: Vendo todos o risco a que se punhaõ; porque em virando o Dezembargador as costas, haviaõ de revirar sobre elles os culpados com toda sua parentélla, que era da governança, e lhes haviaõ de fazer amargar os frutos, perder o dinheiro, e arriscar as vidas, deraõ na traça deste capitulo de accrescentarem os bens, a quem tratavaõ de os diminuir: disseraõ de hum certo, **que tinha de seu** mais de cem mil cruzados, que elle só podia com taõ grande pezo, e era poderoso a ter as pélas contra tudo, o que succedesse; e seguio-se daqui, que fazendo-o rico, o meteraõ em riscos de grandissimas perdas.

[0136,P-poss-cav] Dado: Fazei meus cumprimentos à senhora sua Mãe a quem estimo infinitamente, e dissei-lhe **de minha parte** que é necessário que ela faça preparar para seu filho uma câmara no hospital dos doidos, visto que a sua enfermidade não consiste mais do que em loucura arrebatada.

[145,P-poss-mend] Dado: Ao tom destes nossos brados sahio de debaixo do toldo uma mulher ja de dias, que no aspeito & na gravidade **de sua pessoa** mostrava bem ser quem depois soubemos que era, a qual em nos vendo da maneyra que estávamos, como quem se apiadava de nós, & se condohia de nossa desventura, & das feridas que lhe mostramos, tomando hum pao na mão, fez chegar a barçaça a terra, & por tres ou quatro vezes deu nos marinheyros com elle, porque refusauão.

[036,P-poss-mend] Dado: Elle então alcançado, ou por ventura corrido deste descuydo, inda **que por sua parte** dava algumas desculpas, o mandou socorrer com tres quintais de pólvora de bombardas, & duas arrobas da de espingarda, & cem alcanzias de fogo, & cem pilouros de berço, & cinquenta de Falcão, & doze espingadas.

[144,P-poss-gus] Dado: Até agora não pôde a desistência ofender a honra nem prejudicar a fazenda; e o tempo logo mostrará diversos caminhos que sejam muito mais seguros do que este, **a meu parecer**, tão arriscado.

Também em alguns contextos que utilizam a preposição *em*, considerando o gênero do nome, o uso do artigo definido é bloqueado como discutido em Castro (2006:90). Portanto, desconsideramos estes casos para análise como apresentado nos exemplos a seguir.

[117,P-poss-mend] Dado: O Caciz lhe replicou dizendo, que as cousas de Deos, & das esmollas **pedidas em seu nome**, não haviam de ser joeyradas por tantas mãos como elle dizia, se não somente pelas daquelles a quem se pedissem.

[094,P-poss-mend] Dado: OUVINDO Pero de Faria o que esta desconsolada Raynha publicamente lhe disse, a qual lhe trouxe aly tambem à memoria as obrigações que tinha para lhe fazer o que lhe pedia, alcançado elle de seu descuydo, & quasi corrido por esta falta em que tinha caydo, lhe respondeo, que em ley de Christaõ, & **em sua verdade** lhe afirmava, que ja sobre este caso tinha escrito duas vezes ao Visorrey,

4.13.3 Impossibilidade de revelar o sentido do possessivo

Foram descartados os contextos onde não é possível determinar se o artigo está retomando algo dito, como os casos em posição pós verbal, como em (147).

(147) [356,X-D-poss-mco] Dado: ; e o nosso Reposta contra a segunda razaõ he, que deveraõ advertir, como na successaõ taõ prolongada de Dom Joaõ I de Castella, oitavo neto do primeiro Rey de Portugal, havia o mesmo defeito de illigitimidade em seu pay Dom Henrique, além de outros avós: e mais perto estava do ultimo avô o nosso Dom Joaõ I e do ultimo possuidor no primeiro grão de irmaõ, que o seu no oitavo; **e o nosso** houve dispensaçã da illigitimidade, e não sabemos que o pay, e avós do seu a houvessem.

Também desconsideramos todos os casos em que há uma função predicativa, como apresentado a seguir.

[053,P-Dposs-gus] Dado: Da gente que nela achará espero se não há-de desagradar; porque não há mais que uma suma quietação e união perfeitíssima de génios tão doces, **excepto o meu**, que Vossa Mercê já se tem costumado a sofrer; e todos o hão-de tratar com amor e sinceridade de irmãos.

4.13.4 Os vocativos

Por último, também não foram contemplados na presente análise, os casos de DPs em vocativos por nunca haver o emprego do artigo, como em (148).

(148) [0037,0-poss-alo] Dado: **Meu querido** Pai do meu coração: A partida do mano está projectada para quarta-feira.

[0058,0-poss-alo] Dado: **Minha Juliana**: Esta carta é para Você só.

[623,X-poss-ber] Dado: No desejo e ânsia de vos ver desfalecem as minhas forças e o meu coração, oh Deus da minha alma, **meu bem e minha sorte**, que me toca para eterno.

[386,X-poss-aco] Dado: , meu movendo-me eu para qualquer parte da Europa sem nenhuma repugnância, considerando em ir para o Porto, bem conheço que não haveria pernas que me arrastassem por me estar palpitando que, chegado lá, e quatro cumprimentos e visita feitas aos amigos, me fazia a mim uma visita o senhor estupor, **meu amo**: e eu ainda estou em desejar que a morte venha

Considerações sobre os dados desclassificados

Serve de exemplificação o que foi possível notar ao trabalhar as *Cartas* de Padre Vieira (1608). Nesse texto, o número inicial era de 1016 ocorrências de DPs possessivos, mas ao serem desconsiderados os contextos de pronomes de tratamento, de despedidas em cartas e de expressões cristalizadas, entre outros, o resultado final chegou a um total de 332 ocorrências que foram efetivamente consideradas como dados de análise. Isso se deve principalmente ao fato de que é neste gênero textual onde encontramos o maior número de casos de pronomes de tratamento.

Dessa maneira, o refinamento na seleção das sentenças a serem quantificadas mostrou-se um fator importante para a análise, uma vez que se não o tivéssemos feito os resultados teriam sido enviesados pelos contextos em que há um bloqueio no uso do artigo, por exemplo. Mesmo assim, a limpeza dos dados não foi tão grande que prejudicasse o trabalho de investigação. No final deste processo não estávamos trabalhando mais com 14.165 dados, pois cerca de 4.000 dados foram desconsiderados,

mas de qualquer forma o montante de 10.700 ocorrências de DPs possessivos a serem investigadas mostra-se um número robusto capaz de mapear o comportamento do artigo no DP possessivo no Português Clássico.

4.14. Os resultados da pesquisa

Com relação aos contextos que efetivamente foram contemplados nesta pesquisa, através dos quais pode ser observada a alternância no uso do artigo no DP possessivo, verifica-se claramente um panorama de mudança gramatical na língua portuguesa.

A visualização dos resultados obtidos com relação ao uso de determinante nos DPs possessivos do Português Clássico, apresentada na planilha a seguir, permite-nos ter uma visão geral sobre a mudança que ocorreu na gramática do Português no decorrer dos séculos investigados. Nesta planilha, assim como ocorre em algumas outras, optamos por agrupar os textos em períodos de 50 anos para que os resultados possam ilustrar mais claramente o padrão de aplicação do artigo.

Por meio deste gráfico, notamos que houve um aumento no uso de determinantes em DPs possessivos no decorrer dos séculos 16 ao 19. Ainda assim, os dados quantificados de cada um dos autores portugueses estudados serão devidamente apresentados no decorrer da pesquisa⁴⁶.

⁴⁶ De acordo com os padrões utilizados na metodologia de classificação dos textos do *corpus Tycho Brahe*, todos os textos disponíveis para pesquisa foram marcados de acordo com a data de nascimento dos autores. Dessa forma, ao utilizarmos este *corpus* é preciso mencionar que as datas dispostas nos quadros de resultados ou nas planilhas utilizadas para visualização dos dados não correspondem ao tempo real em que o texto foi escrito, mas às datas de nascimento dos seus respectivos autores.

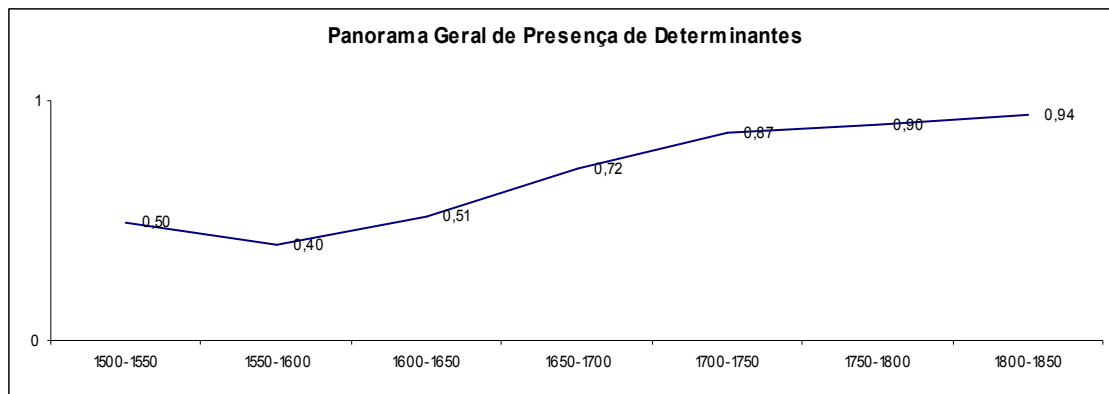


Gráfico 2 - Percentual de ocorrências do determinante nos DPs possessivos.

Como evidenciado no gráfico 4, os dados encontrados nesta pesquisa corroboram as análises anteriores de Silva (1982) e Magalhães (2002) ao evidenciar a existência de uma variação no uso do determinante e uma mudança no sentido da sua obrigatoriedade nos textos dos escritores portugueses nascidos entre 1500 a 1850.

Anteriormente ao período investigado, mesmo sendo em números reduzidos de ocorrências, os dados tratados por Mattos e Silva (2002) que cobrem o período do Português Arcaico até o século 14 já apontavam para uma variação no uso do artigo diante do pronome possessivo. Os estudos dessa época revelam que o uso do artigo era baixo em vários contextos, mas com base nos textos do século 16 em diante, a língua passa a revelar uma maior aplicação do artigo com relação aos séculos anteriores (cf. Costa 2002).

O gráfico acima representa nitidamente a tendência para uma mudança na aplicação do artigo no Português Clássico. Percebemos que no início do século 16 até meados do século 17 o número de artigos ficava em torno de 50%, o que revela uma grande oscilação no uso do artigo em orações possessivas. Vejamos um exemplo de contexto de possessivo em que o autor do texto varia no emprego do artigo diante do possessivo, em (148) a seguir.

(148) [008,P-Dposs-sou] Dado: Não se pode crer nem há palavras que bastantemente declarem o sobressalto, o enleio, o espanto, que recebeu a alma de Frei Bertolameu com esta nova; parecia-lhe cousa tão nova e tão fora de caminho e, para **a sua** arte e modo de vida, tão despropositada que, polas muitas rezões que sentia em contrário, se lhe tolhia a fala, não dando lugar a sair umas às outras, e de tudo se começou a afligir sobremaneira; e com sobeja

angústia, **de que seu rosto** dava bem vivos penhores, se foi escusando e alegando com muita humildade todas as rezões que lhe ocorriam pera não merecer nem haver de aceitar tamanha honra:

Como percebemos, nesse excerto do texto de Sousa, nascido em 1556, em uma mesma oração era possível encontrar realizações que ora apresentavam artigo, ora não o utilizavam quando em DPs possessivos⁴⁷.

Ainda com relação ao gráfico 4 acima, a evolução no tempo revela que a partir da segunda metade do século 17 o uso do artigo diante do pronome possessivo passa a ter um crescimento acentuado, de 50% a 70%, o que demonstra o início de uma mudança com relação à aplicação mais regular do determinante neste contexto⁴⁸.

Vejam os quadros gerais com as quantificações de determinantes encontrados nos DPs possessivos nos 23 textos investigados.

	MP	Hol.	Couto	Sousa	Lobo	Mcosta	Melo	Vieira	SVieira	CChagas	ernard	érochad	Ceu	Barros	Susmã	davaleir	Aires	Verney	Acosta	Garção	Alorna	Garret	Ort.
	1510	1517	1542	1556	1579	1601	1608	1608	1608	1631	1644	1651	1658	1675	1699	1702	1705	1713	1714	1724	1750	1799	1836
Presença de determinante	206	260	149	127	328	148	234	292	200	290	325	441	284	259	329	711	382	224	199	259	684	429	289
%	0,50	0,62	0,37	0,27	0,48	0,32	0,42	0,66	0,60	0,57	0,55	0,84	0,57	0,62	0,86	0,89	0,97	0,93	0,85	0,67	0,86	0,98	0,94
Ausência de determinante	208	161	258	336	353	308	327	153	132	218	267	83	215	160	55	84	11	18	35	125	114	11	19
%	0,50	0,38	0,63	0,73	0,52	0,68	0,58	0,34	0,40	0,43	0,45	0,16	0,43	0,38	0,14	0,11	0,03	0,07	0,15	0,33	0,14	0,03	0,06
TOTAL GERAL	414	421	407	463	681	456	561	445	332	508	592	524	499	419	384	795	393	242	234	384	798	440	308

Quadro 5 – Número de ocorrências de determinantes em DPs possessivos nos textos investigados.

⁴⁷ Nesta época pesquisada, a variação no uso do artigo era grande, ficando em torno dos 40% a 50% para sua aplicação, ou seja, sob uma perspectiva mais superficial dos resultados seria o caso de dizermos que o emprego do artigo era opcional. Contudo, como discutiremos posteriormente, há contextos mais propensos do que outros para a realização do artigo.

⁴⁸ Não há uma regra para determinar a mudança em termos percentuais, contudo as variações no emprego de um contexto não devem ter grandes variações. Assim, seria o caso de afirmarmos que o uso do artigo em possessivos está em processo de mudança, pois o aumento nos valores percentuais em 20% neste caso já é mais robusto para dizer que um padrão de mudança está em curso.

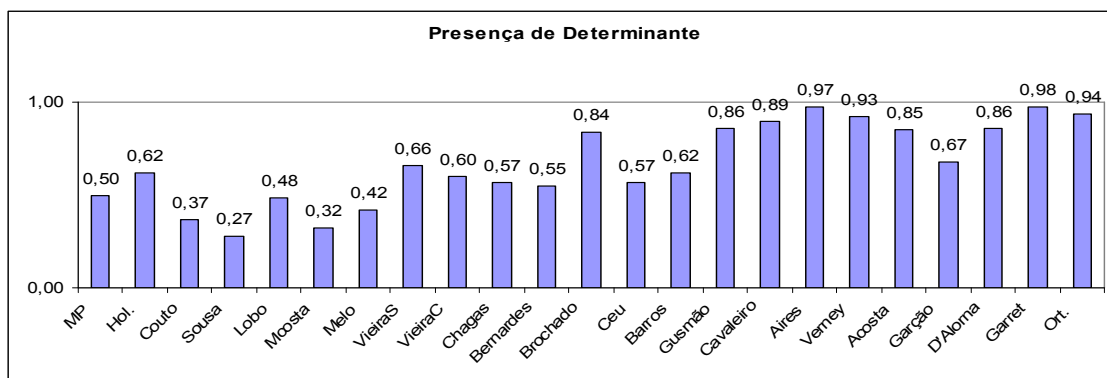


Gráfico 3 – Panorama geral de ocorrência de determinantes nos textos investigados

Said Ali (1964) e Mattos e Silva (2002) apontam para o fato de que a mudança na regra de aplicação obrigatória do artigo diante de possessivos teria ocorrido no início do século 19. Contrariamente a esta afirmação, Magalhães (2002) considera que a mudança tomava força para a generalização da regra do uso do artigo em possessivos mais anteriormente, no século 18⁴⁹.

A partir dos resultados encontrados através desta pesquisa, em que foi trabalhado um maior número de autores e abrangeu o período de 1500 até 1850, é possível afirmar que a mudança no uso do artigo diante de DP possessivo teve início anteriormente ao que foi descrito por Magalhães. Ou seja, esta pesquisa permitiu corroborar um panorama de mudança no uso do artigo junto ao possessivo apontado nas pesquisas anteriores, acima mencionadas e, além disso, nos foi possível vislumbrar novos resultados sobre a mudança ao mapearmos o seu início meio século antes do que havia sido proposto na literatura da área. Se atentarmos para o gráfico 5 acima, que revela um panorama geral da mudança, verificamos que em meados do século 17 já encontramos indícios da mudança no texto de Cunha Brochado, nascido em 1651.

Conforme apontado no quadro 5 com o número de ocorrências de cada autor acima, os dados quantificados revelam que nos textos de 1510 até 1644 o percentual de realizações do determinante ficava em torno de, no máximo, 60% dos casos investigados notando-se textos com percentuais até menores que os 30%. Assim, o uso do artigo que se encontrava entre o período de 1500 até 1650 não foi grande, lembrando

⁴⁹ Vale ressaltar que Magalhães (2002) como a presente pesquisa leva em consideração a data de nascimento dos autores e não de produção dos textos, mesmo assim a diferença é significativa.

que estamos tratando da generalização das ocorrências encontradas nestes períodos e não da quantificação individual encontrada em cada um dos textos investigados.

O que este gráfico nos permite evidenciar é o fato de que até meados de 1650 o uso do artigo obedecia a um tipo de comportamento, situando-se em torno de 50% das ocorrências. Já nas cartas de Cunha Brochado, nascido em 1651, notamos um grande uso de artigos que não correspondia aos mesmos padrões de aplicação da época, tampouco em períodos anteriores, ou seja, os percentuais encontrados estão em um outro patamar de ocorrência em que o uso do determinante chega aos 80%.

No texto de Cunha Brochado, o uso do artigo foi de 84% das ocorrências, um padrão que se enquadraria perfeitamente para os textos produzidos 50 a 100 anos depois. Ou seja, com relação a este respeito, o autor revelou-se um inovador para época, apresentando o mesmo padrão de uso do artigo de um século antes.

Portanto, a partir do texto de Cunha Brochado os percentuais encontrados são sempre maiores que o patamar dos 50%. Ao contabilizarmos os próximos 50 anos subsequentes há indícios de um movimento ascendente para o aumento do artigo junto ao possessivo que posteriormente passou a ser uma regra neste contexto. Ou seja, o marco inicial para a mudança foi atestado no texto de Cunha Brochado em 1651, no século 17 e não no século 18 conforme afirma Magalhães (2002) e tampouco no século 19, conforme afirma Mattos e Silva (2002).

É nítido, portanto, o aumento no emprego do determinante a partir de 1650, sendo que passo a passo tomou forma até a constatação de um uso quase obrigatório em meados de 1850. E Segundo Castro (2000) passou para sua total obrigatoriedade nos dias atuais do Português Europeu Moderno.

Ao tratarmos do comportamento dos determinantes no sintagma nominal possessivo no Português Clássico foi possível, entre outros fatores considerados, retratar a posição em que este sintagma ocorria nas frases. Dessa maneira, um primeiro contexto de investigação mapeado pela nossa pesquisa é a localização do elemento na frase, abordado na seção seguinte.

4.14.1 A Posição de licenciamento do DP possessivo

Um fator utilizado para a classificação das ocorrências do artigo em possessivos é a posição em que o DP ocorre na oração. Abaixo serão apresentados os resultados com relação a este fator investigado.

Para a busca dos dados, classificamos os DPs possessivos em duas posições: *início absoluto da oração* e em *posição interna à oração*, conforme exemplificado a seguir em (149) e (150).

Posição Inicial Absoluta

(149) [003,0-D-poss-hol] Dado: **O seu** pintar é trapos, maçonarias, verduras de campos, sombras de árvores, e rios e pontes, a que chamam paisagens, e muitas fequras para cá e muitas para acolá. (Holanda, 1517)

[001,0-D-poss-ver] Dado: **A sua Gramática** consistia em conhecer bem as diferenças das letras, ler, escrever e falar bem. (Verney, 1713)

[0035,0-poss-cav] Dado: **Meu pai** foi o único homem a quem as aparências da minha virtude não puderam jamais enganar.

Posição Interna à Oração

(150) [014,P-Dposs-ber] Dado: Os tártaros metem também na cova um cavalo selado e um **jumento com o seu poldro**, para que o defunto tenha em que ande, conforme o seu gosto. (Bernardes, 1644)

[009,P-Dposs-ceu] Dado: **Esta posta em o seu nicho**, repararaõ com grande atençaõ, a com que a Madre Elena a olhava. (Maria do Céu, 1658)

[0063,P-Dposs-cav] Dado: Tem este fidalgo enchido o mundo de tantos mudos, de tantos corcovados e de tantos coxos que só **para os seus filhos** é necessário um hospital.

Constatamos com os resultados apresentados, o estabelecimento de uma acentuada diferença entre o uso do DP possessivo em posição inicial absoluta e em posição interna à oração. Com base nos dados, o número de ocorrências do DP possessivo ocorre maciçamente em posição interna à sentença.

Os resultados encontrados podem ser visualizados no gráfico a seguir.

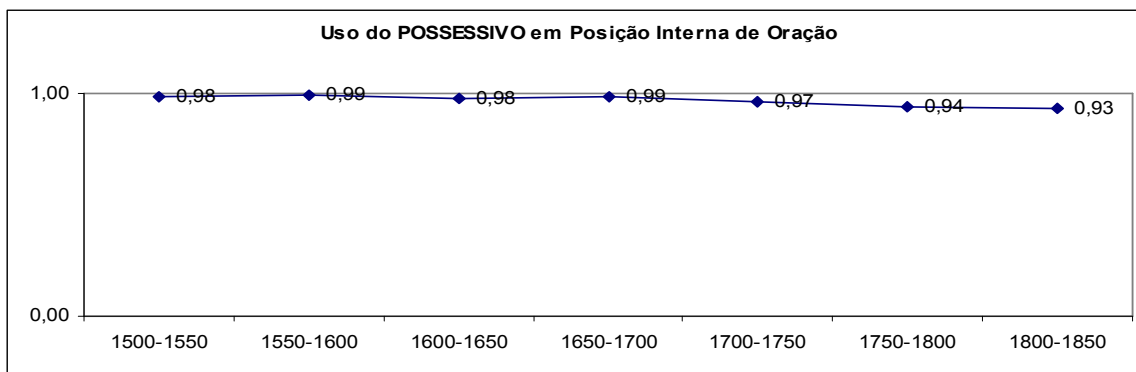


Gráfico 4 - Percentual de DPs possessivos em posição interna com relação aos DPs possessivos em posição inicial absoluta.

Este gráfico apresenta dados consistentes para assegurar que os sintagmas possessivos ocorrem predominantemente na posição interna da oração, pois como se verifica na planilha acima foram muito poucos os dados de DPs possessivos realizados na posição inicial absoluta. Notamos que há uma leve diminuição da proporção de DPs possessivos em posição interna à oração no decorrer dos séculos, contudo, o número de ocorrências ainda é muito alto, o que indica haver uma significativa preferência pela sua utilização interna à frase.

As causas para que a língua revele este tipo de comportamento no emprego do DP possessivo ainda não estão especificadas, mas talvez possamos levantar a hipótese de que a posição de início da sentença seja responsável por compreender informações semânticas ao ancorar noções discursivas que bloqueiam o uso do DP possessivo nesta posição⁵⁰.

Abaixo, encontram-se alguns exemplos de DPs possessivos que ocorrem em posição inicial absoluta com o emprego ou não do artigo.

⁵⁰ Fica indicado aqui a necessidade de maiores investigações que evidenciem o motivo pelo qual os DPs possessivos tendem a não ocorrer em posição inicial, aplicando-se quase que exclusivamente na posição interna de oração.

(151) [001,0-D-poss-cou] Dado: **A sua** barra é muito ruim, e não podem entrar por ela senão navios de remo, e inda com maré cheia.

[005,0-poss-cou] Dado: **Seu corpo** foi enterrado o mais solemnemente que pôde ser, com grande dor, e sentimento de todos, de que era muito amado, como era razão o fosse um Rei, que tinha saído das trevas de sua cegueira, e entrado na luz da verdade do Evangelho.

[005,0-P-poss-garc] Dado: **De sua** mesma boca ouvimos nós expressões com que em Portugal não costumam falar os ministros

Mesmo se tratando de um número reduzido de ocorrências de DPs possessivos em posição inicial de oração, foi possível mapear o comportamento do uso do artigo neste contexto. Assim, no que concerne à quantificação do número de ocorrências do determinante com relação à posição do DP possessivo, os resultados obtidos em posição inicial absoluta e em posição interna da oração apontam para um comportamento semelhante no decorrer dos séculos. Vejamos os quadros abaixo.

Quadro de ocorrência de determinante em posição inicial absoluta.

	1500-1550	1550-1600	1600-1650	1650-1700	1700-1750	1750-1800	1800-1850
Presença de Determinante	11	4	34	14	63	57	21
	0,50	0,57	0,55	0,61	0,91	0,75	1,00
Ausência de Determinante	11	3	28	9	6	19	0
	0,50	0,43	0,45	0,39	0,09	0,25	0,00
Total nas Absolutas	22	7	62	23	69	76	21

Quadro de ocorrência de determinante em posição interna à oração.

	1500-1550	1550-1600	1600-1650	1650-1700	1700-1750	1750-1800	1800-1850
Presença de Determinante	604	451	1455	1299	1712	1056	268
	0,49	0,40	0,51	0,72	0,87	0,91	0,93
Ausência de Determinante	617	686	1377	504	267	106	19
	0,51	0,60	0,49	0,28	0,13	0,09	0,07
Total nas Internas	1221	1137	2832	1803	1979	1162	287

Os dados encontrados em cada um dos contextos descritos estão visualizados na forma de gráfico a seguir.

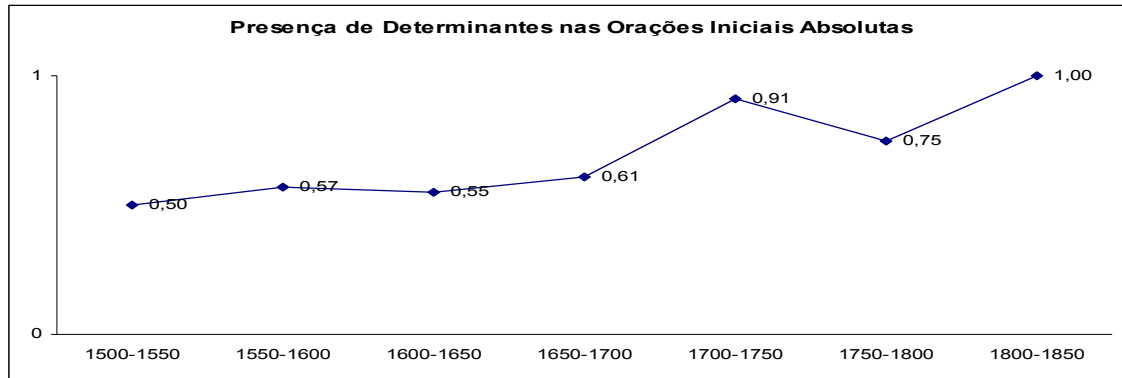


Gráfico 5 – Percentual de ocorrência de determinante em relação a sua posição na oração – posição inicial absoluta.

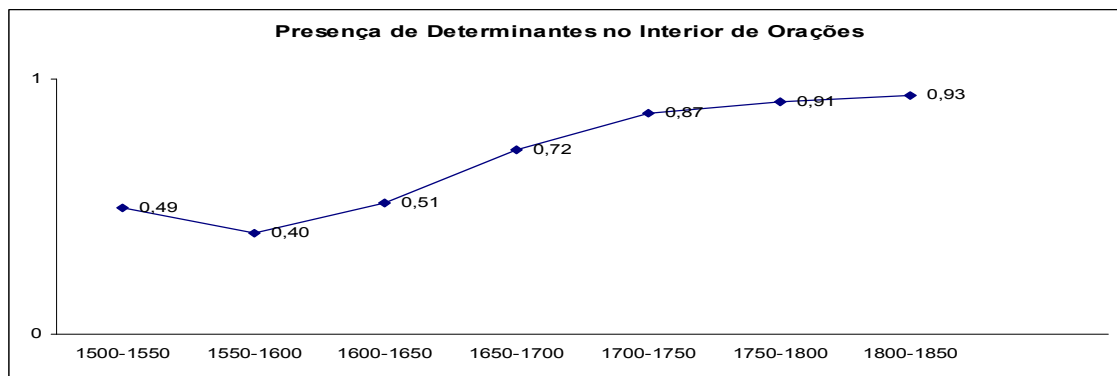


Gráfico 6 - Percentual de ocorrência de determinante em relação a sua posição na oração – posição interna da oração.

Como visualizado no gráfico 4 sobre o percentual de DPs possessivos de acordo com sua posição, verificamos que os padrões de realização de DPs possessivos sempre se aplicam na posição interna da sentença em mais de 90% dos casos. Porém se nos ativermos a uma visão mais particularizada dos resultados, ao fazermos a comparação dos dois gráficos acima, verificamos um comportamento semelhante no uso do artigo tanto nos casos em que ocorre o DP possessivo em posição inicial absoluta (gráfico 5), quanto naqueles em que estão em posição interna à sentença (gráfico 6). Há apenas uma pequena diferença no padrão de evolução da mudança em cada um dos contextos. Nos casos em que o DP possessivo encontra-se em posição inicial de oração, os números do artigo oscilaram no patamar de 50% de ocorrências por mais tempo, passando para um acentuado crescimento no uso somente entre 1700-1750, situando-se em torno de 75%

dos casos. Por último, outro momento de crescimento no uso do artigo foi iniciado em meados de 1800, passando para uma situação de uso constante do artigo.

Por outro lado, com relação aos resultados do contexto de DP possessivo em posição interna à sentença, percebemos que a mudança para o aumento do uso do artigo pode ser notada cinquenta anos antes, nos textos entre 1650-1700.

4.14.2 O número do possessivo

Os resultados obtidos por meio da quantificação de ocorrências de artigo com relação ao número do possessivo servem para contestar a hipótese levantada por Silva (1982) de que o uso do artigo serve para determinar o grau de especificidade do DP. Vejamos os resultados nos gráficos a seguir.

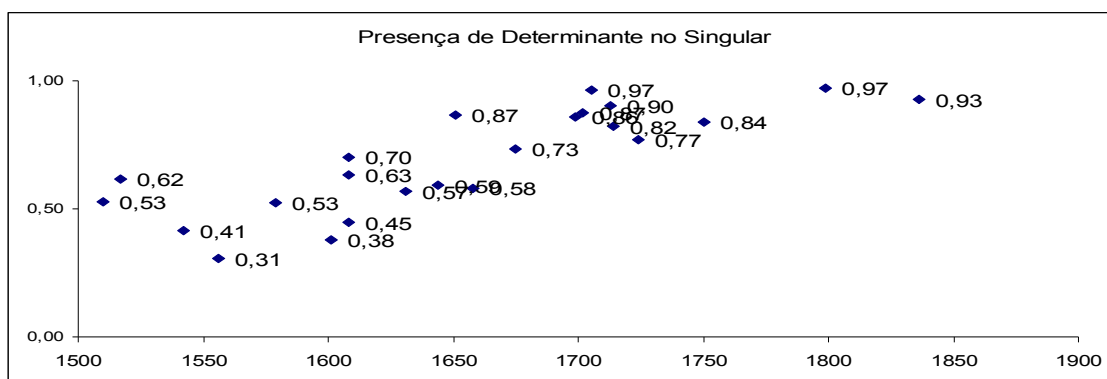


Gráfico 7 - Ocorrência de determinante no singular.

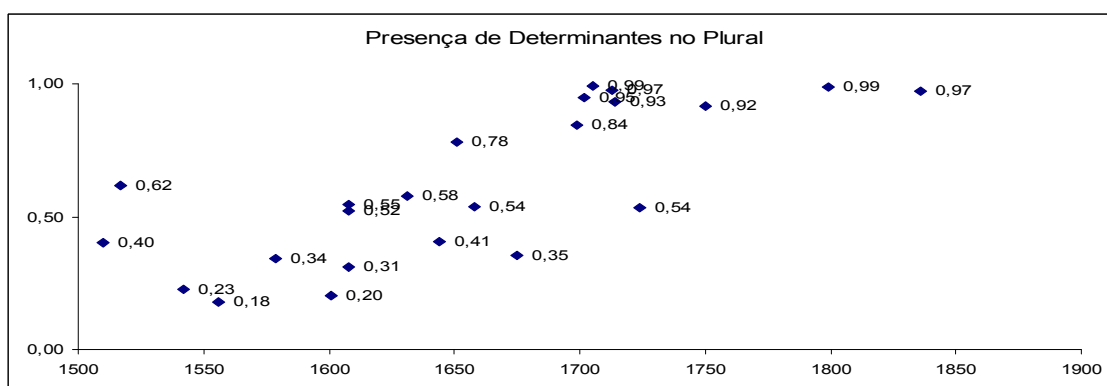


Gráfico 8 - Ocorrência de determinante no plural.

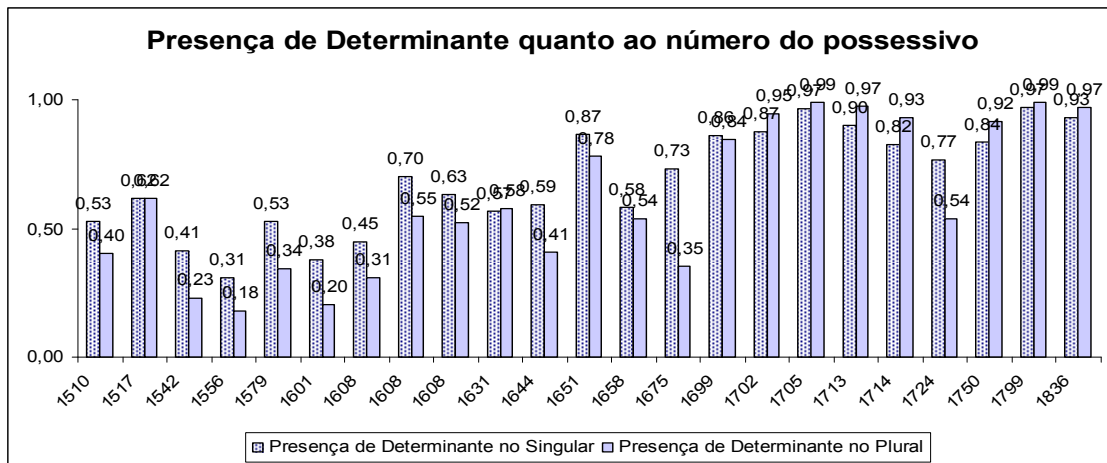


Gráfico 9 - Ocorrência de determinante no singular e no plural.

Ao comparar os casos de pronomes possessivos no singular e plural no gráfico acima verificamos que na maioria dos casos as ocorrências de artigos junto a possessivos no singular são ligeiramente maiores do que àquelas com o possessivo no plural. Entretanto estes resultados não são suficientemente robustos para comprovar a hipótese de Silva (1982) de que o plural é um contexto que necessitaria menos artigo do que no singular.

4.14.3 Pessoa do pronome possessivo

Usamos na classificação dos dados as seis pessoas para o pronome possessivo no singular e plural (*meu/minha, teu/tua, seu/sua, nosso/nossa, vosso/vossa, seus/suas*). Entretanto, alguns possessivos revelaram uma grande escassez de ocorrências, o que não nos permitiu utilizá-los para a quantificação dos dados. Os contextos que revelaram números suficientes de realizações nos textos foram apenas os pronomes *meu/ minha, seu/ sua, nosso/nossa* e *seus/ suas*, conforme apresentamos a seguir.

Atentemos primeiramente para os dados com o pronome *meu/minha* a seguir.

Possessivo *meu*

(152) [101,P-poss-gus] Dado: Não tive ainda **carta de meu irmão**, de Itália, mas sei que chegou o navio em 12 ou 14 dias a Génova.

Possessivo *minha*

(153) [224,P-poss-gus] Dado: Pelo que toca ao officio da Índia, em que consistia o maior embarço, deu Sua Magestade, depois de muitas consultas de ministro, um talho, mandando-nos pagar 70 mil cruzados, por tudo o que a Real Fazenda recebeu na Índia dos emolumentos do officio e pela propriedade dele, que fica extinta, e serviços do avô **materno de minha mulher;** e suposto a compensação talvez não chegue à dívida, contudo, não posso deixar de confessar que Sua Magestade me fez uma singular mercê em pôr de parte esta dependência sem averiguação dos meios ordinários, que alguns dos consultantes apontavam por falta de inteira liquidação, que não havia

Apresentamos abaixo a quantificação dos dados.

Quadro 6 - Quadro de ocorrências de determinante em possessivo de 1ª pessoa no singular.

	MP	Hol.	Couto	Sousa	Lobo	Mcost:	Melo	Vieira	Sfeira	Chaga	ernard	rochac	Ceu	Barros	usmã	avalei	Aires	Verney	Acosta	Garçãd'	Alorn	Garret	Ort.	
	1510	1517	1542	1556	1579	1601	1608	1608	1608	1631	1644	1651	1658	1675	1699	1702	1705	1713	1714	1724	1750	1799	1836	
Meu - Minha																								
Presença de determinante	36	44	5	10	76	10	139	31	41	109	34	102	1	0	75	141	6	32	70	38	258	87	131	
1 % de presença de Determinante er	0,47	0,72	0,22	0,43	0,58	0,63	0,59	0,79	0,76	0,69	0,52	0,88	0,17	#####	0,79	0,89	1,00	0,94	0,84	0,88	0,79	0,94	0,96	
% Presença de Meu/Minha em rele	0,17	0,17	0,03	0,08	0,23	0,07	0,59	0,11	0,21	0,38	0,10	0,23	0,00	0,00	0,23	0,20	0,02	0,14	0,35	0,15	0,38	0,20	0,45	
Ausência de determinante	41	17	18	13	54	6	98	8	13	48	31	14	5	0	20	17	0	2	13	5	69	6	5	
% de ausência	0,53	0,28	0,78	0,57	0,42	0,38	0,41	0,21	0,24	0,31	0,48	0,12	0,83	#####	0,21	0,11	0,00	0,06	0,16	0,12	0,21	0,06	0,04	
% de Meu - Minha	0,19	0,14	0,06	0,05	0,19	0,04	0,42	0,09	0,16	0,31	0,11	0,22	0,01	0,00	0,25	0,20	0,02	0,14	0,35	0,11	0,41	0,21	0,44	
SOMA	77	61	23	23	130	16	237	39	54	157	65	116	6	0	95	158	6	34	83	43	327	93	136	

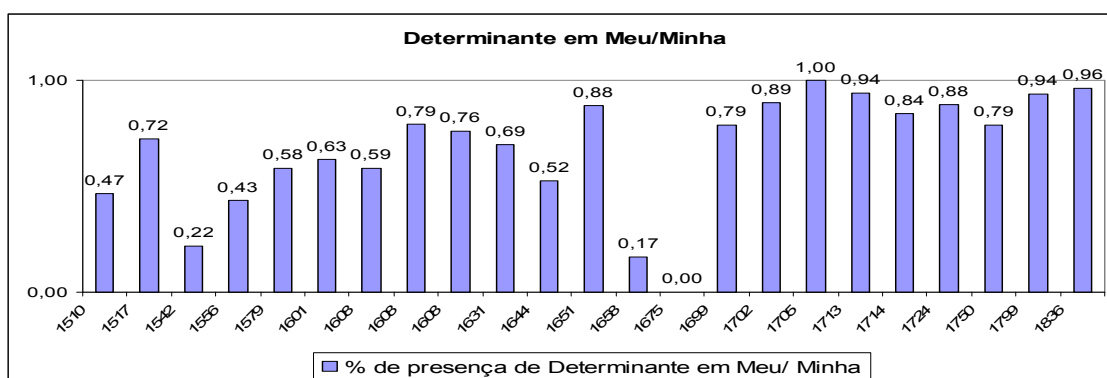


Gráfico 10 - Ocorrência de determinante em possessivo de 1ª pessoa no singular.

O número de ocorrências de determinantes junto ao possessivo meu/minha sofreu uma variação durante os anos, seguindo a tendência para um crescimento e

estabilização de uso chegando a quase sua obrigatoriedade no século 18. Mas notamos que no texto de Barros, nascido em 1675 não obtivemos nenhuma ocorrência deste pronome e a escassez no número de ocorrências no texto de Maria do Céu de 1658 com apenas 6 dados foi responsável pela baixa na porcentagem que verificamos na planilha acima.

Vejamos os contextos com possessivo *seu/sua* abaixo.

Possessivo *seu*

(154) [087,P-poss-ver] Dado: Passo daqui ao Z, aquela letra desgraçada, que teve a infelicidade de desagradar à maior parte dos escritores portugueses deste século, os quais, não só a desprezaram, para **introduzir em seu lugar** o s, mas alguns deles com decreto assentaram que se devia desterrar do meio das dicções, e prover o seu lugar no s.

Possessivo *sua*

(155) [162,P-poss-gus] Dado: Como Vossa Mercê elegeu **a ignorância por sua protectora,** e tem a Malícia por sua inimiga, não pode ser bem sucedido.

Apresentamos abaixo a quantificação dos dados.

Quadro 7 – Quadro de ocorrência de determinante em possessivo de 3ª pessoa do singular.

Seu - Sua	Presença de determinante	77	137	105	76	132	78	47	129	51	90	193	176	194	181	176	299	133	116	72	59	238	175	84
	3 % de presença de Determinante er	0,49	0,59	0,41	0,27	0,42	0,30	0,26	0,64	0,44	0,49	0,59	0,84	0,57	0,71	0,89	0,87	0,96	0,89	0,83	0,70	0,89	0,98	0,88
	% Presença de Seu/Sua em relaça	0,37	0,53	0,70	0,60	0,40	0,53	0,20	0,44	0,26	0,31	0,59	0,40	0,68	0,70	0,53	0,42	0,35	0,52	0,36	0,23	0,35	0,41	0,29
	Ausência de determinante	79	97	151	210	184	179	131	72	65	92	134	34	149	74	21	46	5	14	15	25	30	3	12
	% de ausência	0,51	0,41	0,59	0,73	0,58	0,70	0,74	0,36	0,56	0,51	0,41	0,16	0,43	0,29	0,11	0,13	0,04	0,11	0,17	0,30	0,11	0,02	0,13
	SOMA	156	234	256	286	316	257	178	201	116	182	327	210	343	255	197	345	138	130	87	84	268	178	96

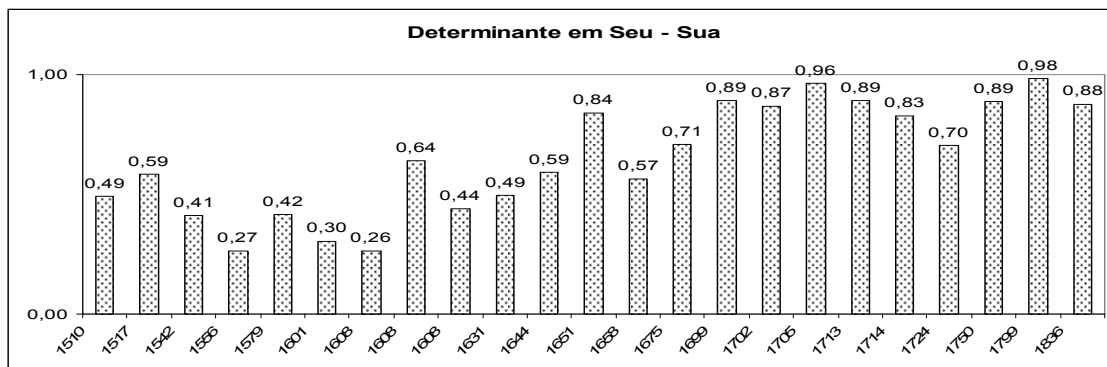


Gráfico 11 – Ocorrência de determinante em possessivo de 3ª pessoa do singular.

É preciso ressaltar que o contexto de pronome de terceira pessoa no singular (*seu/sua*) é aquele que apresenta o maior número de recorrências entre os DPs possessivos. Nestes dados percebemos que desde 1500 até 1650 o número de ocorrências de artigos era baixo, situando-se abaixo dos 50% em média, passando a aumentar substancialmente em números só a partir deste período.

Notemos que este é o contexto que mais se assemelha com a curva de mudança na utilização do artigo dos dados gerais de análise, possivelmente por ser o contexto com a maioria dos dados obtidos.

Vejamos os possessivos *nosso/nossa* a seguir.

Possessivo *nosso*

(156) [139,X-D-poss-ver] Dado: Verá Vossa Paternidade um pobre Cavalheiro das Províncias, do qual se pode dizer como disse **aquele nosso amigo** - Est res angusta domi -, escrever uma carta com mais soberania e magestade que não fará o Papa, porque este comumente põe - Dilecto filio -, e aquele começará uma carta ex abrupto e imprudentemente, sem atenção alguma.

Possessivo *nossa*

(157) [226,P-poss-gus] Dado: Falei, pois, a Monsieur Tedeschi, e vindo-me por este má resposta, fiz a mesma diligência por Ferrante; e ainda que cheguei a ponderar-lhe que, vista a situação dos negócios **com a nossa Corte**, toda a boa política requeria que se não deixasse ir descontente um Ministro tão importante como Vossa Eminência que, merecendo Vossa

Eminência tanto ao Papa e não lhe havendo pedido mais que esta graça, justamente esperava
 Iha não negasse.

Apresentamos abaixo a quantificação dos dados.

Nosso - Nossa	Presença de determinante	42	18	25	22	44	37	28	47	93	18	32	102	21	37	28	48	184	21	28	95	97	77	19
	% de presença de Determinante em	0,55	0,72	0,74	0,58	0,86	0,70	0,45	0,84	0,81	0,51	0,64	0,94	0,95	0,77	0,97	0,94	0,97	1,00	0,93	0,71	0,97	1,00	1,00
	% Presença de Nosso(a) em relaç:	0,20	0,07	0,17	0,17	0,13	0,25	0,12	0,16	0,47	0,06	0,10	0,23	0,07	0,14	0,09	0,07	0,48	0,09	0,14	0,37	0,14	0,18	0,07
	Ausência de determinante	35	7	9	16	7	16	34	9	22	17	18	7	1	11	1	3	5	0	2	38	3	0	0
	% de ausência	0,45	0,28	0,26	0,42	0,14	0,30	0,55	0,16	0,19	0,49	0,36	0,06	0,05	0,23	0,03	0,06	0,03	0,00	0,07	0,29	0,03	0,00	0,00
	SOMA	77	25	34	38	51	53	62	56	115	35	50	109	22	48	29	51	189	21	30	133	100	77	19

Quadro 8– Quadro de ocorrência de determinante em possessivo de 1ª pessoa do plural.

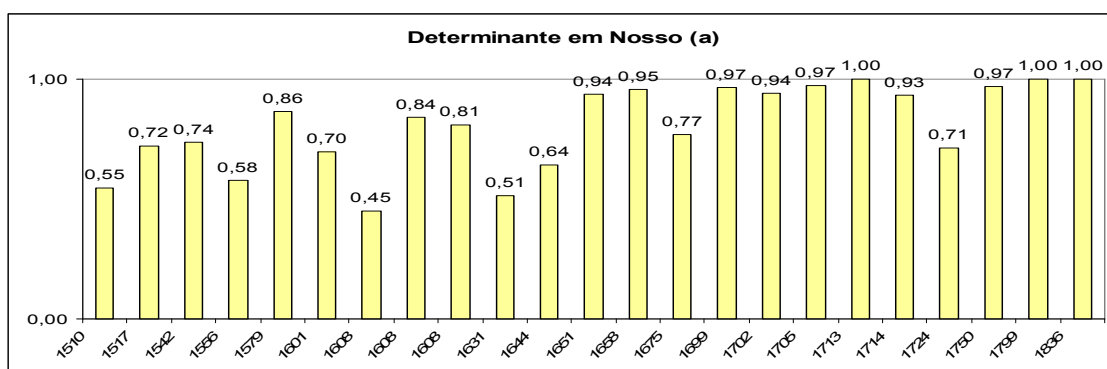


Gráfico 12 – Ocorrência de determinante em possessivo de 1ª pessoa do plural.

Com relação aos resultados de aplicação de artigo junto ao possessivo de primeira pessoa do plural, verificamos que neste contexto o uso do artigo já era mais elevado se comparado aos demais pronomes possessivos em discussão, mesmo sendo este possessivo pouco recorrente como podemos perceber no quadro de realizações acima.

É interessante verificarmos que com o pronome de primeira pessoa do plural *nosso/nossa* em que há uma marca de referencialidade mais marcada que as demais pessoas, pois engloba o falante e o ouvinte, a proporção de uso do artigo é maior do que acontece nos casos de pronome de primeira pessoa do singular *meu/minha*. Estes dados

apontam para uma relação entre o licenciamento do artigo com as marcas de definitude ou referencialidade em evidência no DP possessivo⁵¹.

E ainda podemos notar que a mudança no uso do artigo nos pronomes *nosso/nossa* veio tomando força desde o início do século 17, estabilizando-se antecipadamente que os demais contextos de possessivo, pois como verificamos no gráfico acima, já em 1651 o número de ocorrências de artigo no DP possessivo chegava aos 94% até a sua total utilização em alguns textos do final do século 18.

E a seguir apresentamos o último contexto de possessivos obtido na classificação dos dados, os pronomes de terceira pessoa no plural *seus/suas*.

Possessivo *seus*

(158) [213,P-poss-gus] Dado: Isto suposto, me manda advertir a Vossa Senhoria que para lembrar-se de cumprir a sua obrigação tenha Vossa Senhoria mesmo compaixão **de seus filhos**, pondere os seus anos, considere no emprego que se lhe confiou e não dê mais um passo pelos caminhos errantes que até agora seguiu, reflectindo, para sua confusão, que mereceu à piedade do Rei este aviso

Possessivo *suas*

(159) [145,X-D-poss-ver] Dado: Outros furtam indiferentemente de todos os autores que lêem, para poderem encher **as suas composições**, servindo-se imprudentemente destes livros de Fraseologia, sem advertirem que sempre há-de ser capa de remendos; e que os diversos mantimentos primeiro se hão-de digerir, para se converterem em uma substância que seja uniforme e simples.

Apresentamos abaixo a quantificação dos dados.

⁵¹ Galves (2008) encontra 100% de uso do artigo com o possessivo *nosso* na gramática de Fernão de Oliveira.

Quadro 9 – Quadro de ocorrência de determinante em possessivo de 3ª pessoa do plural.

Seus - Suas	Presença de determinante	27	50	14	17	24	19	6	44	14	40	47	61	67	41	50	144	58	55	27	27	84	48	26
	% de presença de Determinante em	0,44	0,58	0,15	0,16	0,22	0,16	0,10	0,52	0,30	0,46	0,44	0,69	0,53	0,36	0,79	0,95	0,98	0,96	0,87	0,42	0,88	1,00	0,96
	% Presença de Seus/Suas em rela	0,13	0,19	0,09	0,13	0,07	0,13	0,03	0,15	0,07	0,14	0,14	0,14	0,24	0,16	0,15	0,20	0,15	0,25	0,14	0,10	0,12	0,11	0,09
	Ausência de determinante	35	36	77	89	87	103	52	41	32	47	61	28	59	74	13	8	1	2	4	37	11	0	1
	% de ausência	0,56	0,42	0,85	0,84	0,78	0,84	0,90	0,48	0,00	0,54	0,56	0,31	0,47	0,64	0,21	0,05	0,02	0,04	0,13	0,58	0,12	0,00	0,04
	SOMA	62	86	91	106	111	122	58	85	46	87	108	89	126	115	63	152	59	57	31	64	95	48	27

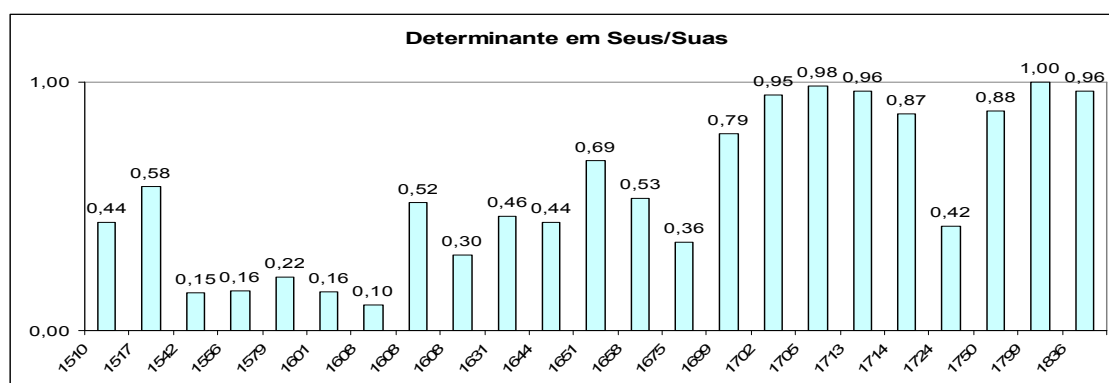


Gráfico 13 - Ocorrência de determinante em possessivo de 3ª pessoa do plural.

No que diz respeito ao possessivo seu/ suas vemos três momentos de evolução no uso do artigo. Na segunda metade do século 16 tem muito pouco uso do determinante que aumenta no século 17 e aumenta ainda mais no século 18, o que parece podermos determinar três patamares.

4.14.4 O gênero do possessivo

Outro contexto utilizado para a classificação foi o gênero do possessivo, conforme verificamos nos exemplos abaixo.

DP possessivo feminino:

(160) [367,X-D-poss-ber] Dado: Disse este, dando-se por agravado: Para que quero eu, logo, **a vossa amizade**, se não fazeis o que vos peço?

DP possessivo masculino:

(161) [456,X-PDposs-ber] Dado: E a minha alma via a sua natureza própria à semelhança de um cristal transparente ou de um diamante bem lavrado, e a do seu corpo, onde havia de entrar, por modo de um montezinho de lodo escuro e asqueroso sumamente, e se lhe fez mui duro e molesto o preceito de entrar ali e tornar a ser moradora de tão triste, imunda e estreita casa.

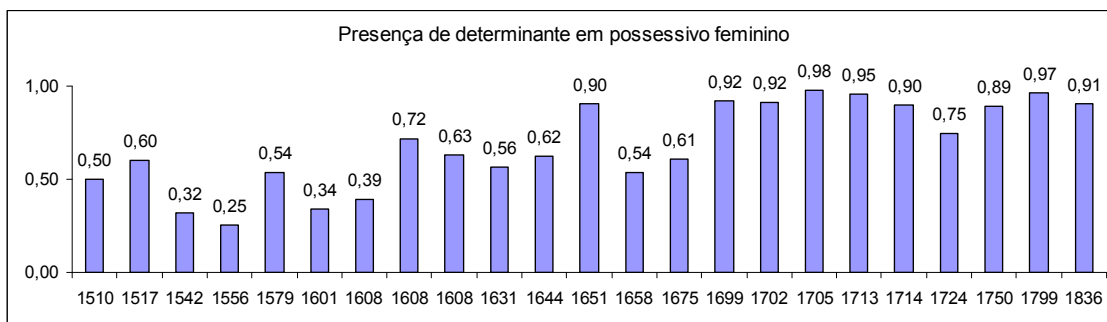


Gráfico 14- Ocorrência de determinante em possessivo feminino.

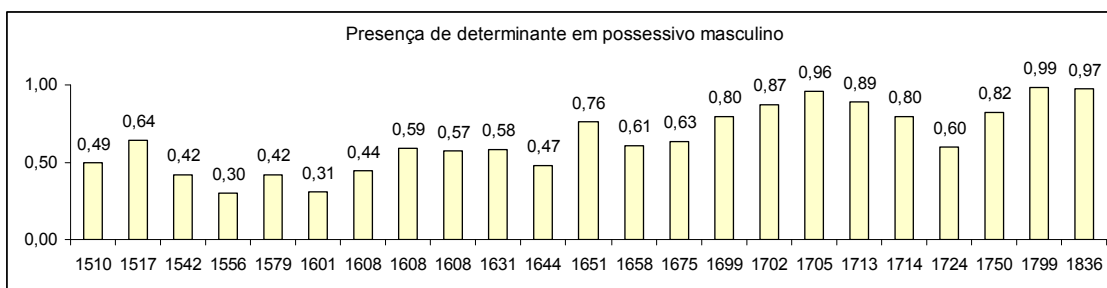


Gráfico 15- Ocorrência de determinante em possessivo masculino.

Os dados obtidos revelam que os casos de pronome possessivo no feminino são sutilmente mais recorrentes que àqueles no masculino, mas que esta diferença não traz evidências para uma influência destes contextos. Talvez a explicação para este tipo de comportamento deva-se a uma facilidade maior de contração entre a preposição *a* juntamente com o artigo no feminino *a*. Entretanto não podemos assegurar que isto ocorra uma vez que muitas vezes a contração destes dois elementos não era visualizada na escrita de textos do Português Clássico. De qualquer maneira, estes dois contextos revelam um comportamento semelhante na evolução do uso do artigo, mesmo com números de realizações distintos.

4.14.5 Tamanho do DP possessivo

Buscamos investigar o tamanho do DP possessivo e sua influência para a realização do artigo. Para a classificação dos dados foi possível identificar os sintagmas possessivos com uma palavra, duas palavras e até três palavras depois do possessivo, como apresentamos a seguir.

DP possessivo com uma palavra:

(162) [0126,P-Dposs-cha] Dado: Longe está Vossa Mercê de fazer o officio do diabo no que me diz, antes nunca fez mais os officios de anjo da guarda, porque **com os seus avisos** me advirto, e ainda que não viva como entendido, posso emendar-me como avisado; e seguro a Vossa Mercê que me fazem grande proveito, porque me alegro que haja algém que me conheça, entre tantos que se enganam comigo; só me admiro que se diga tão pouco.

DP possessivo com duas palavras:

(163) [401,X-PDposs-hol] Dado: De que muitas graças dou eu ao immortal e soberano Deos por me neste grande e confuso mundo dar alguma pequena luz nos desejos da altissima pintura, pola qual a nenhum outro dote em mais honor e reverencia tenho **polo seu grande merecer**.

DP possessivo com três palavras

(164) 468,X-poss-hol] Dado: Esta pintura a que chamo antigua, se acha sómente nos edeficios e statuas e pilos das obras da grande Roma, ou onde quer que houver outras taes como aquellas, tambem ali chamarei Roma, e declaro isto mais, e digo que engenhos em toda parte podem nascer, como diz o outro: Porém n'esta cousa da pintura nunca creei que pode alguém alcançar cousa que não seja pouca, nem menos na architectura e statuaria, se não peregrinar d'aqui a Roma e por muitos dias e estudo não frequentar **suas antigas e maravilhosas reliquias** no primor das obras, e como eu isto alcançei, fui-me a Roma

Entretanto obtivemos poucos dados de DPs possessivos com três palavras, não sendo possível quantificá-los. Apresentamos abaixo a quantificação dos dados obtidos.

Quadro 10– Quadro de ocorrência de determinante com relação ao tamanho do sintagma nominal possessivo.

		MP	Hol.	Couto	Sousa	Lobo	Mcostz	Melo	Vieira	Sfeira	Chaga	mardro	chac	Ceu	Barros	usmã	avalei	Aires	Verney	Acosta	Garção	Alom	Garret	Ort.
		1510	1517	1542	1556	1579	1601	1608	1608	1608	1631	1644	1651	1658	1675	1699	1702	1705	1713	1714	1724	1750	1799	1836
1 (meu livro)	Presença de determinante	175	220	130	101	264	133	192	265	180	260	277	396	268	199	272	648	333	189	179	224	585	344	222
	% de presença	0,47	0,64	0,35	0,25	0,45	0,32	0,41	0,66	0,61	0,57	0,58	0,84	0,57	0,60	0,86	0,90	0,97	0,92	0,84	0,69	0,84	0,98	0,94
	Ausência de determinante	200	126	246	305	327	289	281	136	114	193	198	73	200	130	45	73	11	16	34	101	108	8	15
	% de ausência	0,53	0,36	0,65	0,75	0,55	0,68	0,59	0,34	0,39	0,43	0,42	0,16	0,43	0,40	0,14	0,10	0,03	0,08	0,16	0,31	0,16	0,02	0,06
	TOTAL GERAL	375	346	376	406	591	422	473	401	294	453	475	469	468	329	317	721	344	205	213	325	693	352	237

2 (meu belo livro)																									
livro)	Presença de determinante	14	30	4	6	25	7	30	24	14	24	38	39	10	55	51	53	49	32	17	27	86	72	38	
	% de presença	0,70	0,54	0,31	0,19	0,58	0,39	0,45	0,62	0,50	0,34	0,40	0,81	0,40	0,68	0,86	0,84	1,00	0,97	0,94	0,57	0,95	0,99	0,93	
	Ausência de determinante	6	26	9	25	18	11	36	15	14	46	56	9	15	26	8	10	0	1	1	20	5	1	3	
	% de ausência	0,30	0,46	0,69	0,81	0,42	0,61	0,55	0,38	0,50	0,66	0,60	0,19	0,60	0,32	0,14	0,16	0,00	0,03	0,06	0,43	0,05	0,01	0,07	
	TOTAL GERAL	20	56	13	31	43	18	66	39	28	70	94	48	25	81	59	63	49	33	18	47	91	73	41	

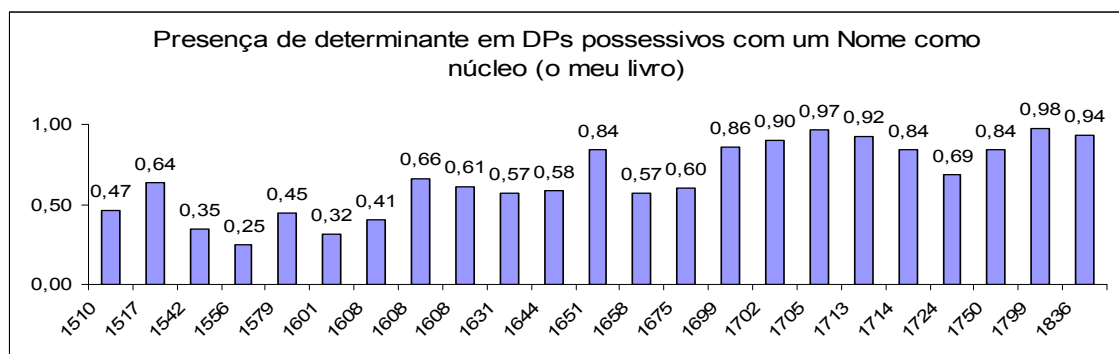


Gráfico 16– Ocorrência de determinante com uma palavra no DP possessivo.

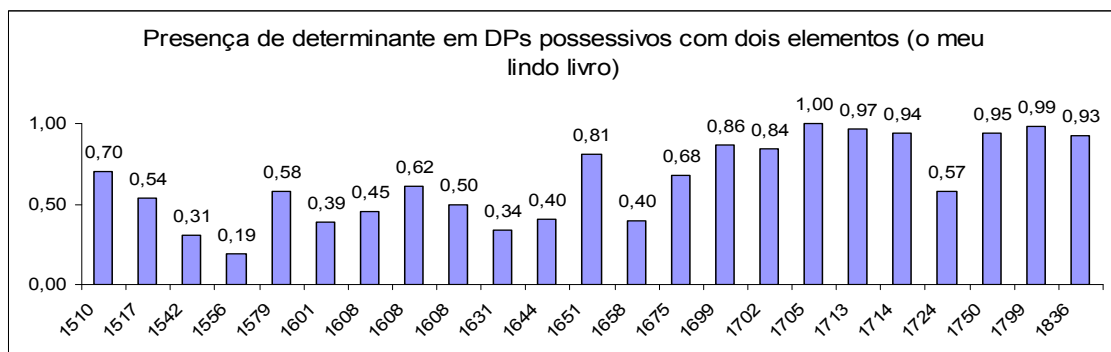


Gráfico 17 - Ocorrência de determinante com duas palavras no DP possessivo.

A opção por classificarmos estes detalhes de tamanho do DP possessivo foi decorrente da tentativa de encontrarmos alguma relação fonológica para o licenciamento do artigo no Português Clássico. Pensamos que poderia haver uma relação entre o tamanho do DP capaz de afetar de alguma maneira a prosódia da língua e influenciar o licenciamento do artigo. Em outras palavras, se o emprego do artigo decorresse de requerimentos prosódicos, esperaríamos uma diferença no seu uso em função do tamanho do sintagma nominal possessivo. Entretanto, esta hipótese não foi comprovada pelos resultados, pois estes parecem semelhantes em DPs com uma palavra ou com duas palavras.

4.14.6 Elemento antecedente ao DP possessivo

Além de classificarmos a possibilidade de ocorrência de uma preposição anterior ao DP possessivo, procuramos marcar seu elementos antecedentes no intuito de trazer subsídios para revelar se há alguma influência destes elementos anteriores para o licenciamento do artigo.

Verbo antecedendo o DP possessivo

(165) [024,P-Dposs-ceu] Dado: A Madre Elena que conheceo a necessidade que aquella alma tinha de oraçoens rogou por ella, para **suprir com a sua intercessão** o seu defeyto.

Nome antecedendo o DP possessivo

(166) [003,P-Dposs-ceu] Dado: Logo a Veneravel Madre deu conta a seu confessor, ou Director, do succedido, e pellos sinaes que lhe deu da aparecida, conheceo naõ differençar em algum, na pessoa de sua Irmaã, que segunda ves fauoreceo a sua ditoza **amiga com a sua presença.**

Outros elementos antecedendo o DP possessivo

(167) [030,P-Dposs-ceu] Dado: Tanto estimaõ as mortas as melhoras das vivas, e tanto vale para a outra vida, que de là vem aquelles ditosos espiritos explicar nesta **com a sua alegria,** e seu apreço; deixando-nos esta aparição muyta luz para os Prellados, e para os subditos.

[043,P-poss-ceu] Dado: Sendo ainda vivo ElRey Dom Affonço, encomendando esta grande oradora a Deos a caza Real, vio tres Tumbas, seguio-se logo a morte do dito Rey; dahi a pouco a da Raynha Dona Maria Francisca, e alguns annos depois a de sua filha a senhora Infanta Dona Isabel, por que assim como foy roza na belleza, o fosse na duraçãõ.

[343,X-D-poss-ceu] Dado: Confesso, que sendo a minha vida hum composto de desagradados de Deos, me ficou tanto na memoria aquella advertencia para o respeyto com que sempre tratey a dita cella; achando-se a verdadeira Esposa de Christo na memoria de todos os seus mysterios, como Amante sua

Apresentamos abaixo a quantificação dos dados.

Quadro 11 – Ocorrência de determinante em DP possessivo antecedido por Verbo, Nome ou outro elemento.

		MP	Hol.	Couto	Sousa	Lobo	Mcoste	Melo	Vieira	S/veira	Chaga	mardro	chac	Ceu	Barrosius	mã	avalei	Aires	Verney	Acosta	Garção	Alom	Garret	Ort.
		1510	1517	1542	1556	1579	1601	1608	1608	1608	1631	1644	1651	1658	1675	1699	1702	1705	1713	1714	1724	1750	1799	1836
Verbo	Presença de determinante	52	69	66	37	92	40	60	72	81	104	135	123	101	88	128	239	114	67	69	122	208	116	74
	% de presença	0,48	0,66	0,47	0,29	0,49	0,29	0,38	0,67	0,76	0,61	0,65	0,85	0,74	0,76	0,86	0,89	0,96	0,96	0,85	0,77	0,90	1,00	0,93
	Ausência de determinante	56	35	73	90	94	98	96	35	26	67	74	22	36	28	20	31	5	3	12	37	24	0	6
	% de ausência	0,52	0,34	0,53	0,71	0,51	0,71	0,62	0,33	0,24	0,39	0,35	0,15	0,26	0,24	0,14	0,11	0,04	0,04	0,15	0,23	0,10	0,00	0,08
	TOTAL GERAL	108	104	139	127	186	138	156	107	107	171	209	145	137	116	148	270	119	70	81	159	232	116	80
Nome	Presença de determinante	97	76	40	53	130	58	63	119	42	74	101	162	126	110	117	219	117	64	73	83	202	171	84
	% de presença	0,53	0,54	0,26	0,24	0,41	0,32	0,33	0,61	0,48	0,47	0,44	0,78	0,46	0,56	0,85	0,88	0,99	0,94	0,87	0,59	0,83	0,99	0,97
	Ausência de determinante	87	66	113	165	184	125	127	77	46	82	131	45	149	85	20	30	1	4	11	57	40	2	3
	% de ausência	0,47	0,46	0,74	0,76	0,59	0,68	0,67	0,39	0,52	0,53	0,56	0,22	0,54	0,44	0,15	0,12	0,01	0,06	0,13	0,41	0,17	0,01	0,03
	TOTAL GERAL	184	142	153	218	314	183	190	196	88	156	232	207	275	195	137	249	118	68	84	140	242	173	87
Outros	Presença de determinante	32	58	33	19	77	37	65	63	46	64	62	93	46	49	54	155	91	68	34	37	165	83	79
	% de presença	0,52	0,62	0,43	0,27	0,64	0,43	0,50	0,75	0,49	0,62	0,56	0,89	0,73	0,65	0,90	0,90	0,95	0,93	0,85	0,67	0,87	0,99	0,89
	Ausência de determinante	29	35	43	51	43	49	65	21	47	39	49	11	17	26	6	17	5	5	6	18	24	1	10
	% de ausência	0,48	0,38	0,57	0,73	0,36	0,57	0,50	0,25	0,00	0,38	0,44	0,11	0,27	0,35	0,10	0,10	0,05	0,07	0,15	0,33	0,13	0,01	0,11
	TOTAL GERAL	61	93	76	70	120	86	130	84	93	103	111	104	63	75	60	172	96	73	40	55	189	84	89

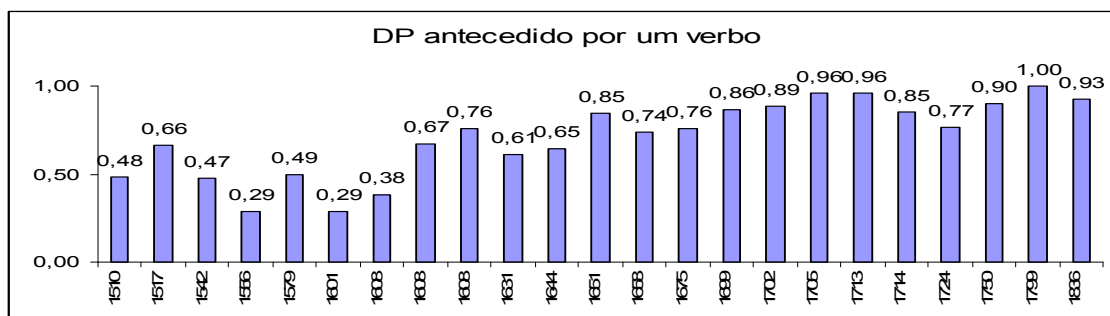


Gráfico 18 – Ocorrência de determinante em DP possessivo antecedido por um verbo.

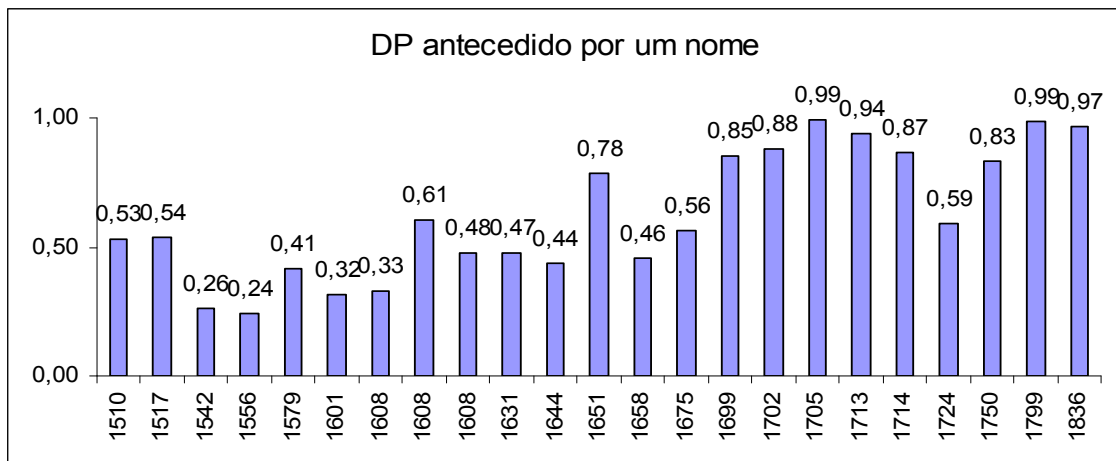


Gráfico 19 – Ocorrência de determinante em DP possessivo antecedido por um nome.

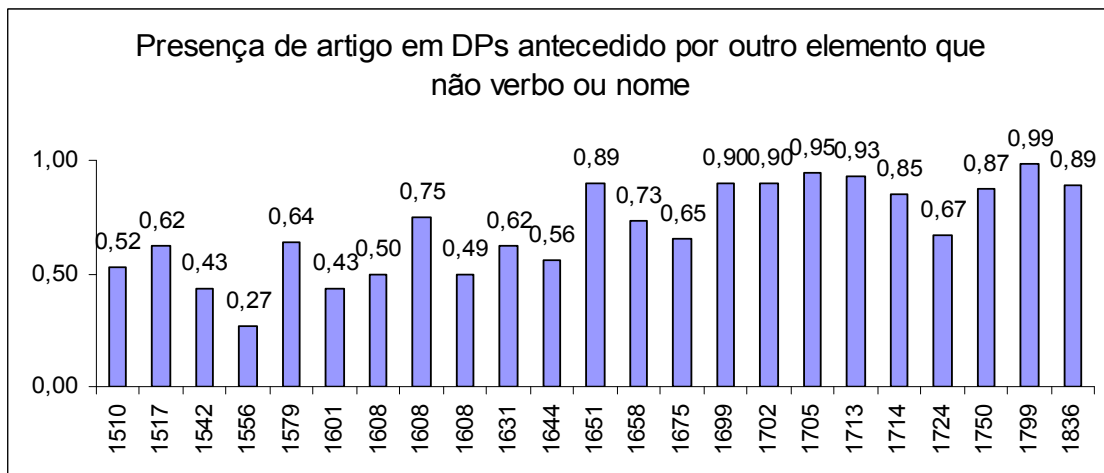


Gráfico 20 - Ocorrência de determinante em DP possessivo antecedido por outro elemento.

De acordo com os dados obtivos pela classificação deste contexto verificamos que os resultados são bastante similares, indicando que não há influências para o uso do artigo do elemento anterior ao DP possessivo.

4.15 Núcleo do sintagma nominal

Um contexto que revelou resultados interessantes para a pesquisa é a possível comparação no comportamento do DP possessivo com relação ao seu núcleo realizado, como nomes comuns, nomes próprios ou nomes relacionais - *kinship* - aqueles que revelam uma relação de parentesco ou amizade.

Em decorrência dos dados obtidos, vejamos algumas comparações entre os casos de sintagmas nominais com nomes comuns e com nomes próprios nos contextos possessivos.

4.16 O nome próprio nos dados do Português Clássico

Buscamos determinar se os nomes próprios, mesmo apresentando ou não papéis semânticos distintos, manifestam-se da mesma maneira com relação à mudança na gramática do Português para o uso do artigo em DPs possessivos⁵².

Contudo, uma análise que considerasse as informações semânticas capazes de serem veiculadas pelos nomes próprios (cf. Magalães (2002) e Correia (2002) entre

⁵² Segundo o historiador Nunes (1959:CXX) antigamente omitia-se o artigo em geral (não somente frente a possessivos) sobretudo quando os substantivos 'designavam coisas personalizadas ou eram, em certo modo, especializados. Já Sousa (s/d, p. 345) também português, diz ser omitido o artigo frente a parentesco, exceto quando se quer 'distinguir mais particularmente o parente por uma palavra determinada ou qualificada, por exemplo 'meu filho', como 'o meu filho de Pedro'. Assim, a grande maioria dos historiadores refere-se a um baixo uso do artigo junto a possessivo quando diante de nomes de parentesco. Ali (1964:98), por exemplo, impõe restrições para este uso quando os parentescos são usados em sentido próprio. Mesmo assim (Meier 1948) aponta para o fato de um menor uso de artigos quando em parentescos únicos como (mãe, pai) em relação aos parentes íntimos (irmão, filhos) e que ainda haveria diferenças no uso do artigo com relação ao número. Já as formas de plural contribuiriam para uma maior realização de artigos junto nomes de parentesco.

outros), não foi realizada na presente pesquisa por este tipo de investigação estar além do escopo do nosso trabalho.

Optamos apenas em fazer a classificação, quantificação e análise qualitativa das ocorrências de nomes próprios nos contextos de DPs possessivos para verificar seu comportamento no Português Clássico. Investigamos o papel do nome próprio nos DPs possessivos para tentar verificar se este tipo de DP tem um comportamento distinto em relação à variação e à mudança. Assim, vale ressaltar que os dados de nomes próprios classificados neste trabalho englobam nomes de pessoa, assim como nomes de lugares e de países sempre realizados dentro de DPs possessivos⁵³.

Abaixo estão elencados alguns exemplos destes contextos investigados.

(168) [019,P-Dposs-hol] Dado: Mas Michael que ao pé de Monte Cavallo pousava, acertou por minha boa dita, de vir contra São Silvestre, fazendo o caminho das Thermas, **com o seu Orbino**, filosofando pola via exquilina; e achando-se tão dentro do recado, não pode fugir; nem deixar de ser aquelle que batia na porta.

[0523,P-poss-cha] Dado:. De mim vos digo que, ainda que sou mais ruim e cada vez peor, que não quero mais reção da graça de Deus e de seus favores que aquele quinhão ou grande ou piqueno que êle me quer dar; e que vivo tão contente às vezes entre cobras e lagartos, silvados e asperezas, como entre sabores do Céu e glórias do espírito; porque **o meu Deus** tudo me dá para meu bem.

[033,P-poss-hol] Dado: E qual é a terra que o sol aqueuta, mais belicosa que **a nossa Italia**, nem onde haja mais continuas guerras e grandes rotas e opressões de cêrcos?

Portanto, no que se refere aos resultados com nomes próprios, os números encontrados revelam que os DPs possessivos neste contexto no PC também foram afetados pela mudança, mas que tiveram desde o início do período considerado uma incidência bem maior de determinante. Vejamos os resultados obtidos.

⁵³ Nesta tese investigamos apenas os nomes próprios realizados em DPs possessivos, desconsiderando os casos em que o nome próprio é realizado em sintagmas nominais sem possessivo. Portanto, remetemos aqui à necessidade de maiores investigações sobre este respeito para que seja possível realizar um mapeamento que trate, além da mudança que ocorreu no Português Clássico nos casos de DPs possessivos, do comportamento nos sintagmas nominais em geral para verificar se também sofreram a mesma mudança.

Quadro 12 - Ocorrência de determinantes em DPs possessivos com nomes próprios.

	MP	Hol.	Couto	Sousa	Lobo	Mcost:	Melo	Vieira	Vieira	Chaga	ardro	chac	Ceu	Barros	usmã	avaleir	Aires	Verney	Acosta	Sarçã	'Alom	Garret	Ort.
	1510	1517	1542	1556	1579	1601	1608	1608	1608	1631	1644	1651	1658	1675	1699	1702	1705	1713	1714	1724	1750	1799	1836
Presença de determinante	18	9	30	29	21	49	37	10	13	2	18	39	23	63	46	11	8	37	1	18	55	28	1
%	0,60	0,82	0,81	0,69	0,64	0,58	0,77	0,48	0,93	0,14	0,58	0,83	0,66	0,85	0,90	1,00	1,00	0,95	1,00	0,75	0,98	1,00	1,00
Ausência de determinante	12	2	7	13	12	35	11	11	1	12	13	8	12	11	5	0	0	2	0	6	1	0	0
%	0,40	0,18	0,19	0,31	0,36	0,42	0,23	0,52	0,07	0,86	0,42	0,17	0,34	0,15	0,10	0,00	0,00	0,05	0,00	0,25	0,02	0,00	0,00
TOTAL GERAL	30	11	37	42	33	84	48	21	14	14	31	47	35	74	51	11	8	39	1	24	56	28	1

No intuito de realizarmos uma comparação do comportamento da mudança deste contexto com os DPs possessivos, em geral, apresentamos a visualização das proporções de aplicação do determinante em DPs possessivos com nome próprio no gráfico a seguir.

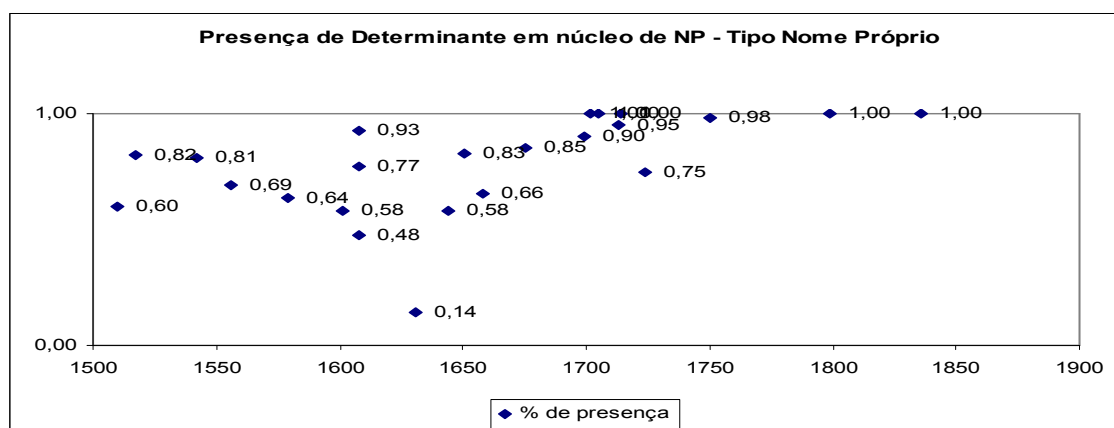


Gráfico 21 – Presença de determinantes em nomes próprios.

Percebemos que desde 1510 até meados de 1650, na grande maioria dos textos analisados, os padrões de aplicação do uso do artigo se situavam acima dos 50% de ocorrências. Dessa maneira, entre o século 16 ao século 18 os números de ocorrência do artigo em DPs possessivos com nomes próprios eram variáveis, mas situavam-se acima dos 50%. Porém a partir de 1700 aproximadamente, o uso de artigos neste contexto passa a ter uma realização mais robusta ao aumentar o número de ocorrências, chegando até a 100% dos casos. Estes últimos resultados referidos já estariam correspondendo à

aplicação da regra de obrigatoriedade para o emprego categórico do artigo que percebemos nos dias de hoje no Português Europeu.

Conforme abordado anteriormente, Longobardi (1994) assume haver um movimento de N para D com base nos dados do Italiano. Entretanto, com base nas propriedades do determinante realizado junto ao nome próprio do Português Europeu, Correia (2002) afirma que nos casos de nomes próprios em que não há um determinante realizado seria necessário propor a existência de um determinante vazio e não de um movimento de N para D. A autora justifica sua proposta de determinante vazio ao explicar que diferentemente dos nomes comuns, mesmo sem artigo, os nomes próprios têm uma leitura específica definida, não recebendo leituras indeterminadas, restrição que se aplica a nomes comuns sem um determinante visível.

Correia (2002) salienta que os nomes próprios se mostram universalmente capazes de obter uma leitura definida específica sem recorrer a uma estrutura operador-variável que requer que a posição do determinante tenha conteúdo semântico substantivo. Logo, aqueles artigos definidos que aparecem introduzindo nomes próprios não precisariam ser considerados como tendo conteúdo semântico substantivo, mas poderíamos dizer que estes casos correspondem mais a elementos expletivos.

Entretanto, se há diferenciação semântica entre um nome comum e nome próprio e o artigo nestes possessivos é apenas um expletivo, esperaríamos que as proporções para o uso de artigo diante de nomes próprios fossem menores do que nos casos de nomes comuns, mas ocorre justamente o contrário. Voltaremos a questão no capítulo 5 de análise.

Passemos, então, para a discussão sobre os contextos de DPs com nomes comuns na seção seguinte.

4.17 O nome comum no Português Clássico

A grande maioria de nomes aparecendo em posição nuclear do DP possessivo nos textos investigados é nomes comuns. Este tipo de núcleo revela ampla realização nos sintagmas nominais, remetendo diretamente ao perfil da mudança no uso do artigo em DPs possessivos no Português Clássico. Todavia isso não significa dizer que tal mudança não tenha ocorrido nos demais núcleos do DP possessivo como os nomes

próprios e nomes relacionais (*kinship*). Para isso, nesta seção buscaremos fazer uma comparação entre o comportamento destes núcleos possessivos.

Como forma de exemplificação, apresentamos alguns excertos que trazem em seu núcleo um nome comum em (168).

(168) [100,P-poss-garc] Dado:, Algumas, servindo-se dos oradores gregos, dava **a seus pensamentos** a luz e a pompa da poesia, como nestes versos: que os críticos conhecem ser imitação de outra semelhante sentença de Demóstenes ou de Esquines.

[0840,X-PDposs-cha] Dado: Ponha Vossa Senhoria maior estudo em emendar a sua vida que o seu papel; dê-lhe maior cuidado a sua salvação que as suas histórias; cuide mais no que o há de levar à eternidade, que no que lhe leva o tempo; e perdôe-me estas atrevidas confianças de tão vil, baixa e indigna criatura como eu sou, pela obrigação que tenho já hoje de não falar mais **que na minha ou alheia salvação**.

[0866,X-PDposs-cha] Dado: Primeiro que os vossos achaques me viessem à notícia, me chegaram ao coração; que assim sente quem sente na alma que eles sejam tão teimosos, sôbre serem mal empregados; mas Deus, que entre os espinhos cria as flôres, tirará dessas aflições o seu agrado, se vós **dêsses vossos males** souberdes fazer merecimento, pois o juízo e a fé nos ensina que não é o mundo lugar para o descanso; sirva-vos o vosso discurso, para que as penas e dissabores vos não assustem o sofrimento; antes, tendo-os por benefícios de uma providência sempre justa, se esforce a obedecer nos males à vontade de quem os manda, para que mereça na paciência o alívio de quem o aplica.

No intuito de realizar uma comparação entre o comportamento do nome próprio e do nome comum, apresentamos em seguida o gráfico que remete às ocorrências de determinante em DPs possessivos junto a nomes comuns nos dados do Português Clássico⁵⁴.

Vejamos o gráfico a seguir.

⁵⁴ Ainda assim, é preciso ressaltar que a planilha abaixo, obtida por meio dos resultados quantificados de nomes comuns assemelha-se de certa forma com a planilha que retrata o panorama geral da mudança do uso do artigo no Português Clássico. Isto é devido ao fato desse tipo de nome ocorrer na grande maioria dos casos.

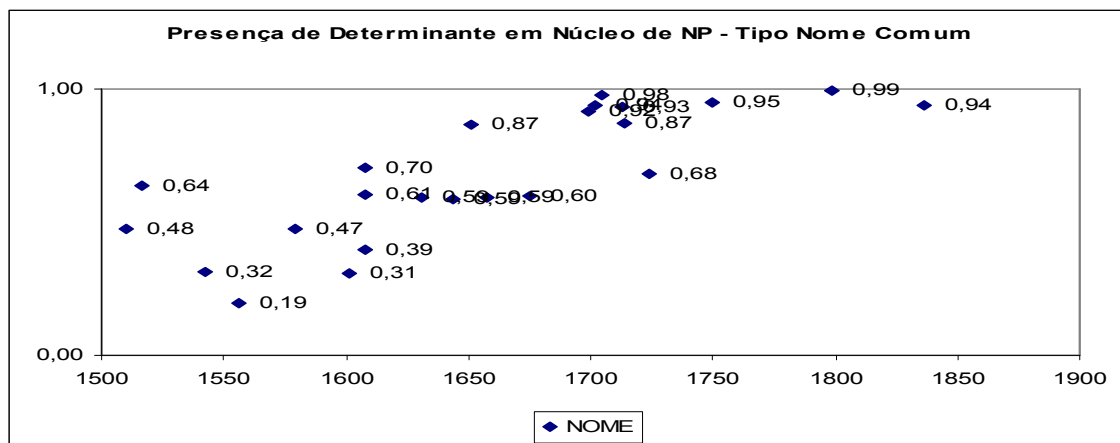


Gráfico 22 – Presença de determinantes em nomes comuns.

Conforme visualizado no gráfico acima, as ocorrências de artigos em DPs possessivos com nomes comuns tem um comportamento diferenciado em relação aos de nomes próprios, discutidos na seção anterior, pois os resultados de nomes comuns apresentam maior amplitude de variação. Como vemos no gráfico 22, até 1650 o uso do artigo era bem menor, se comparado com os casos de nomes próprios, uma vez que observamos uma variação de 19% a 70 % de determinantes, sendo que na mesma época para os nomes próprios as ocorrências eram de 48% a 93% (com a exceção muito discrepante do comportamento de Chagas com 14%).

Além disso, o espectro de variação no uso do artigo em nomes comuns é mais amplo que com os nomes próprios. Percebemos que de 1500 até meados de 1650 as ocorrências de artigo para a maioria dos autores investigados se situava abaixo de 60% de aplicação até o patamar de 20% a 30%, por exemplo. Portanto, neste período, a faixa de ocorrências correspondente ao uso do artigo era ampla, remetendo a inconstância de aplicação do determinante, se comparado com os resultados de nomes próprios.

Não é o caso de afirmarmos que não houve variação no uso de artigo em nomes próprios. De fato houve, mas devido ao número já mais elevado de ocorrência do artigo neste contexto a variação permaneceu no patamar acima de 50% de aplicações e o período de variação do uso do artigo nos nomes próprios ocorreu um pouco mais tardiamente se comparado com os dados de nomes comuns.

Ao atentarmos novamente para o gráfico de nomes comuns, após esse período de grande variação percebem-se indícios de mudança, pois depois de 1700 o padrão de uso

do artigo sofreu um processo de modificação em que as ocorrências aumentaram, passando para uma média de 80% a 90% de realizações de artigo em DPs possessivos.

O quadro com os resultados obtidos na quantificação de ocorrências de nomes comuns está apresentado a seguir.

Quadro 13 - Ocorrência de determinantes em DPs possessivos com nomes comuns.

	MP	Hol.	Couto	Sousa	Lobo	Mcoste	Melo	Vieira	Vieira	Chaga	ardrochat	Ceu	Barros	usmã	avalei	Aires	Verney	Acosta	Carção	Alom	Garret	Ort.	
	1510	1517	1542	1556	1579	1601	1608	1608	1608	1631	1644	1651	1658	1675	1699	1702	1705	1713	1714	1724	1750	1799	1836
Presença de determinante	158	233	104	74	273	95	189	277	181	280	299	398	259	192	272	677	373	180	194	238	605	377	255
%	0,48	0,64	0,32	0,19	0,47	0,31	0,39	0,70	0,61	0,59	0,59	0,87	0,59	0,60	0,92	0,94	0,98	0,93	0,87	0,68	0,95	0,99	0,94
Ausência de determinante	173	133	226	308	303	216	290	118	118	193	210	61	180	130	25	44	9	13	29	110	32	3	16
%	0,52	0,36	0,68	0,81	0,53	0,69	0,61	0,30	0,39	0,41	0,41	0,13	0,41	0,40	0,08	0,06	0,02	0,07	0,13	0,32	0,05	0,01	0,06
TOTAL GERAL	331	366	330	382	576	311	479	395	299	473	509	459	439	322	297	721	382	193	223	348	637	380	271

Por exemplo, no texto do autor Melo, nascido em 1608, a percentagem de uso do artigo em DPs possessivos é de 39%. No entanto, verificamos que na mesma época, a partir dos Sermões do Padre António Vieira, também nascido em 1608, já é possível notarmos uma progressão no uso do artigo em 70% dos casos para os Sermões e 61% dos casos para as cartas. E nos textos subseqüentes já não notamos nenhuma aplicação do uso do artigo que fosse inferior a 59% de ocorrências, o que define aí um outro perfil de regra para o uso do artigo.

Ainda com o intuito de compararmos o comportamento dos três núcleos do sintagma nominal, os casos de nomes relacionais (*kinship*) revelam um comportamento bastante peculiar, diferenciando-se dos demais no número de ocorrência do determinante neste contexto.

Como forma de exemplificação, apresentamos alguns excertos que trazem em seu núcleo um nome relacional em (169).

(169) [072,P-poss-garc] Dado: Se por exemplo me propõe o poeta a desgraça de Édipo, consiste a força desta persuasão em mostrar-me um homem que inviolavelmente comete um parricídio, matando a seu pai Laio; um incestuoso adultério, casando **com sua mãe Jocasta**;

usurpa um reino, irrita a divina justiça; e depois com teimosa curiosidade, procura indagar a origem de tantos males, até que, chegando a conhecer-se réu dos mais abomináveis delitos

[084,P-poss-garc] Dado: Assim Édipo, rei de Tebas, marido de Jocasta, venerado por sábio e honrado com o ilustre nome de libertador e pai de seus vassalos, possuído por uma veemente ambição de conservar este inestimável título, vendo devastar aquela populosa cidade uma voraz e inexorável peste, tanto examina, tanto se obstina e a tanto se atreve que o mesmo ardor da sua curiosidade o precipita em um pélogo de angústias, de maldição e de remorsos: acha-se marido de sua mãe, filho de sua esposa e irmão **de seus mesmos filhos**.

[0077,P-Dposs-cav] Dado: Posso dizer a Vossa Mercê finalmente que o pobre patarata não só se encheu de inveja, mas de ódio **contra o seu amigo**, o qual da sua parte fazia toda a diligência possível por triunfar.

[046,P-poss-hol] Dado: Mas baste concurir com dizer que n'este pouco que aqui ponho, digo que lhe dou uma inteira parte na arte illustre da pintura, tamanha e tão inteira como a dei **a suas irmãs**: invenção e proporção

[0102,P-poss-cav] Dado: No poema intitulado Paraíso Perdido, de Milton, observo que Adão, ao descrever ao Anjo as impressões que sentira à primeira vista **de sua mulher Eva**, a não considerava uma Vénus da Grécia e, sem lhe louvar o talhe ou as perfeições do rosto, insiste sòmente sobre o brilhante esplendor do seu espírito, que era o que lhe dava o poder de enfeitiçar

Foram classificados como núcleos do tipo relacional ou *kinship* os nomes que apresentam uma relação de parentesco ou de amizade, como por exemplo, mãe, pai, tio, irmão, amigo. Este tipo de núcleo ocorre com baixa frequência nos textos investigados, mas mesmo assim foi possível mapearmos o seu comportamento no que diz respeito ao uso do artigo frente ao possessivo. Vejamos o quadro com os números de ocorrências dos nomes relacionais (*kinship*) a seguir.

Quadro 14 - Ocorrências de determinantes em DPs possessivos com nomes relacionais.

	MP	Hol.	Couto	Sousa	Lobo	Mcost:	Melo	Vieira	Vieira	Chaga	ardro	chac	Ceu	Barros	smã	avaleir	Aires	Verney	Acosta	Sarçã	d'Alorn	Garret	Ort.
	1510	1517	1542	1556	1579	1601	1608	1608	1608	1631	1644	1651	1658	1675	1699	1702	1705	1713	1714	1724	1750	1799	1836
Presença de determinante	13	2	0	1	1	0	4	2	2	4	7	4	1	3	10	16	0	4	2	3	20	17	31
%	0,39	0,11	0,00	0,08	0,03	0,00	0,17	0,08	0,14	0,29	0,14	0,22	0,04	0,14	0,29	0,29	0,00	0,67	0,25	0,25	0,20	0,68	0,97
Ausência de determinante	20	16	18	11	31	51	20	23	12	10	44	14	22	18	25	40	2	2	6	9	80	8	1
%	0,61	0,89	1,00	0,92	0,97	1,00	0,83	0,92	0,86	0,71	0,86	0,78	0,96	0,86	0,71	0,71	1,00	0,33	0,75	0,75	0,80	0,32	0,03
TOTAL GERAL	33	18	18	12	32	51	24	25	14	14	51	18	23	21	35	56	2	6	8	12	100	25	32

Como vemos no quadro acima, o número de ocorrências de nomes relacionais é bem inferior aos encontrados em nomes comuns, mas o suficiente para obtermos resultados interessantes, pois ao atentarmos para os casos de uso ou não do artigo percebemos que este é um contexto que inibe drasticamente o uso do artigo.

Atentemos para os valores acima dos autores, Lobo, nascido em 1579, Manuel da Costa, nascido em 1601 e Melo, nascido em 1608. Respectivamente o número de ocorrências de nomes relacionais (*kinship*) nestes autores é de 32, 51 e 24 casos encontrados. Assim, vale a pena ressaltar, por exemplo, que no texto de Lobo, no montante de 32 ocorrências de nome relacionais, notamos apenas uma ocorrência de uso do artigo. No texto de Manuel da Costa, com 51 ocorrências, não ocorreu nenhum caso de uso do artigo e o mesmo padrão de aplicações foi apresentado em quase todos os textos investigados até meados do século 18. Vejamos a planilha seguinte.

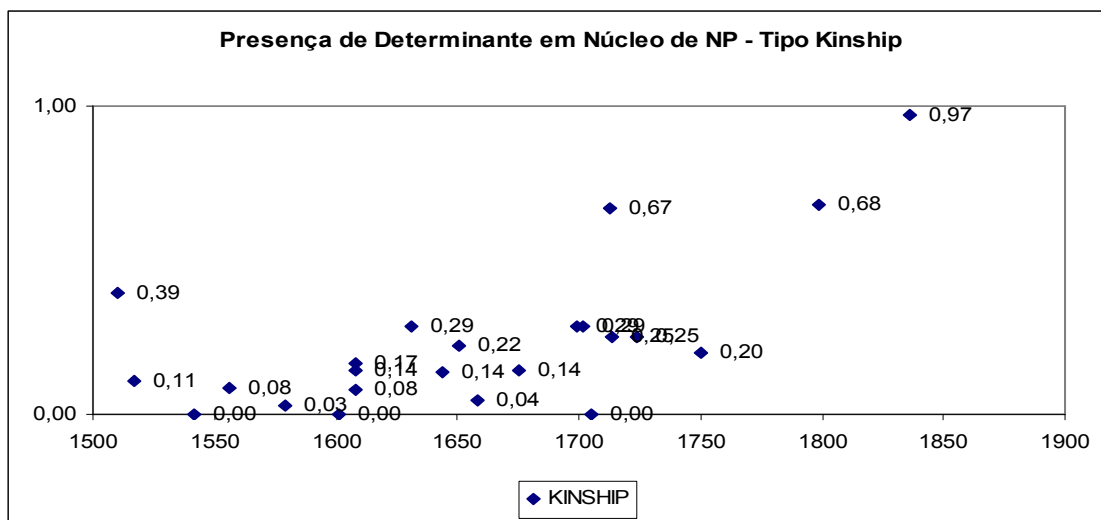


Gráfico 23 – Presença de determinantes em nomes relacionais

O gráfico acima demonstra que o contexto de nomes relacionais era um inibidor para o uso do artigo, pois desde 1500 até 1700 havia pouquíssimas ocorrências de artigo que variavam de 0% a cerca de 30%. Mesmo neste contexto onde quase não se utilizava o artigo é possível notarmos que houve um momento com uma pequena variação para a aplicação deste e que a partir de 1700, no texto de Luis António Verney, nascido em 1713, já há indícios de um uso maior do artigo. E como vemos, nos textos investigados após 1750 o número de ocorrências do artigo é bem maior, passando para 68% dos casos no texto de Almeida Garret, nascido em 1799 e 97% dos casos no texto de Ramalho Ortigão, nascido em 1836.

Portanto, estes últimos textos investigados já apontam para os efeitos da mudança na gramática da língua com relação ao uso do artigo em DPs possessivos. Ou seja, a regra de obrigatoriedade no uso do artigo atingiu também os casos em que o uso do artigo era quase totalmente inibido, como nos núcleos com nomes relacionais⁵⁵.

4.18 O determinante no Português Clássico - função sintática

Passemos à descrição do comportamento do artigo em estruturas possessivas do Português Clássico de acordo com a função sintática, pois este contexto sempre foi

⁵⁵ Seria necessária a realização de maiores investigações sobre o comportamento de nomes relacionais no Português Europeu Moderno para assegurarmos com maior certeza se a regra de obrigatoriedade no uso do artigo aplica-se da mesma maneira que nos demais tipos de núcleo do sintagma nominal hoje em dia. Por exemplo, ainda é possível perceber que mesmo entre os casos de nomes relacionais do Português Europeu Moderno, deve haver sutilezas para o emprego ou não do artigo, conforme percebemos em exemplos como estes a seguir.

- (i)
 - a. A minha mãe e o meu pai sempre viajaram
 - b. A minha mãe e meu pai sempre viajaram
 - c. Minha mãe e meu pai sempre viajaram
 - d. * Minha mãe e o meu pai sempre viajaram
- (ii)
 - a. O meu pai e o teu pai saíram juntos
 - b. *O meu pai e teu pai saíram juntos
 - c. * Meu pai e o teu pai saíram juntos
 - d. * Meu pai e teu pai saíram juntos
- (iii)
 - a. A minha irmã e o teu irmão vão casar
 - b. *A minha irmã e teu irmão vão casar
 - c. * Minha irmã e o teu irmão vão casar
 - d. * Minha irmã e teu irmão vão casar

Talvez a aceitabilidade para as sentenças de (i) deva ser explicada pela referencialidade que os nomes *mãe* e *pai* exercem, podendo, em alguns casos, licenciar o DP possessivo sem artigo. Contudo, apontamos aqui para a necessidade de maiores investigações a esse respeito que sejam capazes de averiguar as sutilezas nas interpretações de frases como em (ii) acima.

contemplado em pesquisas anteriores sobre o assunto devido a hipótese de haver uma relação entre o licenciamento do artigo de acordo com a função sintática do DP possessivo empregado.

Ao realizar a busca dos dados de determinantes em DPs possessivos, classificamos as ocorrências do artigo de acordo com diferentes contextos sintáticos, a saber: sujeito, objeto direto, objeto indireto e adjunto (nominal e verbal). E como resultado da classificação dos dados históricos, foi possível estabelecer uma relação entre as informações estruturais do determinante com o contexto sintático em que ele se encontra.

O quadro com a quantificação dos contextos descritos encontra-se a seguir.

Quadro 15 – Ocorrências de determinante de acordo com o contexto sintático

		MP	Hol.	Couto	Sousa	Lobo	Mcostz	Melo	Vieira	S/veira	Chaga	ardrochar	Ceu	Barros	usmã	avaleir	Aires	Verney	Acosta	Garção	Alorn	Garret	Ort.	
		1510	1517	1542	1556	1579	1601	1608	1608	1631	1644	1651	1658	1675	1699	1702	1705	1713	1714	1724	1750	1799	1836	
SUJEITO	Presença de determinante	24	34	13	18	50	24	56	48	42	40	35	59	26	28	27	106	102	30	20	34	113	68	40
	% de presença	0,89	1,00	0,48	0,72	0,96	0,63	0,78	0,91	0,91	0,89	0,81	0,95	0,84	0,76	0,93	0,94	1,00	0,97	1,00	0,81	0,88	0,91	1,00
	Ausência de determinante	3	0	14	7	2	14	16	5	4	5	8	3	5	9	2	7	0	1	0	8	16	7	0
	% de ausência	0,11	0,00	0,52	0,28	0,04	0,37	0,22	0,09	0,09	0,11	0,19	0,05	0,16	0,24	0,07	0,06	0,00	0,03	0,00	0,19	0,12	0,09	0,00
	TOTAL GERAL	27	34	27	25	52	38	72	53	46	45	43	62	31	37	29	113	102	31	20	42	129	75	40
obj. DIRETO	Presença de determinante	27	45	22	20	43	17	39	41	41	57	77	84	56	33	48	150	61	49	39	78	181	59	61
	% de presença	0,90	0,85	0,81	0,57	0,77	0,50	0,80	0,91	0,82	0,90	0,95	0,98	0,93	0,92	0,98	0,99	1,00	0,98	1,00	0,93	0,96	1,00	0,98
	Ausência de determinante	3	8	5	15	13	17	10	4	9	6	4	2	4	3	1	2	0	1	0	6	7	0	1
	% de ausência	0,10	0,15	0,19	0,43	0,23	0,50	0,20	0,09	0,18	0,10	0,05	0,02	0,07	0,08	0,02	0,01	0,00	0,02	0,00	0,07	0,04	0,00	0,02
	TOTAL GERAL	30	53	27	35	56	34	49	45	50	63	81	86	60	36	49	152	61	50	39	84	188	59	62
obj. INDIRETO	Presença de determinante	9	26	14	15	26	18	23	30	14	23	23	33	34	28	44	57	18	15	9	26	59	33	13
	% de presença	0,41	0,74	0,38	0,37	0,37	0,24	0,38	0,65	0,48	0,42	0,41	0,70	0,67	0,72	0,76	0,84	1,00	0,88	0,64	0,70	0,74	1,00	1,00
	Ausência de determinante	13	9	23	26	45	56	38	16	15	32	33	14	17	11	14	11	0	2	5	11	21	0	0
	% de ausência	0,59	0,26	0,62	0,63	0,63	0,76	0,62	0,35	0,52	0,58	0,59	0,30	0,33	0,28	0,24	0,16	0,00	0,12	0,36	0,30	0,26	0,00	0,00
	TOTAL GERAL	22	35	37	41	71	74	61	46	29	55	56	47	51	39	58	68	18	17	14	37	80	33	13
ADJUNTO (Verbal e Nominal)	Presença de determinante	27	155	100	74	209	89	116	174	103	170	190	265	168	170	210	398	200	130	131	121	331	269	175
	% de presença	0,90	0,52	0,32	0,20	0,42	0,29	0,31	0,58	0,50	0,49	0,46	0,81	0,47	0,55	0,85	0,86	0,95	0,90	0,81	0,55	0,83	0,99	0,91
	Ausência de determinante	3	144	216	288	293	221	263	128	104	175	222	64	189	137	38	64	11	14	30	100	70	4	18
	% de ausência	0,10	0,48	0,68	0,80	0,58	0,71	0,69	0,42	0,50	0,51	0,54	0,19	0,53	0,45	0,15	0,14	0,05	0,10	0,19	0,45	0,17	0,01	0,09
	TOTAL GERAL	30	299	316	362	502	310	379	302	207	345	412	329	357	307	248	462	211	144	161	221	401	273	193

Com a descrição das ocorrências foi possível mapear os contextos de maior realização do artigo com relação a sua função sintática. Para exemplificarmos os contextos sintáticos investigados, apresentamos abaixo alguns excertos do texto de

António da Costa, nascido em 1714, onde é possível notar o uso do DP possessivo em posição de sujeito, de objeto direto, de objeto indireto e de adjuntos, respectivamente.

DP possessivo em posição de sujeito

(170) [178,X-D-poss-aco] Dado: A outra figura chama-se Tartalha, que quer dizer gago, que de ordinário é um criado, ou alcoviteiro, gago, e atolambado, com sua malícia; **a sua obrigação é gaguejar muito**, e fazer-se tolo.

[002,0-D-poss-aco] Dado: **O nosso enviado**, a quem os portugueses não se atrevem a chamar católico novo, sendo-o na realidade, está ainda em Paris.

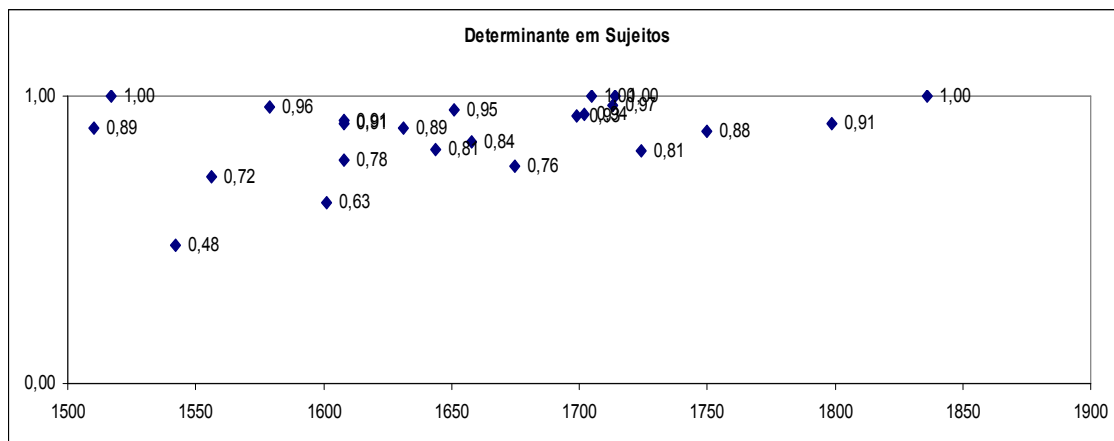


Gráfico 24 – Ocorrência de determinantes em sujeito.

DP possessivo em posição de objeto direto

(171) [192,X-D-poss-aco] Dado: Estimo muito, e **estimarei sempre as suas cartas**, pelas duas coisas que nelas resplandessem, a que o mundo chama tolice, isto é, a naturalidade e sinceridade com que Vossa Mercê fala, requisitos de que gosto sobremodo na comunicação; e especialmente agora, porque ainda os não achei por cá, senão na gente verdadeiramente tola e simplória.

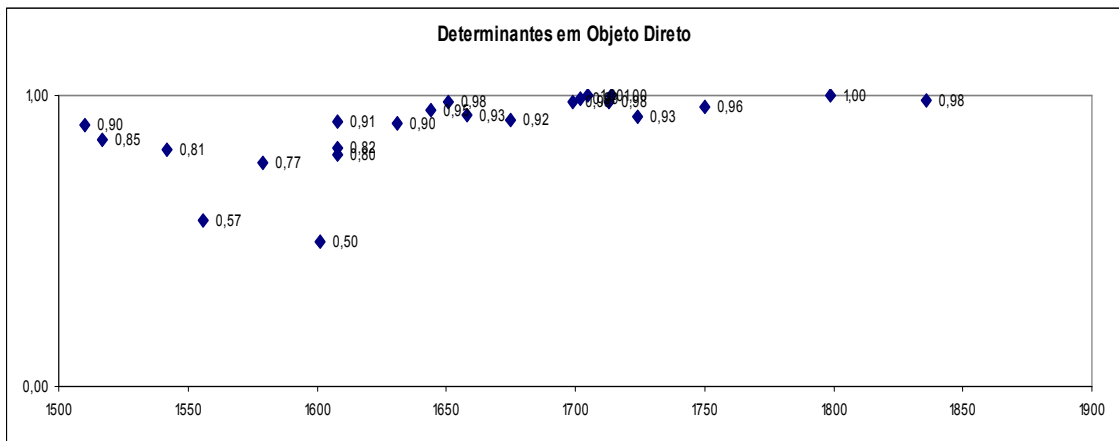


Gráfico 25 – Ocorrência de determinantes em objeto direto.

DP possessivo em posição de objeto indireto

(172) [128,P-poss-aco] Dado: Muito antes que eu recebesse a carta de Vossa Mercê, tinha já escrito ao secretário de Nápoles, pedindo-lhe que lhe mandasse a Vossa Mercê o retrato desta bela figura, e velha, para eu poder assim dizer a Vossa Mercê que lhe satisfazia de modo possível o desejo de me falar, com a comunicação por cartas, e o de ver-me, com o retrato que lhe deixei tirar **para mandar a seu pai** que Deus haja, e dar-lhe que rir a ele, ao Senhor Peixoto, e aos outros mirones.

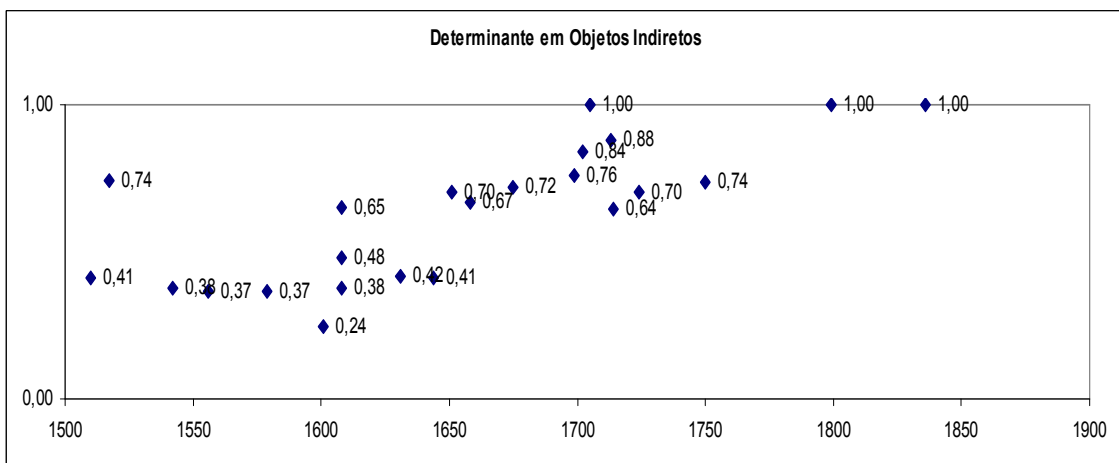


Gráfico 26 – Ocorrência de determinantes em objeto indireto.

DP possessivo em posição de adjunto

(173) [049,P-Dposs-aco] Dado: As mulheres andam de saia preta, e sandal negro na cabeça, mas vê-se-lhe metade do corpo e dos braços, **com o seu vestido verde**, amarelo, etc.

[300,X-PDposs-aco] Dado: Chega a tanto o despropósito destes Pulchinelas às vezes, que quando menos se espera partem a **correr do seu canto** donde estão fazendo os seus tregeitos, atravessam o teatro, e sobem pelo trono onde está um rei dispondo os seus exércitos, e dando ordens aos seus capitães, tiram o barretinho, e dão-lhe.

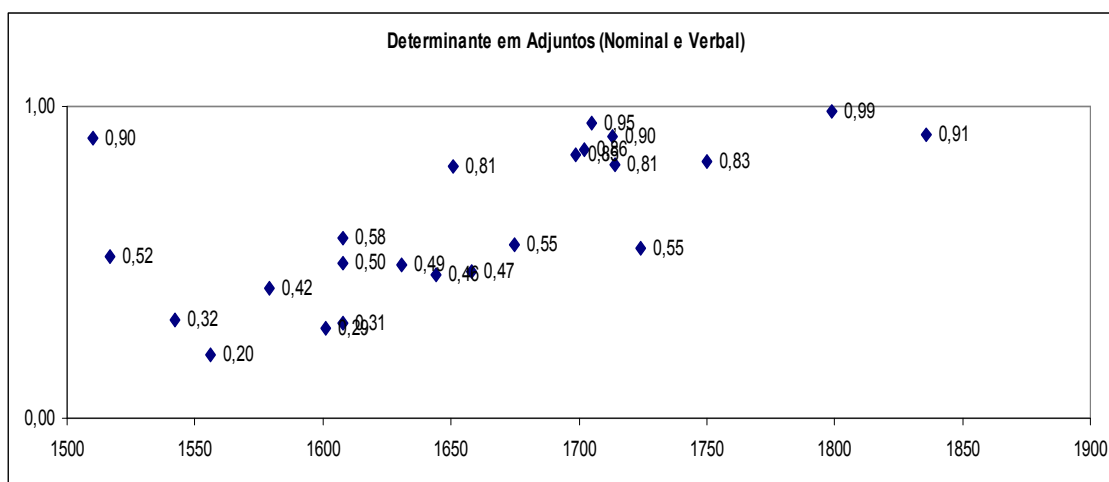
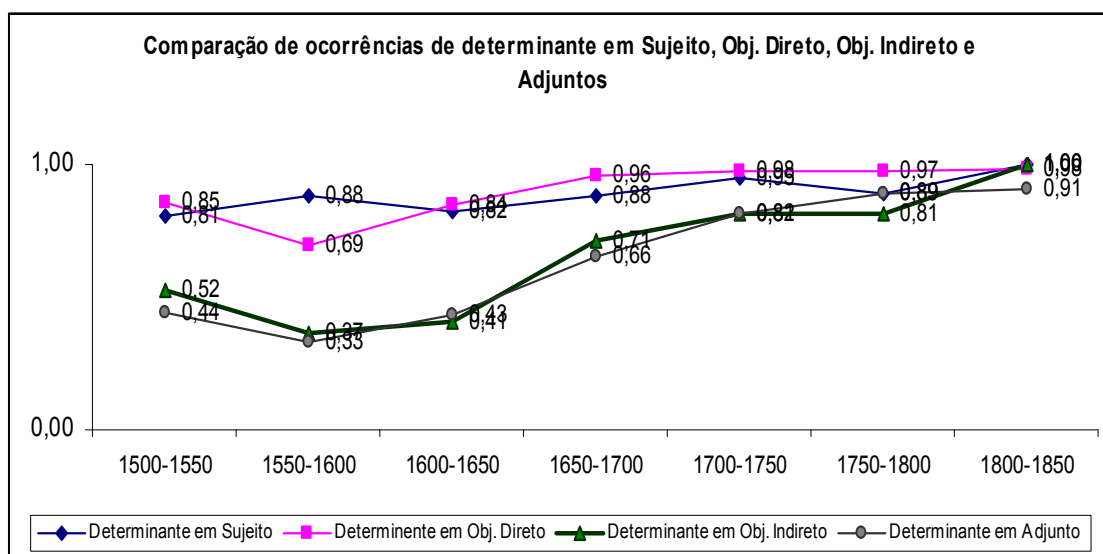


Gráfico 27 – Ocorrência de determinantes em adjunto.

Com base nos resultados apresentados no quadro 16 acima, procuramos agrupar os textos dos autores em períodos de 50 anos na busca de uma média de ocorrências nesses períodos. Apresentamos abaixo a soma do número de ocorrências de artigos de acordo com os contextos sintáticos, agrupados em períodos de 50 anos.

	1500-1550	1550-1600	1600-1650	1650-1700	1700-1750	1750-1800	1800-1850
Presença de Det em Sujeito	71	68	245	140	292	181	40
%	0,81	0,88	0,82	0,88	0,95	0,89	1,00
Ausência de Det em Sujeito	17	9	52	19	16	23	0
%	0,19	0,12	0,18	0,12	0,05	0,11	0,00
Total	88	77	297	159	308	204	40
Presença de Det em Obj. Direto	94	63	272	221	377	240	61
%	0,85	0,69	0,84	0,96	0,98	0,97	0,98
Ausência de Det em Obj. Direto	16	28	50	10	9	7	1
%	0,15	0,31	0,16	0,04	0,02	0,03	0,02
Total	110	91	322	231	386	247	62
Presença de Det em Obj. Indireto	49	41	131	139	125	92	13
%	0,52	0,37	0,41	0,71	0,81	0,81	1,00
Ausência de Det em Obj. Indireto	45	71	190	56	29	21	0
%	0,48	0,63	0,59	0,29	0,19	0,19	0,00
Total	94	112	321	195	154	113	13
Presença de Det em Adjunto	282	283	842	813	980	600	175
%	0,44	0,33	0,43	0,66	0,82	0,89	0,91
Ausência de Det em Adjunto	363	581	1113	428	219	74	18
%	0,56	0,67	0,57	0,34	0,18	0,11	0,09
Total	645	864	1955	1241	1199	674	193

O gráfico que apresentaremos a seguir procura evidenciar o uso do artigo vs. não uso em cada um dos contextos sintáticos para termos uma visão geral do comportamento do artigo com relação à função sintática.



Gráfico 28 – Ocorrência de determinante nos contextos sint ticos – compara o entre eles.

Ao compararmos os contextos sint ticos em um só gráfico percebemos dois padrões de ocorrências bastante distintos: os determinantes nos contextos de sujeito e objeto direto assemelham-se no seu comportamento, pois mant m um padrão semelhante com números mais elevados até a segunda metade do século 18 em rela o

aos contextos de objeto indireto e adjunto que também mostraram ter um padrão semelhante entre eles, mas apresentam um número mais reduzido de realizações de artigos.

No que concerne aos contextos de sujeito e objeto direto notamos que desde o início do século 16 era elevado o número de ocorrências de artigos, situando-se em torno de 80%. Nestes contextos verificamos uma variação ao longo dos anos com um subsequente crescimento até a generalização do artigo no século 19.

Mas nos casos de objetos indiretos e adjuntos, o número de ocorrências de artigos era bem menor, situando-se em torno de 50% com oscilações para uma porcentagem até menor que este valor. Nesses contextos só a partir de 1650 é que o comportamento dos artigos passou a ser semelhante ao de sujeitos e objetos diretos sendo possível estabelecer uma simetria dos padrões de realização do determinante em relação a todos contextos sintáticos.

Assim, a partir do final do século 17 percebemos que o número de ocorrências cresce em todos os contextos, evidenciando uma mudança no uso do determinante em contextos possessivos, se comparado com as realizações do início do século 16.

Segundo Silva (1982) o fator sintático deveria exercer algum peso para o licenciamento ou não do artigo nos DPs possessivos. E como evidenciado por meio dos nossos dados este é um fator preponderante para a mudança observada na língua, pois percebemos que a depender do contexto sintático, obtemos um comportamento diferenciado no emprego do artigo.

Entretando, os resultados desta pesquisa são capazes de ir além da simples constatação de que o fator sintático teve um papel na mudança, mostrando que na verdade o fator crucial em questão é a presença ou não de uma preposição junto ao DP possessivo. Percebemos, portanto, que a possibilidade de agrupar os resultados em dois padrões distintos, como apresentado no gráfico 28 acima, é decorrente da influência de uma preposição ou de sua ausência nos dados.

Mostraremos agora mais detalhadamente o papel da preposição na realização do determinante em sintagmas possessivos.

4.19 O sintagma preposicionado

Assim, além de dar conta de uma explicação capaz de evidenciar as características do pronome possessivo tais como sua categoria sintática (XP ou X) e determinar sua posição de licenciamento na estrutura do DP ainda é preciso considerar um fator que se mostra extremamente relevante para a mudança do DP possessivo no Português Clássico: o papel da preposição. A preposição revela um papel importante para o emprego do artigo, pois como vimos nos dados de contexto sintático, o comportamento evidenciado pelos resultados está estritamente relacionado à presença ou a ausência de uma preposição.

O que poderíamos dizer sobre as influências que a preposição trazia para o DP possessivo nos séculos 16 ao 19? Veremos que, conforme salientado anteriormente por Silva (1982) e Magalhães (2002), a preposição desempenha um papel importante no que diz respeito aos dados do Português Clássico e que necessita maiores investigações.

E com relação à análise do constituinte nominal do Português Clássico, discorreremos na próxima seção, sobre alguns resultados encontrados nos textos do corpus *Tycho Brahe* sobre o papel da preposição, pois este elemento mostrou-se um fator importante para determinar ou não a utilização do artigo nos DPs possessivos no decorrer dos séculos.

4.20 Um olhar para os dados do Português Clássico

Conforme atestado por meio dos dados históricos recolhidos é possível afirmar que o uso do determinante em DPs possessivos era mais baixo no século 15 entre 30 a 50% e, com o passar dos anos, ocorreu um aumento gradativo na aplicação do determinante até o seu preenchimento obrigatório no Português Europeu Moderno. De acordo com a visualização dos dados, percebemos uma nítida tendência em aumentar o uso do determinante no decorrer dos séculos no Português Europeu.

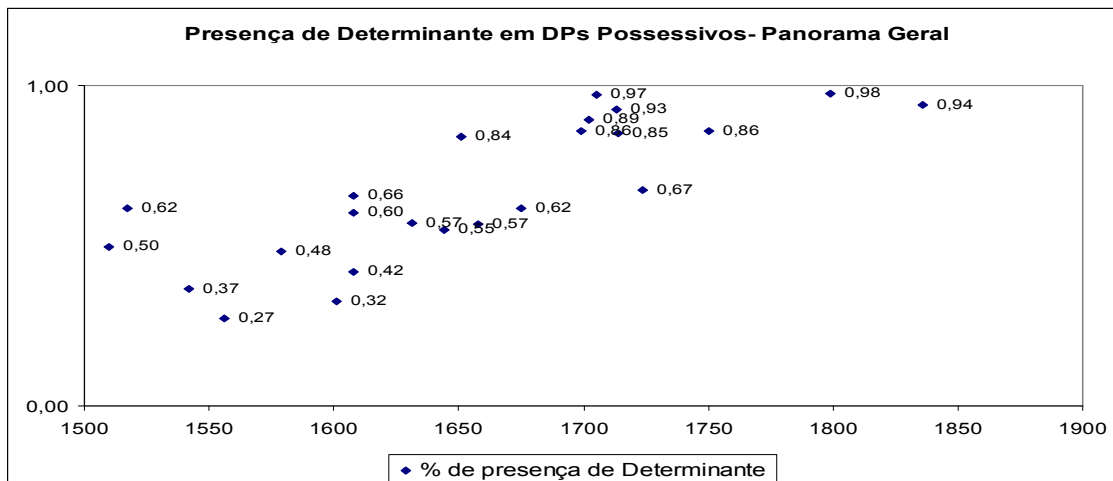


Gráfico 29 – Emprego do determinante nos DPs possessivos.

De acordo com os resultados gerais, retomados do capítulo anterior no gráfico acima, é possível perceber que de 1500 até meados de 1650 há certa variação na utilização do determinante, mas já a partir de 1650 notamos um aumento que revela um uso diferenciado do artigo passando a elevação de sua ocorrência.

Muito desses resultados deve-se à utilização de uma preposição, como poderemos evidenciar nas próximas seções.

4.21 O papel da preposição

Alguns trabalhos anteriores como Silva (1982) e Magalhães (2002), já salientaram a importância da preposição para a verificação do contexto de mudança do DP possessivo. As autoras, em seus respectivos trabalhos, apontaram para a necessidade de maiores investigações sobre este respeito, pois afirmavam que a preposição parecia exercer alguma influência com relação ao uso ou não do determinante.

Portanto, ao realizar as buscas nos textos portugueses, procuramos considerar a presença e ausência da preposição, relacionando-a com a presença e ausência do determinante, pois estes contextos podemos verificar um comportamento peculiar para a mudança sintática em cada um deles. Apresentamos a seguir alguns gráficos que visualizam o comportamento da preposição encontrado nesta pesquisa. O primeiro gráfico revela o contexto de aplicação de determinante sem a presença de uma preposição.

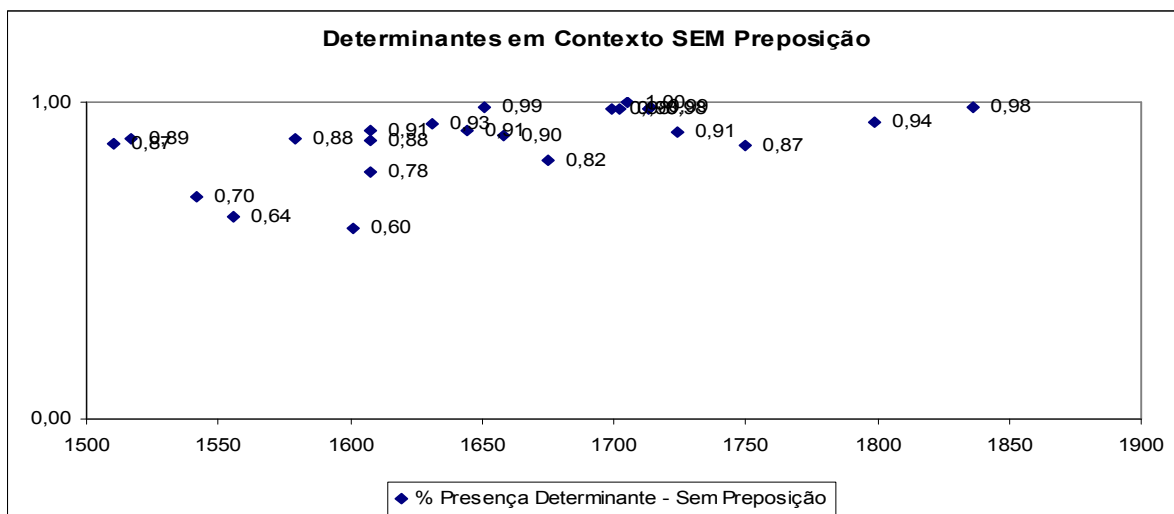


Gráfico 30 – Ocorrência de determinante em DPs não preposicionados.

De acordo com os dados observados, o número de ocorrências do uso do determinante sem a preposição sempre foi relativamente grande, desde o século 16, sofrendo uma variação no decorrer dos séculos até ter uma aplicação bastante significativa, em torno dos 90% a partir de meados de 1650. Contudo, se compararmos com o contexto em que havia uma preposição, os padrões de aplicação do determinante são muito diferentes, como é possível perceber abaixo.

Apresentamos a seguir o gráfico com o contexto em que uma preposição foi realizada juntamente com o determinante.

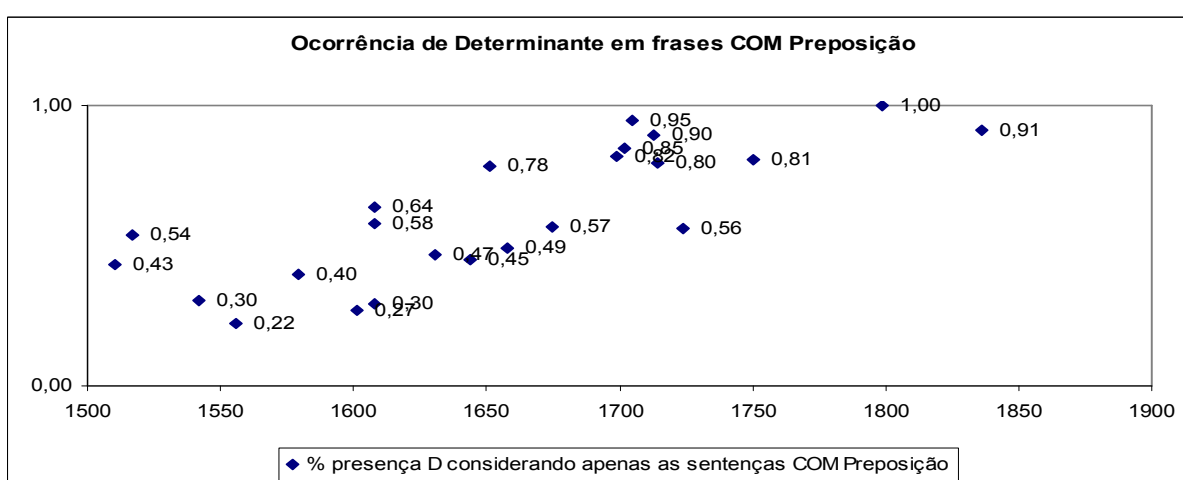


Gráfico 31 – Ocorrência de determinante em DPs preposicionados.

Percebe-se que no contexto em que há a preposição, a mudança teve uma aplicação bastante diferenciada se comparado ao contexto sem a preposição, sendo possível decompor este quadro de realizações em três momentos.

No primeiro momento, no século 16, o uso do determinante era mais baixo, aplicando-se predominantemente em torno dos 20% aos 50%. Este fato revela a necessidade de utilizar um determinante para marcar as informações de definitude deste sintagma nominal. Num segundo momento, equivalendo ao século 17, percebe-se um ligeiro aumento no uso do determinante que passa a oscilar entre 40% a 70%, indicando que o uso do determinante é de certa forma opcional, podendo ou não ser realizado. Já no período que pode ser caracterizado como terceiro momento, a partir de 1700, percebe-se uma maior aplicação do uso do determinante, pois sua realização situa-se predominantemente no patamar dos 90% até sua total presença. Neste terceiro momento dos dados já temos indício de uma necessidade maior de uso do artigo, passando a ser obrigatório neste contexto.

Assim, a comparação entre os dois gráficos acima, gráficos 30 e 31 nos permite apontar para o fato de que o uso da preposição junto aos DPs possessivos é realmente um fator de extrema importância para esta mudança que presenciamos.

É a preposição o elemento capaz de gerar as variações de uso do determinante no decorrer do tempo? Para responder essa questão, procuramos fazer um mapeamento mais detalhado do comportamento das preposições no contexto de DPs possessivos.

4.22 O comportamento da preposição em DPs possessivos

Ao considerarmos o fato de que a preposição parece evidenciar o contexto em que ocorre a mudança no uso do determinante, vejamos o comportamento de cada uma das preposições mais relevantes encontradas.

Abaixo apresentamos a visualização do comportamento do determinante juntamente com as preposições “de”, “em”, “a”, “com”, “por” e “para”, respectivamente.

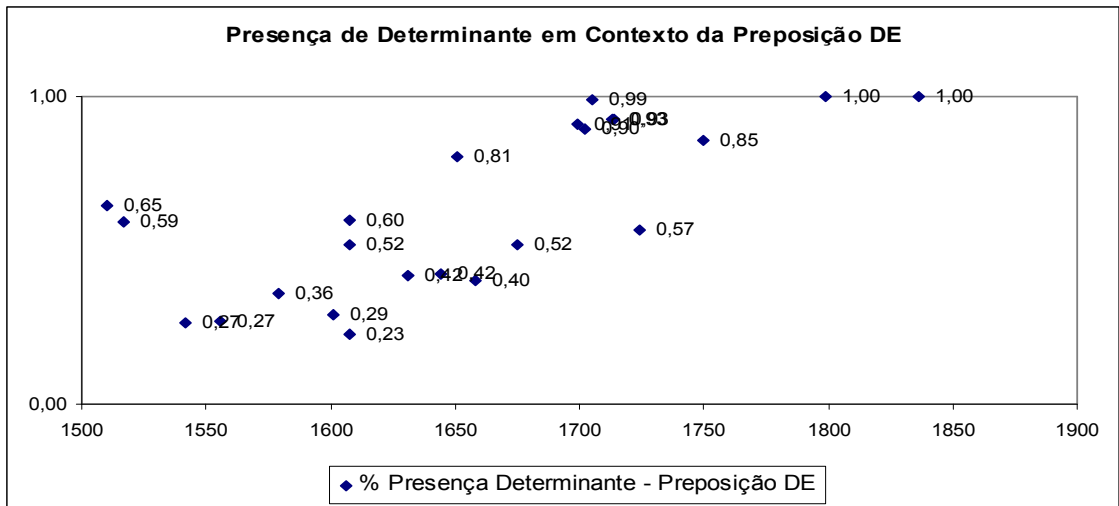


Gráfico 32 – Ocorrência de determinante junto a preposição 'de'.

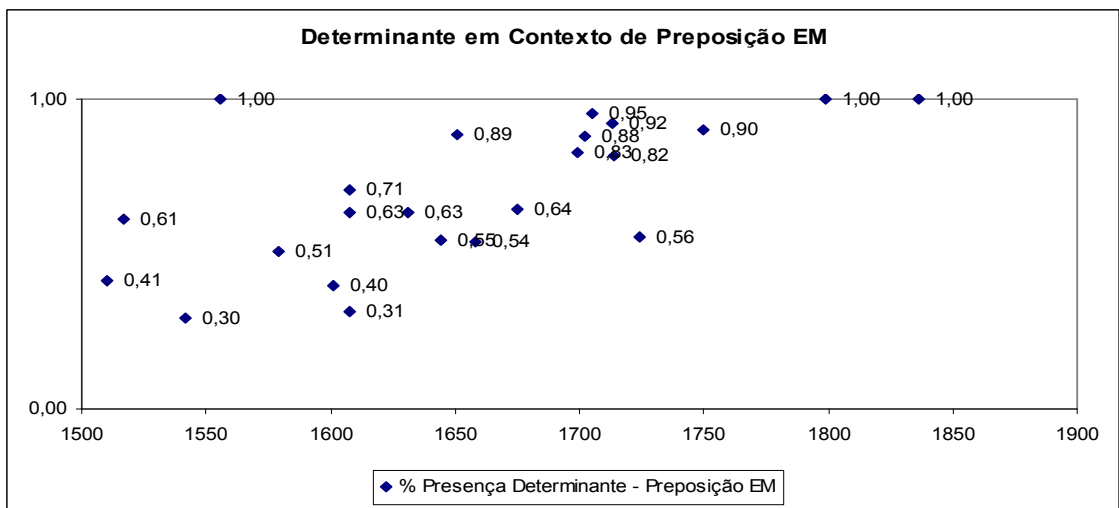


Gráfico 33 – Ocorrência de determinante junto a preposição 'em'.

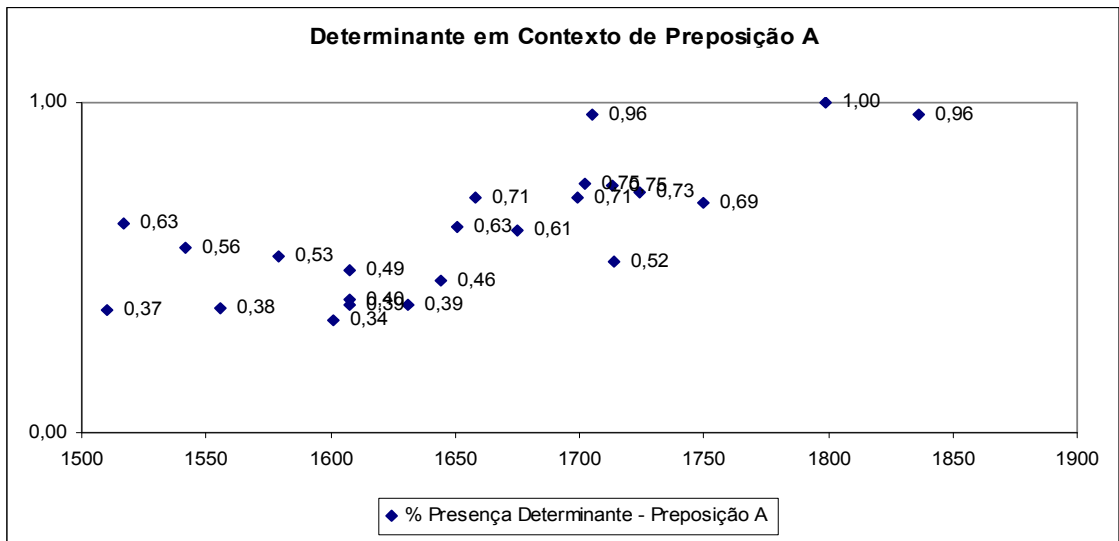


Gráfico 34 – Ocorrência de determinante junto a preposição 'a'.

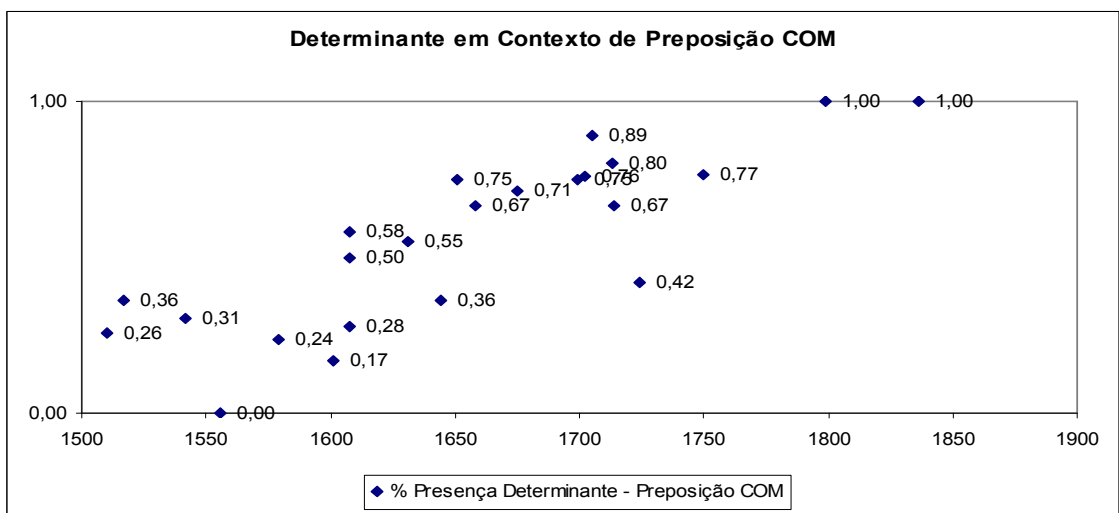


Gráfico 35 – Ocorrência de determinante junto a preposição 'com'.

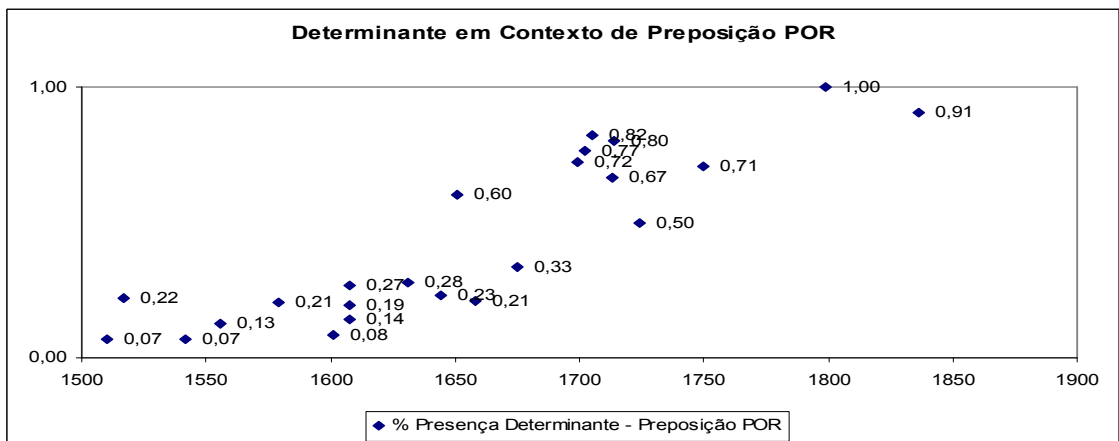


Gráfico 36 – Ocorrência de determinante junto a preposição 'por'.

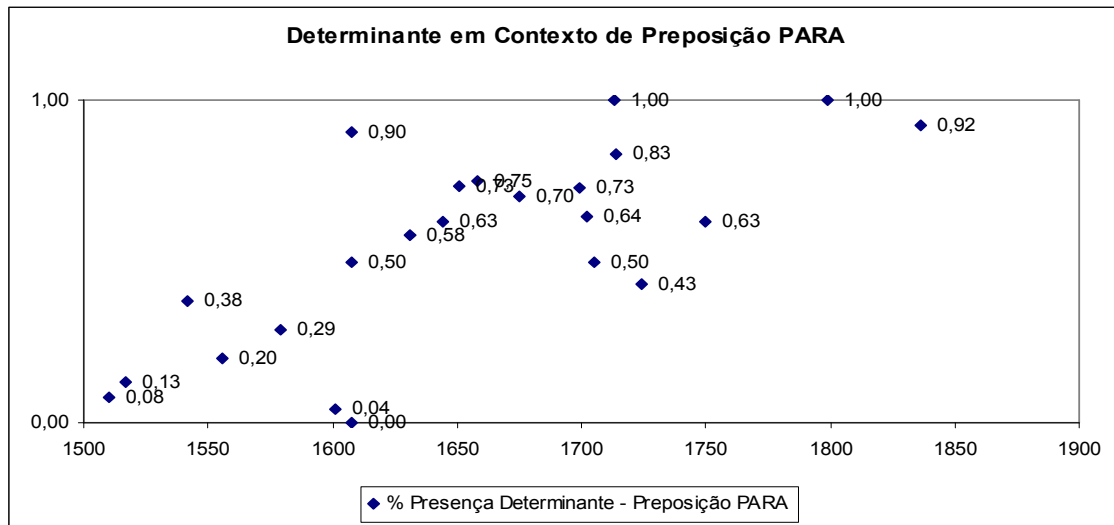


Gráfico 37 – Ocorrência de determinante junto a preposição 'para'.

De uma forma geral percebe-se um nítido crescimento no uso do determinante ao longo dos séculos em todas as preposições apresentadas acima. E ao atentarmos para cada uma delas verificamos que há comportamentos distintos para cada preposição tanto com relação ao número de ocorrências quanto no período em que se aplicam as variações. Por exemplo, juntamente com as preposições “de”, “em” e “a” no início do século 16 o determinante era realizado em cerca de 20% a 30% dos casos.

Com relação às preposições “por”, “com” e “para”, e principalmente as duas últimas, o número de realizações de determinante era mais baixo no século 16, chegando a quase ser nulo neste período, mas que passa a aumentar no decorrer dos séculos. Ao comparar as preposições “a” e “por” verificamos que nesses casos até o século 17 havia um período de certa forma uniforme no uso do determinante em que este se realizava em um patamar mais baixo de ocorrências, mas que a partir de 1650 o comportamento passou para um patamar mais alto. Com a preposição “por” o número de ocorrências do determinante era baixo até fim do século 17, aumentando rapidamente depois disso. Assim, esta comparação evidencia que mesmo possuindo um perfil semelhante para a mudança cada uma das preposições revela um comportamento individualizado.

Com base nos dados encontrados, passamos a seguinte indagação: No início do século 15 havia um baixo número de utilização de determinantes no DP quando ocorria a preposição. Terá sido o aumento no uso do determinante o fator desencadeador do

processo de contração da preposição com o artigo? Ainda é possível pensar que o fenômeno da contração teria influenciado para a mudança nos padrões de uso do determinante no Português? Se sim, podemos atribuir a este fenômeno responsabilidade pelo crescimento no uso de artigos definidos?

Recapitulando ...

Neste capítulo abordamos os resultados encontrados nesta pesquisa sobre o uso do artigo diante de DPs possessivos. Primeiramente fizemos a apresentação do corpus de pesquisa e da metodologia utilizada para a recolha e classificação dos dados. Nesse momento apresentamos os contextos descartados para a contabilização dos dados, pois nestes casos não havia possibilidade de variação do uso do artigo. Após isso demos início à descrição dos dados obtidos.

Mostramos os resultados capazes de revelar um panorama geral da mudança no emprego do artigo em DPs possessivos no Português Clássico. Tratamos do licenciamento do DP possessivo em posições diferentes na oração, o que remeteu a uma preferência quase absoluta para o uso desse tipo de sintagma nominal em posição interna da sentença.

Apresentamos os resultados obtidos com relação à classificação do número, gênero e tamanho do sintagma possessivo no decorrer dos séculos com o intuito de verificar se estes contextos influenciam a mudança no PC.

Discutimos também as diferenças encontradas no uso do artigo em DPs possessivos no que diz respeito aos núcleos do sintagma nominal encontrado (nomes comuns, nomes próprios e nomes relacionais). Ao comparar estes três tipos de núcleos encontrados nos dados do Português Clássico, verificamos que o comportamento de cada contexto é diferenciado devido aos traços de definitude/referencialidade presentes em cada um deles.

O último tópico abordado foi o papel da função sintática para o licenciamento do artigo junto aos possessivos. Neste contexto, verificamos também haver diferenças entre o comportamento de cada contexto sintático, sendo possível agrupá-los em dois conjuntos. Entretanto, as diferenças encontradas não devem ser totalmente atribuídas ao fator sintático por si só, mas à influência do emprego de uma preposição.

No próximo capítulo traremos à discussão os resultados obtidos do Português Clássico no intuito de esquematizar uma análise para a mudança investigada.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Apresentação do capítulo

Neste capítulo abordaremos os principais resultados obtidos dos dados do Português Clássico capazes de visualizar os contextos afetados pela mudança do uso do artigo em DPs possessivos. Intentamos retomar as propostas principais de análise da estrutura possessiva para o Português, confrontando-as com os dados obtidos nesta pesquisa no intuito de identificarmos os elementos responsáveis pela mudança.

Primeiramente retomaremos as propostas de Schoorlemmer (1998) e Castro (2006) comparando-as com as de Miguel (2002, 2004) e Brito (2007). Utilizaremos como base de investigação os dados de uso do artigo em DPs possessivos quando em contextos preposicionados, sempre buscando estabelecer a melhor opção para a estrutura sintática a ser empregada para o PC.

Ainda com o propósito de determinar o posicionamento do possessivo, discutiremos os casos em que ocorre a contração de uma preposição e um determinante nos dados do PC e PE, utilizando a investigação de Salles (2001). Traremos também algumas evidências suplementares baseadas em dados do PB que contradizem a proposta de análise unificada para o sistema possessivo do PB e PE feita por Castro (2006) e Costa e Figueiredo Silva (2006) se considerarmos o papel do enfraquecimento da concordância no sistema do PB.

Por fim, a mudança na passagem do Português Clássico para o Português Europeu será explicada em termos do licenciamento do traço de definitude na estrutura sintática do Português, juntamente com o fato de serem licenciadas duas estruturas possessivas em co-ocorrência de aplicações. Proporemos que como resultado de um

processo de competição de gramáticas no PC, ocorreu um processo de reanálise dos traços alocados no núcleo D em uma das estruturas em co-ocorrência, licenciando em ambas o artigo definido obrigatório no PE atual.

5.2 Retomada - Propostas de análises do sistema possessivo do Português Moderno

De acordo com o trabalho de Schoorlemmer (1998), apresentado no capítulo 3, foi possível fazer uma divisão tipológica das línguas de acordo com as propriedades do pronome possessivo e quando este co-ocorre ou não com um artigo. Resumidamente, retomamos aqui esta discussão ao remetermos a divisão tipológica das línguas em dois grupos distintos:

- i. Há línguas em que os possessivos co-ocorrem com artigos, sendo nomeadas como línguas do tipo 1, como o Italiano, em que o possessivo se comporta como adjetivo e,
- ii. Há aquelas em que os possessivos não co-ocorrerem com os artigos, sendo nomeadas como línguas do tipo 2, como o Francês, em que o possessivo se comporta como um determinante.

Retomamos em (174) e (175) os exemplos destes dois tipos de línguas.

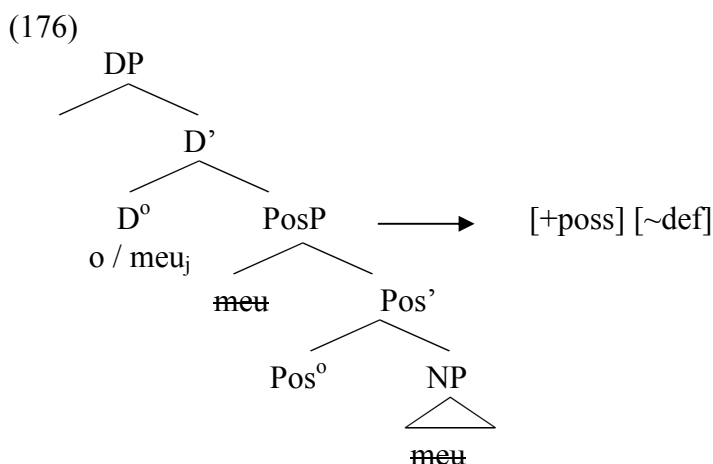
(174) a. Il *mio* libro Italiano (tipo 1 - Adjetivo)
b. * *mio* libro

(175) a. *Mon* libre Francês (tipo 2 - Determinante)
b. Le *mien*

Em uma língua como o Francês o possessivo comporta-se como um determinante, pois como vemos em (175a) este não co-ocorre com o artigo, ocupando, portanto, a posição de um determinante do DP. Neste caso, para que o pronome possessivo possa ocorrer sem o artigo, como o pronome *mon*, ele detém os traços

abstratos de [+definitude] [+possessivo]. Quando o pronome não tem o traço de definitude o DP não se move para o núcleo de D e para que os traços de definitude sejam checados, um artigo é realizado, co-ocorrendo com o possessivo como *le mien*.

Vejamos abaixo a representação do DP possessivo de acordo com a proposta de Schoorlemmer (1998).



Nas línguas do tipo 1, como o Italiano, não há variação no uso do artigo, sendo sempre realizado juntamente com o pronome possessivo quando em posição prénominal. Nesse tipo de língua o possessivo permanece em núcleo de PossP, deixando livre a posição de D° para que o artigo seja inserido, checando os traços de definitude.

Diante destes comportamentos distintos, Schoorlemmer assume que há uma diferença paramétrica entre as línguas com relação a atribuição de um traço variável de definitude, responsável pelo movimento do possessivo até D ou sua permanência em PossP. Ao investigarmos a estrutura do DP por meio dos nossos dados históricos, percebe-se que o traço de definitude desempenha um papel crucial para o licenciamento de diferentes estruturas possessivas no PC.

O Português Europeu, assim como o Italiano, utiliza obrigatoriamente o artigo junto ao possessivo, não sendo possível que este ocorra sozinho como o *mon* do Francês. Aparentemente o comportamento do PE e do Italiano é semelhante, uma vez que não há possibilidade de variação no uso do artigo junto ao possessivo nas duas línguas. Entretanto, conforme Castro (2006) evidencia, o Português Europeu não se encaixa em nenhum dos dois tipos de línguas descritos por Schoorlemmer (1998). Em outras palavras, Castro (2006) sugere que o Português é um terceiro tipo de língua, não

relatado pelas investigações tipológicas. A autora ainda assume que o pronome possessivo no Português é gerado diretamente em núcleo de D e o artigo definido, utilizado obrigatoriamente no PE, é um elemento expletivo realizado em posição de adjunção a este núcleo D que hospeda o pronome possessivo.

Em resumo, se tratarmos abstratamente das propriedades dos pronomes possessivos com base na proposta de Schoorlemmer (1998), assumimos que em uma língua como o Francês, o pronome possessivo detém os traços [+posse] [+definido], caracterizando-o como o pronome *mon*, por exemplo. E quando o possessivo tem apenas o traço [+posse], ele é realizado como o pronome *mien*, vindo acompanhado sempre pelo artigo. E para o Italiano que não permite variação no uso do artigo, o pronome possessivo pré-nominal sempre co-ocorre com o artigo, detendo apenas o traço [+posse]⁵⁶.

Não é possível empregarmos os mesmos procedimentos sintáticos adotados por Cardinaletti (1998), Schoorlemmer (1998) e Castro (2000, 2006) para realizarmos o mapeamento da posição do possessivo no Português Clássico, dado que não há mais falantes vivos da língua capazes de trazerem julgamentos de aceitabilidade para os testes. Assim, nossas ferramentas são as descrições feitas sobre o Português Europeu atual que corresponde ao resultado final deste processo de mudança na língua processada entre os séculos 16 e 18. Pretendemos, sobretudo, considerar as explicações feitas sobre o sistema possessivo do Português Europeu atual para confrontá-las com os dados históricos do período em que houve a mudança no Português Clássico. Para tal, retomaremos na próxima seção as abordagens discutidas na literatura sobre o assunto.

5.3 O sistema possessivo envolvido

No capítulo 3, vários estudos sobre o sistema possessivo do Português foram apontados. Por um lado Castro e Costa (2002) e Castro (2006) propõem que o possessivo pré-nominal do Português Europeu Padrão se comporta como uma forma fraca e nuclear (X^o). E em especial, Castro (2000, 2001, 2006) afirma que este

⁵⁶ Já no Português quando é realizado o possessivo *meu*, devido a sua homofonia quando em posição pré e pós-nominal, não é possível assegurar que tipo de possessivo está em jogo, dificultando o processo de descrição dos dados.

possessivo é realizado na posição de núcleo de DP juntamente com um artigo definido expletivo em uma posição de adjunção a ele.

Por outro lado, Miguel (2002, 2004) assume que somente as formas possessivas reduzidas podem ser consideradas núcleos e os demais possessivos pré-nominais não seriam formas fracas, mas na verdade categorias máximas (XP). Ainda afirma que o sistema possessivo do PE teria sofrido um processo de reanálise categorial como elemento XP passando a funcionar como elemento X^o. De acordo com a autora, o PE possui um dialeto não padrão em que o possessivo é licenciado em posição de especificador de AgrP imediatamente dominado por D, apresentando um comportamento semelhante ao do Italiano. Em complementaridade com as pesquisas sobre o assunto, Brito (2007) compara as duas possibilidades de análise anteriormente mencionadas e apresenta a hipótese de co-ocorrência de três diferentes gramáticas ainda hoje no PE, o que explicaria a falta de homogeneidade para definir um padrão para o sistema possessivo da língua.

Passemos, então, a retomar os pontos principais das propostas para confrontá-las com os dados históricos recolhidos nesta pesquisa.

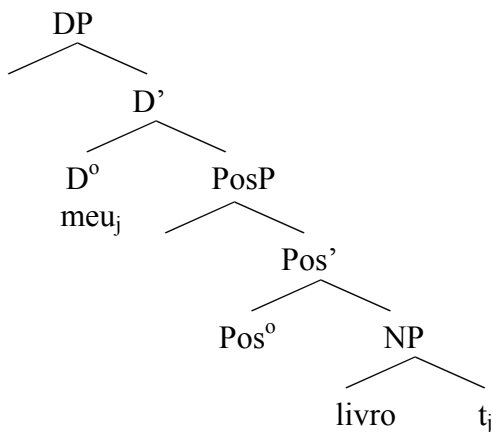
Consideremos, primeiramente, a proposta de Castro (2001, 2006). A autora procura trazer uma investigação capaz de explicar o comportamento do sistema possessivo do Português Europeu e do Português Brasileiro por meio de uma análise única em que a justificação para as diferenças ocorre apenas devido a realização fonológica ou não do artigo no DP nas duas línguas. Com base nas evidências empíricas de falantes portugueses do dialeto padrão da língua, a autora apresenta a idéia de que o possessivo pré-nominal no Português é gerado diretamente no núcleo de D junto ao artigo.

Como podemos perceber, as descrições sobre o sistema possessivo do Português Europeu revelam que este não se comporta nem como o sistema do Italiano tampouco como o do Francês, entretanto, sabemos por meio dos dados do Português Clássico que nesse período da língua o uso do artigo era opcional, assemelhando-se aparentemente ao sistema do Francês. Ora, diante das possíveis estruturas possessivas encontradas nas línguas, uma vez que o artigo podia não ser realizado no PC, poderíamos ser levados a pensar que as configurações deste período podem corresponder à realização de duas

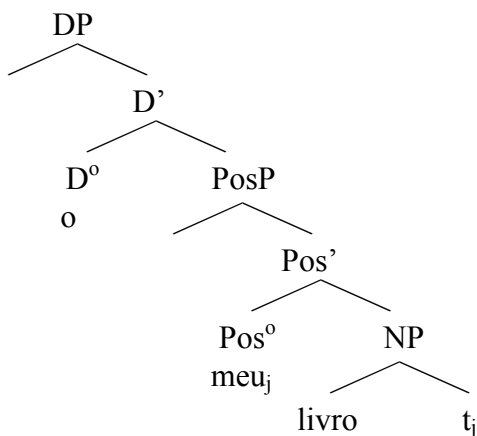
estruturas distintas para o sistema possessivo: Como por exemplo, a do Francês e a do Italiano.

Atentemos para as duas possibilidades estruturais apontadas a seguir com base na configuração proposta por Schoorlemmer (1998).

(177) Gramática do Tipo Francês



(178) Gramática do Tipo Italiano



Interpretamos a variação encontrada nos textos representativos do PC como competição entre as duas gramáticas definidas por Schoorlemmer para o sintagma possessivo. A proposta de análise de Miguel (2002, 2004) e Brito (2007) para o possessivo do PE indica que ainda hoje não há uma homogeneidade na língua,

permitindo que ora o possessivo seja realizado como um elemento nuclear, ora como uma categoria máxima⁵⁷.

A gramática de tipo Francês pode ser atribuída a fases de estudo anteriores da língua quando havia duas séries de pronomes, com pronomes fortes e fracos, pelo menos no feminino (cf. cap. 1) Esse período de co-ocorrência entre duas gramáticas distintas teria iniciado em momento anterior ao século 16. Tal competição teria feito com que a gramática tipo Francês fosse enfraquecida e passasse a ser menos recorrente. Percebemos isso, ao considerarmos os DPs em contextos sem preposição. Nesse contexto vemos que no início do século 16 a gramática antiga (tipo Francês) já está bastante minoritária, ocorrendo somente em 10 dos 14 autores que consideramos antes de 1700 em menos de 20 % dos casos e nunca em mais de 50% (cf. gráfico 42 apresentado abaixo neste capítulo). Voltaremos mais abaixo à razão da discrepância com os contextos preposicionados.

Frente a não homogeneidade do sistema possessivo no Português Europeu, tudo faz crer que estamos diante de um panorama de competição de gramáticas desde tempos anteriores ao PC que implicou em mudanças estruturais ao longo dos séculos em que havia a variação entre duas estruturas distintas (tipo Francês e tipo Italiano). Em decorrência desta competição de gramáticas a língua sofreu modificações estruturais no sistema do possessivo: uma gramática extinguiu-se (tipo Francês) e a gramática vencedora (tipo Italiano) ainda passou por um processo de reanálise.

Nos dias de hoje a possibilidade de licenciar estruturas diferentes, pois no dialeto padrão o possessivo comporta-se como um elemento nuclear e no dialeto não padrão comporta-se um XP. É possível atestar tal co-ocorrência de sistemas por meio de testes sintáticos como realizados por Castro e Costa (2002), Castro (2006), Miguel (2002) e Brito (2007).

⁵⁷ Miguel e Brito propõem que houve uma reanálise da categoria sintática do possessivo e, com base na aplicação de testes sintáticos, Brito (2007) revela que diferentemente do que foi descrito por Castro e Costa (2006) há também uma outra gramática no PE moderno que permite interpolação de advérbios aspectuais e temporais, coordenação e focalização de possessivos pré-nominais. Tais propriedades mostram que nesta outra gramática o possessivo é um XP e não um X^o como proposto por Castro e Costa (2006) para o dialeto padrão e que ocupa uma posição diferente daquela dos artigos definidos, i.e., não estaria em D^o.

5.4 Datação da mudança do PC para o PE

Ao procurarmos localizar a mudança no uso do artigo em dados do PC para o PE no tempo, retomaremos os gráficos de evolução do uso do determinante em vários contextos, começando pelo tipo de nome no núcleo do sintagma possessivo.

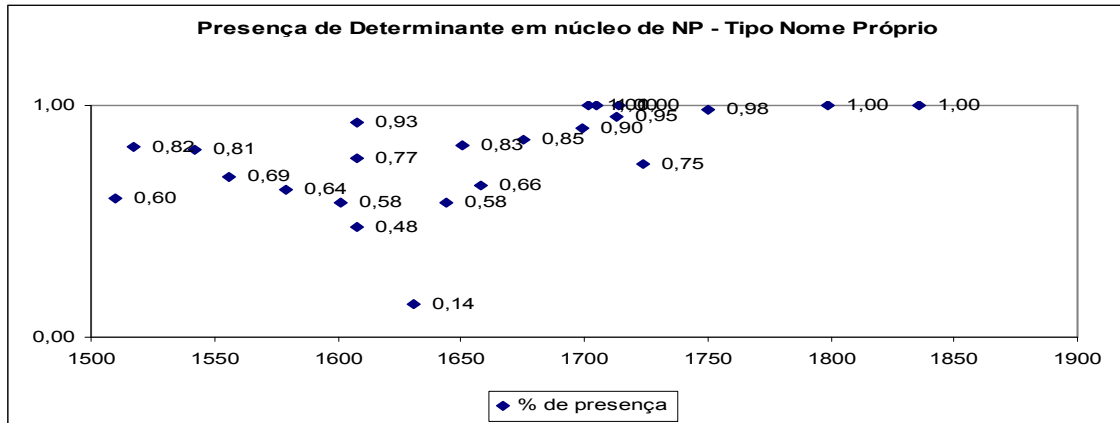


Gráfico 38 – Presença de determinantes em nomes próprios.

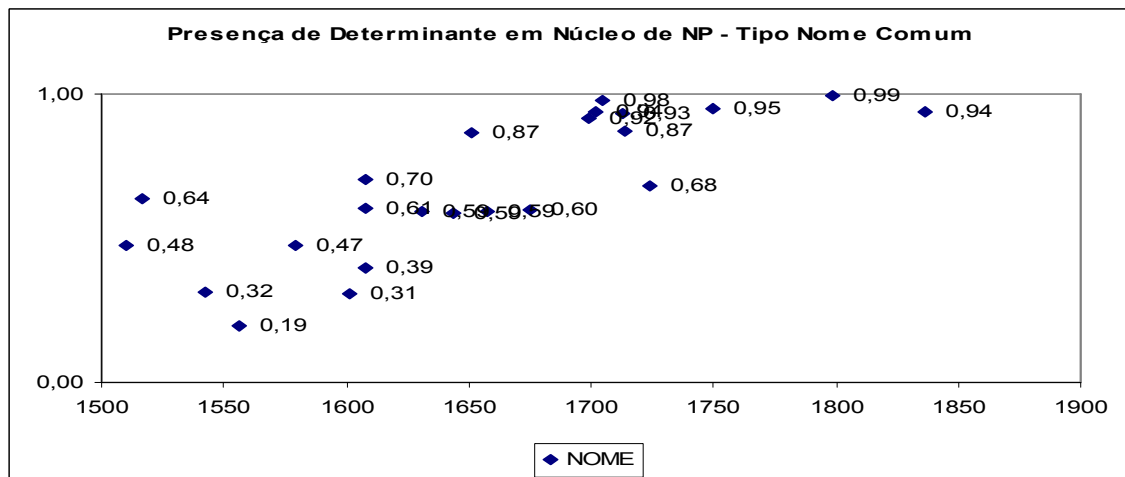


Gráfico 39 – Presença de determinantes em nomes comuns.

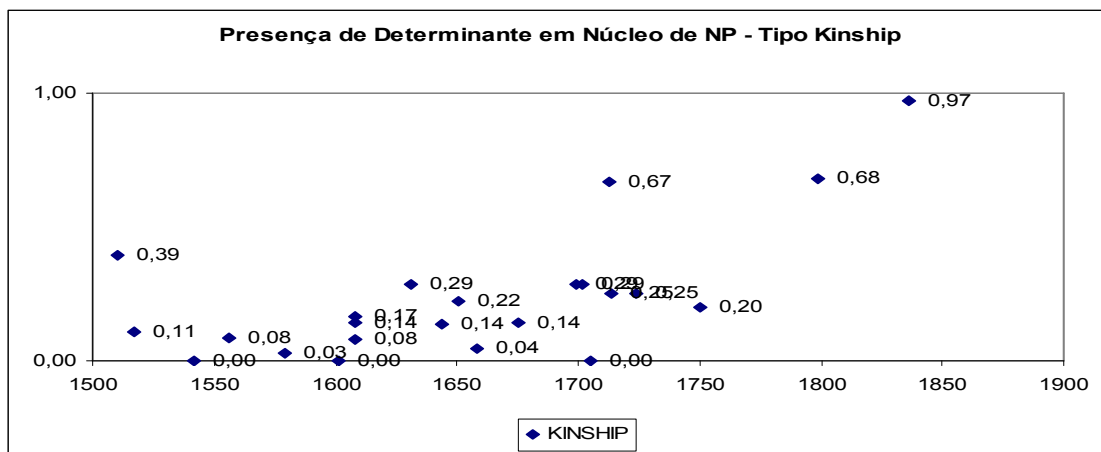


Gráfico 40 – Presença de determinantes em nomes relacionais

Como já comentamos no capítulo 4, o comportamento dos diversos tipos de NP é bastante diferente. Porém em todos os casos, observa-se uma inflexão na proporção de presença de determinante em torno de 1700. Nos gráficos 38 e 39, que mostram respectivamente o comportamento dos nomes próprios e dos nomes comuns, passa-se depois de 1700 para um patamar de 90% de ocorrência do determinante, com apenas um autor se mantendo abaixo de 80%. No caso dos nomes relacionais (gráfico 40), observamos na primeira metade do séc. 18 uma grande variação entre os autores, indo de 0 a 67% de uso do determinante, que contrasta com o patamar de 0 a 30 % nos séculos anteriores.

Se olharmos para os gráficos abaixo que discriminam DPs não precedidos por preposição e DPs precedidos por preposição, apesar de existir uma diferença notável nos resultados quantitativos, como apontado no capítulo anterior, observamos de novo uma nítida inflexão na passagem do séc. 17 para o 18:

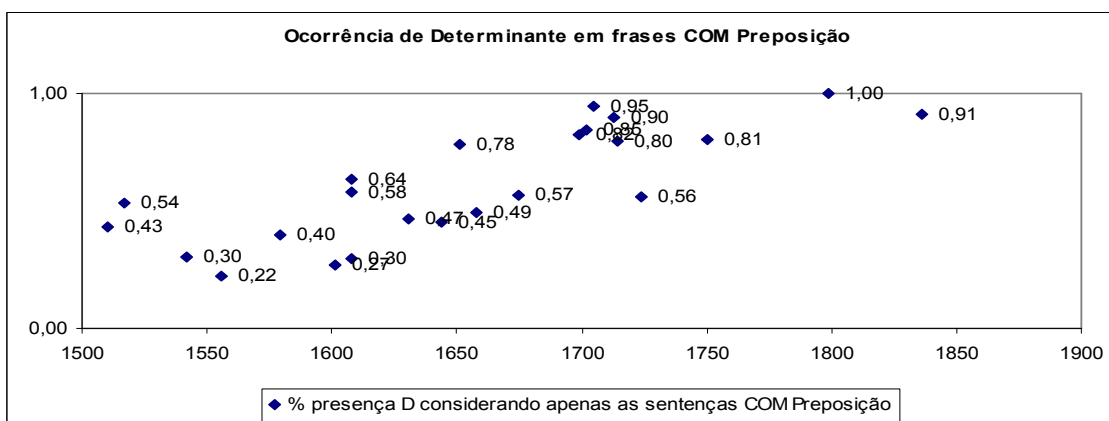


Gráfico 41 – Percentagem do uso de determinante em DPs possessivos preposicionados

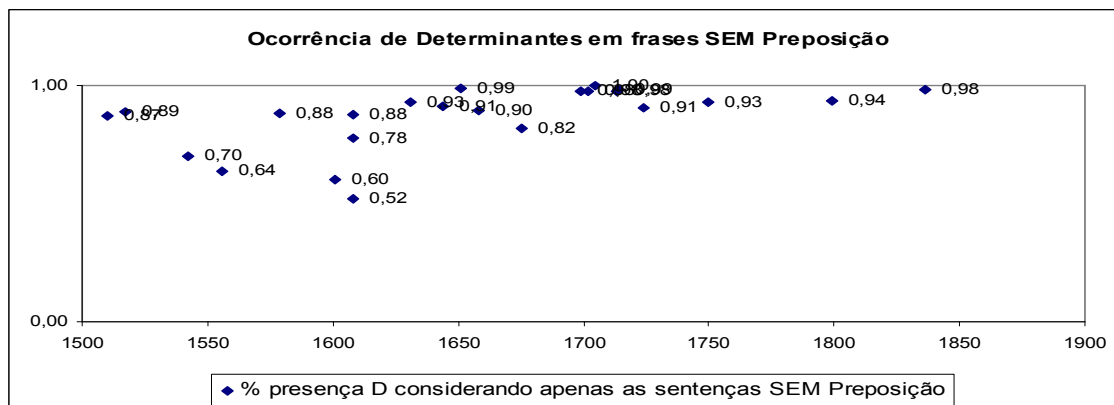


Gráfico 42 – Percentagem do uso de determinante em DPs possessivos não preposicionados

Este resultado vai ao encontro do que foi constatado em várias outras pesquisas baseadas no Corpus Tycho Brahe, reforçando a fundamentação empírica da localização da mudança do PC para o PE na virada do séc. 17 para o século 18.

Galves, Britto e Paixão de Sousa (2003/2005) mostraram que a mudança que afetou a colocação de clíticos, tornando a ênclise obrigatória, tem seu início na geração nascida na primeira metade do séc. 18, como se vê no gráfico seguinte, que mostra a evolução da colocação pronominal enclítica em contextos em que o verbo é precedido pelo sujeito. No século 16 a posição predominante do pronome clítico em relação ao verbo em sentenças afirmativas não dependentes era a próclise (cf. Lobo 1992, Martins, 1994, Ribeiro 1995, entre outros), mas a partir do século 17, houve um decréscimo de tal ocorrência, dando lugar para um crescimento no número de realizações com ênclise no mesmo contexto, passando a constituir um contexto sintático obrigatório.

Tomamos como exemplo os dados de Paixão de Sousa (2004) sobre a sintaxe dos textos portugueses do século 16 ao 18 quanto à colocação de pronomes clíticos. A autora partiu do pressuposto de que uma das maiores diferenças entre o Português Clássico e o Português Europeu é a posição dos pronomes átonos em relação aos verbos finitos, e que a isto devem estar ligadas diferenças paramétricas importantes. Para tanto Paixão de Sousa buscou os padrões de alternância na posição de pronomes clíticos no PC. E no que tange à colocação do pronome clítico, seus dados confirmam que a configuração de ênclise demonstra um aumento ao passar dos anos.

Apresentamos a seguir os gráficos de Paixão e Sousa (2004 - Apêndice pág. 44 e 59).

Gráfico 43

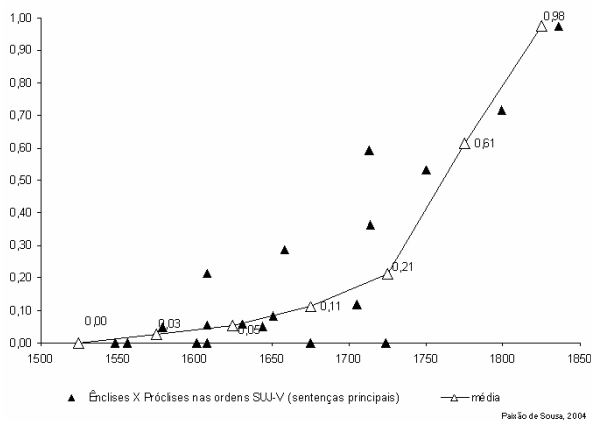
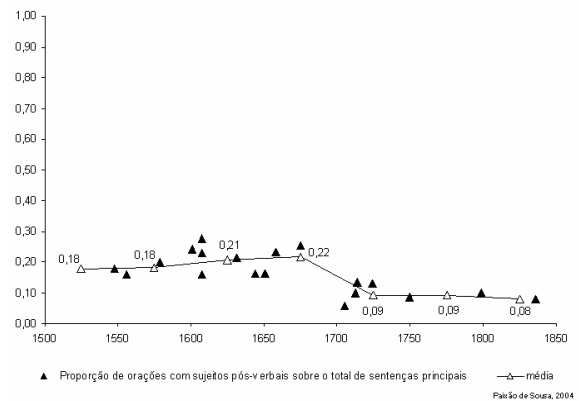


Gráfico 44



O gráfico 43 corresponde à proporção de ênclises sob próclises em ordens Sujeito-Verbo em sentenças principais. Nele podemos verificar que a média das ocorrências de ênclise era baixa. Todavia o aumento da média das ocorrências com ênclise pode ser melhor percebido em meados do século 16 e que continuou em amplo crescimento no decorrer dos anos. Mais especificamente podemos dizer que a proporção da ocorrência de Sujeito-Verbo-clítico (SVcl) sob Sujeito-clítico-Verbo (ScIV) vai da faixa de 0-10% para mais de 20% até o início do século 17 dando seqüência a um amplo crescimento de realizações, chegando a quase 100% no século 19.

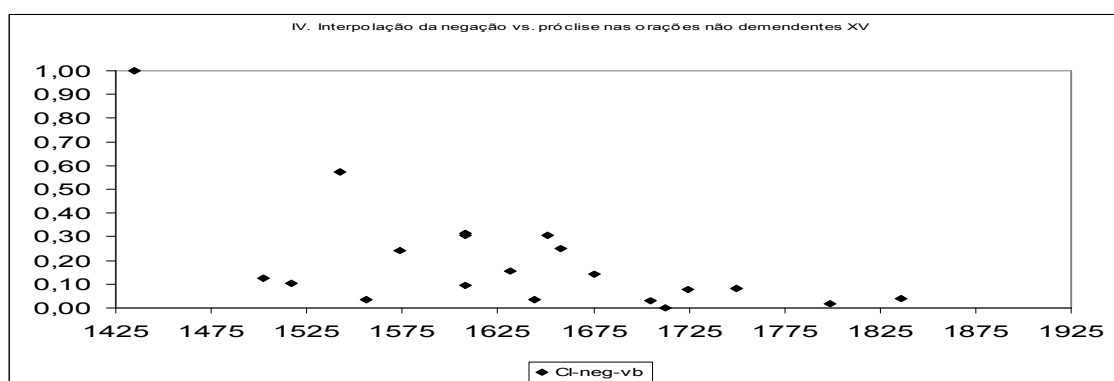
Já o gráfico 44 corresponde à proporção de sujeitos pós-verbais em sentenças principais. Neste gráfico verificamos que há uma súbita diminuição das ocorrências de orações com sujeitos pós-verbais entre os anos de 1650 a 1700, fazendo com que a proporção de Verbo-Sujeito (VS) sob Sujeito-Verbo (SV) desça do patamar de 18 a 20% para o patamar de aproximadamente 10%.

O ponto importante a ser notado por meio destes gráficos nos diz respeito às inflexões nítidas nas realizações dos fenômenos investigados na passagem do século 17

para o século 18. Tais inflexões revelam que nesta fase, em especial, ocorreu uma mudança na gramática do PC que causaria repercussões em vários contextos lingüísticos⁵⁸.

Namiuti (2008), estudando a interpolação da negação em orações não dependentes, também verifica que é entre 1675 e 1725 que se observa uma queda significativa da ordem cl-Neg-V nesse ambiente:

Gráfico 45



No que remete ao cerne deste trabalho, a informação relativa ao processo de mudança na gramática, apresentada acima, também está relacionada ao uso do determinante no mesmo período. Podemos afirmar isto ao considerar o fato de que havia variação no uso do determinante nos DPs possessivos no início do século 16, mas que a partir do século 17 houve um aumento na sua realização, acarretando tal mudança de gramática. Dessa maneira, assim como verificamos nas pesquisas de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2003), Paixão de Sousa (2004) e Namiuti (2008) os nossos resultados também apontam para uma mudança de gramática relativa ao uso do determinante que ocorre no mesmo período atestado pelas demais investigações, revelando ser este um período de mudança na gramática do Português.

Com isso em mente, vale a pena mencionar os apontamentos de Paixão de Sousa (2004:6):

⁵⁸ Em um primeiro momento ocorre a emergência de uma nova forma, instaurando a competição com o português arcaico; já em um segundo momento, essa gramática estaria dominante nos textos, para que, em um terceiro momento, pudesse emergir estruturas empregadas no Português moderno, passando a ser expresso por uma nova situação de competição de gramáticas.

‘o Português Europeu e o Português Brasileiro são gramáticas diferentes, tanto entre si, como em relação ao Português Arcaico (...). A partir de que momento tem início a diferenciação dos dois sistemas é um tema fértil de debates⁵⁹. Alguns estudos observaram que o PB compartilha características importantes com a língua escrita nos séculos 16 e 17, em contraste com o PE; enquanto o PE compartilha outras, em contraste com o PB. Isso leva à hipótese de que essas variantes modernas teriam se originado em duas mudanças gramaticais com uma base comum. Ou seja: a diversificação hoje atestada não seria o fruto de uma mudança ocorrida no Português do Brasil em relação à gramática do Português Europeu, mas sim teria se dado a partir de um sistema anterior a ambos’.

De acordo com estas considerações sobre os caminhos de mudança percorridos entre as duas variedades do português, Paixão de Sousa (2004) afirma ser o Português Clássico um momento crucial para as investigações a respeito da língua. Isso quer dizer que é a partir do Português do século 16 que haveria diferentes desenrolares para a evolução da língua.

Assim, nosso trabalho retoma este panorama histórico, situando a variação no uso do determinante em DPs possessivos em um período que também ocorriam outras mudanças na gramática do PC. Isto é, os resultados obtidos por esta pesquisa vêm, assim, corroborar trabalhos anteriores quanto à datação da mudança do PC para o PE.

Voltaremos agora ao papel da preposição na variação no uso do determinante.

5.5 A questão da preposição

Voltemos a observar a diferença de comportamento ao longo do tempo, quanto ao uso do determinante, dos contextos em que o DP possessivo é precedido por uma preposição em relação àqueles em que isso não ocorre:

⁵⁹Entre outros, Tarallo (1996), Kato e Roberts (1996), Ribeiro (1998), Galves et al. (1998), Galves (2004).

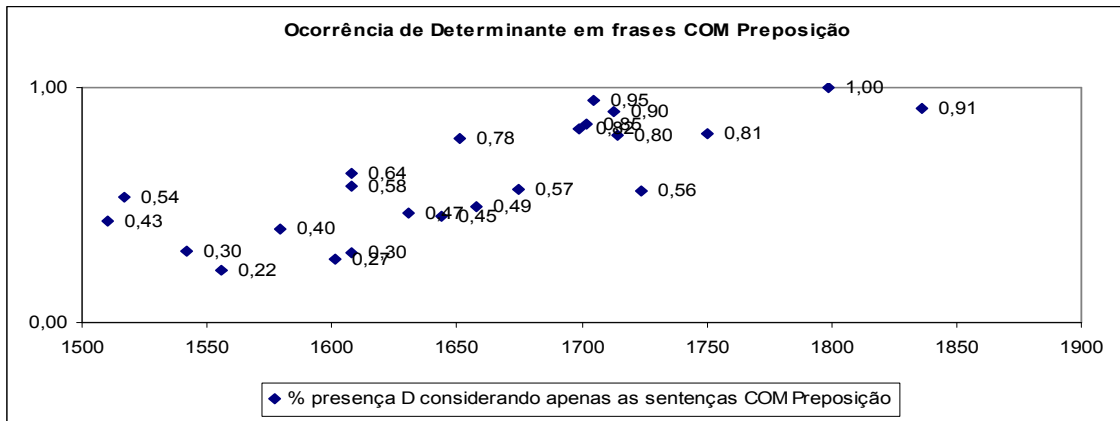


Gráfico 46 – Percentagem do uso de determinante em DPs possessivos preposicionados

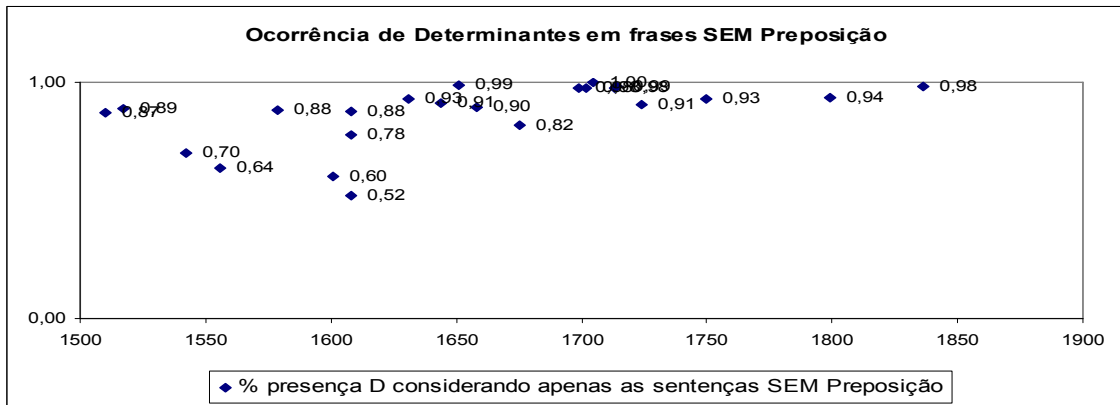


Gráfico 47 – Percentagem do uso de determinante em DPs possessivos não preposicionados

Como já observamos no capítulo 4, a variação de uso no determinante é muito diferente conforme o DP vem precedido ou não de uma preposição. É preciso também ressaltar que é na posição de adjunto que encontramos mais DPs possessivos.

Ao fazermos as quantificações dos dados obtidos, averiguamos que as realizações dos DPs possessivos de acordo com o contexto sintático mostraram uma disparidade grande quanto ao emprego dos adjuntos em oposição aos demais contextos. Nota-se que a quantidade de aplicação de adjuntos sobressai-se dos demais contextos, pois em termos absolutos, o número de adjuntos é bastante superior aos outros, conforme visualizado no gráfico a seguir.

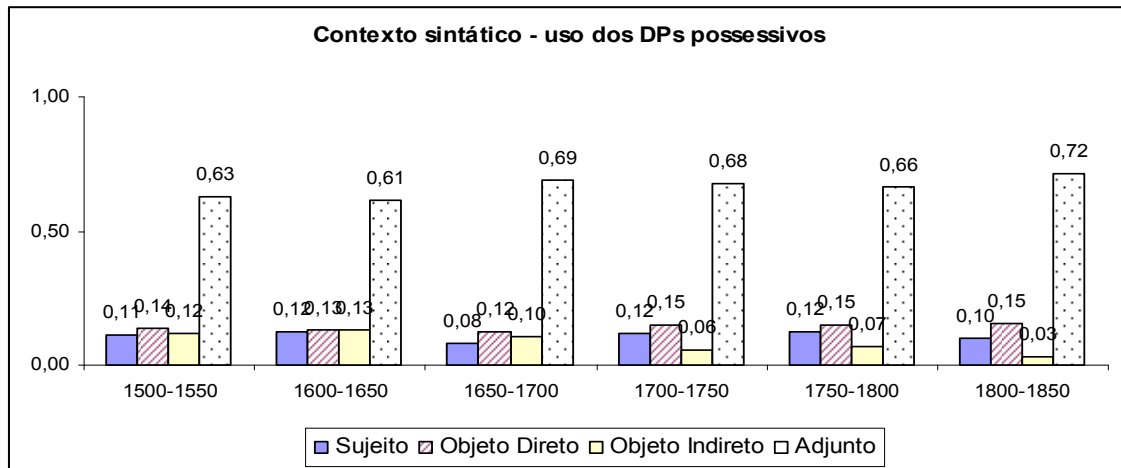


Gráfico 48 – Percentagem do uso do DP possessivo de acordo com o contexto sintático.

Como percebemos em números de realização de DPs possessivos, o contexto sintático mais utilizado sempre é o de adjunto, agrupado em dois tipos (adnominais e verbais). A partir de uma visão superficial dos dados poderíamos dizer que o contexto responsável pela mudança seria o de adjuntos pelo seu grande número de realizações. Entretanto, quando comparamos os resultados de adjuntos com os de objeto indireto percebemos que ambos, mesmo em número de ocorrência drasticamente distinto, apresentam o mesmo comportamento para a mudança no uso do artigo. Em outros termos, isso mostra que o fator que merece ser ressaltado aqui é na verdade a presença ou não da preposição.

As construções com preposição são, portanto, aquelas que têm mais peso quando olhamos para a variação como um todo. O número maior de ausência do determinante quando o sintagma possessivo é precedido de preposição nos mostra que este é um fator importante de variação que precisa ser melhor entendido. Isto é o que procuraremos fazer na próxima seção: refletir sobre a relação da preposição com o determinante.

5.6 Contração da preposição e determinante - PP como projeção estendida

Sales (2001) faz uma correlação entre as características dos clíticos pronominais no Português e da presença da contração entre a preposição com o artigo definido. Para a autora, seguindo os pressupostos de Chomsky (1995, 1998), o fenômeno da contração

entre as preposições e os artigos é derivada nas línguas por meio de uma operação sintática.

Segundo a autora, a presença de traços *phi* nos núcleos preposicionados traz algumas implicações sintáticas para a eliminação dos traços não interpretáveis neste núcleo funcional. Portanto, quando as condições morfofonológicas são satisfeitas, percebemos que a contração da preposição junto ao artigo definido é obrigatória. Isso quer dizer que quando em uma configuração em que D se encontra em posição de complemento de P a contração é obrigatória em línguas como o Português, por exemplo, conforme apontado por Salles (1997, 2001).

- (179) a. a necessidade *da* (**de a*) criança
b. o interesse *no/ pelo* (**em o*)/ (**por o*) assunto
c. a volta *ao* / (**a o*) Brasil

- (180) a. le besoin *des* (**de les*) enfants
b. l'intêret *au* (**à le*) sujet
c. le retour *aux* / (**à les*) Pays Bas

Salles (2001:181)

Já as construções infinitivas introduzidas por preposição (sujeito lexical licenciado pela flexão do infinitivo) são casos em que não há obrigatoriedade da contração, conforme os exemplos da autora.

- (181) a. A necessidade *de as* crianças brincarem é clara.
b. O interesse *em o* assunto ser discutido é claro
c. { PP P [CP C[IP (DP D NP) I]]}⁶⁰

Nos casos em que houver uma adjacência entre a preposição e o artigo, o desencadeamento de uma operação sintática pode tomar lugar fazendo com que estes elementos se contraiam. Salles (2001:183) considera que nesses casos em que há a

⁶⁰ Ao assumir esta configuração (cf. Rizzi, 1984 e Figueiredo e Silva, 1994) a contração entre o artigo e a preposição não é obrigatória, pois D não se encontra em posição de complemento de P.

formação de um núcleo complexo [P+D] uma operação de *Agree* é realizada, o que justifica a junção da preposição com o determinante.

A operação *Agree* é realizada porque este é um processo de checagem de traços *phi* não interpretáveis de um núcleo funcional através de traços *phi* interpretáveis do nome, sendo ao mesmo tempo apagado o traço de caso não interpretável do núcleo nominal (cf. Chomsky, 1998). No caso do núcleo complexo [P+D], a operação *Agree* será um mecanismo de eliminação de traços não interpretáveis (traços fonológicos, traços *phi* de T, traços EPP) que devem ser eliminados antes de LF e PF.

Salles (2001), baseada em Koopman (1993) requer uma projeção em camada para P (PP shell) com um núcleo funcional *p* que seleciona a projeção máxima do núcleo lexical P, como em (182).

(182) ..._[_{PP} P (PP P XP)]

Com relação às determinações sobre a operação *Agree*, a autora faz os seguintes apontamentos:

A operação Agree na projeção PP pode ainda ter um correlato em PF, o qual se manifesta com a presença de um traço EPP em p. No sistema de Chomsky (1998) o traço EPP, originalmente associado ao princípio de que toda oração tem um sujeito, é um traço formal não interpretável (...). Sua presença em uma dada categoria funcional está sob variação e sua eliminação é obrigatória, o que pode ser feito no contexto da operação Agree, produzindo um efeito de deslocamento de categoria pela realização da posição de um especificador por XP.

(Salles 2001:184)

Portanto, a autora propõe que no Português o traço EPP da Projeção PP é checado através do movimento de D para a projeção *p* (através de P). O efeito deste movimento tem como efeito a contração de uma preposição mais um determinante [P+artigo] sempre que satisfizer as condições morfofonológicas, como a adjacência entre eles.

Uma evidência para a ocorrência dessa operação de checagem do traço de EPP no Português pode ser expressa em construções com a preposição órfã, como em (183).

- (183) a. Com quem Maria falou
a'. A pessoa com quem Maria falou
b. * Quem Maria falou com
b'. *A pessoa que Maria falou com

Nestas construções QU a preposição é carregada com a palavra-QU para o início da oração (SpecCP). Isso mostra que a categoria C tem um traço EPP que provoca o alçamento obrigatório da palavra QU para SpecCP. O que evidencia que no Português a palavra QU é extraída do sintagma preposicional e a preposição é obrigatoriamente carregada junto com ela para o início da oração.

A configuração de (206a) acima está em (184).

- (184) {_{CP} com quem (que) [_{IP} Maria [_{I'} falou [_{VP} ~~Maria~~ [~~falou~~ [_{VP} [_{PP} com (DP quem)]]]]]]}

Assim, um elemento crucial para que haja a checagem do traço EPP dentro de um PP é a presença de traços *phi* no artigo definido, conforme salientado por Salles (1997). Neste aspecto, as propriedades de concordância dentro do sintagma nominal garantem que a checagem dos traços não interpretáveis de P seja feita através da categoria D. Portanto, a explicação para a obrigatoriedade da contração da preposição com artigo em línguas como o Português deve-se à propriedade da língua em ter os traços *phi* em D. A contração ocorre por meio de um processo de cliticização dos traços *phi* em P quando em condições morfofonológicas específicas⁶¹.

Encontramos respaldo para o trabalho de Salles na teoria desenvolvida por Grimshaw (2005), que considera o PP a projeção estendida do DP.

⁶¹ Salles (1997, 2001) compara este processo de cliticização dos traços *phi* em P com a cliticização pronominal em Português e discute mais detalhadamente este segundo processo considerando o fato de que os clíticos em os artigos em Português originam-se da mesma categoria em Latim devido a perda da morfologia de caso.

5.7 Relações locais à longa distância?

A teoria X-barras não explica um problema de localidade na estrutura arbórea entre a seleção do núcleo verbal com relação ao seu complemento, um sintagma nominal. Uma solução para este tipo de configuração é possível com a proposta de projeção estendida de Grimshaw (1991, 2006) que resolve relações importantes não locais para a teoria X-barras, passando a configurarem localmente devido a sua abordagem.

Para ser mais preciso, de acordo com a teoria de núcleo lexical, N é o núcleo do NP e determina as propriedades de toda a frase, trazendo um problema de localidade para a hipótese de núcleo funcional. Um verbo que está localmente relacionado ao seu objeto está numa relação não-local com este complemento sob a teoria de núcleo funcional, pois o DP intervém entre a projeção de nome e verbo. Se D for o núcleo do DP, um verbo não pode selecionar localmente as propriedades de seu objeto NP como [+animado] ou [+plural], por exemplo, porque o complemento do verbo, neste caso, seria o DP que estaria intervindo entre o verbo e o nome. Mas se usarmos a proposta da projeção estendida de Grimshaw (1991, 2006) este problema é solucionado por meio da seleção do núcleo verbal em relação ao seu complemento.

Na próxima seção, apresentamos os pontos principais da hipótese de projeção estendida que dá conta do licenciamento de configurações em que não há relação local entre os elementos.

5.8 Projeções estendidas

A proposta de Grimshaw partiu dos trabalhos que lidavam com a extensão da teoria X-barras além das categorias lexicais N, V e A em que categorias sintáticas, como o determinante, se tornaram categorias de nível X^0 na teoria, nucleando suas próprias projeções⁶². A hipótese de projeções estendidas buscou envolver noções de projeção da teoria X-barras ao trabalhar a idéia de haver identidade entre as categorias de um núcleo funcional que seguiriam combinações logicamente possíveis, revelando uma unidade entre todos elementos da mesma projeção.

⁶² A autora baseia-se na *Hipótese do DP*.

Percebemos que o núcleo semântico capaz de selecionar a informação temática da oração e reger a sentença é o verbo e que as projeções funcionais acima de VP, sob um ponto de vista semântico, seriam todas projeções de V. A projeção funcional de flexão (I), responsável pela visibilidade do argumento externo e de atribuição de caso nominativo, juntamente com a projeção de tempo (T), responsável para a determinação de um evento do VP, possuem uma morfologia associada a V, desencadeando concordância verbal para tempo, pessoa e número.

Assim, ao transportar esta análise para a estrutura dos constituintes nominais, sustenta-se que o DP é, na verdade, uma projeção estendida do nome, no sentido de Grimshaw (1991, 2006). E para que haja a formação de uma projeção estendida é necessária uma relação entre um núcleo lexical e as projeções acima dele, restrita pela identidade entre as categorias envolvidas. A identidade mantida entre N, D e P, por exemplo, ocorre devido ao fato de os traços complexos destes elementos serem nominais. E a possibilidade de manter uma projeção estendida entre o núcleo V, I e C é decorrente da especificação de seus traços complexos serem verbais. Em outras palavras, Grimshaw (2006) propõe que o DP é uma categoria funcional para o núcleo N, assim como o IP o é para o núcleo V.

Ao assumir a divisão das categorias sintáticas em grupos lexicais e funcionais, quando uma expressão estivesse composta por um núcleo lexical mais um núcleo funcional, a projeção mais saliente desta expressão seria a do núcleo funcional. Isto permite estender os princípios da teoria X-barras para os sintagmas determinantes, pois a categoria N^0 poderia nuclear uma projeção máxima e selecionar um complemento.

A idéia envolve a noção de projeção da teoria X-barras em que um constituinte, selecionado por um núcleo N e outro de núcleo V, formariam uma projeção que inclui a projeção dos seus núcleos lexicais e suas conchas funcionais. Portanto, no caso de uma projeção estendida nucleada por um N, a mesma categoria de traços seria atribuída ao núcleo lexical N e aos núcleos funcionais que ocorrerem acima, no caso D e até P.

Com respeito à teoria de projeção, haveria problemas de localidade para as relações de núcleo em que as propriedades de núcleo lexical não projetariam um núcleo D ou IP. Mas com a hipótese de Grimshaw (2006) as projeções de sintagmas lexicais e funcionais seriam projeções de um núcleo lexical e com isso solucionaria o problema de projetar CP e DP, pois DP e PP seriam projeções de N e IP e CP seriam projeções de V.

A noção do tipo de traço da categoria é importante, pois serve como base para assumirmos que uma categoria funcional possui características relacionais. Desse modo, Grimshaw (2006:04) propõe que o rótulo das categorias deve ser constituído de especificações categoriais juntamente com especificações funcionais, como em (185).

(185)

Valores de traços funcionais (F-value).

$$V = \{+ V, - N\} - F0$$

$$N = \{- V, + N\} - F0$$

$$I = \{+ V, - N\} - F1$$

$$D = \{- V, + N\} - F1$$

$$C = \{+ V, - N\} - F2$$

$$P = \{- V, + N\} - F2$$

X é o núcleo do YP e YP é a projeção de X somente se:

a. YP domina X.

b. Os traços categoriais de YP e X forem consistentes.

c. Não houver inconsistência nos traços categoriais de todos os nós intervindo entre X e YP (onde um nó N intervém entre X e YP se YP domina X e N, e N domina X).

E para combinar as categorias dos elementos em uma projeção é preciso que eles tenham uma relação particular em termos de valor de traços funcionais, respeitando as afirmações em (186) e (187) de Grimshaw (2006).

(186) O valor de traços funcionais de X não pode ser mais alto que os de YP

(187) Cada projeção máxima deve ser parte de uma projeção estendida que recebe um papel temático⁶³.

⁶³ Para que se configure uma projeção estendida é preciso que o complemento de um núcleo funcional forme uma projeção com esse núcleo funcional e a estrutura que está acima para satisfazer a necessidade de receber o papel temático requerido.

Um requerimento feito é que todos os traços projetados concordem entre eles, permitindo o licenciamento de combinações possíveis.

Grimshaw (2006) assume que os sintagmas participantes de uma projeção estendida são aqueles que dominam uma projeção lexical, ou seja, recebem papel temático e possuem um valor de traços funcionais maiores que os do núcleo X. Por exemplo, os especificadores de IP e VP são dominados pelo mesmo nó lexical somente se estiverem na mesma projeção estendida, licenciando uma marcação temática, nesse caso, local.

Em acordo com a proposta defendida por Grimshaw (2006) procuramos aplicar sua hipótese de projeção estendida ao sintagma nominal possessivo do Português. Dada a necessidade de manter relações estruturais adequadas, assemelhando-se à estrutura do CP, assumimos o nome como elemento nuclear deste sintagma, pois este elemento possui a mesma relação de traços do constituinte lexical⁶⁴.

A autora defende a idéia de que a relação entre os núcleos (funcionais/ lexicais) e seus complementos forma uma unidade sintática com a projeção posicionada acima deles, i.e., o núcleo e sua projeção acima fariam parte de uma mesma categoria.

Com relação às preposições, há evidências de que elas se comportam como núcleos lexicais na escolha do tipo de complemento que tomam, mas há também evidências de que funcionem como núcleos funcionais na formação de projeções estendidas com seu complemento. Isso quer dizer que as preposições teriam propriedades semelhantes aos CPs, i.e., C possui a mesma relação com IP e VP assim como P possui com relação a DP e NP de acordo com Grimshaw (2006:39).

Portanto, as preposições encontradas junto aos DPs possessivos nos dados do Português Clássico eram capazes de licenciar os traços de definitude em D por projeção estendida, permitindo que o artigo fosse omitido em alguns casos. Isso explica o fato de que muitos DPs preposicionados não realizavam o artigo

⁶⁴Tomamos o nome como núcleo, pois em conformidade com a proposta da autora seria possível assumir que tanto o determinante quanto o Nome sejam núcleos adequados para o constituinte nominal dado que estes dois nós possuem a mesma categoria de traços que irão combinar-se no nível funcional. Para Grimshaw (2006:08) a resposta mais adequada seria dizer que ambos são de certa forma núcleos desse constituinte nominal, uma vez que se assume a noção de projeção estendida. Dentro dos estudos sintáticos, outros autores como Radford (1993) e Van Riemsdijk (1998) propuseram estruturas nominais com múltiplos núcleos, mas assim como Grimshaw (2006) encontraram dificuldades em reconhecer o conceito de núcleo para determinar qual é o núcleo ideal de um constituinte nominal, D ou N, evidenciando não ser clara tal escolha.

Para finalizar voltemos à análise assumida para discutir o comportamento da preposição.

5.9 De volta ao PC: Duas fontes de variação para o uso do determinante

Com base nas teorias delineadas acima, e também considerando o fato da preposição poder ser a projeção estendida do DP, podemos trazer uma hipótese para a variação do uso do determinante quando acompanhado de preposições: propomos que a contração da preposição com os traços do determinante não tem sempre uma realização morfológicamente visível.

Este comportamento não é peculiar somente ao PC uma vez que pode ser notado também no Francês. Nessa língua usa-se obrigatoriamente o artigo junto a nomes de país como exemplo em (188).

- (188) La France est un pays d'Europe
* France est un pays d'Europe

Mas em presença da preposição 'en', é impossível a realização morfológica do artigo, como ilustrado em (189).

- (189) a. Je vais en France
b. *Je vais en la France

Em Francês algumas preposições correspondem à junção dos traços da preposição e do artigo como exemplificado a seguir com a preposição 'en', e sua contrapartida plural, que deixou de ser usada na língua moderna.

En = dans la

Ès = dans les

O caso do Francês mostra que na formação de formas contraídas, pode acontecer que os traços do artigo não sejam visíveis, em contraste com outras formas em que é possível distinguí-los como no francês 'aux' à partir de 'a+les'.

No PC acontece um fenômeno parecido, pelo menos na escrita: a forma contraída 'a+a' não tem como se distinguir da forma da preposição 'a', uma vez que a escrita da época não tem uso da crase. Isso gera uma grande ambiguidade entre o uso da preposição 'a', do determinante feminino 'a', e da forma contraída, que é indistinguível⁶⁵.

Dessa maneira, quando verificamos a realização de uma preposição mais o determinante em DPs possessivos nos dados do PC, podemos assumir que os traços destes dois núcleos eram fundidos, distinguindo apenas quanto a visibilidade morfológica deste processo pela língua. Por exemplo:

P + D meu = de meu --- sem contração morfológicamente visível dos traços de P e D

P + D meu = do meu --- com contração morfológicamente visível dos traços de P e D.

Conforme apresentado anteriormente, deve existir a escolha entre as duas gramáticas (tipo 1 e tipo 2) delineadas acima, de acordo com a teoria de Schorlemmer. Porém, se fosse só essa a fonte da variação, esperaríamos encontrar nos sintagmas preposicionados a mesma frequência relativa da presença e da ausência do determinante. Ora, vimos que não é o que se observa. Há diferentes padrões de realização de artigo a depender do emprego de uma preposição. Nestes dados não pode ser portanto apenas a variação entre duas gramáticas que está em jogo (gramática tipo do Francês vs. gramática do Italiano) com duas estruturas possessivas distintas realizadas.

Portanto, podemos dizer que na verdade há uma segunda variação em questão no PC, obtida quando ocorre a preposição, desencadeando ou não, a realização aberta de um artigo. Isto vem explicar os diferentes números de ocorrência do determinante em contextos de preposição.

⁶⁵ Tanto mais que nos textos da mesma época, encontramos o uso do acusativo preposicionado (cf. Gibrail 2003)

Assim, nos contextos em que um artigo é licenciado junto a uma preposição no Português Clássico, esta adjacência produz uma operação de concatenação entre estes elementos, como abordado no capítulo anterior nos termos de Salles (2001). A concatenação destes elementos evidenciada por meio dos dados do PC com cerca de 90% dos casos sofrendo a junção, apresentados a seguir.

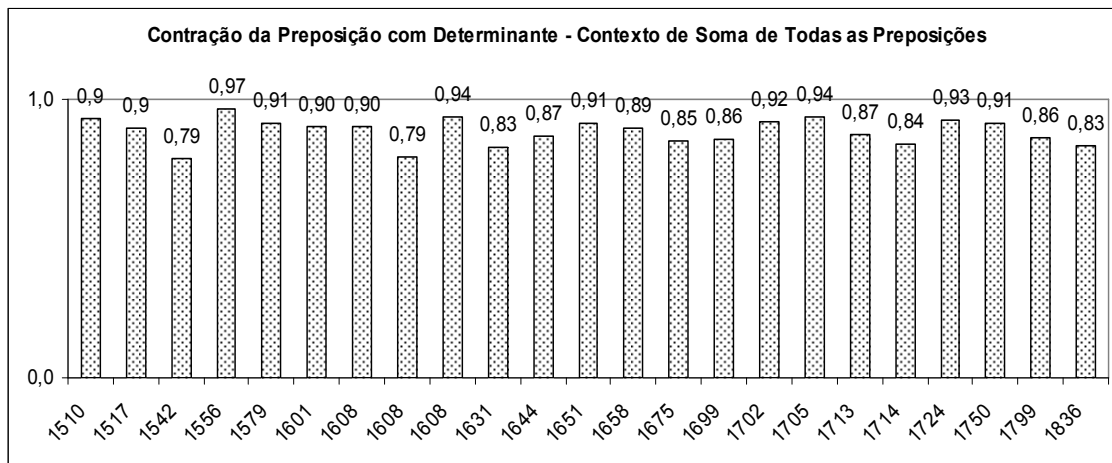


Gráfico 49 – Percentagem de contração da preposição e determinante quando estes encontram-se adjacentes em DPs possessivos.

Os números dispostos no gráfico acima revelam um processo sintático presente nas línguas em que a concatenação de preposição e artigo ocorre constantemente fundindo os dois núcleos envolvidos, a saber PP e DP, evidenciando uma confluência entre estes núcleos. Vale notar por meio dos dados acima que este é um comportamento que sempre teve grande aplicação no decorrer dos séculos investigados, sendo ainda quase categórico uma vez que o mínimo de casos de concatenação entre preposições e artigos apresenta uma percentagem bastante alta com cerca de 79% de aplicações⁶⁶.

⁶⁶ Os casos restantes em que este fenômeno não é aplicado, podem ser atribuídos a intervenção de um núcleo sintático diferente, como um CP, conforme Ximenes e Nunes (2004) apontam a este respeito. Os autores justificam que há contextos em que a preposição pode ou não ser contraída ao determinante, a depender dos itens lexicais de cada numeração. Por exemplo, nos casos de orações infinitivas no PB há opcionalidade do processo de concatenação ser aplicado, uma vez que pode ser licenciado um CP ou um IP que intervêm entre a preposição e o artigo, conforme exemplificado a seguir.

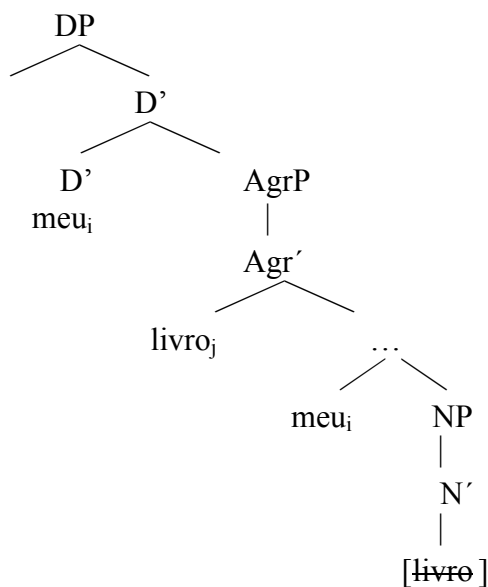
- (i) a. O fato de a Maria ter viajado é surpreendente
b. O fato da Maria ter viajado é surpreendente
- (ii) Spell-out da estrutura no PE:
[[o fato de [CP C a Maria ter viajado]] é surpreendente]
- (iii) Spell-out da estrutura no PB:

Portanto, podemos comprovar que há uma relação estrita entre o núcleo de PP com o núcleo de DP, gerando um amálgama destes quando seus itens lexicais são realizados abertamente. Os resultados obtidos no contexto com preposição derivam dessa afinidade entre os núcleos de PP e DP com a opcionalidade da realização fonológica do traço de definitude pelo artigo.

Com base nessa análise, apresentamos abaixo uma síntese das fontes de variação do uso do determinante em sintagmas possessivos no PC.

Primeiro, como proposto acima a respeito da variação nos sintagmas possessivos não preposicionados, temos a competição entre duas gramáticas, a gramática antiga, do tipo do francês na tipologia de Schorlemmer, e a gramática dominante, do tipo do Italiano, na mesma tipologia, com as derivações respectivamente em (190) e (191).

(190) Gramática - tipo Francês



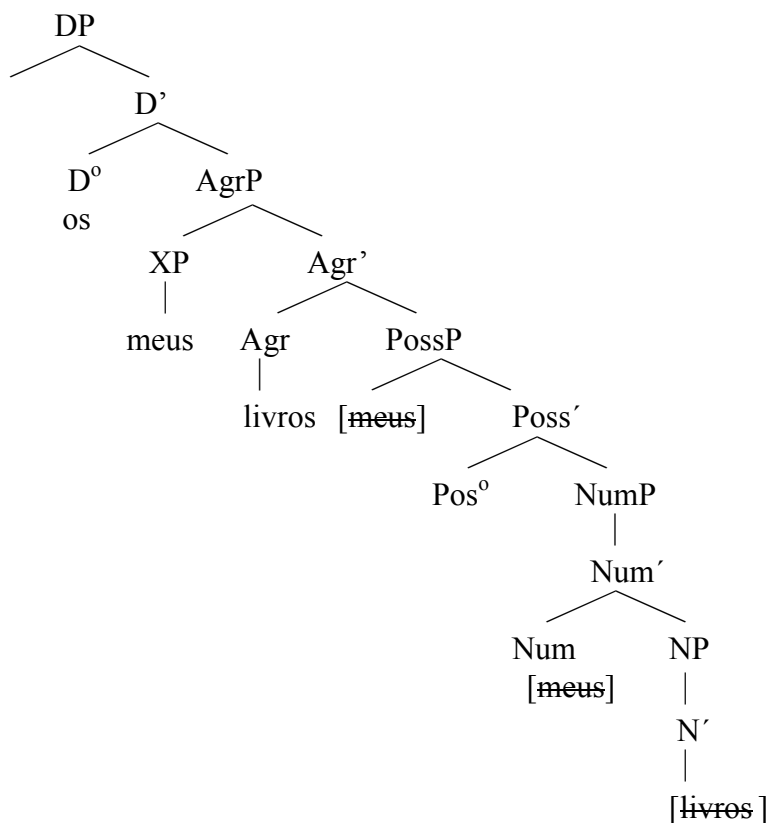
[[o fato de [_{IP} C a Maria ter viajado]] é surpreendente]

E ao utilizar o teste de coordenação de elementos, o Requerimento de Paralelismo aplicado universalmente nas línguas exige que sejam coordenadas duas estruturas idênticas, sendo possíveis casos apresentados abaixo.

- (iv)
- a. * O fato de o meu carro e de o teu barco terem quebrado muda tudo
 - b. * O fato do meu carro e de o teu barco terem quebrado muda tudo
 - c. O fato do meu carro e do teu barco terem quebrado muda tudo
 - d. O fato de meu carro e de teu barco terem quebrado muda tudo
 - e. O fato do meu carro e teu barco terem quebrado muda tudo

Assim, quando na língua é licenciado um PP adjacente a um DP conforme exemplificado em (iv) ocorre obrigatoriamente a concatenação destes elementos ou o artigo acaba não sendo realizado, como vemos em (ivd), por exemplo. A adjacência entre o artigo e preposição permite que haja uma amálgama dos traços destes dois núcleos sem que o pronome possessivo seja afetado.

(191) Gramática - tipo Italiano



Podemos pensar que esta variação ocorre tanto nos DPs não preposicionados quanto nos DPs preposicionados, e veremos mais abaixo que ela é correlacionada com o tipo referencial do nome núcleo do sintagma possessivo. Porém, os contextos preposicionados evidenciam a existência de uma outra fonte de variação que, com base na teoria das projeções extendidas de Grimshaw (2005) e da análise da contração P+D de Salles (2001), interpretamos como a possibilidade de não expressar morfologicamente os traços do determinante uma vez que se contraiu com a preposição. Isso explica a aparente incidência maior de ausência de determinante nos DPs possessivos preposicionados, mas é compatível com a gramática de tipo II, em que o determinante está em D e o possessivo numa posição mais abaixo na estrutura (XP)⁶⁷.

O quadro a seguir resume essa proposta.

⁶⁷ Estruturalmente a contração entre preposição e determinante só é possível quando o possessivo ocupa uma posição dissociada do determinante, ou seja, quando o possessivo encontra-se em posição mais abaixo de D, sendo um elemento XP.

Gramática 1 – tipo Francês [D meu] [+definido, +possessivo]	Gramática 2 - tipo Italiano [D o] [AgrP meu] [+definido] [+possessivo]
	P+D= de meu - sem contração morfologicamente visível P+D= do meu - com contração morfologicamente visível

Quadro 16 – Características dos contextos de variação no início do século 16 no Português.

Este quadro apresenta o panorama de competição das gramáticas tipo 1 e 2, sendo que esta primeira já estava enfraquecida na língua, revelando apenas um resquício por meio de dados minoritários. Assim, verificamos que além da co-ocorrência entre as duas gramáticas um outro motivo de variação no uso do artigo era proveniente da possibilidade de não realizar morfologicamente o determinante quando em contextos preposicionados, conforme discutimos nas últimas seções.

Antes de discutirmos a mudança para o sistema do Português Europeu moderno (PE), consideraremos um aspecto dos dados descritos no capítulo anterior que mostra que a competição entre as duas gramáticas acima tem correlação na referencialidade dos nomes.

5.10 A influência do traço de definitude para o licenciamento do artigo

Verificamos no capítulo anterior que há variações para o emprego do artigo com relação ao tipo de nome realizado no DP possessivo. De acordo com a classificação que fizemos dos dados identificamos os seguintes tipos de nomes que ocorrem na posição de núcleo do NP: nomes comuns, nomes relacionais e nomes próprios (cf. seções 4.15 e 4.16 a este respeito).

Comparemos os resultados correspondentes a esses três núcleos de DPs possessivos por meio das visualizações apresentadas a seguir.

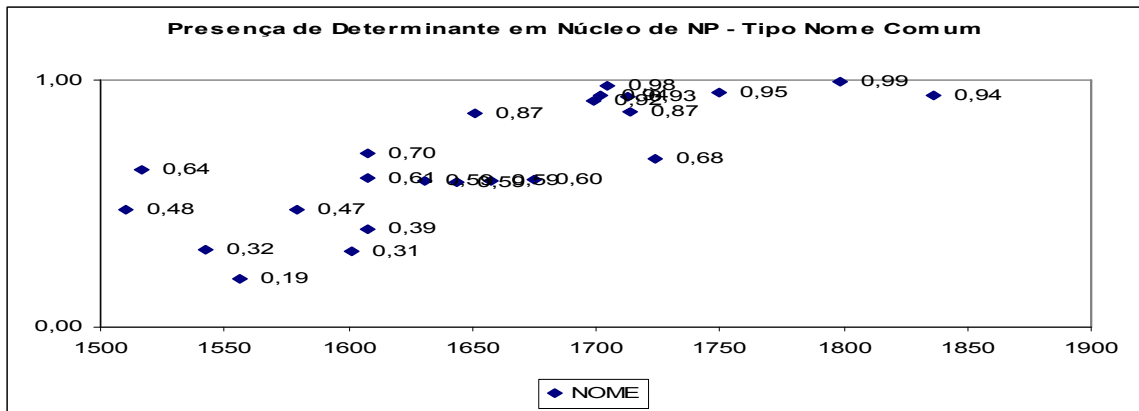


Gráfico 50 - Percentagem do uso de determinantes em DPs possessivos com núcleo de nomes comuns

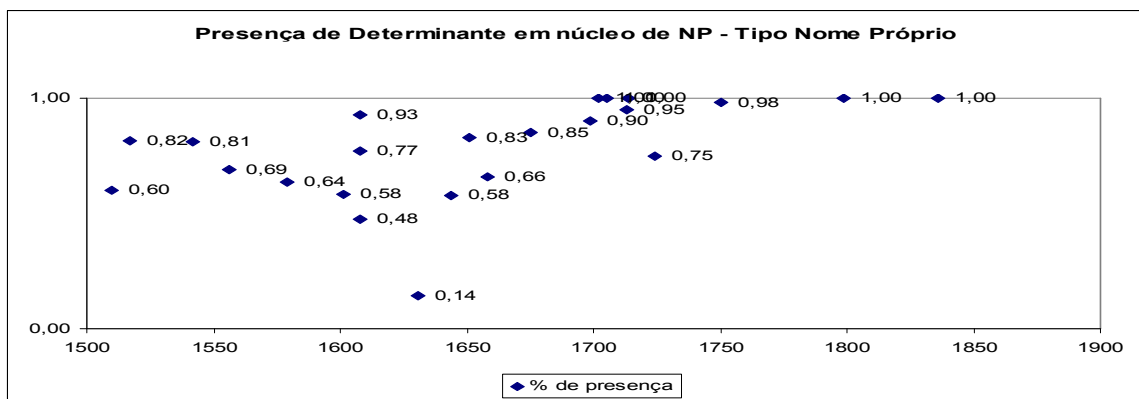


Gráfico 51 - Percentagem do uso de determinantes em DPs possessivos com núcleo de nomes próprios

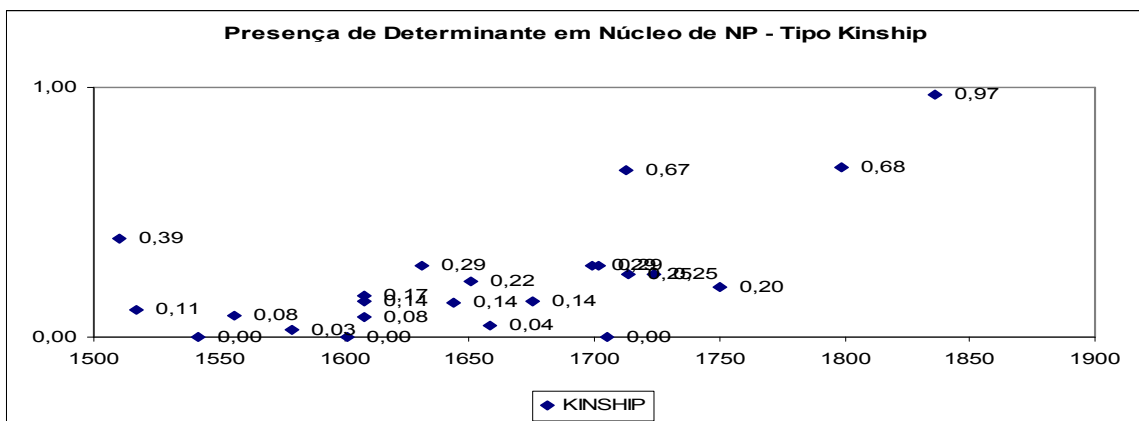


Gráfico 52 - Percentagem do uso de determinantes em DPs possessivos com núcleo de nomes relacionais

Os gráficos atestam que em primeiro lugar há mais artigos junto a DPs possessivos com nome próprios, em segundo lugar estão os DPs possessivos com nomes comuns e por último notamos que os DPs possessivos junto a nomes relacionais são aqueles que licenciam o menor número de artigos. Esses dados trazem evidências de que a referencialidade ou em outros termos, os traços de definitude do núcleo do NP, tem alguma relevância para o licenciamento ou não do artigo.

Como consequência da constatação de que o emprego do artigo é influenciado pelo tipo de núcleo nominal é possível fazermos uma segunda relação sobre este tópico de investigação. Assumimos para estes dados que o licenciamento ou não do artigo ocorre em decorrência da relação estabelecida entre o tipo de possessivo empregado e o núcleo do sintagma nominal. É a referência/definitude do núcleo nominal do DP possessivo que é responsável pelo licenciamento do tipo de possessivo (ou seja dos seus traços abstratos), se de tipo 1 ([+definido] [+possessivo]) ou de tipo 2([+possessivo]) , acarretando na realização ou não do artigo.

Apresentamos abaixo um esquema representativo da relação entre os traços do nome para o licenciamento do traço do possessivo.

Nomes próprios

Nome próprio [+referencial] ou [+definido]

↓

Traços do possessivo [+posse, - definido]

↓

O artigo é responsável pela definitude do DP

Verificamos que quando ocorre um nome próprio no sintagma possessivo, o número de ocorrência de artigo é bastante alto. A explicação para esse fato se baseia nos traços de definitude envolvidos. Como vimos, nos sintagmas nominais possessivos, a marcação de definitude de todo o DP é realizada seja por meio do possessivo com o traço [+definido], capaz de mover-se a D, seja pela inserção de um artigo em D° capaz de checar os traços desse núcleo. Propomos que, quando temos um nome próprio que

possui forte marca de referencialidade/definitude, isso tem efeito sobre os elementos mais adjacentes a ele no sintagma, fazendo com que o pronome possessivo que o acompanha seja projetado sem os traços de [+definitude]. E nesse caso, para marcar a definitude de todo o DP é preciso inserir um artigo em D. Isto explicaria o fato de que o número de artigos em nomes próprios seja bem maior do que os demais.

Vejamos o esquema que propomos para os nomes relacionais abaixo.

Nomes relacionais

Nome [- referencial] ou [-definido]

↓

Traços do possessivo [+posse, +definido] - marcação de definitude do DP

↓

Não licenciamento do artigo

No caso dos nomes relacionais, cujo papel semântico é estabelecer relações, o fato de não possuir traços intrínsecos de referencialidade/definitude faz com que o possessivo licencie os traços de [+definitude]. Uma vez que o possessivo tem este traço, ele é capaz de mover-se para D para checá-lo, inibindo a inserção de um artigo. Conseqüentemente, o número de artigos é bem reduzido nestes contextos como verificamos acima.

É fato que o uso do artigo é sensível ao traço de definitude do núcleo nominal do DP possessivo, como salientado pelos resultados do Português Clássico. A nossa interpretação dos dados faz uma relação entre o traço de definitude que irá afetar o licenciamento de um determinado tipo de possessivo, acarretando ou não na realização fonológica deste traço de definitude a ser checado em D. Assim a depender dos traços do nome e do possessivo, um artigo é utilizado para marcar a definitude de todo o DP se isto não for possível de ser feito pelo possessivo. Vemos que este tipo de comportamento parece aplicar-se apenas com os DPs possessivos, pois é neste contexto

que o pronome possessivo pode deter os traços de definitude, não necessitando de um artigo para licenciar todo o DP⁶⁸⁶⁹.

⁶⁸ Ainda uma evidência capaz de corroborar a análise de que o traço de definitude do DP sofre influências é trazida por meio de dados do PB como em frases como em (i) (esses dados foram apontados para mim por Maria Clara Paixão de Sousa).

- (i) a. O pai partiu
- b. A mãe está querendo viajar mais
- c. A vovó faz uma comida maravilhosa

No Português Brasileiro, frases como em (i) acima sem o pronome possessivo só são permitidas em contextos familiares bem próximos em que a referencialidade ou definitude do elemento mencionado está fortemente marcada pelo discurso. Por exemplo, uma frase como em (ia) ou (ib) só é possível de ser dita em uma fala entre dois irmãos, de outro modo seria necessário o emprego de um possessivo para especificar qual é o *pai* ou *mãe* referido, diferentemente do que ocorre das frases em que o possessivo está presente como *o meu pai partiu*. Isto revela que há marcas de definitude expressas pelo nome relacional e também pelo pronome possessivo e apenas em contextos em que a estas marcas estão claramente indicadas pela situação discursiva é possível omitir o pronome possessivo.

Seria necessário trabalhar com dados quantificados sobre o assunto. Mas no que concerne ao comportamento variável do uso do artigo no PB não foi possível executarmos uma investigação nos mesmos moldes que realizamos para o PC em que consideramos os três núcleos do sintagma nominal possessivo. Entretanto, o acesso que tivemos sobre o comportamento do DP possessivo no Português Brasileiro deu-se por meio da pesquisa de Neves (1993) e Silva e Callou (1996:118) que se utiliza de dados de fala, obtidos no corpus NURC. De acordo com os resultados apresentados para o PB pelas autoras, a natureza semântica do nome possuído também tem influência no uso do artigo no PB. As autoras afirmam que os nomes relacionais apresentavam 44% das ocorrências de artigo definido junto ao possessivo e os nomes que marcavam as partes do corpo apresentavam 83% de uso do artigo nos DPs possessivos. Portanto, estes resultados, apesar de diferenciados, assemelham-se aos dados encontrados no PC, trazendo evidências de que a variação no uso do artigo no PB também sofre influências por meio dos traços de definitude/referencialidade do núcleo do DP possessivo.

Se voltarmos para os dados apresentados sobre o licenciamento do determinante em relação ao núcleo do DP, verificamos no PC que os traços do núcleo do sintagma nominal igualmente são capazes de licenciar os artigos no PB. Concluímos com isso que o PB e o PC apresentam um comportamento semelhante de acordo com os resultados apresentados por Callou e Silva (1996).

Ao equipararmos o comportamento do PB e do PC quanto aos padrões de utilização do artigo em DPs possessivos, verificamos que o procedimento no PC correspondia a uma variação precedente a uma mudança gramatical, culminando na gramática do Português Europeu. Assim, uma vez que o PB apresenta os mesmos padrões de comportamento que o PC, seria o caso de dizer que o PB esteja em um processo de mudança na sua gramática?

Não parece possível afirmar que a gramática do PB esteja em mudança e que esta siga os mesmos moldes aplicados no PC para o PE. Entretanto esse questionamento é válido uma vez que notamos a alternância no uso do artigo em DPs possessivos hoje em dia, assemelhando-se à gramática do PC. Assim de acordo com estudos variacionistas que utilizam-se de inquéritos registrados pelo Projeto NURC, abrangendo várias cidades brasileiras na década de 1970 é possível atestar através de dados quantitativos que o PB realmente permite variação no uso do artigo, não sendo apenas o comportamento característico de dialetos brasileiros que preferem omitir o artigo. E de acordo com os dados recolhidos por Neves (1993), o número de ocorrências do artigo situa-se em 66% dos casos, quando em sintagmas nominais possessivos como acontecia no período de mudança no Português Clássico por nós investigado. Salientamos aqui a necessidade de maiores investigações sobre a possibilidade de mudança no sistema possessivo no Português Brasileiro.

⁶⁹ Na ANPOLL 2007, Ilza Ribeiro apresentou uma análise sobre o comportamento do sujeito nulo no PB ao assegurar que o licenciamento do sujeito nulo está relacionado ao traço de definitude

Constatamos com nossos dados históricos que a influência que o núcleo do DP tem sobre o licenciamento do artigo deixou de ocorrer no século 19, pois houve uma mudança no sistema da língua. Atualmente o núcleo do DP possessivo no PE não mais revela esta gradação no uso do artigo, uma vez que este é sempre obrigatório.

Somente no caso dos nomes próprios sem o possessivo, vemos que ainda hoje é possível sua ocorrência sem o artigo quando determinam uma entidade ou pessoa com fortes marcas de definitude/referencialidade, como em (192).

(192) Adão foi o precursor da humanidade

Contudo este fenômeno só é possível uma vez que o próprio nome é capaz de checar os traços de definitude localizados em D de acordo com a proposta de Longobardi (1994) de haver um movimento de N para D para os nomes próprios.

A próxima seção discutirá a mudança para o PE.

5.11 A mudança para o PE

Assumindo a análise de Castro (2006) para o PE, a mudança do PC para o PE pode ser representada no seguinte quadro:

	Português Clássico	Português Europeu
Gramática 1	[_D meu] [+definido, +possessivo]	
Gramática 2	[_D o] [_{AgrP} meu] [+definido] [+possessivo]	[_D o meu] [+definido, +possessivo] [_D o] [_{AgrP} meu] [+definido] [+possessivo]

realizado em T. Haveria uma relação estrita entre os traços de definitude no DP sujeito e do núcleo T. A autora demonstra que o licenciamento do sujeito nulo não está relacionado somente ao enfraquecimento da concordância, mas também ao traço de referencialidade.

Argumentamos que no Português Clássico havia duas gramáticas em co-ocorrência: a gramática 1 em que o possessivo era dotado dos traços [+definido, +possessivo] realizado em núcleo de D, assemelhando-se à gramática do Francês, assim como uma segunda, a gramática 2, em que o possessivo não era alçado para D, assemelhando-se à gramática do Italiano. Nessa última gramática os traços de definitude e posse eram checados por itens lexicais diferentes, alocados em seus respectivos núcleos funcionais.

No Português Europeu, a gramática I desaparece definitivamente, não havendo mais possibilidade em nenhum dialeto de usar o possessivo sem artigo, pois como verificamos hoje em dia há uma obrigatoriedade no emprego do artigo nos DPs possessivos do PE. Já a gramática II tipo Italiano permanece até os dias de hoje como uma gramática mais conservadora em que o possessivo comporta-se como elemento XP, conforme proposto por Miguel (2002, 2004). Mas, se adotarmos a análise de Castro (2006), nessa gramática II de tipo Italiano mais conservadora, podemos afirmar que a estrutura sub-jacente à seqüência D Poss sofre uma outra mudança, passa por um processo de reanálise estrutural em que os traços dissociados de [+definitude, +posse] são realizados no mesmo núcleo D, conforme sugere Brito (2007).

Com efeito, evidências empíricas mostram que o possessivo no PE é hoje uma categoria de tipo X^o, gerada em D, conforme discutido na seção 3.8. E segundo Castro (2006), o artigo é apenas um expletivo adjungido ao mesmo núcleo D⁷⁰.

Apesar de assumirmos a hipótese de Castro pelas evidências empíricas em que se baseia, discordamos da formalização da proposta em termos da existência de um artigo expletivo. Uma categoria expletiva surge devido à necessidade do preenchimento de uma posição vazia na estrutura, uma vez que elementos expletivos não possuem nenhum traço abstrato para ser checado. Dessa forma, por que seria necessário postular um artigo expletivo na posição de núcleo do DP possessivo se, segundo a autora, este local já é ocupado pelo possessivo? Se o possessivo ocupa o núcleo desta categoria funcional, não se faz necessário o emprego de um expletivo para ocupar a mesma posição, o que vem contrariar sua hipótese.

⁷⁰ Este fenômeno corresponde a realização morfológica distinta de cada um destes elementos, assim como verificamos na sufixação dos verbos que recebem os afixos dissociados para marcação de tempo e pessoa, por exemplo.

Ainda um outro questionamento à análise de Castro pode ser feito diante da obrigatoriedade da realização fonológica deste suposto expletivo em PE, mas da variação da realização do mesmo no PB, já que nesta língua é possível omitir o artigo no mesmo contexto. Portanto, por que haveria obrigatoriedade em apenas uma variedade do Português? Ao assumir que houve um processo de reanálise da maneira como os traços de definitude e de posse são realizados na estrutura, não é necessário postular um expletivo para esta posição. Dessa maneira, estamos assumindo a proposta de Castro (2006) sobre a legitimação conjunta de um artigo definido e de um possessivo em D, mas tratando esses elementos como a realização morfológica de traços abstratos. De uma gramática em que eram dissociados em duas categorias distintas, D e Poss, se passa para uma gramática em que são realizados na mesma categoria D⁷¹.

Note-se que essa reformulação nos permite entender melhor porque é que a reanálise da gramática de tipo 2 de Schorlemmer (1985) para a gramática do PE teve como efeito a marginalização da gramática de tipo 1 (de 6 a 0% de ocorrência depois de 1750 nos nomes comuns e próprios), seguida pelo seu definitivo desaparecimento. Com efeito, depois da reanálise, a presença ou ausência do artigo definido não está mais correlacionado a uma posição diferente do possessivo, nem a uma projeção categorial diferenciada, como X^o ou XP. Nos dois casos, o possessivo é um núcleo em D.

Vemos no gráfico 52 acima que depois de 1700, só nos nomes relacionais é que o possessivo sem determinante se mantém com uma frequência elevada, que contudo vai decaindo ao longo do tempo (80%, 32% e 3% nos 3 últimos autores do Corpus, nascidos respectivamente em 1750, 1799 e 1836).

Coerentemente com a análise proposta aqui, vemos também uma diferenciação na evolução dos contextos preposicionados depois de 1700. Ao contrastar os gráficos 46 e 47, percebemos que nos contextos preposicionados, há um período intermediário entre o padrão do PC e o padrão próximo do PE (acima de 90% de uso do determinante). Podemos explicar esse fato pela existência da outra fonte de variação que continua existindo independentemente da reanálise da posição do possessivo. Trata-se do

⁷¹ Assumimos, assim como Castro (2000, 2006:66) que uma evidência para afirmar que este conjunto de traços está amalgamado no núcleo de D trata-se da impossibilidade de qualquer elemento surgir entre o artigo e pronome possessivo, conforme evidenciado nos exemplos a seguir.

- (i) a. *O amistoso meu amigo João
- b. *Vi o apenas teu aluno na manifestação
- c. *O melhor é o inteiramente teu projecto.
- d. *A linda tua filha chegou

amalgama dos traços do determinante com a preposição, com ou sem realização fonológica do artigo. Porém, podemos pensar também que esse amálgama é desfavorecido pela realização conjunta do traço de definitude e de posse em D, onde eles passam a constituir uma unidade morfológica.

Conclusão

A alteração que constatamos nos padrões de ocorrência do artigo no Português Clássico pode ser explicada em termos da necessidade de realização dos traços de definitude. Como vimos no decorrer da tese, várias mudanças sintáticas ocorreram devido a padrões diferentes de realização deste traço. É ele o responsável pelo estabelecimento de parâmetros distintos nas línguas no que diz respeito ao estabelecimento de um sistema possessivo, pois é com uma checagem variável deste traço em D que se estabelece as diferenças entre línguas como o Italiano e o Francês, conforme aponta Schoorlemmer (1998).

Toda a mudança no sistema nominal possessivo deve-se à exigência da realização do traço de definitude em D, sendo este a motivação inicial para o aumento no uso do artigo nas línguas românicas verificado desde o Português Antigo. A mudança que estudamos aqui inscreve-se nesta evolução geral da morfologia do DP.

Propomos, então, que no período investigado houve um período de co-ocorrência entre duas gramáticas no sistema possessivo do Português (gramática tipo Francês e gramática tipo Italiano). Nessa competição uma das gramáticas foi vencedora, banindo a outra. Posteriormente houve um segundo momento de mudança na língua em que a gramática vencedora sofre uma reanálise de seus traços. A partir disto o pronome possessivo comporta-se como um elemento nuclear, ocupando a posição de D sempre realizado juntamente com um artigo definido (detentor dos traços de definitude a serem checados nesta posição), correspondendo à gramática padrão do PE moderno atestada por Castro (2000, 2001, 2006).

Ainda assim, apresentaremos no próximo capítulo algumas considerações sobressalentes com relação ao sistema possessivo do Português Brasileiro.

6.1 Contribuições suplementares para a pesquisa

Mesmo estando fora do escopo desta pesquisa, há uma curiosidade em saber como explicar a possibilidade de variação no uso do determinante, considerando o padrão de comportamento dos possessivos do Português Brasileiro. Sabemos que o PB não apresenta o mesmo comportamento que o Português Europeu Contemporâneo, pois ora utilizamos o artigo junto ao possessivo ora não, sem prejuízo de aceitabilidade da sentença.

Este posicionamento com base numa avaliação sincrônica do comportamento das variantes do Português implica em um olhar mais atento para determinar qual seria a gramática do PB com relação ao sistema de possessivos. Seria o caso de investigarmos mais a fundo para saber se a variação no uso do determinante que ocorre atualmente no PB pode ter o mesmo comportamento que aquela que ocorria no século 16 no Português Europeu. Entretanto, como bem salientado, a presente investigação não contemplou casos de artigo diante de pronomes possessivos no Português Brasileiro, mas aqueles do Português Clássico. Para termos acesso a este tipo de resultado, utilizamos a pesquisa de Neves (1993).

Por meio dos trabalhos de investigação do Projeto NURC, Neves (1993:207) fez um estudo sobre o comportamento do artigo diante de possessivos do Português Brasileiro atual e seus resultados indicaram que nos DPs possessivos encontrados, cerca de 33,7% não utilizam determinante na posição esquerda e dentre o total de 66,3% dos DPs possessivos que utilizam o determinante, 98,43% apresentam artigo definido

quando ocorrem junto a outro determinante. Portanto, esses valores refletem sim, uma variação no uso do artigo na gramática do PB, assim como os resultados distintos de aplicação do artigo com relação a referencialidade do nome, mencionado no capítulo anterior.

Alguns exemplos de Neves (1993:149) sobre a utilização do artigo em DPs possessivos do PB estão apresentados a seguir.

(193)

Eu não sei teu gosto, né?

Nossas atividades não seguem mais a cadência um pouco lenta

O rejuvenescimento de sua pele (Revista Cláudia, junho de 99, 6. Ano 38)

Foi com muito gosto que conversei com Elba Ramalho sobre seu novo álbum.

Elba escolheu o repertório do disco para nos deliciar com canções que marcaram sua presença na MPB. (Domingo, 7/11/1999)

Estes exemplos, retirados de um corpus de fala do Português Brasileiro na década de 70, revelam alguns contextos em que o determinante não foi aplicado diante dos pronomes possessivos.

No intuito de mapear os possíveis contextos de realização do artigo, Silva e Calou (1996:118-124) apontaram para vários fatores que contribuíam para a presença ou ausência do determinante junto a DPs possessivos no Português Brasileiro atual. Os fatores mais importantes apontados pelas autoras são os seguintes:

i) Paralelismo formal: se existe uma ocorrência com artigo e possessivo numa dada construção no discurso, 88% das ocorrências seguintes em construções semelhantes apresentam o artigo antes de possessivo, como em:

A sua maneira de agir ...as suas necessidades, o seu comportamento ... são diferentes.

ii) A natureza das preposições (quando estas existem): “de” aparece com 81% de ocorrências de artigo definido, “por” aparece com 55% e sem preposição somam-se 61% das ocorrências.

iii) Quanto às funções sintáticas, o sujeito favorece 67% das ocorrências de artigos definidos junto a possessivo, enquanto “antitópico” (deslocamento à direita) justifica apenas 20%.

iv) A natureza semântica do nome possuído: os nomes que significam “parentes” (nomes tipo kinship) apresentam 44% das ocorrências de artigos definidos junto a possessivos; e as partes do corpo foram de 83%.

v) Região: as regiões mais conservadoras e mais próximas do Português dos séculos XVI e XVII são as que apresentam menos artigos antes de possessivo: Recife e Salvador.

vi) A flexão de número: o singular favorece o artigo; e o plural inibe o uso do artigo.

vii) Pausa e extensão do pé métrico: o artigo ocorre preferencialmente nos pés métricos de menor extensão, como por exemplo:

a. *Eu / vi que a minha / filha*

b. *Eu / vi que minha primeira / filha*

A pesquisa das autoras adotou uma classificação diferenciada da nossa. No entanto, os resultados obtidos podem ser comparados de certa maneira àqueles do Português Clássico discutido no capítulo 4. Ao compararmos os resultados, percebemos que os dados do PB são semelhantes aos do PC no que diz respeito ao uso do artigo de acordo com a presença de uma preposição devido a variação no contexto sintático e, principalmente, há semelhança entre os resultados relativos a natureza semântica do nome.

Assim, segundo Silva e Callou (1996:124) podemos assumir que para o PB ‘o uso do artigo obedece a certos princípios’. Já para Brito (2001:3) mesmo considerando os fatores que influenciam na variação do uso do artigo, estes resultados remetem a coexistência de duas estruturas lingüísticas diferentes, mas com o mesmo valor. Para a

autora o PB caracteriza-se por um valor distinto de um parâmetro relacionado com possessivos.

Entretanto, Castro (2006) assume que não há distinção entre o sistema do possessivo do PB e do PE, mas as diferenças superficiais que verificamos entre as línguas deve-se a possibilidade de variação na realização morfológica do artigo no PB, contrapondo-se a sua obrigatoriedade no PE.

Ao considerar o parâmetro de divisão de línguas com sistemas possessivos distintos, proposto por Giorgi & Longobardi (1991), os possessivos no Italiano e no Português comportam-se como adjetivos. Entretanto, o Português Brasileiro não apresenta os mesmos padrões de aplicação do artigo, assemelhando-se a sistemas em que o possessivo comporta-se como determinante, e por consequência, acaba afastando-se da gramática do PE em que os possessivos se comportam como adjetivos.

Sob uma perspectiva superficial no que corresponde à possibilidade de variação no uso do artigo no DP possessivo, poderíamos dizer que nos dias de hoje o Português Brasileiro se comporta seguindo, aparentemente, os mesmos padrões que eram utilizados para o Português Clássico com um sistema em que era possível haver uma variação do determinante.

A esse respeito, Brito (2001) propõe que a ausência ou a presença de artigos definidos antes de possessivo no Português Brasileiro ‘quer se aproxima de fases anteriores do Português e de outras línguas românicas, em que os possessivos são determinantes, quer se aproxima do Português Europeu moderno, em que os possessivos são adjetivos. Como acontece geralmente com mudanças relacionadas com diferenças paramétricas entre línguas, o PB vive um período de co-existência entre formas em competição’. Podemos considerar que a gramática do PB moderno não seja a mesma encontrada no Português Clássico, no entanto, o PB traz evidências de estar em uma fase de confluência de formas quando se diz respeito ao sistema de possessivos dado que o seu sistema não se enquadra em nenhuma tipologia de línguas já descrita.

Com base nos resultados apresentados pelos estudos de Neves (1993) e pelas propostas de investigação sobre o PB realizadas por Brito (2007), apresentamos aqui uma proposta de análise. Sugerimos que o PB revela três estruturas diferentes para o possessivo: as duas primeiras assemelham-se àquelas do PC sendo que uma terceira estrutura é decorrente do processo de enfraquecimento da língua.

Vejamos os exemplos do PB e do PE que serão abordados na próxima seção por meio da discussão sobre os dados de PB e PE exposto por Costa e Figueiredo Silva (2006).

6.2 Operações morfológicas no sintagma possessivo

Como já mencionado, o sintagma nominal possessivo no Português Europeu possui propriedades difusas, o que dificulta assegurarmos qual seria a posição do possessivo a ser ocupada na estrutura do DP. De acordo com Brito (2007) o Português Europeu não apresenta uma uniformização para o sistema possessivo da língua, notadamente pela co-ocorrência de três diferentes estruturas possessivas.

Costa e Figueiredo Silva (2006), ao realizar um estudo comparativo sobre as propriedades do sintagma possessivo no Português Europeu e no Português Brasileiro, verificaram que existem algumas diversidades para aplicação de concordância entre estas variedades dada a existência de diferentes processos morfológicos que ocorrem internamente ao DP possessivo nos dias de hoje. Os autores, estudando a concordância de número, buscaram descrever o comportamento do PE e PB ao encontrar evidências sobre o posicionamento em que o possessivo é realizado na estrutura sintática do Português.

6.3 Morfologia de plural nos DPs do Português

Costa e Figueiredo Silva (2006) derivam do movimento do verbo as diferenças do PB e do PE quanto a concordância. Para tratar da idéia de que a morfologia verbal não pode ser explicada em termos somente de movimento do verbo, os autores investigam contextos de concordância entre sujeito e verbo e contextos em que há concordância de número dentro do DP.

Ao que concerne à concordância no DP, a diferença entre PB e PE deve-se a padrões morfológicos distintos associados à concordância de plural. Ao formalizarem uma explicação para este processo, os autores discutem dados referentes aos padrões de

concordância do PE e de dois dialetos do PB, evidenciando que a concordância se aplica de diferente maneira em cada um destes registros.

O padrão de concordância no Português Europeu ocorre de forma sistemática em todos os elementos do constituinte nominal, uma vez que todos eles recebem marca de plural, conforme exemplificado em (194), a seguir.

(194) Os carros são lindos.

Com relação ao comportamento do Português Brasileiro, nos dois dialetos investigados, a saber, PB1 em (195) e PB2 em (196), nota-se que os padrões de concordância são outros, conforme exemplificado por Costa e Figueiredo Silva (2006:26)⁷².

(195) Os carro são lindo. Português Brasileiro 1

(196) Os carro é lindo. Português Brasileiro 2

No PB1, em (196), verifica-se que não há marca de concordância interna ao DP, mas há entre o sujeito e o verbo. No PB2 em (197) também não há obrigatoriamente concordância interna ao DP e tampouco há concordância entre o sujeito e o verbo.

No PE o padrão de concordância segue o mesmo das Línguas Românicas em que a pluralidade pode ser expressa por todas as categorias que são capazes de abrigar este tipo de morfema (tais como nome, determinante, quantificador, adjetivo, possessivo e demonstrativo). E no PB, em geral, vemos que o plural é marcado apenas na posição de determinante, como em (195) e (196) acima.

Notamos que dentro da mesma língua, no caso o PB, existe variação quanto à posição que abriga os traços de plural no adjetivo, evidenciado pelos exemplos de Costa e Figueiredo Silva (2006) em (197)⁷³.

⁷² Os dois dialetos investigados podem ser considerados dialetos não padrão.

⁷³ A oposição entre as posições pré-nominais e pós-nominais no DP é crucial para o estabelecimento do padrão de concordância. Segundo Menuzzi (1994) os marcadores de plural podem opcionalmente serem realizados por meio de outros elementos pré-nominais, mas se o nome não for marcado como plural nenhum elemento pós-nominal pode receber o morfema de plural.

- (197) a. Os primeiros livro da biblioteca
b. Os primeiro livro da biblioteca
c.* O primeiros livro da biblioteca

Percebe-se que o traço de plural pode estar no adjetivo, mas como notado em (197c), o adjetivo não pode receber a marca de plural se a mesma também não estiver na posição de determinante como em (197a). Isso seria uma evidência para dizer que a marca de plural está alocada em D, ou em uma posição mais alta na estrutura sintática.

Entretanto, no caso dos pronomes possessivos em posição pré-nominal apresenta-se um comportamento distinto dos adjetivos, conforme exemplos em (198).

- (198) a. Os meus livro
b.*Os meu livro
c. O meus livro

Assim como ocorre com os adjetivos, o possessivo também pode abrigar o morfema de plural. Contudo seu comportamento é diferenciado, pois se apenas um elemento receber a marca de plural, este será o possessivo, como em (198c) e não o determinante, como acontece com os numerais em (197b).

Portanto com relação aos fenômenos de concordância dentro do DP, Costa e Figueiredo Silva (2006:34) resumem as características do Português, chegando às seguintes conclusões:

- (i) *no PE há concordância com todos os elementos dentro do DP;*
- (ii) *nos dois dialetos do PB o número dentro do DP é marcado ou no núcleo de D ou em todos os elementos pré-nominais e;*
- (iii) *adjetivos pré-nominais e possessivos diferem em PB, no sentido de que apenas estes últimos podem carregar a marca de número na ausência desta marca no artigo definido.*

Os autores assumem, seguindo Halle e Marantz (1993), Bobaljik (1995) e Embick e Noyer (2001) que morfemas podem se adjungir a núcleos, independentemente

de movimento. E adotam um dos princípios da Morfologia Distribuída ao assumir que um morfema pode se realizar de duas formas: como um morfema único (*singleton*) ou como um morfema dissociado (espalhado)⁷⁴.

A explicação apresentada por Costa e Figueiredo Silva (2006:39) para a distinção entre PB e PE relaciona-se ao tipo de morfema associado à pluralidade em cada uma das línguas. Segundo os autores, o PE revela um morfema de plural dissociado, pois todos os elementos são capazes de carregar as marcas de plural. E para o PB, assume-se que é um morfema único, sendo este marcado em D ou no pronome possessivo⁷⁵.

Isso indica que o receptor do traço [plural] é aquele elemento semanticamente mais saliente, lembrando que será apenas um elemento que receberá as informações de número no PB. Em outras palavras, se o [plural] é um morfema único em PB ele só aparecerá em um único núcleo. Por outro lado, o fato de o morfema de [plural] ser dissociado em PE permite sua associação pós-sintática com todos os elementos capazes de exibirem marca de plural⁷⁶.

Conforme indicado acima, se somente um dos elementos pré-nominais é marcado com pluralidade, este deve ser o determinante em seqüências D-Adjetivo-N, o que segue naturalmente da hipótese de que [plural] se adjunge ao núcleo D, que serve como uma âncora para LF. No entanto, se a seqüência é D-Possessivo-N, o elemento exibindo o morfema de plural é o possessivo, como apresentado abaixo em (199):

(199) A minhas casa

Como vimos, a proposta dos autores revela que a diferença entre os possessivos e os adjetivos depende do lugar de adjunção do morfema de plural. Este morfema deve

⁷⁴ Para Embick (1997) e Embick e Noyer (2001), um morfema dissociado não está na sintaxe, mas é inserido pós *spell-out*.

⁷⁵ Costa e Figueiredo Silva (2006) seguem a idéia apontada em Castro (2001, 2006) de que o artigo definido é um expletivo e sua análise corrobora a de Castro a medida em que verificamos os diferentes padrões de concordância interna do DP no PB e no PE. Isto porque no PB a ancoragem da morfologia de plural é feita no possessivo ao invés do artigo, uma vez que é o possessivo o elemento relevante capaz de receber uma interpretação em LF.

⁷⁶ Baseados em Enç (1991), Costa e Figueiredo Silva (2006) assumem que D é o núcleo que liga o DP à sua interpretação em LF. Assim o morfema de plural é realizado neste núcleo, que é morfologicamente capaz de carregar esta marca. E já que o traço de plural não é um morfema dissociado em PB, ele não aparecerá em outras categorias.

ser adjungido ao núcleo responsável por estabelecer a ligação com a interpretação semântica, neste caso, o pronome possessivo de (200). Assim, o trabalho de Costa e Figueiredo Silva (2006) busca evidências capazes de revelar a posição em que o pronome possessivo é licenciado na estrutura do DP no Português Brasileiro com base na morfologia de plural da língua.

A contribuição direta para a presente pesquisa, trazida por meio da investigação de Costa e Figueiredo Silva (2006) é a justificativa de que pelo menos em uma gramática do PB o possessivo encontra-se em D e por isso recebe marca de plural. Logo, confirmam-se as afirmações de Castro (2001, 2006) de que o possessivo é realizado em posição de núcleo. Entretanto, se o PE possui morfologia dissociada, não é possível assegurarmos a posição de licenciamento do pronome possessivo nesta língua uma vez que todos os elementos recebem concordância de plural pelo espalhamento deste traço no DP.

Ainda tomando como ponto central a investigação da morfologia interna ao DP possessivo, um ponto importante que revela grandes efeitos no constituinte nominal é a presença ou não de uma preposição. Apresentamos na próxima seção algumas considerações a respeito da discussão de Costa e Figueiredo Silva (2006), acrescentando aos contextos investigados pelos autores o uso de uma preposição no DP possessivo. Nota-se que a utilização desta preposição vem corroborar com a análise dos autores e traz maior sustentação às explicações sobre o Português Brasileiro atual. Vejamos as considerações a esse respeito.

6.4 Morfologia de plural em constituintes preposicionados

Com base na proposta de Costa e Figueiredo Silva (2006) de que há distinções entre o PB e PE na marcação morfológica de plural da língua, procuramos acrescentar algumas observações com respeito aos dados do PB.

Retomemos aqui os exemplo em (200) para evidenciar certa gradação na aceitabilidade das sentenças. Como já dito, os autores afirmam que, quando a marca de plural ocorre em apenas um elemento do constituinte nominal, tal marcação é feita não

no determinante, mas no pronome possessivo que vem ocupar a posição de núcleo do determinante.

- (200) a. Os meus livro
b.*Os meu livro
c. O meus livro

A aceitabilidade da sentença em (200c) não é unânime para os falantes do PB. Contudo, quando há a presença de uma preposição antes do determinante definido a aceitação da frase é melhorada⁷⁷.

Vejamos alguns exemplos a seguir.

- (201) a. * Em os meus meninos ninguém bate
b. Nos meus meninos ninguém bate
c. Nos meus menino ninguém bate
d. ? Nos meu menino ninguém bate
e. No meus menino ninguém bate
- (202) a. * De os meus assuntos cuido eu
b. Dos meus assuntos cuido eu
c. Dos meus assunto cuido eu
d. ? Dos meu assunto cuido eu
e. Do meus assunto(s) cuido eu
- (203) a. ? Para os teus filhos eu tenho um presente
b. Pros teus filhos eu tenho um presente
c. Pros teus filho eu tenho um presente
d. ?Pros teu filho eu tenho um presente
e. Pro teus filho eu tenho um presente

Nos exemplos acima, notamos uma variação de aceitabilidade das sentenças a depender da marcação morfológica de plural entre os elementos do constituinte nominal. As frases em (201a), (202a) e (203a) soam de maneira muito formal e de certa forma estranha para os falantes do PB. Mesmo para os falantes da gramática-padrão, quando há marcação de plural em todos os elementos nominais a realização mais aceitável seria em (201b), (202b) e (203b) com a contração da preposição com o artigo.

⁷⁷ É preciso agradecer a professora Cristina Schmitt que percebeu a melhora na aceitabilidade da frase quando acrescentamos uma preposição ao DP possessivo.

Se tomarmos como elementos de comparação a sentença em (201c), (202c) e (203c), percebemos que haverá uma nítida melhora na aceitabilidade da sentença quando a marcação de plural ocorre no possessivo, como podemos conferir em (201e), (202e) e (203e).

Assim, percebemos que ao acrescentar uma preposição ao DP nominal possessivo e se esta estiver contraída com o artigo já é o suficiente para licenciar uma sentença mais aceitável para os falantes do PB.

Neste caso, a marca de plural é realizada no elemento semanticamente mais saliente conforme Costa e Figueiredo Silva (2006) asseguram, sendo no caso, o pronome possessivo, pois de acordo com Longobardi (1994:620) “A natureza crucial da categoria D para os argumentos parece ser manifestada independentemente pelo fato de que algumas propriedades típicas dos argumentos, como a importação semântica de número gramatical, permanece precisamente na posição de D, ou seja, a marcação semântica de número fica em D”.

Portanto, em poucas palavras podemos salientar que as informações discutidas nesta seção trazem alguma evidência para o mapeamento da marcação morfológica de plural no PB. Nos termos de Costa e Figueiredo Silva (2006) tal marcação é feita por meio de um morfema *singleton*, ou morfema único e que a posição do licenciamento desta marcação se dá em D. Além disso, foi possível evidenciar que o uso da preposição nos DPs possessivos traz alguma influência para esta estrutura, seja somente pela sua presença ou também pela possibilidade de contração com o determinante que resulta em uma melhor aceitabilidade das sentenças com marca de plural no pronome possessivo.

Entretanto, parece que o PE apresenta também um comportamento distinto do que afirma Costa e Figueiredo Silva (2006) com relação à posição de licenciamento do pronome possessivo.

Retomemos os exemplos de DPs possessivos com o emprego de uma preposição.

(204) Na **minhas** gaveta eu que mexo.

(205) No **meus** menino ninguém encosta a mão.

(206) Você brigou com a/ ca **minhas** amiga de novo?

(207) Se a Mirian esquecer do **meus** livro de novo eu desisto.

Sobre este contexto algumas considerações suplementares precisam ser apontadas ao tomar como base a proposta de Costa e Figueiredo Silva (2006) de que o pronome no PB é realizado na posição de núcleo de D. A justificativa apresentada pelos autores para determinar a localização do possessivo no PB popular deve-se ao fato deste elemento receber uma marca de plural conforme verificamos nos exemplos supra citados.

Em contrapartida, se o artigo e o pronome encontram-se alojados em um mesmo núcleo como seria possível justificar que a marca de plural afete apenas o possessivo e não o artigo também, como percebemos nas frases em (204) a (205) acima? Ou seja, este efeito parece paradoxal, pois conforme atesta Costa e Figueiredo Silva (2006) a morfologia de plural é atribuída em núcleo de D, mas como explicar que o artigo também está em D, conforme afirma Castro (2006), mas não recebe a morfologia de plural?

Para assegurarmos qual é a categoria que este pronome exerce na língua seria preciso aplicar os mesmos testes propostos em Cardinaletti (1998), capazes de determinar se o possessivo é um elemento nuclear ou uma categoria máxima, contudo até o momento não existem pesquisas capazes de revelar estas características dos possessivos no Português Brasileiro.

De qualquer maneira, se adotarmos uma estrutura possessiva proposta por Miguel (2002) e Brito (2007) em que o artigo e o pronome estão em núcleos distintos justifica-se o fato da preposição e o artigo poderem ser concatenados dada sua adjacência, mas sem que isso venha a afetar o pronome possessivo que se encontra em uma posição mais baixa em AgrP.

O fato destes elementos estarem em núcleos dissociados permite que haja um amálgama dos traços adjacentes da preposição e do artigo sem afetar os traços do possessivo que estariam em uma posição mais baixa.

Para adotarmos esta hipótese, passemos a tratar de exemplos de frases possessivas do Italiano, uma vez que estaríamos assumindo que o Português Brasileiro popular se assemelha de certa maneira a este sistema. Uma evidência apontada por Brito (2007:35-36) sobre o comportamento do sistema possessivo do Italiano como uma

categoria máxima é a realização de um pronome pós-nominal juntamente com um artigo definido quando em foco informacional como (207) e (208).

Italiano

- (207) a. * la sua macchina
 ' o seu carro '
- b. la macchina sua
 ' o carro seu '
- (208) a. la casa SUA, non tua
 ' a casa SUA, não tua '
- b. * la SUA casa, non tua
 ' a casa SUA, não tua '

Português Europeu

- (209) a. a sua casa
 b. * a casa sua
- (210) a. * o livro meu
 b. o MEU livro

Adotamos estes exemplos para mostrar que diferentemente do Português Europeu, no Italiano é possível licenciar o possessivo juntamente com um artigo definido, conforme exemplificado acima. E de acordo com a proposta de Castro e Costa (2002) e Castro (2006) esta seria uma evidência para dizer que o PE não se comporta da mesma forma que o Italiano⁷⁸.

Dessa forma não podemos assegurar que o sistema possessivo do Português Brasileiro se comporta seguindo os mesmos moldes do PE, contrariando a proposta de Castro (2001, 2006). Pois no PB uma nova estrutura possessiva tem sido licenciada, assemelhando-se de certa maneira àquelas do Italiano em (207).

⁷⁸ Verificamos que o mesmo fenômeno que percebemos hoje em dia no PB também já foi aplicado no Português Medieval, conforme atestado por Mattos e Silva (1989:174) em (i).

(i) *a calça sua*

Mas o mesmo padrão de ocorrência não foi encontrado nos dados históricos do Português Clássico, pois não obtivemos nenhuma ocorrência de artigo definido juntamente com pronome possessivo em posição pós-nominal o que mostra que o Português Europeu desde o século 16 não utilizava mais esta construção.

Neves (2002) ao realizar uma investigação com base nos registros de corpus de fala (projeto NURC) já encontra dois casos em que o possessivo ocorre em posição posterior ao nome. Seguem os exemplos de Neves (2002:169).

(211) *A televisão nossa* está se fazendo na medida ... ah justamente do que é a nossa sociedade (DS-SP-333:256.911)

(212) é tão raro que *o ator nosso* tenha esses dois predicados (DS-SP-333;248.592)

Mesmo não tendo um estudo quantitativo sobre casos como estes, parece que formas como as acima estão começando a ser utilizadas para algumas variedades do PB, tais como os exemplos abaixo retirados de entrevistas no jornal televisivo de divulgação nacional no Brasil e de situações do dia-a-dia em contextos prosódicos peculiares⁷⁹.

(213) ...A gente fica orgulhoso quando passa com *o filho seu* na rua e mostra o serviço feito... *a família nossa* sempre colabora ...

(214) Ele já pegou *o número seu* de celular?

(215) Onde tá *o cartão meu* que tava aqui?

Eu bebi todo *o vinho meu*

(216) Eu já conheci *a casa sua* nestas férias. É tão linda...

De acordo com a possibilidade das ocorrências acima, o possessivo no Português Brasileiro apresenta um comportamento diferente daquele do Português Europeu, pois como notamos, há um nome realizado entre a posição do artigo e do possessivo, assemelhando-se às construções do Italiano. Dessa forma, pelo menos nessa gramática do PB não há uma adjacência estrita entre estes dois elementos no DP possessivo diferentemente do que assume Castro (2006). Portanto, estes casos trazem maiores

⁷⁹ É preciso agradecer a professora Ana Castro que, por ser falante nativa do Português Europeu, notou a realização desse tipo de estrutura em situações cotidianas quando em uma de suas visitas ao Brasil.

evidências de que a estrutura possessiva mais adequada para dar conta de casos como estes é aquela proposta por Brito (2007) em que o artigo e o possessivo não se encontram alojados em um mesmo núcleo D, mas em núcleos distintos⁸⁰.

Mas ainda como explicar tais diferenças que se aplicam entre o PB e o PE, tais como a marcação de plural discutida acima? A resposta para isto deve-se ao processo de enfraquecimento da concordância (AGR) que tem se estabelecido no PB⁸¹. Dessa maneira, maiores considerações sobre a categoria AGR no Português Brasileiro serão apontadas na seção seguinte.

6.5 O enfraquecimento da concordância no Português Brasileiro

Várias mudanças que têm sido implementadas na gramática do PB são refletidas nos padrões de flexão verbal da língua: tal assunto já foi contemplado no aumento do preenchimento do sujeito discutido por Tarallo (1983, 1992) e por Cyrino (1990), no licenciamento de clíticos discutido por Galves (1989) e no processo de substituição e/ou especialização de formas possessivas (*seu* vs. *dele*) discutido por Cerqueira (1996), por Menuzzi (1996) e Negrão e Müller (1996), entre outros tantos trabalhos.

⁸⁰ Para trazer evidências sobre a posição que o possessivo ocupa na estrutura do PE, Castro (2006) aponta para a exigência de que o artigo e o possessivo ocorram em adjacência no Português Europeu, não sendo possível a realização de qualquer elemento entre eles. Contudo, há exceções como os advérbios *ainda* e *já* que podem ocorrer intervindo entre o artigo e o possessivo, conforme exemplos em (i) e (ii).

- (i) a. A ainda minha mulher
b. A já sua mulher
- (ii) a. *a já sua noiva
b. a ainda noiva do João
c. a ainda noiva dele

Sobre este respeito, Brito (2007) revela que a realização do advérbio *ainda* não modifica apenas o pronome possessivo, mas todo o DP, o que seria indicio de que o advérbio não ocupa a mesma posição que o possessivo e que, portanto, este último não estaria em D.

Conforme os exemplos acima apontados, o pronome possessivo não estaria alojado na posição de núcleo de D, uma vez que esta posição está sendo ocupada pelo artigo. Portanto, esta seria uma evidência de que em casos como os descritos em (213) a (216), o possessivo em PB estaria em Poss uma vez que D é ocupado pelo artigo, diferentemente do que propõe Castro (2006). Portanto, além de esclarecer a posição do elemento na estrutura sintática, exemplos como estes são evidências para dizer que o sistema possessivo no PB, pelo menos na gramática que permite as estruturas acima, distingue-se do sistema do PE, contradizendo a proposta de Castro (2006) de certa maneira.

⁸¹ A característica de AGR é referida por Chomsky (1992:10) como uma coleção de traços (gênero, número e pessoa) comuns aos sistemas de concordância de sujeito e objeto. Quando esses traços podem se manifestar como afixos verbais, recebem representação fonética, identificando as pessoas gramaticais.

Dessa forma, verificamos que o paradigma da morfologia verbal da língua vem sofrendo alterações no decorrer dos anos como tratado em alguns estudos diacrônicos sobre este fenômeno. Em especial Duarte (1996) investiga as mudanças históricas concernentes à realização do sujeito no Português Brasileiro e para tal, atem-se a dados recolhidos no decorrer dos anos entre 1845 e 1992. A autora verifica em seus dados que o PB tem sofrido alterações no paradigma de concordância de sujeito, como apresentado no quadro a seguir.

	Número	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1 ^a	Singular	Cant – o	Cant – o	Cant – o
2 ^a direta	Singular	Canta – s	-----	-----
2 ^a indireta	Singular	Canta – Ø	Canta – Ø	Canta – Ø
3 ^a	Singular	Canta – Ø	Canta – Ø	Canta – Ø
1 ^a	Plural	Canta – mos	Canta – mos	Canta – Ø
2 ^a direta	Plural	Canta – is	-----	-----
2 ^a indireta	Plural	Canta – m	Canta – m	Canta – m
3 ^a	Plural	Canta – m	Canta – m	Canta – m

Quadro 21 - Evolução dos paradigmas flexionais do português. Verbo *cantar*.

Fonte: Duarte (1996:109)

Comparemos o paradigma 1 com o paradigma 3, em que algumas terminações das formas verbais não são mais realizadas no Português Brasileiro Contemporâneo. Dessa maneira, verificamos que no paradigma 1, o sistema flexional do PB evidenciava seis marcas morfológicas distintas e, no entanto, atualmente as marcas de pessoa quase desapareceram, sendo restringidas a apenas 3 formas diferentes, como visualizado pelo paradigma 3. Neste último paradigma houve o empobrecimento das formas verbais de 2^aPS, 3^aPS e 1^aPP (*você, ele* e a forma *a gente* introduzida no lugar do pronome *nós*) e 2^aPP e 3^aPP (*vocês, eles*), tornando-se, no decorrer do tempo, indiferenciadas entre si quanto à pessoa gramatical, fazendo com que os elementos flexionais dependessem predominantemente da presença de um sujeito lexicalizado. Ainda vale apontar para o fato de que atualmente não ocorre mais a distinção entre segunda e terceira pessoa na

morfologia verbal da língua, uma vez que estas pessoas gramaticais apresentam uma terminação zero.

Galves (1996:395) ao investigar a implementação de uma mudança gramatical no PB salienta que o conjunto de fenômenos que atesta uma mudança na língua se deve a uma causa profunda. Devido ao papel de concordância da flexão estar sofrendo um processo de enfraquecimento na língua, o PB não apresenta mais marcas de flexão verbal capazes de distinguir as seis pessoas gramaticais. A gramática do PB com AGR enfraquecido perdeu os recursos morfológicos de separação entre a segunda e terceira pessoas e a perda da marca da distinção da segunda pessoa parece ser crucial em processo de mudança envolvendo AGR, conforme assinala Galves (1989).

A investigação de Cerqueira (1996:153) sobre o processo de implementação de uma forma possessiva perifrástica (de+Nome) aponta para o uso quase categórico de *dele* em lugar do pronome *seu* na indicação de posse no PB. Cerqueira (1996:131) explica o avanço da forma *dele* atrelado a certos processos de mudança que vêm se verificando no PB e que estão associadas a certas mudanças no sistema de concordância da língua. Dessa forma, o reflexo de uma mudança no sistema flexional do PB é visualizado pelo processo de enfraquecimento de AGR caracterizado pela perda da especificação da pessoa gramatical, entre outras evidências já mencionadas.

A justificativa para o licenciamento de novas formas possessivas no PB, tais como *o braço d'eu* em oposição a *o meu braço* apresentado em Floripi (2006) também baseia-se no processo de enfraquecimento de AGR evidenciado atualmente no PB. E no que diz respeito ao contexto de DPs possessivos abordado nesta tese foi possível aperceber que no PB uma nova estrutura possessiva está tomando forma com a utilização de um pronome possessivo em posição pós-nominal característico de configurações com marcas de indefinidade, mas com o diferencial de ser realizado um artigo definido como notamos em (217).

(217) Todos aqui já estão com *o livro seu* em mãos?

Mas *a história nossa* está mal contada.

Em casos como estes, assim como as formas possessivas *dele*, *da gente*, por exemplo, o possessivo não é alçado para o núcleo AGR, permanecendo em posição de

especificador de NP onde é gerado. Isto ocorre em decorrência do processo de enfraquecimento de AGR que tem tomado forma no PB. Com base neste processo que tem sido aplicado atualmente na língua, Costa e Figueiredo Silva (2006) trabalham os casos de DPs possessivo, evidenciando que a marcação de plural pode ser expressa apenas no pronome, por meio de um morfema único, diferentemente do que ocorre no PE em que os traços de plural são espalhados pelo DP devido a riqueza da morfologia desta língua.

Ainda em decorrência desse processo de enfraquecimento da concordância, o PB tem permitido que estruturas possessivas sejam licenciadas em posição pós-nominal por meio de um pronome possessivo ou por formas perifrásticas possessivas (de+Nome, de+pronome) ocorrendo junto a um artigo definido, como *o livro dele* em oposição a *o seu livro*. A marcação de concordância enfraquecida caracterizada pelo PB não obriga o movimento dos elementos possessivos para Agr, podendo estes permanecerem em uma posição mais baixa da estrutura sintática que vem a licenciar as configurações aqui apontadas, diferenciando-se daquelas observadas para o PE.

Dessa maneira, ao considerar o processo de enfraquecimento de Agr no Português Brasileiro, trazemos evidências para dizer que nessa língua há um sistema possessivo semelhante ao do Italiano com a dissociação de traços de possessivo e definitude.

Assim, tomamos como meio de exemplificação alguns contextos no Português Brasileiro em que se percebe que os traços do artigo não afetam o possessivo, indicando que estes elementos estão localizados em núcleos distintos. Portanto, a possibilidade de explicar os dados do PB em contextos como os acima traz evidências que corroboram a legitimidade da configuração apontada por Brito (2007) em que o possessivo não está em posição de D° para o PB. O mesmo não é possível de justificar para os casos do PE uma vez que nesta língua a marca de plural é dissociada entre todos os constituintes nominais diferentemente do PB.

Ao assumirmos também a possibilidade de uma configuração sintática do tipo Italiano, nos mesmos moldes de Brito (2007) podemos comprovar que há uma relação estrita entre a preposição e o artigo. Para tal, evidenciamos esta possibilidade devido ao diferente licenciamento de artigos em DPs possessivos quando ocorrem juntamente com preposições, pois apenas o possessivo recebe marcas de plural.

FINAL

No que se refere à mudança no uso do artigo definido do Português Clássico para o Português Moderno, ponto central desta investigação, argumentamos que alguns processos estruturais e morfo-fonológicos aconteceram.

Com base nos resultados obtidos na presente pesquisa trouxemos subsídios para afirmar que no Português Clássico duas gramáticas co-existiam: uma gramática em que o possessivo subia para D, comportando-se de forma semelhante à gramática do Francês e inibia o uso do artigo. E a outra gramática, em que o possessivo não subia até D para checar definitude, deixando livre tal posição para ser preenchida pelo artigo. A natureza categorial do pronome dessa segunda gramática foi reanalisada, acarretando em um novo sistema possessivo em que também se utiliza obrigatoriamente o artigo.

Considerando as propostas de Costa (2006) e de Brito (2007) para a expressão pré-nominal em PE, assim como a importância dada por Schoorlemmer (1998) para o traço de definitude responsável pelas diferenças tipológicas das línguas, a explicação para a mudança no uso do artigo encontrada do Português Clássico para o Português Europeu moderno é dizer que o traço de definitude associado ao traço de possessivo em D^o passou a ser morfologicamente realizado por meio de um artigo.

O fato de não haver homogeneidade na gramática do PE segundo Brito (2007) reforça a nossa análise do Português Clássico ao mostrar que ainda há dialetos que estanciam esta gramática, o que mostra que a reanálise não se deu em todos os dialetos do Português Europeu. Em resumo, a descrição da mudança do PC para o PE é explicada seguindo duas vertentes estruturais: uma em que houve uma reanálise dos traços de definitude e posse do núcleo D nos mesmos moldes propostos por Castro (2006) e uma segunda estrutura em que não houve tal reanálise entre os traços de

definitude e posse dado que estes elementos continuam alocados em posições estruturais distintas, nos moldes de Brito (2007). Nossa análise confirma também a proposta de Miguel (2002, 2004) a respeito de duas evoluções distintas do Português.

Vimos também que a proposta de Castro (2006) de que o PB tem a mesma gramática que PE moderno não se verifica, pois se assumirmos que o artigo e o pronome estão no mesmo núcleo não se explica a realização de estruturas como em *o livro seu* realizadas hoje em dia. Ao tratarmos das possibilidades encontradas no Português Brasileiro percebemos que esta língua apresenta um comportamento semelhante ao do PC que merece atenção para análises subseqüentes.

BIBLIOGRAFIA

- Abney, S. P (1987) *The English noun phrase in sentential aspects*, Ph.D. dissertation, Massachusetts: MIT.
- Androutsopolou, A. (1994) The distribution of the definite determiner and the syntax of Greek DPs. *Proceedings of the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*.
- Avelar, J. O. (2004) *Dinâmicas morfossintáticas com “ter”, “ser” e “estar” em português brasileiro*. Dissertação de mestrado. IEL/Unicamp.
- Avelar, J. O. (2006) *Adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro*. Tese de doutoramento. IEL/Unicamp.
- Barros, J. [1510] (1971) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Luís Rodrigues (reprodução fac-similada de L. Buesco, Lisboa, Faculdade de Lisboa.
- Borges Neto, J. (1978) Os Papéis do Possessivo no Sintagma Nominal. *Estudos Lingüísticos –Seminário do Gel, Mogi das Cruzes*. (2), 62-69.
- Borges Neto (1986) ‘Os Possessivos como indicadores de referência e atribuição. *D.E.L.T.A.*, (2), nº1, 145-149.
- Brito, A. M. (1993) ‘Aspects de la syntaxe du SN en Portugais et en Français’. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. II série, vol X:25-53.
- Brito, A. (2001) ‘Presença / ausência de artigo antes de possessivo no Português do Brasil. In. *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*. Faculdade de Letras do Porto. Centro e Lingüística da Universidade do Porto, 551-575.
- Brito, A. (2003) ‘Os possessivos em Português numa perspectiva de Sintaxe Comparada. *Revista da Faculdade de Letras – ‘Línguas e Literaturas’* XX:495-522.
- Brito, A. (2007) ‘European Portuguese possessives and the structures of DP’. *Cuadernos de Lingüística del I.U.I. Ortega y Gasset*, vol 14, pp. 27-50.

- Callou, D. (1997) O uso do artigo definido em contextos específicos, in Demerval da Hora (org.) *Diversidade Lingüística no Brasil*, João Pessoa, 11-27.
- Cardinaletti, A. & Starke, M. (1994-1999) 'The Typology of Structural Deficiency: a Case Study of Three Classes of Pronouns. In *Clitics in the Language of Europe*, ed. Henk van Riemsdijk, 33-82. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter.
- Cardinaletti, A. (1998) 'On the deficient / strong opposition in possessive systems. In *Possessors, predicates and movement in the determiner phrase*, ed. Artemis Alexiadou and Chris Wilder, 17-53. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.
- Castilho, C. M. (em preparação) *Processos de Redobramento na Diacronia do Português*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- Castilho, C. M. (2001) 'Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? Estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do século XV. In. R. V. Mattos e Silva (org.), *Para a História do Português do Brasil*, vol. II, tomo I, São Paulo (Editora USP), p. 57-89.
- Castro, A. (1999) O Sistema dos Possessivos em Francês e em Português". In *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* (número especial em homenagem a Henriqueta Costa Campos).
- Castro, A. (2000) *Os Possessivos em Português Europeu e Português Brasileiro: Unidade e Diversidade*. Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística de Coimbra, Lisboa, APL, 599-613.
- Castro, A. (2006) On Possessives in Portuguese. Ph.D. Dissertation, Universidade Nova de Lisboa - FCSH and Université Paris 8 -CLI.
- Castro, A & Costa, J. (2002) Possessivos e advérbios: formas fracas como X⁰. In *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*, Lisboa, APL, p.101-111.
- Castro, A & Costa, J. (2003) Weak forms as X⁰: prenominal possessives and preverbal adverbs in European Portuguese. In *Romance Linguistics: Theory and acquisition*, ed. Ana Teresa Pérez-Leroux e Yves Robergue, 95-110. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Cavalcante, S. R. de O. (2005) *O uso de se com infinitivo em PE e PB, ou Sobre a interpretação do sujeito de infinitivo em PE e PB: mais do mesmo*. Tese de

- Doutorado. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem/ UNICAMP.
- Cerqueira, V. C. (1993) *A Sintaxe do Possessivo no Português Brasileiro*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- Cerqueira, V. C. (1996) A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (GR) no português brasileiro. (129-161) In ROBERTS, I & KATO, M. (eds) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, Unicamp, Campinas.
- Chevalier, J.-C et al. (1964) *Grammaire Larousse du Français Contemporain*. Paris, Larousse.
- Chomsky, N. (1992) *A Minimalist Program for Linguistic Theory*. Cambridge, MIT, Occasional Papers in Linguistics Number 1.
- Chomsky, N. (1993) A minimalist program for Linguistic Theory. In K. Hale and S. J. Keyser eds. *The view from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*, 1-52. MIT Press.
- Chomsky, N (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- Chomsky, N. (1998) *Minimalist Inquiries*. Cambridge, Mass: MIT Working Papers.
- Coene & D’huylst (2002) *From NP to DP*. (Linguistik Aktuell/Linguistics Today v. 55, 56). Amsterdam : John Benjamins
- Correia, C. N. (2002) *Estudos de Determinação: A Operação de quantificação-qualificação em sintagmas nominais*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Costa, J. & Figueiredo Silva, C. (2006) Nominal and Verbal Agreement in Portuguese: An Argument for Distributed Morphology. In *Studies on Agreement* edited by João Costa and Maria Cristina Figueiredo Silva, Linguistik Aktuell, John Benjamins Publishing Co 25-46.
- Costa, I. (2002) 'O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI'. In Mattos e Silva & Machado Filho, A. V. L. (ed.) *O Português Quinhentista – Estudos Lingüísticos*. EDUFBA/UEFS, 285-306.
- Costa Ovid, A. (1981) *El posesivo em español*. Universidad de Sevilla: Sevilla.
- Cunha, C. & L. F. Lindley Cintra [1984] (1995) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa, Edições João de Sá da Costa.
- Cyrino, S. (1990) *O objeto nulo no Português do Brasil: uma mudança paramétrica?* Mimeo, Unicamp.

- Delsing, L. O. (1988) The Scandinavian Noun Phrase. *Working Papers in Scandinavian Syntax* 42:57-79.
- Demsky, U. (1995) 'Prenominal Genitive Phrases as Definite Determiners'. Unpublished manuscript, Universität Leipzig.
- Duarte, M. E. (1996) Do Pronome Nulo ao Sujeito Pleno. A Trajetória do Sujeito no Português do Brasil. In ROBERTS, I & KATO, M. (eds) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, Unicamp, Campinas.
- Floripi, S. (2003) *Argumentos nulos dentro de DPs em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. IEL/ Unicamp.
- Floripi, S. (2006) Estruturas de licenciamento das formas possessivas no português brasileiro falado. Qualificação em Sintaxe Gerativa. IEL/Unicamp.
- Fukui, N e M. Speas, (1986) Specifiers and Projection. *MIT working Papers* 8:128-172.
- Galves, C. (1989) L'objet nul et la structure de la proposition en portugais du Brésil', *Revue des Langues Romanes*, 93, pp. 305-336.
- Galves, C. (1996) 'O enfraquecimento da concordância no Português Brasileiro'. In ROBERTS, I & KATO, M. (eds) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, Unicamp, Campinas. (p.387-408)
- Galves, C. (2004) *Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística, Fase II*. Campinas, UNICAMP. (Projeto de Pesquisa)
- Galves, C; Britto, H. & M.C. Paixão de Sousa, (2003) *Clitic Placement in European Portuguese*, http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/c_galves/GBPS_2003.htm, 20/07/2004.
- Galves C, H. Britto & M.C. Paixão de Sousa (2005) "The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus", *Journal of Portuguese Linguistics*, vol. 4.1, Special Issue on Variation and Change in the Iberian Languages: the Peninsula and beyond José Ignacio Hualde (org.), pp.39-67.
- GALVES, C. (2008) " A sintaxe da Grammatica", a ser publicado nas Atas do Colóquio "Fernão de Oliveira: 500 anos", IEL-UNICAMP, 24-26/09/2007.
- Gary-Prieur, M. N. (1994) *Grammaire du Nom Propre*, Paris. PUF.
- Gibrail, A. (2003) "O acusativo preposicionado no português clássico: uma abordagem diacrônica e teórica", dissertação de mestrado inédita, IEL-UNICAMP.

- Giorgi, A. e Longobardi, G. (1991) *The syntax of Noun Phrases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Giusti (2001) 'The birth of a functional category: from Latin ILLE to the Romance article and personal pronoun', in G. Cinque and G. Salvi (eds.) *Current Studies in Italian Syntax: Essay Offered to Lorenzo Renzi*, Amsterdam: North Holland, pp. 157-171.
- Grimshaw (1991) Extended Projections. Ms., Brandeis University.
- Grimshaw (2005) Words and Structure. CSLI lecture notes, no. 151. Leland Stanford Junior University.
- Horrocks, G e M. Stavrou (1987) Bounding Theory and Greek Syntax: Evidence for wh-movement in NP. *Journal of Linguistics* 23:79-108.
- Ishikawa, M. (1993) 'On Categorial Evolution: A Case Study in Spanish Possessives'. In: *Historical Linguistics 1993*. ed. Henning Andersen, John Benjamins. Amsterdam/ Philadelphia. p. 205-216.
- Kato, M. e Roberts, I. (1996) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Kato, M. (2002) 'Pronomes Fortes e Fracos na Sintaxe do Português Brasileiro'. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*. Vol. XIV. Coimbra.
- Kroch, A. (1989) 'Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change'. In. *Language Variation and Change*. (ed.) D. Sankoff, W. Labov, A. Kroch, vol.1, n.3, p.199-244. Cambridge University Press. New York.
- Kroch, A. (1994) *Morphosyntactic Variation*. In: 30th annual meeting of the Chicago Linguistics Society. Proceedings, (v.2, 180-201).
- Kroch, A. (2001) *Syntactic Change*. In: M. Baltin & C. Collins (orgs), Handbook of syntax. Nova York: Blackwell, tradução por Silvia Cavalcante *Mudança Sintática*. <http://www.ling.upenn.edu/kroch>.
- Kroch, A. (2003) *Mudança Sintática*. <http://www.ling.upenn.edu/kroch>. Traduzido por Silvia Cavalcante.
- Koopman, H. (1993) *The structure of Dutch PPs*. Ms. UCLA.
- Lightfoot, D. (1991) *How to Set Parameters. Arguments from Language Change*. The MIT. Press. Cambridge: Massachusetts.
- Lightfoot, D. (1997) *Shifting Triggers and Diachronic Reanalysis*. In: A. Van Kemenade

- & N. Vincent (orgs), *Parameters of morphosyntactic change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lightfoot, D. (1999) *The Development of Languages: Acquisition, Change and Evolution*. Blackwell. Oxford / Massachusetts.
- Lobo, T. (1992) *A Colocação de Clíticos em Português: Duas Sincronias em Confronto*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- Longobardi, G. (1994). Reference and Proper Names : A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry* 25,4 : 609-665.
- Lopes, O. (1972) *Gramática Simbólica do Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lyons, C. (1985) ‘A possessive parameter’. *Sheffield Working Papers in Language and Linguistics* 2:98-104.
- Lyons, C. (1986) ‘On the origin of the Old French strong-weak possessive distinction. *Transactions of the Philological Society* 1-41.
- Lyons, C (1999) *Definiteness*. Cambridge/ New York: Cambridge University Press.
- Magalhães, T. (2002). *O Uso do Artigo Definido de Pronome Possessivo em Textos Portugueses do Século XVI a XIX*. Qualificação em Sociolinguística.
- Marinis, T. (1998) The acquisition of expletive definite articles in Modern Greek. In: Cambier-Langeveld, T., A. Lipták & M. Radford (eds.) *Proceedings of ConsSOLE* 6, Lisbon, December 1997, 169-184.
- Martinho, F. J. dos S. (1998) *A Elipse Nominal em Português e em Francês*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Portugal.
- Martins, A. (1994) *Clíticos na História do Português*. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa.
- Mateus, M. H. et al (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Caminho.
- Mattos e Silva, R. V. (1989) *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Mattos e Silva, R. V. (2002) “Fatores sócio-históricos condicionantes na formação do Português Brasileiro: em questão o propalado conservadorismo da língua portuguesa no Brasil – conferência apresentada no XIII Congresso Internacional de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), (18 a 23 de fevereiro, San José)”.

- Meier, H. 1948M. “Meu pai – o meu pai”. *Boletim de Filologia*. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 9(2): 175-190.
- Meier, H. 1973. “Sobre o emprego do artigo com pronomes possessivos em português”. *Littera*, 7:5-14, Rio de Janeiro.
- Menuzzi, S. (1996) ‘3rd Person Possessives in Brazilian Portuguese: On the Syntax-Discourse Relation’ In: S, Botley, ed., *Proceedings of the Discourse Anaphora and Anaphora Resolution Colloquium*, Working Papers collection of the Dept. of Linguistics of Lancaster University, UK.
- Miguel, M. (1992) *O Possessivo e a estrutura predicativa do sintagma nominal*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Miguel, M. (2002). Para uma tipologia dos possessivos. In *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*, Lisboa, APL, p.287-299.
- Miguel, M. (2002a) ‘O estatuto categorial dos possessivos: possessivos e adjetivos. In: *Actas do Encontro comemorativo dos 25 anos do CLUP*, 191-202. Porto.
- Miguel, M. (2002b) ‘Para uma tipologia dos possessivos. In: *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Lingüística. 287-299.
- Miguel, M. (2002c) ‘Possessive pronouns in European Portuguese and Old French’. *Journal of Portuguese Linguistics* 1:215-240.
- Miguel, M. (2004) *O Sintagma Nominal em Português Europeu: posições de sujeito*. Tese de doutorado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Moia, T. (1993) *Sobre o Lugar dos Demonstrativos na Arquitetura Semântica do Sintagma Nominal*. Cadernos de Semântica 11. Lisboa, Faculdade de Letras.
- Muidine, S. A. (2000) *Os pronomes i e en(de) no Português dos séculos XIII a XVI*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Müller, A. (1996) *A Gramática das Formas Possessivas no Português do Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem / UNICAMP.
- Munn, A. e Schmitt, C. (2002) ‘Bare nouns and the morphosyntax of number. In *Current Issues in Romance Languages*, ed. Teresa Satterfield, Cristina M. Tortora, e Diana Cresti, 225-239. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

- Namiuti, C. (2008) Aspectos da história gramatical do português: Interpolação, negação e mudança, tese de doutorado inédita, IEL-UNICAMP.
- Negrão, E. e Müller, A. (1996) As Mudanças no Sistema Pronominal Brasileiro; Substituição ou Especialização de Formas. *D.E.L.T.A.* 12:125-152.
- Neves, M. H. M. (1993) 'Possessivos', in Castilho, A. T. (1993) (org) *Gramática do Português Falado*, Vol. III: As Abordagens, FAPESP, Editora da Unicamp, Campinas, p. 149-211.
- Olsen, S. (1989) 'Das Possessivum: Pronomen, Determinans oder Adjectiv?' *Linguistische Berichte* 120:133-153
- Ouhalla, J. (1988) *The Syntax of head Movement: a study of Berber*. Ph.D. Diss. UCL.
- Paixão de Souza, M. C. (2002) *Mudança Lingüística e Fatores Extra Gramaticais: o Caso do Português Clássico*. Relatório de bolsa de doutorado FAPESP: 01/0865-9.
- Paixão de Sousa, M. C. (2004) *Língua Barroca: Sintaxe e História do português nos 1600*. Tese de Doutorado. Campinas, IEL, UNICAMP.
- Penner, Z. (1993) The earliest stage in the acquisition of the Nominal Phrase in Bernese Swiss German: Syntactic bootstrapping and the architecture of language learning. Arbeitspapier 30, Universität Bern, Institut für Sprachwissenschaft.
- Penner, Z. & M. Schöneberger (1995) The distribution of DP agreement features in German dialects: Expletive DETs and the so-called weak/strong asymmetry. Z. Penner (ed.) *Topics in Swiss German Syntax*. Peter Lang, Bern, pp. 331-346.
- Perini, M. A. (1985) O surgimento do sistema possessivo do português colloquial: uma interpretação funcional. *D.E.L.T.A.* v.1 e 2, p1-16.
- Picallo & Rigau (1999) 'El posesivo y las relacines posesivas', Bosque, I, & Demonte, V., (orgs.), *Gramática descriptiva de la Lengua Española*, Espasa, Madrid, pp.973-1023.
- Radford, A. (1993) Head-hunting: On the Trail of the Nominal Janus. In G. Corbett, N. Fraser and S. McGlashan eds. *Heads in Grammatical Theory*, 73-113. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- Rae. (1989) *Esbozo de una Nueva Gramática de la Lengua Espanõla*. Espasa-Calpe. Madrid.
- Rae. (1995) *Gramática de la Lengua Española*. Espasa-Calpe. Madrid.

- Rae. (1999) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid.
- Reichenbach, H. (1994) *Elements of Symbolic Logic*. N.Y., Macmillan.
- Rouveret, A. (1991) Functional Categories and Agreement, *The Linguistic Review*, 8:353-387.
- Roberts, I. e Roussou, A. (2003) *A Syntactic Change: A Minimalist Approach to Grammaticalization*. Cambridge University Press.
- Ritter, E (1987) NSO nouns in Modern Hebrew. *Proceedings of NELS 17*: 521-537.
- Ritter, E. (1991) Two Functional Categories in Noun Phrases: Evidence from Modern Hebrew. In: S. Rothstein (ed.) *Syntax and Semantics 26*, Academic Press, San Diego 37-62.
- Rizzi, L. (1990) Speculation on Verb Second. In Mascaro and Nespor (eds) *Grammar in Progress, GLOW Essays for Henk van Riemsdijk*, 375-386.
- Ribeiro, E. C. (1931) *Selecta Clássica*. 4. Ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1931.
- Ribeiro, I. (1995) A Sintaxe da Ordem no Português Arcaico: O Efeito V2. Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP. Tese de doutoramento.
- Ribeiro, I. (1998) A mudança sintática do PB é mudança em relação a que gramática? In: A. Castilho (org.) *Para a história do Português Brasileiro*, vol. I: Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas.
- Said Ali, M. (1931) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Livraria Acadêmica. Rio de Janeiro. 1971 (7a. edição)
- Said Ali, M. (1964) *Gramática Histórica do Português*. Rio de Janeiro: Melhoramentos.
- Salles, H. M. M. L. (1997) *Preposition and the Syntax of Complementation*. Tese de doutorado. University of Wales-Bangor.
- Salles, H. M. M. L. (2001) 'Aspectos da sintaxe de clíticos e artigos em Português'. *Revista de Letras*, Curitiba, v. 56, pp. 177-191.
- Schmitt, C. e Munn, Alan. (1999) 'Against the Nominal Mapping Parameter: Bare Nouns in Brazilian Portuguese'. In *Proceedings of NELS 29*.
- Schoorlemmer, M. (1998) Possessors, Articles and Definiteness In: *Possessors, Predicates and Movement in The Determiner Phrase* , Artemis Alexiadou & Chris Wilder (eds), 56-86, John Benjamins Publishing Company.
- Silva, G. M. de O. (1982) Estudo da Regularidade na Variação dos Possessivos no Português do Rio de Janeiro. UFRJ. Tese de Doutorado

- Silva, G. M. de O. (1984) Variação no Sistema de Possessivo de Terceira Pessoa. *Tempo Brasileiro*, (78/79) :54-72.
- Silva, G. M. de O. e Callou, D. (1996) 'O uso do artigo definido diante de possessivo'. In: Duarte, I. & Leiria, I. (1996) (orgs.) *Congresso Internacional sobre o Português*, Colibri/APL, Lisboa, Vol. III. p. 115-125.
- Szabolsci, A. (1983) The Possessors that run away from home. *The Linguistic Review* 3:98-102.
- Szabolsci, A. (1987) Functional Categories in the Noun Phrase. In. Kenesei (ed.) *Approaches to Hungarian 2*, 167-190-JTE. Szeged.
- Szabolsci, A. (1994) The Noun Phrase. N F. Kiefer and K. Kiss (eds) *Syntax and Semantics 27 The Syntactic Structure of Hungarian*. Academic Press, pp. 179-274.
- Stowell, T. (1992) The Role of the Lexicon in Syntax Theory. In Stowel and Wehrli (eds), *Syntax and Semantics*, vol. 26. *Syntax and the Lexicon*, 9-18.
- Taraldsen, K (1990) D-projections and N-projection in Norwegian. In. J. Mascarò e Marina Nesper (eds) *Grammar in Progress*. Dordrecht: Foris, 419-431.
- Tarallo, F. (1983) *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Un. Da Pensilvânia, tese de doutorado.
- Tarallo, F. (1989) *Fotografias Sociolinguísticas*, Campinas, Pontes.
- Tarallo, F. (1996) Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: I. Roberts & M. Kato (orgs.), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Teyssier. P. (1980) *História da Língua Portuguesa*. Trad. De Celso Cunha. Livraria Sá da Costa. Lisboa. 1993 (5a. edição portuguesa).
- Van Riemsdijk, H. (1998) Semantic Parameters of Split Intransitivity. *Language*: 66:221-260.
- Vincent, N. (1997) The Emergence of the D-system in Romance, In: VINCENT, N.; KEMENADE, V. (Orgs.). *Parameters of morphosyntactic change*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 149-169.
- Weissenborn, J. & Z. Penner (1996) Strong continuity, parameter setting and the trigger hierarchy: On the acquisition of the DP Bernesse Swiss German and High German. In. Clahsen, H. (ed.) *Generative perspectives on language acquisition*.

Empirical findings, theoretical considerations & cross-linguistic comparisons.
John Benjamins, Amsterdam, pp. 161-200.

Ximenes, C. & Nunes, J. (2004) Contraction and Duplication of Prepositions in Coordinated Structures in Brazilian Portuguese. In *WCCFL 23 Proceedings*, ed. G. Garding and M. Tsujimura, pp.101-114. Somerville, MA: Cascadilla Press.

Zribi-Hertz, A. (1998) Les possessifs postnominaux en anglais et en français. *Cycnos* 15.

Zribi-Hertz, A. (1999) 'Le système des possessifs en français standard moderne'. *Langue Française* 7-29.

Apêndice - Índice dos Fatores de Classificação de Dados do Corpus Tycho Brahe

1) Posição na sentença	2) Elemento Anterior ao Pronome / (não se aplica)	3) Tipo de Preposição	4) Presença do Det.	5) Contração do Det. com a Prep	6) Definitude do Det.	7) Gênero do Possessivo	8) Número do Possessivo
a (Inicial Absoluta)	n (nome)	d (prep de)	p (presente)	c (+contraído)	d (definido)		
i (interno)	e (e)	r (prep. Para/ pera)	a (ausente)	n (-contraído)	i (indefinido)	f (Feminino)	s (Singular)
	& (e)	e (prep. Em)		/ (não se aplica)	e (este/ esse)	m (Masculino)	p (Plural)
	m (mas)	a (prep. A)			a (aquele)		
	p (pois, porém)	c (com)			/ (não se aplica)		
	q ('que' explicativo)	t (contra)					
	w (elemento WH)	s (sobre)					
	q (que pron. Relativo)	0 (Ausência)					
	b (conj. subordinada ou adv. subordinador)	m (sem)					
	v (verbo)	T (entre)					
	o (outros)	b (sob)					
	c (clítico)	D (desde)					
	r (pronomes)	h (até)					
		n (perante)					
		L (Locução Prepositiva)					
		A (Preposições Acidentais)					

9) Pessoa do Pronome	10) Tipo de Possessivo	11) Elemento seguinte ao pronome	12) Tipo do Núcleo do SN	13) Tamanho do SN possessivo (número de palavras pós possessivo)	14) Traço do SN	15) Função Sintática do DP	16) Gênero textual
1 (1 p. Sing)		n (Núcleo)	p (Nome)	0 (o meu Ø)	a (animado)	s (sujeito)	n (narrativa)
2 (2 p. Sing)	p (posse)	a (adjetivo)	Próprio ou Maiúscula	1 (meu cachorro)	i (inanimado)	g (genitivo/ Comp. Nominal)	d (dissertação)
3 (3 p. Sing)	k (kinship)	m (número)	k (Kinship)	2 (meu belo cachorro)	p (partes do corpo)	d (Complemento Verbal sem preposição / predicativos)	g (gramática)
4 (4 p. Pl)	ex: os seus amigos	0 (não realizado)	n (Nome)	3 (meus dois belos cachorros)	/ (não se aplica)	i (Complemento Verbal Preposicionado)	e (epistolar)
5 (5 p. Pl)	? (sua pessoa)	v (advérbio)	/ (não se aplica)	4 (meus dois belos cachorros Pluto) (+ de 4)		a (adj. Advverb/ Adnominal)	b (Biografia)
6 (6 p. Pl)		b (verbo)	o (outro)			o (aposto)	s (sermão)
		o (outro)				t (topicalização)	
						? Dúvida/despedida/vocativo	

17) Período	18) Texto
	a (1510-Fernão Mendes Pinto)
	b (1517-Francisco de Holanda)
	c (1542-Diogo do Couto)
1 1500-1549	d (1556-Luis de Sousa)
2 1550-1599	e (1579-F. Rodrigues Lobo)
3 1600-1649	f (1601-Manuel da Costa)
4 1650-1699	g (1608-António Vieira <i>Sermões</i>)
5 1700-1749	h (1608-António Vieira <i>Cartas</i>)
6 1750-1799	i (1608-F. Manuel de Melo)
7 1800-1849	j (1631-António das Chagas)
	k (1644-Manuel Bernardes)
	l (1651-J. Cunha Brochado)
	m (1658-Maria do Céu)
	n (1675-André de Barros)
	o (1675-Alexandre de Gusmão)
	p (1702-Cavaleiro de Oliveira)
	q (1705-Matias Aires)
	r (1713-Luís António Verney)
	s (1714-Antonio da Costa)
	t (1724-Correia Garção)
	u (1750-Marquesa D'Alorna)
	v (1799-Almeida Garrett)
	x (1836-Ramalho Ortigão)

